



**CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LETRAS  
NÍVEL DE MESTRADO E DOUTORADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

**GABRIELE CRISTINE RECH**

**ESTUDO DOS NOMES PRÓPRIOS DE PESSOAS NA LIBRAS: ONOMÁSTICA E  
LINGUÍSTICA COGNITIVA EM DIÁLOGO**

**CASCADEL - PR  
2022**

**GABRIELE CRISTINE RECH**

**ESTUDO DOS NOMES PRÓPRIOS DE PESSOAS NA LIBRAS: ONOMÁSTICA E LINGUÍSTICA COGNITIVA EM DIÁLOGO**

Tese apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para obtenção do título de Doutor em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras – Nível de Mestrado e Doutorado, área de concentração em Linguagem e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Estudos da Linguagem: Descrição dos Fenômenos Linguísticos, Culturais, Discursivos e de Diversidade.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Sipavícius Seide

CASCADEL – PR  
2022

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Rech, Gabriele Cristine

Estudo dos nomes próprios de pessoas na Libras: Onomástica e Linguística Cognitiva em diálogo / Gabriele Cristine Rech; orientador Márcia Sipavicius Seide. -- Cascavel, 2022.  
249 p.

Tese (Doutorado Campus de Cascavel) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2022.

1. Linguística Cognitiva. 2. Antroponomástica. 3. Libras. 4. Sinais de nome. I. Sipavicius Seide, Márcia, orient. II. Título.

**GABRIELE CRISTINE RECH**

**ESTUDO DOS NOMES PRÓPRIOS DE PESSOAS NA LIBRAS: ONOMASTICA E LINGUÍSTICA COGNITIVA EM DIÁLOGO**

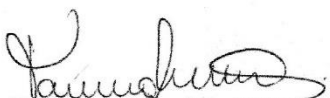
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Doutor em Letras, área de concentração Linguagem e Sociedade, linha de pesquisa Estudo e descrição de fenômenos linguísticos, culturais e de diversidade, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:



Orientador(a) - Márcia Sipavicius Seide



Aparecida Feola Sella



Tania Aparecida Martins



Juliana Soledade



Valeria Fernandes Nunes

Cascavel, 21 de novembro de 2022

Ao meu esposo, Rogério.  
Ao meu filho, Vitor.  
A minha mãe, Carla.  
A minha irmã, Milena.  
À comunidade surda brasileira.

## AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer manifesta o reconhecimento que temos com relação às pessoas que estão presentes em determinadas circunstâncias de nossa vida. Este espaço é dedicado ao agradecimento às pessoas que estiveram presentes no decorrer do meu processo de doutoramento. Tecerei algumas palavras de gratidão àqueles que me socorreram, motivaram, influenciaram e sustentaram nestes meses em que me dediquei ao estudo proposto. Foram dias de muito aprendizado, reflexão, choros e risos, os quais, certamente, contribuem para meu crescimento pessoal e profissional.

Agradeço a Deus, o autor de toda vida, aquele que me deu saúde física e emocional para que esta tese fosse escrita.

Agradeço à professora Dra. Márcia Sipavícius Seide, minha querida orientadora, por ter acreditado em mim, por toda a sua paciência e constante presença durante todo meu processo de doutoramento. Prof. Márcia, foi a senhora que despertou a paixão que hoje tenho pelos estudos Onomásticos e me inspira como ser humano e como profissional. Feliz quem tem uma orientadora como a senhora!

Agradeço ao meu marido, Rogério Holsback, a pessoa que mais me motivou, desde o momento em que decidi pela Unioeste, e esteve ao meu lado em todo o preparo para o ingresso no PPGL até a conclusão desta tese. Eu te amo!

Agradeço ao meu filho, Vitor, pelo amor e compreensão nos momentos em que estive ausente. Você é meu companheirinho de vida!

Agradeço à banca de qualificação, composta pelas professoras Juliana Soledade (UFBA/UNB), Tânia Aparecida Martins (Unioeste), Valéria Fernandes Nunes (UFRJ), Aparecida Feola Sella (Unioeste), pelas excelentes contribuições realizadas, desde a qualificação até a defesa da tese.

Agradeço à minha amiga Fabíola Sucupira Sell pelo companheirismo e apoio emocional desde os tempos do mestrado. Amiga, você é muito especial para mim. Obrigada por todos os ensinamentos, quer seja na vida pessoal quer seja na minha constituição enquanto pesquisadora.

Agradeço à minha amiga Evelin Gomes da Silva, em primeiro lugar, pela nossa amizade tão sincera e pela paciência em me ouvir, em segundo, por me auxiliar com as minúcias do Word e das normas acadêmicas.

Agradeço a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul pela possibilidade de conceder afastamento para capacitação, momento importante para que eu me concentrasse no processo de doutoramento. Estendo este agradecimento a todos os professores que concordaram

unanimemente com este afastamento e, em especial, ao professor Adilson Crepaldi pelas conversas incentivadoras.

Agradeço o Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL da Unioeste – e aos docentes que compartilharam seus conhecimentos durante as disciplinas que cursei.

Agradeço aos meus colegas Alex Meneghete Vaz, Amanda Kristensen de Camargo e Patrícia Helena Frai por todas as conversas, trocas e incentivos durante esta jornada. Vocês fizeram a diferença!

Agradeço a todos os informantes que se dispuseram a separar um tempo para responder o questionário utilizado nesta análise.

Agradeço a comunidade surda que me acolheu desde o ano de 1996.

Enfim, meu muito obrigada a todos e a todas que, de alguma forma, me animaram e estiveram ao meu lado nesta maravilhosa fase da minha vida.

RECH, Gabriele Cristine. Estudo dos nomes próprios de pessoas na Libras: Onomástica e Linguística Cognitiva em diálogo. 2022. 249f. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE –, Cascavel-PR, 2022.

## RESUMO

Esta tese ocupa-se do estudo dos nomes próprios de pessoas na Língua Brasileira de Sinais sob a ótica da Linguística Cognitiva em diálogo com os Estudos Onomásticos. Partiu-se do pressuposto da existência de um sistema sociocultural e histórico de atribuição de nomes de pessoas na comunidade surda brasileira e, nesse sentido, a proposta de pesquisa concentra-se na descrição deste sistema, investigando, inclusive, os aspectos conceituais envolvidos na formação dos sinais de nome. O objetivo geral da pesquisa é identificar as características sócio-antroponomásticas dos sinais de nome – os sinais que identificam as pessoas na Libras – na comunidade surda brasileira, a partir da hipótese de que as metonímias/metáforas conceituais estruturam o processo de nomeação nesta língua. Para alcançar o objetivo traçado, propomos aos seguintes objetivos específicos: i) descrever os aspectos sócio-antroponomásticos da atribuição de um sinal de nome, tais como: o contexto da nomeação, quem pode nomear e a possibilidade de alteração de um sinal de nome; ii) identificar quais tipos de metonímia/metáfora subjazem à formação de um sinal de nome; iii) descrever aspectos da categorização e conceptualização envolvidos nesta formação. Em termos metodológicos, esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa descritiva com método qualitativo, com aporte quantitativo, ou seja, o planejamento da pesquisa, a elaboração do instrumento de coleta de dados e a coleta de dados em si seguem procedimentos qualitativos, contudo, nas análises, quando necessário, utilizamos técnicas estatísticas. A coleta de dados deu-se a partir de um projeto de pesquisa desenvolvido desde o ano de 2018. O instrumento de coleta foi um questionário aplicado de forma *on-line*. A amostra analisada é composta por 393 respostas oriundas de pessoas ouvintes. A análise dos aspectos sócio-antroponomásticos fundamentou-se principalmente em Ainiala, Östman (2017), Ainiala, Saarelma e Sjöblom (2016) e identificou que: a) os surdos são os principais agentes de nomeação na Libras; b) a maioria dos ouvintes recebem seus sinais de nome nos espaços dedicados ao ensino desta língua, seguidos dos contextos da educação formal, espaços religiosos e contextos familiares; c) inexistente um período específico para a atribuição de um sinal de nome; e d) o sistema antroponomástico brasileiro permite que um sinal de nome seja alterado. No que tange aos processos cognitivos subjacentes à formação dos sinais de nome, identificou-se que a metonímia conceptual é o principal mecanismo envolvido na formação destes sinais. Os dados também revelaram que, prototipicamente, um sinal de nome na Libras é formado pela cadeia metonímica PARTE PELO TODO/CABEÇA PELA PESSOA/CARACTERÍSTICA FÍSICA PELA PESSOA, a qual pode ser seguida da metonímia PARTE DO NOME PELA PESSOA. Ademais, observou-se que, em menor número, alguns sinais de nome foram formados a partir do processo de etimologia associativa, por empréstimos semânticos, pela interação entre metáforas e metonímias conceituais, bem como por circunstâncias inusitadas no momento da atribuição. Assim, esta tese apresenta significativas contribuições para a descrição e caracterização acerca da nomeação de pessoas na Libras, bem como traz contribuições sociais e culturais para as pesquisas referentes à comunidade surda.

**PALAVRAS-CHAVE:** Linguística Cognitiva; Antroponomástica; Libras; sinais de nome, metonímias conceituais.



RECH, Gabriele Cristine. Study of the proper names of people in libras: onomastic and cognitive linguistics in dialogue. 2022. 249f. Thesis (PhD in Language Arts). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel – PR, 2022.

## ABSTRACT

This thesis deals with the study of proper names of people in Brazilian Sign Language from the perspective of Cognitive Linguistics in dialogue with Onomastic Studies. It started from the assumption of the existence of a sociocultural and historical system of naming people in the Brazilian deaf community and, in this sense, the research proposal focuses on the description of this system, even investigating the conceptual aspects involved in the formation of nominative signs. The general objective of the research is to identify the socio-anthroponomastic characteristics of nominative signs –the signs that identify people in Libras– in the Brazilian deaf community, based on the hypothesis that conceptual metonyms/metaphors structure the process of name in this language. To achieve the stated objective, we propose the following specific objectives: i) describe the socio-anthroponomastic aspects of the attribution of a nominative sign, such as: the nominative context, who can nominate and the possibility of changing a nominative sign name; ii) identify what types of metonymy/metaphor underlie the formation of a name sign; iii) describe aspects of categorization and conceptualization involved in this training. In methodological terms, this research is characterized by being a descriptive research with a qualitative method, with a quantitative contribution, that is, the planning of the research, the elaboration of the data collection instrument and the data collection itself follow qualitative procedures, without However, in the analyses, when necessary, we used statistical techniques. The data collection took place from a research project developed since 2018. The collection instrument was a questionnaire applied online. The sample analyzed is made up of 393 responses from hearing people. The analysis of the socio-anthroponomastic aspects was mainly based on Ainiála, Östman (2017), Ainiála, Saarelma and Sjöblom (2016) and identified that: a) the deaf are the main citation agents in Libras; b) most of the listeners receive their nominative signs in spaces dedicated to the teaching of this language, followed by formal education contexts, religious spaces and family contexts; c) there is no specific term for the attribution of a denominative sign; and d) the Brazilian anthroponomic system allows the change of nominative sign. Regarding the cognitive processes that underlie the formation of nominative signs, it was identified that conceptual metonymy is the main mechanism involved in the formation of these signs. The data also revealed that, prototypically, a name sign in Libras is formed by the metonymic chain PART OF THE WHOLE/HEAD OF THE PERSON/PHYSICAL CHARACTERISTICS OF A PERSON, which may be followed by the metonymy PART OF THE PERSON'S NAME. In addition, it was observed that, in a smaller number, some nominative signs were formed from the process of associative etymology, by semantic loans, by the interaction between conceptual metaphors and metonymies, as well as by unusual circumstances at the time of attribution. Thus, this thesis presents significant contributions for the description and characterization of the naming of people in Libras, as well as social and cultural contributions for research related to the deaf community.

**Keywords:** Cognitive Linguistics; Anthroponomastics; Libras; name signs, conceptual metonymies.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Sinal da autora na Libras .....	21
<b>Figura 2</b> - Léxico na Libras .....	47
<b>Figura 3</b> - Sinal NUN .....	47
<b>Figura 4</b> - Conjunto de Configurações de Mão da Libras .....	49
<b>Figura 5</b> - Sinais ALTO e FRIO .....	50
<b>Figura 6</b> - Sinais QUENTE, LIMPO, BRASIL e OUTUBRO .....	51
<b>Figura 7</b> - Sinais PARA-CIMA e PARA-BAIXO .....	51
<b>Figura 8</b> - Exemplos de classificadores de “tamanho e forma” .....	54
<b>Figura 9</b> - Exemplos de classificadores de “entidade” .....	54
<b>Figura 10</b> - Exemplos de Classificadores de “manipulação” .....	55
<b>Figura 11</b> - Sinal URSO-GRANDE .....	56
<b>Figura 12</b> - Sinal ESPAÇO-SOLAR .....	56
<b>Figura 13</b> - Sinal DISTÂNCIA-DAS-CASAS .....	57
<b>Figura 14</b> - Sinal TROMBA-ELEFANTE .....	57
<b>Figura 15</b> - Sinal DESIGUALDADE-SOCIAL .....	57
<b>Figura 16</b> - Transferência de incorporação do aparelho reprodutor feminino.....	58
<b>Figura 17</b> - Meu nome é... Meu sinal é.....	70
<b>Figura 18</b> - Taxes e subtaxes propostas por Barros (2018) .....	72
<b>Figura 19</b> - Taxonomia de PERRO (cão) .....	85
<b>Figura 20</b> - Categoria Radial .....	86
<b>Figura 21</b> - Sinal DEUS.....	92
<b>Figura 22</b> - Sinal APRENDER.....	93
<b>Figura 23</b> - Sinal ABRIR-CABEÇA .....	93
<b>Figura 24</b> - Sinal CASA .....	99
<b>Figura 25</b> - Sinal PENSAR.....	99
<b>Figura 26</b> - Sinal ACANHADO .....	102
<b>Figura 27</b> - Sinal CONTENTE .....	104
<b>Figura 28</b> - Exemplos de processos de nominalização na Libras .....	106
<b>Figura 29</b> - Sinal ESPOSO .....	113
<b>Figura 30</b> - Sinal CASAMENTO .....	113
<b>Figura 31</b> - Sinal CASAR .....	113
<b>Figura 32</b> - Continuum intracategorial dos sinais substantivos.....	115
<b>Figura 33</b> - Renderização onomatopeica de sons de animais em idiomas selecionados ... .....	119
<b>Figura 34</b> - Estrutura simbólica sinal BOLA.....	121
<b>Figura 35</b> - Sinais COMPASSO, GENRO E JOVEM/NOV@ .....	122
<b>Figura 36</b> - Sinal TREE na ASL.....	125
<b>Figura 37</b> - Correspondências estruturais que foram preservadas entre a) e a imagem b) e o sinal TREE em ASL.....	126
<b>Figura 38</b> - Correspondência estruturais que foram preservadas entre a) uma imagem prototípica de um diploma e b) e o cilindro reificado traçado em c) e DEGREE na ASL .....	126
<b>Figura 39</b> - Esquema do processo de construção analógica para o sinal TREE na ASL .....	127
<b>Figura 40</b> - Sinal THINK-PENATRATE na ASL.....	128

<b>Figura 41</b> - Processo de construção analógica para o sinal THINK-PENATRATE na ASL.....	129
<b>Figura 42</b> - Sinal CHARLES CHAPLIN na Libras.....	130
<b>Figura 43</b> - Seleção de um domínio alvo a partir do domínio fonte.....	175
<b>Figura 44</b> - Espaço de realização dos sinais .....	177
<b>Figura 45</b> - Esquema Metonímico PARTE PELO TODO/CABEÇA PELA PESSOA/CARACTERÍSTICA FÍSICA PELA PESSOA.....	178
<b>Figura 46</b> - Sinal de nome da Informante I02-SE/F .....	178
<b>Figura 47</b> - Sinal de nome da Informante I38-SE/F .....	179
<b>Figura 48</b> - Esquema Metonímico PARTE PELO TODO/CABEÇA PELA PESSOA/CARACTERÍSTICA FÍSICA PELA PESSOA acrescido da metonímia PARTE DO NOME PELA PESSOA .....	180
<b>Figura 49</b> - Sinal de nome da Informante I20-N/M.....	180
<b>Figura 50</b> - Domínios e (sub)domínios localizados na cabeça selecionados para conceptualizar uma pessoa em termos de um sinal de nome.....	182
<b>Figura 51</b> - Esquema metonímico PARTE PELO TODO/CARACTERÍSTICA FÍSICA PELA PESSOA .....	191
<b>Figura 52</b> - Sinal ALTO .....	192
<b>Figura 53</b> - Sinal de nome do Informante I29-SE/M.....	192
<b>Figura 54</b> - Sinal MAGR@ .....	193
<b>Figura 55</b> - Sinal de nome da Informante I21-CO/F .....	193
<b>Figura 56</b> - Sinal BRANC@.....	193
<b>Figura 57</b> - Sinal de nome da Informante I20-S/F.....	194
<b>Figura 58</b> - Sinal de nome do Informante I05-CO/M.....	195
<b>Figura 59</b> - Sinal de nome da Informante I26-SE/F .....	196
<b>Figura 60</b> - Sinal de nome da Informante I48-SE/F .....	196
<b>Figura 61</b> - Sinal de nome do Informante I36-NE/M.....	196
<b>Figura 62</b> - Sinal de nome do Informante I37-CO/M.....	198
<b>Figura 63</b> - Sinal de nome do Informante I36-NE/M.....	199
<b>Figura 64</b> - Sinal de nome da Informante I19-CO/F .....	199
<b>Figura 65</b> - Sinal de nome da Informante I81-S/M .....	204
<b>Figura 66</b> - Sinal ASSOCIAÇÃO em Libras .....	205
<b>Figura 67</b> - Sinal de nome do Informante I41-S/F .....	204
<b>Figura 68</b> - Sinal DA Informante I08-S/F .....	205
<b>Figura 69</b> - Sinal de nome da Informante I105-S/M .....	206
<b>Figura 70</b> - Sinal RAPID@ .....	206
<b>Figura 71</b> - Sinal RESPONSÁVEL/RESPONSABILIDADE .....	207
<b>Figura 72</b> - Sinal de nome da Informante I115-S/F.....	207
<b>Figura 73</b> - Sinal de nome da Informante I79-S/F.....	207
<b>Figura 74</b> - Sinal de nome da Informante I115-S/F.....	208
<b>Figura 75</b> - Sinal de nome da Informante I13-NE/F.....	209
<b>Figura 76</b> - Sinal de nome do Informante I61-SE/F.....	209
<b>Figura 77</b> - Sinal de nome da Informante I28-SE/F .....	210
<b>Figura 78</b> - Sinal da Informante I19-SE/M .....	210
<b>Figura 79</b> - Exemplos de sinais formados a partir da metonímia ASPECTO RELEVANTE DA PROFISSÃO PELA PESSOA/PARTE DO NOME PELA PESSOA .....	211
<b>Figura 80</b> - Sinal da Informante I70-SE/M e de sua mãe .....	212

<b>Figura 81</b> - Sinal de nome formado pela metonímia CARACTERÍSTICA SALIENTE/CARACTERÍSTICA COMPORTAMENTAL/PSICOLÓGICA PELA PESSOA .....	214
<b>Figura 82</b> - Sinal de nome da Informante I56-SE/F .....	215
<b>Figura 83</b> - Sinal de nome do Informante I49-NE/F .....	216
<b>Figura 84</b> - Sinal de nome da Informante I44-CO/F .....	216
<b>Figura 85</b> - Sinal de nome da Informante I96-S/M .....	218
<b>Figura 86</b> - Sinal de nome da Informante I54-CO/F .....	219
<b>Figura 87</b> - Sinal de nome da Informante I17-SE/F .....	220
<b>Figura 88</b> - Sinal CLAR@ .....	220
<b>Figura 89</b> - Sinal de nome da Informante I73-SE/F .....	221
<b>Figura 90</b> - Sinal CHOCOLATE.....	222
<b>Figura 91</b> - Sinal de nome do Informante I51-CO/F .....	223
<b>Figura 92</b> - Sinal BERIMBAU .....	223
<b>Figura 93</b> - Sinal de nome do Informante I01-NE/M.....	224
<b>Figura 94</b> - Sinal PASTOR.....	224
<b>Figura 95</b> - Sinal de nome da Informante I27-SE/M.....	224
<b>Figura 96</b> - Sinal OVELHA.....	225
<b>Figura 97</b> - Sinal de nome da Informante I78-S/F.....	225
<b>Figura 98</b> - Sinal GORILA .....	226
<b>Figura 99</b> - Sinal de nome do Informante I88-S/F .....	226
<b>Figura 100</b> - Sinal de nome da Informante I107-S/F.....	228
<b>Figura 101</b> - Sinal de nome do Informante I12-S/M .....	228
<b>Figura 102</b> - Sinal de nome do Informante I46-S/F .....	228

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Expressões não manuais na Libras .....	52
<b>Quadro 2</b> - Definições dos tipos de antropônimos .....	61
<b>Quadro 3</b> - Principais tipos de metonímia .....	100
<b>Quadro 4</b> - Arquétipo dos substantivos e dos verbos segundo Langacker (2008) .....	111
<b>Quadro 5</b> - Mapeamento icônico e mapeamento metafórico .....	128
<b>Quadro 6</b> - Exemplo de quadro utilizado para as considerações sócio- antropomásticas .....	139
<b>Quadro 7</b> - Exemplo de quadro utilizado para as considerações a respeito dos processos de formação de um sinal de nome .....	139
<b>Quadro 8</b> - Exemplos de sinais formados a partir da metonímia CABELO PELA PESSOA .....	183
<b>Quadro 9</b> - Exemplos de sinais formados a partir da metonímia BOCHECHA POR PESSOA .....	184
<b>Quadro 10</b> - Exemplos de sinais formados a partir da metonímia OLHO POR PESSOA .....	185
<b>Quadro 11</b> - Exemplos de sinais formados a partir da metonímia SOBRANCELHA PELA PESSOA.....	186
<b>Quadro 12</b> - Exemplos de sinais formados a partir da metonímia BOCA PELA PESSOA.....	186
<b>Quadro 13</b> - Exemplos de sinais formados a partir da metonímia ORELHA PELA PESSOA.....	187
<b>Quadro 14</b> - Exemplos de sinais formados a partir da metonímia TESTA PELA PESSOA.....	187
<b>Quadro 15</b> - Exemplos de sinais formados a partir da metonímia QUEIXO PELA PESSOA.....	188
<b>Quadro 16</b> - Exemplos de sinais formados a partir da metonímia NARIZ PELA PESSOA.....	189
<b>Quadro 17</b> - Exemplos de sinais formados a partir da metonímia MARCAS FÍSICA PELA PESSOA.....	190
<b>Quadro 18</b> - Exemplos de sinais formados a partir da metonímia CARACTERÍSTICA FÍSICA PELA PESSOA .....	191
<b>Quadro 19</b> - Exemplos de sinais formados a partir da metonímia HÁBITO PELA PESSOA/MEXER NO CABELO PELA PESSOA.....	195
<b>Quadro 20</b> - Exemplos de sinais formados a partir da metonímia HÁBITO PELA PESSOA/ MEXER NO CABELO PELA PESSOA/PARTE DO NOME PELA PESSOA.....	197
<b>Quadro 21</b> - Exemplos de sinais de nome formados pela metonímia PARTE DO NOME PELA PESSOA.....	201
<b>Quadro 22</b> - Exemplos de sinais de nome que foram formados pela metonímia PARTE DO NOME PELA PESSOA com possível perda de parte da motivação .....	202
<b>Quadro 23</b> - Exemplos de Sinais formados pela metonímia SER SORRIDENTE PELA PESSOA.....	205
<b>Quadro 24</b> - Exemplos de sinais de nome formados a partir da metonímia CARACTERÍSTICAS SALIENTES PELA PESSOA .....	213
<b>Quadro 25</b> - Exemplos de sinais de nome formados a partir da metonímia CARACTERÍSTICA FÍSICA/PROFISSÃO PELA PESSOA .....	214

<b>Quadro 26</b> - Exemplos de sinais formados a partir da CARACTERÍSTICA FÍSICA/HÁBITO PELA PESSOA.....	215
--	-----

### **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1</b> - Quantidade de sub(domínios) que geraram a metonímia CARACTERÍSTICA FÍSICA PELA PESSOA.....	182
--	-----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Aspecto Comportamental
AEE	Atendimento Educacional Especializado
AF	Aspecto Físico
AS	Aspecto Social
ASL	American Sign Language
BSL	British Sign Language
CFPP	Característica Física pela Pessoa
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CLs	Classificadores
CM	Configuração de Mão
CODA	Children of Deaf Adults
DA	Deficiente auditivo
EAD	Educação a Distância
ELO	Empréstimo da Língua Oral
ELAN	<i>EUDICO</i> Language Annotator
ENM	Expressões não-manuais
GC	Gramática Cognitiva
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INDL	Inventário Nacional da Diversidade Linguística
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPOL	Instituto de Investigações e Desenvolvimento em Política Linguística
IES	Instituição de Ensino Superior
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Inclusão do Surdo
L	Locação
Lance	Laboratório de Neuropsicolinguística Cognitiva Experimental
LC	Linguística Cognitiva
LP	Língua Portuguesa
LSF	Língua de Sinais Francesa

Libras	Língua Brasileira de Sinais
LSC	Língua de Sinais Catalã
LSCB	Língua de Sinais dos Centros Urbanos
M	Movimento
MCI	Modelo Cognitivo Idealizado
MEC	Ministério da Educação e Cultura
Nuppes	Núcleo de Pesquisa em Políticas Estatuais para Surdos
Or	Orientação da Mão
P	Polo Fonológico
PA	Ponto de Articulação
PNPP	Parte do Nome pela Pessoa
PORLIBRAS	Grupo de Estudos e Pesquisas para a Investigação da Libras em Interface com a Língua Portuguesa Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
S	Polo Semântico
SEAD	Secretaria de Educação a Distância
SEESP	Secretaria de Educação Especial
TILS	Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNB	Universidade de Brasília
Unioeste	Universidade do Oeste do Paraná
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
USP	Universidade de São Paulo



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>1 SOBRE A ORIGEM E O STATUS DAS LÍNGUAS DE SINAIS E DA LIBRAS .....</b>	<b>26</b>
1.1 A COMUNIDADE SURDA BRASILEIRA E O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA LIBRAS .....	32
1.2 A LIBRAS ENQUANTO OBJETO DE ESTUDO DA LINGUÍSTICA .....	41
<b>1.3 A ORGANIZAÇÃO GRAMATICAL DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS .....</b>	<b>46</b>
1.3.1 Aspectos lexicais.....	46
1.3.2 Os parâmetros da Libras .....	48
<b>1.3.3 Os classificadores .....</b>	<b>53</b>
<b>2 A ONOMÁSTICA E O ESTUDO DOS NOMES PRÓPRIOS .....</b>	<b>59</b>
2.1 PANORAMA GERAL .....	59
2.2 OS ESTUDOS ANTROPONOMÁSTICOS.....	60
2.3 A NOMEAÇÃO DE PESSOAS EM DIVERSAS LÍNGUAS DE SINAIS .....	64
<b>3 CARACTERIZAÇÃO PRAGMÁTICA DOS SINAIS DE NOME.....</b>	<b>73</b>
<b>4 A LINGUÍSTICA COGNITIVA.....</b>	<b>80</b>
<b>4.1 CATEGORIZAÇÃO E TEORIA DOS PROTÓTIPOS .....</b>	<b>82</b>
4.2 METÁFORAS E METONÍMIAS CONCEPTUAIS .....	86
<b>4.2.1 Metáforas Conceptuais .....</b>	<b>88</b>
4.2.2 Metonímias conceptuais .....	94
4.2.2.1 Principais tipos de Metonímias conceptuais .....	100
<b>4.2.3 Interação entre metáfora e metonímia .....</b>	<b>102</b>
<b>5 A QUESTÃO DOS NOMES E DOS SINAIS DE NOMES NA LIBRAS .....</b>	<b>105</b>
<b>5.1 PROCESSOS DE NOMEAÇÃO NAS LÍNGUAS DE SINAIS: ICONICIDADE, METONÍMIA E METÁFORA CONCEPTUAIS .....</b>	<b>116</b>
5.1.1 Iconicidade Cognitiva .....	116
5.1.2 Iconicidade e as língua de sinais .....	120
5.1.2.1 O Modelo de Iconicidade proposto por Sarah Taub (2004) .....	123

5.2 METÁFORAS E METONÍMIAS CONCEPTUAIS E A FORMAÇÃO DE SINAIS ..	128
5.3 ICONICIDADE, METONÍMIA E METÁFORA NA FORMAÇÃO DOS SINAIS DE NOME – HIPÓTESES .....	131
<b>6 DESENHO METODOLÓGICO .....</b>	<b>136</b>
6.1 A NATUREZA DA PESQUISA .....	136
<b>6.2 COLETA E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS .....</b>	<b>136</b>
<b>7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS .....</b>	<b>141</b>
<b>7.1 NOMEAR É BATIZAR.....</b>	<b>141</b>
7.2 QUEM DETÉM O PODER PARA NOMEAR NA LIBRAS? .....	145
7.3 O CONTEXTO “BATISMAL” .....	149
<b>7.3.1 O contexto de formação em Libras: espaço fértil para a nomeação de pessoas ouvintes .</b>	<b>150</b>
7.3.2 O contexto da educação formal .....	154
<b>7.3.3 O contexto da religião .....</b>	<b>157</b>
7.3.4 O contexto da família .....	158
7.3.5 Outros contextos .....	160
<b>7.4 QUANDO SE NOMEIA .....</b>	<b>162</b>
7.5 AS (POSSÍVEIS) MUDANÇAS DE UM SINAL DE NOME .....	165
<b>7.6 PROCESSOS CONCEPUTUAIS SUBJACENTES À FORMAÇÃO DOS SINAIS DE NOME .....</b>	<b>173</b>
7.6.1 Metonímias conceptuais subjacentes à formação dos sinais de nome .....	174
7.6.1.1 Sinais de nome mais prototípicos .....	176
<b>7.6.2 Sinais de nomes menos prototípicos .....</b>	<b>194</b>
<b>7.6.3 Sinais formados por etimologia associativa (ou etimologia popular) .....</b>	<b>217</b>
7.6.4 Sinais de nome formados por empréstimos semânticos .....	219
7.6.5 Interações entre as metáforas e metonímias conceptuais subjacentes ao sinal de nome .....	221
7.6.6 Sinais formados por circunstâncias inusitadas no momento da atribuição .....	227
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>229</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>234</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>249</b>

## INTRODUÇÃO

A forma como reconheço<sup>1</sup> as pessoas surdas, não pelo viés do déficit, mas enquanto comunidade linguística minoritária, foi ressignificada durante meu processo de aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Como vários outros colegas intérpretes de Libras, adentrei ao “mundo dos surdos” pelo contexto religioso. À época, enquanto aprendia a língua, eu ministrava estudos bíblicos para surdos, interpretava em uma pequena igreja e cheguei a cursar teologia, com o objetivo de embasar melhor minha caminhada cristã. Meu aprendizado da Libras iniciou (e ainda não terminou) no ano de 1996, e foi permeado pela cultura surda desde os primeiros contatos. Como naquele momento não era fácil encontrar cursos, aprendi com os próprios surdos, nos *pontos de encontro surdos*<sup>2</sup>, principalmente na igreja e no terminal de ônibus na minha cidade natal: Joinville. Convivendo com eles, pude aprender os “trejeitos” surdos. Privilégio! Eu não pensava em graus de surdez, nunca tive muito interesse por aparelhos auditivos, tampouco buscava aplicar um modelo cultural ouvinte dominante a esse grupo. Eu apenas era amiga dos surdos!

Não demorou muito tempo e me tornei tradutora e intérprete de língua de sinais (TILS) em outros contextos, de forma voluntária, atuando em situações em que os surdos precisavam de algum atendimento, principalmente, nas áreas da saúde e em contextos jurídicos. Como ocorreu com outros intérpretes, eu iniciava uma formação por meio da atuação, sem ter ciência disso naquele momento (ANATER; RECH, 2010). Para ilustrar, recordo-me da minha primeira experiência como TILS, atuando em uma escola particular de Curitiba em 1999, contratada pelos próprios pais de alunos surdos. A informalidade e a desinformação quanto às especificidades linguísticas, educacionais e culturais envolvendo a comunidade surda eram tamanhas, que a escola acreditava que estava me emprestando um lugar para eu trabalhar, e muitos profissionais da educação que ali atuavam tinham uma visão da Libras enquanto mímica e se referiam a mim como a “menina da mímica”.

---

<sup>1</sup> Na primeira seção desta tese, tendo em vista que abordo a minha trajetória pessoal na comunidade surda, usarei a primeira pessoa do singular. Nas demais seções e nos demais capítulos, usarei a terceira pessoa do plural, tendo em vista que esta é a pessoa verbal mais utilizada em trabalhos acadêmicos.

<sup>2</sup> É muito comum os surdos, em diversas cidades, elegerem alguns locais onde podem se encontrar e compartilhar sua língua. Os terminais de ônibus são estratégicos, pois a grande maioria dos surdos trabalha/estuda em locais onde são minoria e não interagem em Libras. Então, ao final do dia, muitos param nos terminais centrais para poderem fazer a conexão entre o ônibus que veio da empresa ao que vai levá-los até suas casas. Na minha experiência pessoal, no final da década de 1990, quando as redes sociais não tinham a força que têm na atualidade, eu via os surdos reunindo-se diariamente e compartilhando notícias, novidades e fatos que acreditavam ser interessantes. Aqueles que tinham uma maior compreensão da Língua Portuguesa, ou que conseguiam compreender as notícias, repassavam aos outros os conteúdos por meio da língua de sinais. Era possível perceber, inclusive, uma certa hierarquia entre eles, isto é, quem tinha mais acesso ao conhecimento era visto enquanto liderança.

Como TILS, atuei em todos os níveis educacionais da educação básica; na graduação, em cursos como Administração, Pedagogia, Biomedicina, Sistema da Computação e Psicologia; na Pós-Graduação, em Linguística (mestrado e doutorado), além de cursos profissionalizantes ligados à área elétrica e sistemas de programação. Em cada um desses espaços, foi necessário um novo aprendizado pessoal e profissional, bem como uma busca pela melhor maneira de “marcar um território” e contribuir para que os demais atores daquele cenário entendessem a importância da Libras para o processo de ensino e aprendizagem do surdo, bem como para sua autonomia.

Nesses mais de vinte e quatro anos de caminhada participando da comunidade surda<sup>3</sup>, presenciei o reconhecimento da Libras enquanto língua da comunidade surda brasileira (Lei n.º 10.436/02), a aprovação do Decreto 5626/05, que regulamenta a referida Lei, a participação no primeiro PROLIBRAS<sup>4</sup>, ingressei na primeira turma de Mestrado em Linguística, pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), que possibilitou que a avaliação fosse realizada aferindo os conhecimentos a respeito da Libras e da comunidade surda, bem como fiz parte da equipe do primeiro curso da América Latina de Letras/Libras EAD, oferecido também pela UFSC em parceria com diversas universidades espalhadas em todo território nacional.

Foi neste contexto que eu me aproximei dos Estudos Surdos<sup>5</sup>, e pelos quais pude perceber que eu não era apenas amiga dos surdos. Eu era uma ouvinte, pertencente a uma comunidade linguisticamente majoritária, que historicamente rotulou e estigmatizou a comunidade surda e a língua de sinais. A partir deste período, envolver-me com essa comunidade passou a ser, de forma consciente, a partir de uma base teórica para pensar as práticas e não mais de maneira intuitiva. Nesta época eu iniciei o curso de Pedagogia.

Por fim, eu me tornei professora de Libras. Uma decisão difícil frente às reivindicações da comunidade surda pela legitimidade de que os próprios surdos devem ensinar a língua de

---

<sup>3</sup> Segundo Assis Silva (2012), o conceito de comunidade surda foi utilizado primeiramente no plural, por religiosos católicos, designando uma paróquia que contava com a presença de surdos. Mais tarde, luteranos acrescentaram a essa categoria escolas e associações de surdos e, por fim, religiosos batistas incluíram bares, *shoppings*, rodoviárias e praias onde os surdos se reuniam. Para além das instituições e lugares de sociabilização, *comunidade surda*, segundo o autor, é uma categoria política. Ainda segundo Strobel (2008), podemos compreender que a comunidade surda é composta por um grupo de pessoas que partilham objetivos em comum e trabalham para alcançá-los. Assim, na comunidade surda, são incluídas pessoas surdas ou ouvintes que apoiam ativamente esses objetivos. Podemos citar familiares, amigos, intérpretes e militantes, cujos objetivos são em prol dos direitos dos surdos.

<sup>4</sup> Exame Nacional para Certificação de Proficiência no uso e no ensino de Libras e para Certificação de Proficiência na tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa/Libras, que certifica pessoas ouvintes ou surdas fluentes em Libras. Cf. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (<http://portal.inep.gov.br/prolibras1>).

<sup>5</sup> Os Estudos Surdos em Educação podem ser pensados como um território de investigação educacional e de proposições políticas que, através de um conjunto de concepções linguísticas, culturais e comunitárias e de identidades, definem uma particular aproximação – e não uma apropriação, com o conhecimento e com os discursos sobre a surdez e o mundo dos surdos (SKLIAR, 2001, p. 29).

sinais. Entretanto, com a escassez de profissionais surdos formados e as exigências dos processos seletivos, entendi que minha trajetória e formação me dariam subsídios para atuar na docência. Isso foi no ano de 2011.

Ao redigir esse breve relato da minha relação com a Libras e as pessoas surdas, vem em minha memória lembranças muito caras. Lembro-me do primeiro casal de surdos que conheci, os quais foram meus primeiros amigos surdos e “professores” de Libras. Naquele tempo, eu trabalhava nos Correios e, pelo menos umas três vezes por semana, eu passava na casa deles ao final do expediente para papear. Havia uma troca linguística entre nós: eu ensinava a Língua Portuguesa a eles e, por sua vez, ensinavam-me Libras. E foi por meio deles que eu ganhei meu sinal de nome, ou seja, meu nome na Libras (Figura 1), a minha identidade dentro da comunidade surda.

**Figura 1** - Sinal da autora na Libras<sup>6</sup>



Fonte: Acervo da autora (2022).

Usar um sinal de nome para me apresentar ou para referenciar outra pessoa foi sempre tão normal para mim, que nunca havia pensado a respeito dele, do mesmo modo que não tinha o hábito de refletir a respeito do meu próprio nome de batismo na Língua Portuguesa. Tudo mudou quando, em 2018, cursei, como aluna especial, a disciplina de Onomástica ministrada pela professora Doutora Márcia Sipavícius Seide, ofertada pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Unioeste. Os estudos Onomásticos conduzidos durante a disciplina envolveram as duas grandes áreas desta ciência: Toponomástica – estudo dos nomes de lugares – e Antroponomástica – estudo dos nomes de pessoas –, sendo esta última aquela que povoava a maioria dos meus pensamentos e reflexões.

Durante toda a minha convivência com surdos pude observar a circulação na comunidade surda, de um discurso de exclusividade dos surdos no que diz respeito à autoridade de apenas eles poderem criar um sinal novo nesta língua, bem como atribuir a alguém um sinal

---

<sup>6</sup> Meu sinal é feito com a Configuração de mão em G, primeira letra do meu nome na Língua Portuguesa, e foi motivado pelo uso de aparelho ortodôntico.

de nome. Curiosamente, eu, internamente, sempre questioneei a respeito da exclusividade dos surdos em criar os neologismos, mas nunca questionava a respeito da exclusividade em nomear indivíduos. Foi a partir dos Estudos Antroponomásticos que encontrei subsídios para entender minha empírica diferenciação, pois, refletir a respeito dos nomes próprios me possibilitou o conhecimento do valor simbólico de um nome dentro de uma comunidade. Aqueles que pertencem à comunidade surda certamente têm um sinal de nome<sup>7</sup>, os quais carregam a visualidade da Libras e podem se configurar como marca de pertencimento.

Nesse contexto, iniciei pesquisas a respeito dos sinais de nome e pude identificar que, salvo algumas raras produções, os nomes próprios em Libras não eram estudados. A constatação deu-se pela realização de uma pesquisa bibliográfica feita por mim e pelas professoras doutoras Fabíola S. F. Sell (UDESC) e Márcia Sipavícius Seide (Unioeste), denominada *A nomeação de pessoas em diferentes comunidades surdas* (SELL; RECH; SEIDE, 2020). Ao realizarmos uma revisão de literatura, identificamos estudos a respeito dos sinais de nomes na *Língua de Sinais Americana* (SUPALLA, 1990), *Língua de Sinais Sueca* (BÖRSTELL, 2017), *Língua de Sinais Grega* (KOURBETIS; HOFFMEISTER, 2002), *Língua de Sinais Chinesa* (YAU; HE, 1989) e uma proposta de taxonomia para os sinais de nomes da Libras a partir de dados coletados apenas na cidade de Goiás (BARROS, 2018). Por meio deste estudo, percebemos semelhanças e diferenças nos processos de nomeação nessas diversas comunidades surdas, as quais refletem seus aspectos culturais e sociais. Identificamos que, apesar de as pesquisas versarem a respeito de um nome que identifica um indivíduo específico, o qual pode ser considerado um nome próprio, a maioria não dialogam com os Estudos Antroponomásticos. Nesse sentido, acreditamos que tal diálogo poderia contribuir significativamente com a descrição do processo de nomeação em comunidades surdas.

A constatação de que o processo de nomear está relacionado aos aspectos de uma determinada comunidade e que as culturas podem ter influências nas motivações das escolhas dos nomes (VAN LANGEDONCK, 2007b), bem como a identificação de que poucos trabalhos que vinculem as investigações sobre os nomes próprios em Libras aos Estudos Onomásticos, me levaram até a proposta desta pesquisa, cujo objetivo geral é identificar as características sócio-antroponomásticas referentes à atribuição de sinais de nome na comunidade surda usuária da Libras a partir da hipótese de que as metonímias/metáforas conceituais estruturam o processo de nomeação nesta língua.

---

<sup>7</sup> Pessoas que não fazem parte da comunidade surda podem ter um sinal de nome objetivando referenciá-las, mas, neste caso, não possuem um caráter de pertencimento a esta comunidade.

Para alcançar o objetivo traçado nesta pesquisa, propomos os seguintes objetivos específicos: i) descrever os aspectos sócio-antrponomásticos da atribuição de um sinal de nome, tais como: o contexto da nomeação, quem pode nomear e a possibilidade de alteração de um sinal de nome; ii) identificar quais tipos de metonímia/metáfora subjazem a formação de um sinal de nome; iii) descrever aspectos da categorização e conceptualização envolvidos nesta formação.

A perspectiva teórico-metodológica que permeia este trabalho encontra-se dentro do campo da Linguística Cognitiva (LC), na qual as unidades e estruturas da linguagem são vistas como “manifestações de capacidades cognitivas gerais, da organização conceptual, de princípios de categorização, de mecanismos de processamento e da experiência cultura, social e individual” (SILVA, 1997, p.59), e não como entidades autônomas. Os principais teóricos cognitivistas que embasam as discussões são: Lakoff; Johnson (2002 [1980]), Lakoff (1987); Radden; Kövecses (1999) e Barcelona (2003, 2012, 2015).

No que diz respeito à abordagem metodológica, esta pesquisa utiliza procedimentos quantitativos – tanto para a constituição da amostra quanto para seu tratamento por meio de técnicas de cálculo percentual –, e qualitativos – no que tange à descrição de aspectos sócio-antrponomásticos dos sinais de nome, bem como para o estabelecimento das categorias conceptuais que subjazem à construção de um sinal de nome.

A amostra analisada é oriunda de um projeto de pesquisa denominado Estudos Onomásticos da Língua Brasileira de Sinais – Libras, desenvolvido por mim na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). O instrumento de coleta foi um questionário *on-line*, composto por oito perguntas, sendo as quatro primeiras destinadas às informações básicas do informante (estado em que reside, se era surdo ou ouvinte, gênero e idade) e quatro destinadas às informações referentes aos sinais de nome: 1) você certamente tem um sinal em Libras. Por que seu sinal é realizado dessa forma? 2) quem te deu esse sinal? Em que época/contexto? 3) quais são seus sentimentos em relação ao seu sinal? Por quê? 4) como você se apresenta em Libras?<sup>8</sup>. Nesta tese, analisamos 393 respostas oriundas de pessoas ouvintes, residentes de todas as regiões do país.

Com o intuito de realizar uma contextualização a respeito da constituição das comunidades surdas brasileiras e das línguas de sinais existentes no Brasil, no primeiro capítulo, apresento uma breve trajetória histórica a respeito das formas de conceber os surdos e as línguas de sinais, bem como a importância dos movimentos ativistas surdos, e o papel das igrejas e da

---

<sup>8</sup> Essa questão foi respondida em forma de vídeo, ou seja, o informante mostrava, por meio da Libras, o seu sinal de nome.

academia na consolidação da Libras enquanto língua reconhecida por meio de lei. Assumo, neste capítulo, a concepção de surdez a qual advogo e baseio esta tese, a qual se constitui por um viés linguístico e cultural, compactuando com Wrigley (1996, p. 8) quando diz que “a surdez diz menos à audiologia do que à epistemologia”. Ao apresentar um panorama das pesquisas realizadas na área, bem como as promissoras ações da Universidade Federal de Santa Catarina, no sentido de padronizar metodologias de coleta e sistematização de dados que, certamente contribuirão para consolidação dos estudos linguísticos na Libras, registro a existência de outras línguas de sinais já identificadas, apesar destas não serem alvos da pesquisa. Contudo, este trabalho foca, especificamente, na Libras – Língua Brasileira de Sinais – e nas comunidades surdas que a utilizam espalhadas por todo território nacional. Por fim, na terceira seção deste capítulo apresento aspectos relacionados às questões gramaticais específicas da Libras.

No segundo capítulo, apresento um panorama geral a respeito dos Estudos Onomásticos, com foco nos Estudos Antroponomásticos nas línguas orais, localizando suas gênesis e principais teóricos. De igual modo, apresento estudos voltados aos antropônimos em diversas línguas de sinais, incluindo a Libras. No mesmo capítulo, ofereço uma discussão a respeito das pesquisas realizadas com relação aos nomes (comuns) na Libras para, então, apresentar algumas hipóteses a respeito dos nomes próprios nessa língua.

No terceiro capítulo, com base nos estudos de Van Langendonck (2007b), Teixeira (2007) e Ainiala, Saarelma e Sjöblom (2016), Brylla (2016), Butkus (1999) e Amaral e Seide (2020), proponho uma caracterização pragmática dos sinais de nome, discutindo semelhanças de diferenças entre estes signos e os apelidos, uma vez que ambos são considerados nomes não oficiais.

No quarto capítulo, dedico-me ao aporte teórico que embasará a tese: a Linguística Cognitiva (LC), conforme exposto anteriormente. Tendo em vista que a LC pode ser compreendida como um arquipélago sem um território delimitado (GEERAERTS, 2006), constituído por várias abordagens. Neste capítulo, apresento um breve histórico da área, discutindo a respeito da categorização e da nomeação e da perspectivação conceptual, e, por fim, abordo aspectos da conceptualização, como a metáfora e a metonímia, tendo em vista a importância desses processos na elaboração dos significados, conforme postulado por Lakoff e Johnson (1980 [2002]).

Para que se possa compreender os nomes próprios na Libras, acredito ser importante tecer comentários a respeito dos nomes comuns nesta língua. Tal discussão é apresentada no quinto capítulo. Visando sustentar a abordagem adotada, ainda neste capítulo, apresento um tema caro à Linguística Cognitiva: a iconicidade. Na sequência, abordo o papel da iconicidade



nas línguas de sinais a partir das teorias propostas por Wilcox (2004) e Taub (2004). Outro tema discutido neste capítulo diz respeito ao papel das metáforas e metonímias conceptuais e a formação dos sinais, com base nos estudos dos autores supracitados. Por fim, aplico essas teorias aos sinais de nome, apresentando as hipóteses a serem averiguadas nas análises dos dados.

No que cabe ao percurso metodológico, no sexto capítulo, justifico que estamos diante de uma pesquisa qualitativa, com aporte do método quantitativo, posto que, para alcançar o objetivo proposto, o planejamento da pesquisa, a elaboração do instrumento de coleta de dados e a coleta de dados em si seguem procedimentos qualitativos. Contudo, nas análises, quando necessário, utilizamos técnicas estatísticas. No referido capítulo, também tratamos da amostra dos dados. Destacamos que a coleta dos dados se iniciou em 2018 a partir do Projeto de Pesquisa denominado *Estudos Onomásticos da Língua Brasileira de Sinais*, devidamente registrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, instituição na qual sou docente. O instrumento de coleta foi um questionário fechado disponível de forma *on-line*, o qual foi amplamente divulgado em diversos grupos de *WhatsApp* destinados a troca de informações a respeito da Libras, bem como por meio de *e-mails* e mensagens individuais enviadas às pessoas que atuam na área da educação de surdos, as quais são conhecidas pela autora, em virtude de sua longa trajetória na comunidade surda. Por fim, demonstro a forma como os dados foram analisados, apresentando as tabelas criadas para a categorização dos dados.

O sétimo capítulo é dedicado à análise dos dados, uma vez que me proponho a analisar aspectos sócio-antroponomásticos e o papel das metonímias e metáforas subjacentes à formação dos sinais de nome, este capítulo é dividido em duas partes. A primeira parte é destinada aos aspectos sócio-antroponomásticos dos sinais de nome. Nesta seção, apresento a forma como as pessoas ouvintes perspectivam os sinais de nome, os locais em que receberam seus sinais de nome, quem foram os responsáveis pelas atribuições e as possíveis mudanças que ocorreram nos sinais de nome.

A segunda parte da análise foi realizada, principalmente, a partir dos estudos realizados por Lakoff e Johnson (2002 [1980]) e Barcelona (2015). Nesta seção, identifico que, prototipicamente, as metonímias conceptuais têm papel central nos processos conceptuais subjacentes à formação de um sinal de nome.

Nas Considerações Finais, sintetizo as reflexões apresentadas ao longo da tese, retomo as hipóteses apresentadas, apresento as lacunas que não foram investigadas, seguidas de sugestões para futuras pesquisas.

## 1 SOBRE A ORIGEM E O *STATUS* DAS LÍNGUAS DE SINAIS E DA LIBRAS

O nosso ponto de vista normal em relação aos surdos, a forma como falamos deles, são um produto da história (LANE, 1992, p. 11).

As palavras de Lane (1992), impressas na epígrafe desta seção, possibilitam tecer reflexões no que se refere às diversas representações socialmente construídas a respeito dos surdos, ressignificadas no decorrer da história. Basicamente, conforme Skliar (1998), há pelo menos duas perspectivas quanto ao modo de perceber os surdos: de um lado a surdez está inserida no discurso sobre a deficiência e, do outro, a surdez enquanto uma diferença a ser politicamente reconhecida, uma experiência visual e uma identidade múltipla e multifacetada (SKLIAR, 1998, p. 11).

É consenso entre aqueles que se propõe à incursão de historicizar a trajetória dos surdos apontar que, desde a Antiguidade greco-romana, os natisurdos eram vistos com seres humanos desprovidos de aptidões cognitivas, em virtude da influência dos intelectuais da época, os quais acreditavam que o pensamento não se desenvolvia sem a fala (MOURA; LODI; HARRISON, 1997; SACKS, 1998). O filósofo Aristóteles pressupunha que era por meio da linguagem que o indivíduo se constituía humano, assim sendo, somente por meio dela conseguiria desenvolver as faculdades mentais. O escritor e pesquisador surdo Berthier (1984) denunciou várias atrocidades cometidas contra crianças surdas e aquelas consideradas retardadas (morte por asfixia, morte por garganta cortada, crianças lançadas de precipícios) evidenciando o pensamento da época: “era uma traição poupar uma criatura de quem a nação nada poderia esperar” (BERTHIER, 1984, p. 165 *apud* NASCIMENTO, 2006, p. 257).

No início da Idade Média, ainda persistia a desumanização dos surdos, agora envolta em uma perspectiva religiosa, uma vez que, para os preceitos católicos, não era cabível considerá-los imortais, visto que, não poderiam falar os sacramentos (MOURA; LODI; HARRISON, 1997). Neste período, segundo Sacks (1998), a situação daqueles que nasciam surdos era calamitosa, pois ainda era comum o isolamento, a falta de comunicação com os parentes, a privação do acesso à educação e a subjugação a que eram expostos, sendo considerados quase como imbecis. Entretanto, como veremos adiante, foi exatamente no ambiente religioso que o processo de escolarização de surdos se instaurou.

Antes de adentrar na narrativa proposta, cabe identificar a presença de uma “língua de sinais” nos mosteiros medievais. Segundo Reily (2007), alguns mosteiros das ordens Beneditinas (ocidentais) estabeleceram o voto do silêncio como prática diária, principalmente

no decorrer das atividades laborais cotidianas. Objetivando comunicar-se durante esse período de silêncio, os monges, de diferentes ordens, desenvolveram uma espécie de linguagem de sinais manuais. A autora relata que, mesmo com a escassez de fontes que descrevem como a prática da comunicação sinalizada acontecia, sabe-se da existência de diversos alfabetos manuais e de listas de sinais utilizados em vários mosteiros.

O monge beneditino Pedro Ponce de León (1520-1584) é, historicamente, reconhecido como o primeiro educador de surdos. Naquele período, uma prática não muito incomum na aristocracia espanhola era a realização de casamentos consanguíneos, com a finalidade de manter as riquezas entre as famílias e, por conta disso, a surdez era recorrente entre os descendentes. Entretanto, para que pudessem herdar os títulos e as heranças, essas crianças precisariam aprender a ler e escrever. Foi neste contexto que León iniciou seu trabalho enquanto educador de dois surdos, filhos de nobres, chamados Francisco e Pedro Fernández de Velasco Tovar, os quais tinham mais sete irmãos, dentre eles duas meninas surdas, que foram para outro convento. Reily (2007) acredita na hipótese de que, provavelmente, uma forma de sinalização caseira foi desenvolvida entre eles e que alguns desses sinais talvez tenham encontrado espaço dentre aqueles utilizados pelo monge espanhol. Ainda conforme a autora:

O trabalho de Ponce de León foi reconhecido nacionalmente, havendo outros nobres com filhos surdos que deveriam ser educados para que pudessem cumprir seu papel de herdeiros. Grande parte dos registros de sua metodologia perdeu-se, mas sobraram descrições de terceiros e uma folha manuscrita pelo próprio monge apresentando-a. Por esses fragmentos, Plann deduziu que os sinais beneditinos foram utilizados no início, **complementados talvez pelos sinais caseiros dos irmãos Velasco** (REILY, 2007, p. 321, grifo nosso).

Sacks (1998) registra o encontro do abade francês Charles Michel de l'Épée<sup>9</sup> (1712 – 1789) com a língua de sinais utilizada por surdos pobres que viviam nas ruas de Paris como um marco para uma mudança na forma de olhar para os surdos. Segundo o autor, o abade não aceitava a ideia de que os surdos-mudos (como eram denominados na época) fossem privados da confissão dos pecados, dos ensinamentos da igreja, do acesso à Palavra de Deus. O método de ensino de l'Épée, denominado sinais metódicos, consistia no uso dos sinais<sup>10</sup> já utilizados pelos surdos, acrescido de outros que ele mesmo criou para que pudessem representar melhor

<sup>9</sup> Reily (2007) destaca que, no século XVIII, os mosteiros já não mais funcionavam da mesma forma que na Idade Média. Desse modo, contrário à experiência de Ponce de León, l'Épée estabeleceu contato com os sinais em sua convivência com os surdos, a partir daí, foi criando mímicas.

<sup>10</sup> Apesar de l'Épée reconhecer que os surdos possuíam uma língua e que por meio dela os surdos poderiam se comunicar, para o abade, esta língua não possuía uma gramática e não era possível ensinar a escrita por meio da forma como normalmente era utilizada pelos surdos (MOURA, LODI E HARRISON, 1997).

a estrutura da língua francesa e, assim, ensinar os surdos a ler e a escrever de forma correta (MOURA; LODI; HARRISON, 1997).

Outro registro importante sobre a biografia do abade l'Épée diz respeito ao mérito de, em 1775, ter fundado a primeira escola pública para surdos em Paris, onde os sinais metódicos eram utilizados, e se advogava em favor da linguagem de sinais como a língua natural dos surdos. No ano de 1791, a escola tornou-se o Instituto Nacional para Surdos-Mudos de Paris, hoje *Institut National de Juenes sourds de Paris*<sup>11</sup>, o qual estava sempre recebendo interessados em aprender a respeito da metodologia utilizada pelo religioso, treinando diversos professores que disseminaram suas metodologias e visões na França e na Europa por meio da criação de mais de vinte e uma escolas para surdos (SACKS, 1998).

Cumprido destacar que, nesse período histórico, outras metodologias para ensino de surdos eram adotadas. O português Jacob Rodrigues Pereira (1715-1780), por exemplo, defendia o método oralista e era crítico do método gestualista. Para ele, era apenas por intermédio da fala que o surdo poderia ter condições de uma verdadeira integração na sociedade. Da mesma forma, o médico alemão Samuel Heinicke (1729-1790) desenvolveu um método oralista puro e obteve êxito ao ensinar uma menina surda a oralizar, fazer leitura labial e escrever (GOES; CAMPOS, 2014). Heinicke fundou, em 1778, a primeira escola que educava os surdos utilizando o método oralista e se opunha ferrenhamente ao método gestualista. Praticamente todos os países que falavam o alemão seguiram de alguma forma o seu método (MOURA; LODI; HARRISON, 1997).

Lane (1992, p. 103) afirma que “a educação é o campo de batalha onde as minorias linguísticas ganham ou perdem seus direitos”. Ainda segundo o autor, quando um grupo que detém uma língua dominante deseja aniquilar uma língua não dominante, duas estratégias podem ser adotadas: substituir a língua por completo ou transformá-la em um dialeto (LANE, 1992). A partir deste entendimento, Lane considera que as línguas de sinais sofreram uma grande tentativa de apagamento após as deliberações do famoso Congresso de Milão, realizado em setembro de 1880, com o objetivo de discutir, dentre outras questões: vantagens/desvantagens dos internados, tempo de formação para educação formal, quantidade de alunos por sala e a melhor forma de educar os surdos. Este evento é um marco nas narrativas a respeito da história da educação dos surdos, pois, sem a consulta de professores surdos, 164 profissionais ouvintes determinaram que o método oral deveria ter preferência ao método

---

<sup>11</sup> Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris.

gestual na educação dos surdos (SILVA, 2006b). Para Lane (1992), as resoluções do Congresso de Milão servem a um projeto nacionalista/monolíngue, pois, segundo o autor:

No período que se seguiu a Milão a política de aniquilamento das linguagens gestuais substituindo-as por línguas faladas abateu-se sobre a Europa como uma maré diluvial. O avanço da <oralidade> varreu muitas escolas e pessoas. Não existe uma única explicação para tal onda em questões humanas [...]. Por exemplo, a subsequente exigência de <somente o inglês> nas escolas americanas de ASL para crianças coincidiu com, e foi reforçada por, uma exigência semelhante, feita às escolas que usavam outras línguas minoritárias, tal como o alemão (LANE, 1992, p. 111).

Rocha (2009) considera frágeis as colocações feitas por Lane (1992) no tocante a uma possível aproximação do debate entre educação de surdos e questões nacionais, pois, naquele momento histórico, os surdos não estavam organizados de forma social, política e linguística ao ponto de representar uma ameaça aos poderes soberanos das diversas nações representadas no Congresso. Ademais, segundo a autora, parece haver uma narrativa que demarca dois períodos na história da educação de surdos: “antes de Milão”, quando a língua de sinais era utilizada na educação de surdos e que resultavam em um bom desempenho, e “depois de Milão”, que compreendia um “tempo mítico” o qual seria o “início de uma idade obscura na qual os surdos não poderiam utilizar a língua de sinais e seriam forçados à aquisição de linguagem oral.” (ROCHA, 2009, p. 89). Nas palavras da autora,

Historicamente, como vimos, discussões travadas acerca do processo de escolarização envolvendo pessoas surdas tinham como questão central a aquisição de uma linguagem que poderia ser oral ou escrita. Embora apresentando repetidamente como embate dominante – a disputa entre a aquisição de linguagem oral e a utilização da linguagem de sinais –, também emergem da história, numa pesquisa mais aprofundada, projetos para aquisição da linguagem escrita. É possível afirmar que o embate acima mencionado tenha sido travado muitas vezes em função da escolha de qual das duas modalidades linguísticas, por exemplo, favoreceriam o desenvolvimento da escrita. E certamente essas perspectivas se alteravam na rota da história (ROCHA, 2009, p. 125).

Para além de questões relacionadas ao domínio, ou apenas soluções metodológicas a respeito da educação de surdos, o que nos parece razoável inferir é um certo desprestígio da língua de sinais em relação às línguas orais, pois, mesmo quando elas estavam sendo adotadas, o objetivo final era chegar a uma grafia que representasse a língua falada. Outro ponto importante diz respeito à existência de uma certa tutela dos ouvintes sob os surdos, desconsiderando os anseios da própria comunidade e, de certa forma, reforçando o que vem

sendo pregado desde a Antiguidade: a importância da fala para uma verdadeira integração na sociedade. Tendo como referencial de normalidade a possibilidade de ouvir, muitos ouvintes enxergam a surdez pelo viés da *deficiência audiológica*, que apresenta como consequência a exclusão de seu mundo e a uma imersão em um universo de solidão e isolamento, sendo assim, dignos de auxílios caridosos (WRIGLEY, 1996). A própria forma de identificar os surdos carrega conceitos e rótulos vistos como incorretos e/ou pejorativos como: *surdo-mudo, mudo, mudinho, deficiente auditivo, d.a., surdo leve, surdo moderado, surdo profundo, surdo oralizado*. Os efeitos desses estereótipos são prejudiciais ao fortalecimento e constituição linguística e cultural das pessoas surdas.

Ao adotar um modelo cultural da surdez, Lane (1992, p. 33) esclarece a necessidade de “substituir as regras da medicina pela curiosidade da etnografia”. Segundo o psicólogo, há mais em comum entre a comunidade surda americana e a comunidade hispano-americana do que entre os americanos com deficiência, uma vez que, é comum entre os dois primeiros grupos compartilharem entre seus membros uma cultura e uma língua. O autor continua esclarecendo que a inserção de um novo membro na comunidade dos surdos não tem nenhuma relação com qualquer tipo de diagnóstico clínico, senão pelo compartilhar de comportamentos culturais e linguísticos. A esse respeito, Quadros (2019) acrescenta que o surdo, ao se encontrar com a comunidade surda, sente-se impactado, pois “a relação de pertencimento é imediatamente estabelecida a partir da condição da surdez” (QUADROS, 2019, p. 35). É nesse encontro que, para a maioria dos surdos, a herança linguística é transmitida, uma vez que 95% desses sujeitos têm pais ouvintes (QUADROS, 2017; LANE, 1992), que, em grande parte, desconhecem ou até mesmo rejeitam<sup>12</sup> qualquer tipo de construção identitária/linguística diferente daquelas que entendem como normais.

É a partir dessa visão, que Wrigley (1996, p. 25) defendeu que “a surdez é um país cuja história é reescrita de geração em geração” e que, a partir das experiências vividas por famílias que recebem pela primeira vez um filho surdo, faz-se necessário reinventar e resgatar o “conhecimento social da surdez”, frente aos novos conhecimentos produzidos pelos profissionais que integram o mercado audiológico ou aos que oferecerão uma “esperança de um concerto para o corpo danificado” (WRIGLEY, 1996, p. 25).

---

<sup>12</sup> Dependendo de como os pais são orientados quando descobrem a surdez, ainda nos dias de hoje, eles podem ter comportamentos positivos com relação à língua de sinais e ao papel desta na construção da identidade e da subjetividade surda, ou conceberem a língua de sinais enquanto inimiga, aquela que será responsável por um isolamento social ou que permitirá que ele apenas conviva com o seu “gueto”, podendo a ter práticas que Skliar (1998) denominou de *ouvintismo*, ou seja, “de um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte” (SLKIAR, 1998, p. 15).

O que parece, muitas vezes, acontecer é uma resistência por parte daqueles que não convivem com as comunidades surdas em admitir a existência de uma cultura surda<sup>13</sup>, entretanto, no campo da antropologia, a partir de Geertz (1973), é possível conceber a cultura de uma forma simbólica:

O conceito de cultura que eu defendo [...] denota um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas, por meio dos quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação a vida (GEERTZ, 1993 p. 89 *apud* CHARTIER, 2010, p. 35).

A cultura surda, assim, pode ser entendida pelo compartilhar das experiências das pessoas surdas, nas suas trocas linguísticas e culturais nos encontros “surdo-surdo” (PERLIN, 1998) realizados nas associações, nas escolas e em encontros informais. Esses momentos promovem um pertencer a um grupo cultural distinto, que compartilham a língua de sinais, costumes e tradições da comunidade. Ainda nas palavras de Perlin (1998):

Já afirmei que ser surdo é pertencer a um mundo de experiência visual e não auditiva. Sugiro a afirmação positiva de que a cultura surda não se mistura à ouvinte [...] O adulto surdo, nos encontros com outros surdos, ou melhor, nos movimentos surdos, é levado a agir intensamente e, em contato com outros surdos, ele vai construir sua identidade fortemente centrada no ser surdo, a identidade política surda. Trata-se de uma identidade que se sobressai na militância pelo específico surdo (PERLIN, 1995, p. 56).

Assim, embora muitos definam a surdez pela deficiência, os surdos se autodefinem em termos culturais e linguísticos (WRIGLEY, 1996). Em vários países do mundo, esses sujeitos vêm organizando-se no sentido do reconhecimento das línguas de sinais e, por consequências políticas, na reflexão sobre o uso e o ensino dessas línguas. Em seguida, será discutido a realidade da comunidade surda brasileira e da Libras.

---

<sup>13</sup> Como exemplo, pode-se citar a famosa entrevista concedida à *Revista da Feneis*, pela então Secretária da Educação Especial do Ministério da Educação (MEC), Martinha Claret. Quando indagada a respeito da importância das escolas de surdos enquanto espaço de enaltecimento da cultura e identidades surdas, disse a secretária: “[...] do ponto de vista da educação inclusiva, o MEC **não acredita que a condição sensorial institua uma cultura**. As pessoas surdas estão na comunidade, na sociedade e compõem a cultura brasileira. Nós entendemos que não existe cultura surda e que esse é um princípio segregacionista. As pessoas não podem ser agrupadas nas escolas de surdos porque são surdas. Elas são diversas. Precisamos valorizar a diversidade humana”. (FENEIS, 2010b, p. 23 *apud* CAMPELO; REZENDE, 2014, p. 78, grifo nosso).

## 1.1 A COMUNIDADE SURDA BRASILEIRA E O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA LIBRAS

Diferentemente de outras comunidades, como no caso das comunidades indígenas, os surdos não reivindicam espaços geográficos. O que marca culturalmente os surdos é o uso de uma língua de sinais. Os surdos que se autorreferenciam como pertencentes a uma cultura surda não têm a mínima dúvida de que, mesmo inseridos em uma cultura dominante, fazem parte de uma outra. Nesse sentido, a surdez é um “país” sem “lugar” (WRIGLEY, 1996, p. 16). Esta seção abordará a historicidade e a organização educacional, política e linguística da comunidade surda brasileira e da Libras.

Conforme visto anteriormente, é, principalmente, no campo da educação que as histórias das línguas de sinais e a história dos surdos são narradas. Tendo como premissa que “[...] a história de uma língua é a história de seus falantes” (CALVET, 2002, p. 12), será destacada a história dos surdos brasileiros a partir da vinda do professor surdo francês D. H. Huet<sup>14</sup> (1822-1882) ao Rio de Janeiro. Huet foi formado pelo Instituto Nacional para Surdos-Mudos de Paris e, segundo relatos, já estava no Brasil desde 1852. No ano de 1855, escreve um relatório ao então Imperador D. Pedro II, cujo teor revela o desejo de fundar um estabelecimento para surdos. O soberano não só apoia a iniciativa como nomeia o Marquês de Abrantes para acompanhar todo o processo de fundação e organização administrativa da entidade.

Assim, em primeiro de janeiro de 1856, o Collégio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos<sup>15</sup> – hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)<sup>16</sup> – iniciou suas atividades, tendo como matriz-base as seguintes disciplinas: “Língua Portuguesa, Aritmética, Geografia e História do Brasil, Escrituração Mercantil, Linguagem Articulada (aos que

---

<sup>14</sup> Segundo Campelo (2011) e Rocha (2008), há controvérsias a respeito do nome de Huet. Rocha (2008) averiguou em documentos oficiais, assinados pelo professor, e que estão no acervo do INES, falta de unanimidade quanto ao uso do prenome, pois ora assinava H. Huet, ora, E. D. Huet. Campelo (2011, p.10) revela que, em *e-mail* recebido pela bisneta de Huet, o Grupo de Sinais Mexicano confirmou o nome dele como D. Edward Huet M.

<sup>15</sup> Segundo Rocha (2009), O INES teve várias denominações em determinados períodos de tempos:

1856 - 1857 – Collégio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos;

1857 - 1858 – Instituto Imperial para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos;

1858 – 1874 – Imperial Instituto dos Surdos-Mudos de Ambos os Sexos;

1874 – 1890 – Instituto dos Surdos-Mudos;

1890 – 1957 – Instituto Nacional de Surdos-Mudos;

A partir de 1957 – Instituto Nacional de Educação de Surdos.

<sup>16</sup> Vale registrar que, em 26 de setembro de 1857, o Instituto passa a ser subsidiado pelo Império e passa a denominar-se Instituto Imperial para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos. Assim sendo, a partir de 1908, a comemoração da fundação do INES deixa de ser o dia 1º de janeiro (data da fundação) para 26 de setembro (ROCHA, 2008).



tivessem aptidão) e Doutrina Cristã” (ROCHA, 2008, p. 30). Huet administrou o Instituto até dezembro de 1861<sup>17</sup>.

Parece não haver registro histórico algum relativo à existência de uma língua de sinais utilizada no Brasil antes da vinda de Huet, porém, se pensarmos de forma análoga às experiências do monge beneditino Pedro Ponde de León e do abade francês Charles Michel de l'Épée, que, ao se depararem com crianças surdas, encontram uma língua de sinais utilizada por elas, faz sentido acreditar na existência de uma língua de sinais naquela província, que cumpria a função social de comunicação antes da vinda do educador francês. Moura (2000) deduz que Huet utilizava tanto a língua de sinais quanto a escrita para ensinar os surdos e considera que ele foi o “introdutor da Língua de Sinais Francesa (LSF) no Brasil, onde ela acabou por mesclar-se com a Língua de Sinais utilizada pelos surdos em nosso país” (MOURA, 2000, p. 81).

Outra importante evidência da influência da Língua de Sinais Francesa é datada de 1875 e está estampada no dicionário *Iconographia dos signaes dos surdos-mudos*, feito pelo ex-aluno, e na época repetidor<sup>18</sup>, Flausino José da Costa Gama, que consistia em uma cópia dos desenhos que representavam os sinais da Língua de Sinais Francesa com legendas feitas em Língua Portuguesa (ROCHA, 2008). Nesse interim, parece plausível a hipótese de que houve um processo de crioulização dos sinais que já eram usados no Brasil em contato com a LSF. Uma observação pertinente diz respeito à apresentação do dicionário que foi escrito pelo então diretor Tobias Leite, o qual pontua que aquele trabalho tinha dois objetivos: “divulgar a **linguagem dos signaes, meio predilecto dos surdos-mudos para a manifestação de seus pensamentos**”. (ROCHA, 2008, p. 41, grifo nosso). Esse excerto permite destacar o conhecimento do diretor sobre a preferência dos surdos pela língua de sinais. Esse é um importante registro histórico que remete à relação afetiva e identitária com aquela que chamariam mais tarde de Libras.

Cooper (1997 *apud* LAGARES, 2018) percebe e exemplifica formas de planejamento linguístico<sup>19</sup> que ocorrem em diversas línguas orais, pela ação de diversos agentes, como igrejas e associações de vizinhos, que podem, ou não, estar a serviço de um poder estatal. O mesmo parece ocorrer com a Libras, sendo possível identificar três principais agentes que contribuíram de forma significativa para a constituição e o seu reconhecimento enquanto língua: Os

<sup>17</sup> O motivo para deixar o Instituto e destino de Huet são incertos, mas, segundo Rocha (2008), registros indicam que o professor foi para o México fundar uma instituição nos mesmos moldes do INES.

<sup>18</sup> A figura do repetidor, naquele momento, consistia em uma espécie de monitoria, tanto para acompanhamento dos alunos nas atividades escolares quanto para acompanhar recreios e pernoitar com eles. Também auxiliava acompanhando visitantes no Instituto e substituição de professores (ROCHA, 2008).

<sup>19</sup> Segundo Calvet (2002, p. 145), o planejamento linguístico diz respeito à “implementação prática de uma política linguística”.

*movimentos surdos organizados*, representados principalmente pelas diversas *Associações de Surdos* espalhadas pelo país e pela *Feneis* – Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo –, as *ações das igrejas*, principalmente a Igreja Católica e as igrejas de viéses protestante Batista e Luterana, e a *academia*, por meio de seus pesquisadores e ativistas linguísticos. Cabe ressaltar que será feita uma abordagem de cada um desses agentes de forma sistematizada que não deve ser visualizada como diacrônica, pois, é muito comum que esses atores transitem nesses diversos espaços concomitantemente.

Com relação aos movimentos surdos organizados, destacamos os papéis das associações e da Feneis. Os primeiros embriões das organizações dos movimentos surdos em várias cidades e capitais brasileiras foram formados nas praças e nas ruas. Rangel (2004) relata que foi a partir do INES que os surdos iniciaram a tradição de se encontrarem em ruas ou locais públicos. Cita, como exemplo, os surdos de São Paulo, na década de 1950, os quais tinham o hábito de, ao saírem da escola, procurarem os *pontos de encontros de surdos*, que “serviam para troca de informações, expandir a língua de sinais e programar alguma coisa ou simplesmente o prazer de estar juntos” (RANGEL, 2004, p. 51), a autora continua:

Segundo o relato de Antônio Campos de Abreu, o início de uma Associação de Surdos fundada exclusivamente por surdos, nos moldes do povo surdo de Paris, se deu pela viagem de um dos surdos que residia em Campinas, São Paulo, e costumava se encontrar com os grupos de surdos. Em viagem de passeio para a Argentina encontrou um grupo de surdos em Buenos Aires. Ele foi se informando sobre eles. Neste contato, ao constatarem que era um surdo brasileiro, convidaram-no a conhecer os surdos da Argentina. Uma surpresa o aguardava, os surdos tinham uma Associação de Surdos funcionando em Buenos Aires. Constatou que os surdos tinham espaço para se reunir e debatiam em associação. Terminada a viagem, o surdo de Campinas retorna ao Brasil e voltando ao lugar de encontro de bate-papo dos grupos surdos todos receberam com admiração a notícia. Através de apoio da diretoria da Associação de Surdos da Argentina foi possível transportar o método para o Brasil, assim foi possível a criação da Associação de Surdos de São Paulo, a primeira no Brasil no espírito do povo surdo de Paris (RANGEL, 2004, p. 51-52).

Assim, a Associação de Surdos de São Paulo é fundada em 19 de março de 1954, e a iniciativa se espalha por várias cidades do país, funcionando como propagadoras de uma língua de sinais em comum, que estava sendo compartilhada por um número significativo de surdos brasileiros. Elas sempre foram um local de acolhimento da língua de sinais e dos surdos, portanto foi a partir delas que as pressões ao poder público insurgiram no sentido de reconhecimento da língua brasileira de sinais na década dos anos 1990. Um exemplo foi o pioneiro estado de Minas Gerais, que, por meio da Lei n.º 10.379, de 10 de janeiro de 1991,

reconheceu, oficialmente, a Língua Brasileira de Sinais “como meio de comunicação objetiva e de uso corrente” (MINAS GERAIS, 1991).

A Feneis foi fundada no dia 16 de maio de 1987, dentro de uma perspectiva de cunho político. Para confirmar a afirmação anterior, Ramos (2003) resgata o primeiro parágrafo do relatório da Federação, escrito em 1988, em que a então presidente Ana Regina e Souza Campelo observa:

Consideramos da maior importância as colaborações que recebemos e queremos continuar recebendo das pessoas que ouvem. Mas consideramos também que devemos assumir a liderança de nossos problemas de forma direta e decisiva a respeito das dificuldades que possam existir relacionadas à comunicação (RAMOS, 2003, p. 6).

A partir de sua fundação, a Feneis organiza inúmeros eventos, como congressos, seminários, encontros, em diversos estados, levando reflexões sobre as demandas linguísticas, educacionais e sociais necessárias para um exercício de cidadania mais autônoma. A capacidade de mobilização e articulação entre os surdos foi ímpar e tem destaque no reconhecimento da Libras com a promulgação da Lei n.º 10.436/2002 e do Decreto 5626/2005 (QUADROS, 2019, p. 36).

As igrejas tiveram um papel fundamental no planejamento e na constituição da Libras, principalmente católicas e protestantes. Assis-Silva (2012) constata que a Igreja Católica é a instituição que, por motivos históricos, tem uma relação mais antiga com a surdez. Para exemplificar, o autor cita a publicação do livro *Linguagem das Mãos*, em 1969, elaborado pelo Padre Eugenio Oates, que nos traz no prefácio que o livro foi produzido por meio de vínculo com o INES.

Outros vestígios podem ser identificados pelas várias escolas católicas ligadas à surdez, à interpretação de missas, à pastoral dos surdos, bem como à pessoa do padre Vicente de Paulo Penido Burnier, considerado o primeiro padre surdo latino-americano. Padre Vicente tinha uma ligação muito forte com a comunidade surda e por dezessete anos foi presidente da primeira associação de surdos criada no Brasil, em 1953, no Rio de Janeiro, Associação Alvorada Congregadora de Surdos (QUADROS, 2019).

As denominações protestantes, principalmente as Igrejas Batistas e Luteranas, também tiveram forte influência na consolidação da Libras. Ambas as denominações reconheciam os surdos enquanto um grupo-étnico linguístico, um *povo não alcançado*, carentes da evangelização (ASSIS-SILVA, 2012), logo, já reconheciam a Língua Brasileira de Sinais como

a língua utilizada pelos surdos brasileiros. Com relação ao papel que as igrejas Batistas e Luteranas tiveram na constituição da Libras, Quadros (2019) acrescenta:

Diferentemente da Igreja Católica, os precursores luteranos da educação dos surdos não apresentavam apenas formação religiosa. Eles tinham também formação acadêmica no âmbito da linguística, da educação e da psicologia, o que cunhou uma perspectiva linguística aplicada à língua de sinais ampliada pela Igreja Batista em uma perspectiva transcultural, estabelecendo a relação entre língua e cultura com intuito missionário (QUADROS, 2019, p. 39).

Ambas as denominações também contribuíram com publicações na área da língua de sinais: A Igreja Evangélica Luterana do Brasil se une a católicos e publicam, em 1980, o livro *Linguagem de Sinais do Brasil* – e a Igreja Batista, em 1991, publica o *Manual O Clamor do Silêncio*. Desses ambientes eclesiásticos, a presença dos intérpretes começa a ser cada vez maior, pois, a partir das interpretações dos cultos, cumpriam o papel de levar o Evangelho aos surdos.

A possibilidade de uma intervenção estatal para o reconhecimento dá *status* à Libras enquanto língua, passando, primeiro, pelo crivo da academia. Os surdos a utilizavam em diversos momentos, com diversas finalidades, ela estava presente nas igrejas, nas associações, nos pontos de encontros surdos, mas, para que pudesse falar em um planejamento linguístico que fizesse parte da agenda nacional, era necessário discutir a surdez a partir de um viés linguístico/cultural, bem como demonstrar que a Libras era uma língua e não um conjunto de mímicas. Por meio de pesquisas, publicações e eventos científicos, pesquisadores surdos e ouvintes, nas universidades, assim o fizeram. O principal centro de pesquisa era o Rio de Janeiro, sede do INES e da Feneis,

Foi nesta cidade que se desenvolveram muitos dos processos interacionistas, envolvendo intelectuais e ativistas surdos, destacando-se, pela sua influência nas ações coletivas e nas produções culturais do movimento, as atividades de pesquisa, ensino e extensão das professoras universitárias e pesquisadoras Lucinda Ferreira Brito, da UFRJ, Eulalia Fernandes, da UERJ e Tanya Amara Felipe, da UPE. Esta tríade de linguistas marcou decisiva e pioneiramente a configuração discursiva e as ações de importantes ativistas surdos, no sentido da luta pelo reconhecimento da Libras com base no seu estatuto de língua (BRITO; NEVES; XAVIER, 2013, p. 83).

Foi um momento em que a academia ia produzindo conhecimentos nas áreas da educação bilíngue para surdos, na área da língua de sinais, como também na concepção de um modelo socio e cultural da surdez. Esses conhecimentos não ficavam somente na academia e

entre os surdos envolvidos com o debate, eles iam para as associações e para as Feneis formando parcerias que foram, inclusive, relevantes na fundação da Feneis (BRITO; NEVES; XAVIER, 2013). Os desdobramentos dessas parcerias foram os inúmeros congressos realizados em todo o país, com um destaque especial para o V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos, realizado pelo Nuppes<sup>20</sup>/UFRGS, em parceria com a Feneis, no ano de 1999.

Nos dias que antecederam o Congresso, a comunidade surda promoveu encontros com líderes surdos de vários estados e discutiram temas pertinentes à educação de surdos, às identidades e à cultura surda. As atas do pré-congresso demonstram que cerca de 300 surdos oriundos de vários estados, inclusive de outros países, estavam presentes. Ouvintes interessados pela causa surda puderam apenas dar algum tipo de assistência (como no caso dos intérpretes) e observar, pois “[...] pretendeu-se, assim, garantir a autonomia do debate a partir de uma perspectiva surda, o que, segundo os organizadores do evento, era necessário para marcar uma posição política” (THOMA; KLEIN, 2010, p. 111).

À época desse movimento, já estava em tramitação desde 1996 o Projeto de Lei n.º 131/96, da senadora Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT-RJ), que dispunha a respeito do reconhecimento da Libras enquanto instrumento de uma política linguística que visa dar à Libras o *status* de língua natural dos surdos brasileiros. Após quase seis anos de tramitação nas Comissões Técnicas do Senado Federal, culminou na Lei n.º 10.436/02 e, três anos depois, na aprovação do Decreto n.º 5.626/05, que regulamentou a referida lei.

Calvet (2007, p. 75) advoga que “não existe planejamento linguístico<sup>21</sup> sem suporte jurídico”. Desse modo, o Decreto n.º 5.626/05 configura-se enquanto um importante instrumento de planejamento do *status*<sup>22</sup> linguístico da Libras, pois prevê ações que visem à formação de professores e tradutores e intérprete de Libras, inserção da disciplina de Libras no Ensino Superior, a garantia uma educação bilíngue aos surdos, em que a Libras é a primeira Língua e a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, é a segunda, bem como o atendimento aos surdos fazendo uso da Libras.

Como desdobramento do Decreto n.º 5.626/05, em 2006, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) lança o curso de Letras Libras na modalidade EAD (Educação a Distância), com a proposta de formar licenciados e, em 2008, inaugura o curso de bacharelado

---

<sup>20</sup> Núcleo de Pesquisa em Políticas Estatuais para Surdos.

<sup>21</sup> Para Calvet (2002, p. 169), planejamento linguístico diz respeito ao “conjunto de políticas oficiais implementadas pelos poderes executivos para definir os usos de uma ou mais línguas no território de um país”.

<sup>22</sup> Kloss (1969, *apud* CALVET, 2007) distingue o planejamento do *status* e de *corpus*. O primeiro diz respeito às intervenções nas funções sociais e o segundo corresponde às intervenções na forma do código linguístico de uma determinada língua.

voltado para formação de tradutores e intérpretes de Libras. Segundo Quadros (2015), esses cursos configuraram-se como um projeto especial, com financiamento da Secretaria de Educação a Distância (SEAD) e Secretaria de Educação Especial (SEESP) do MEC no ano de 2006 e, na segunda oferta, no ano de 2008, com o financiamento da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Ainda segundo a autora, a primeira turma formou 389 licenciados e a segunda 312 bacharéis e 378 licenciados em 16 estados brasileiros<sup>23</sup>. Com relação à escolha da modalidade a distância, Quadros (2014) comenta:

A proposta de oferecimento na modalidade a distância apresentou um cunho multiplicador. O objetivo da formação desses profissionais em vários estados do Brasil garantiria a multiplicação de formadores em todo território brasileiro. Esta área, por ser nova, não contava ainda com profissionais suficientes para o seu desenvolvimento. Assim, confiamos com especialistas espalhados pelo Brasil para compor a produção dos materiais e garantir um curso com excelência (QUADROS, 2014, p. 10).

A partir dessa experiência, nos anos seguintes, pelo menos 27 universidades federais criaram o curso de Letras Libras, proporcionando maior visibilidade da Língua Brasileira de Sinais, a inserção de professores surdos nas universidades, a contratação de tradutores e intérpretes de Libras e o fortalecimento das pesquisas na área (Estudos Linguísticos da Libras, Educação de Surdos, Estudos da Tradução, Literatura Surda etc.). A Unioeste também vem se destacando nesta área. Desde o ano de 2017, há oferta, na modalidade a distância, dos seguintes cursos: *Letras – Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais – Libras – Tradução e Interpretação* (bacharelado) e *Letras – Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais – Libras e Literaturas Brasileira e Surda* (licenciatura)<sup>24</sup>. Os cursos mencionados foram criados no ano de 2017, são vinculados ao Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) do Ministério da Educação e estão presentes em 23 cidades paranaenses. A oferta desses cursos mostra-se de grande relevância, pois visa atender a grande demanda de profissionais que buscam qualificação para atuar na área. Cabe ressaltar que tais cursos foram criados, inicialmente, para atender a uma demanda emergencial no sentido de que a Libras deixasse de ser apenas uma língua de instrução para também ser uma língua de ensino e aprendizagem.

---

<sup>23</sup> Segundo Quadros (2014), os estados e as universidades que fizeram parte do projeto são as seguintes: São Paulo (USP e Unicamp), Rio de Janeiro (INES), Minas Gerais (CEFET/MG), Espírito Santo (UFES), Bahia (UFBA), Ceará (UFC), Pernambuco (UFPE), Rio Grande de Norte (IFRN), Paraná (UFPR), Santa Catarina (UFSC), Rio Grande do Sul (UFMS, UFRGS), Amazonas (UFAM), Pará (UEPA), Goiás (IFG), Distrito Federal (UnB), Mato Grosso do Sul (UFGD).

<sup>24</sup> Disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/prograd-outros/cursos-campus-todos/eadcursos>. Acesso em: 23 set. 2021.

Na atualidade, já é possível identificar alguns centros de estudos mais específicos, como acontece com as línguas orais. Para exemplificar, podemos citar o um Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos (LEXTERM)<sup>25</sup>, da Universidade de Brasília (UnB), que conta com o Laboratório de Linguística da Língua de Sinais (LabLibras), com foco na área da Lexicologia, Lexicografia e Terminologia e, no âmbito da Unioeste, o PORLIBRAS – Grupo de Estudos e Pesquisas para a Investigação da Libras em Interface com a Língua Portuguesa Brasileira<sup>26</sup> – coordenado pelos professores doutores Jorge Bidarra e Tânia Aparecida Martins, e tem como membros os seguintes pesquisadores: Leidiani da Silva Reis, Rosana de Fátima Janes Constâncio, Valdenir de Souza Pinheiro, Keli Pereira Malaquias e Valéria Menezes Bastos. Este grupo, de caráter interdisciplinar, agrega estudos relacionados ao processamento da língua em suas diferentes manifestações e, em pesquisa realizada no *site*, identificamos os seguintes projetos<sup>27</sup>: Fundamentos Linguísticos Computacionais para a Modelagem de um Dicionário de Libras, Os Elementos Referenciais no Processo Tradutório Português – Libras, Especificação e Modelagem de Estruturas Lexicais de um dicionário de Libras, Arbitrariedade x Iconicidade na composição dos sinais de Libras, Os Classificadores e os Contextos de Realização na Libras, Construção de um *Corpus* Paralelo Português – LIBRAS e Plataforma de Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas de Processamento Automático da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Ainda no âmbito das políticas linguísticas, a UFSC, em parceria com o IPOL – Instituto de Investigações e Desenvolvimento em Política Linguística – inicia um projeto de documentação da Libras, amparando-se nos documentos legais a respeito do reconhecimento desta língua sinalizada, bem como na Lei n.º 7.387/2010, que instituiu a criação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), organizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O Inventário tem como objetivo “a valorização e promoção da diversidade linguística brasileira que, além do português e de suas variedades, compreende atualmente por volta de 250 línguas, somando-se às indígenas, de imigração, crioulas, de sinais, etc.” (IPHAN, 2014, p. 10). Leite e Quadros (2014), advertem a respeito da importância da documentação da Libras para fins de preservação, reconhecimento e estudo, pois

É a documentação que permitirá não apenas às comunidades usuárias dessas línguas, mas a toda população do país, reconhecer o valor e a riqueza de suas particularidades linguísticas e das perspectivas culturais nelas imbuídas. A documentação é um ponto de partida, portanto, para a promoção da

---

<sup>25</sup> Disponível em: <http://www.lip.unb.br/nucleos-de-pesquisa/lexterm>. Acesso em: 23 set. 21.

<sup>26</sup> Disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/porlibras>. Acesso em: 23 set. 2021.

<sup>27</sup> Pesquisa realizada no site <https://www.unioeste.br/portal/porlibras/projetos>. Acesso em: 13 out. 2021.

diversidade linguística e cultural como um patrimônio da humanidade, revelador da fantástica capacidade humana na arte da bricolagem, a saber, a arte de explorarmos criativamente os recursos disponíveis sob circunstâncias específicas para que possamos lidar da melhor maneira possível com os problemas práticos da vida cotidiana (LEITE; QUADROS, 2014, p. 25).

Além do estabelecimento de cursos de Letras Libras em várias Instituições de Ensino Superior (IES), a partir do Decreto n.º 5.626/05, a Libras começa a ser inserida no Ensino Superior de uma outra forma. O referido documento prevê a oferta da disciplina de Libras de forma obrigatória, nos cursos de Licenciatura e, como optativa, nos cursos de Bacharelado. Tal implementação contribui para o fortalecimento e divulgação da Libras também em IES de caráter privado, na conscientização dos futuros profissionais a respeito das singularidades linguísticas e culturais da comunidade surda, com a possibilidade de ampliação de pesquisas, bem como na desconstrução de conceitos preconceituosos a respeito dos surdos e da Libras (SELL; RECH, 2020a). Na Unioeste, a disciplina de Libras começou a ser implementada no ano de 2008, primeiramente no curso de Pedagogia do *campus* de Cascavel e, atualmente, é ofertada como obrigatória em todos os cursos de Licenciatura e como disciplina optativa em diversos cursos de bacharelado.

Por fim, há que se registrar outro avanço importante dentro de todo um planejamento linguístico e o papel das universidades dentro do fortalecimento da Libras e seus desdobramentos. O Decreto n.º 5.626/05 diferencia os profissionais que atuarão na educação de surdos e suas respectivas formações. Os Cursos de Licenciatura em Letras Libras, segundo o documento, formam “docentes para o ensino de Libras nas séries do ensino fundamental, ensino médio e na educação superior” (BRASIL, 2005), e os professores que atuarão no ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental devem ter uma formação “em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que a Libras e a Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue” (BRASIL, 2005). Para atender a essa especificidade, a partir de 2017, o INES, na modalidade a distância, oferta, em parceria com 13 Universidades<sup>28</sup> espalhadas em todo o país, o Curso de Pedagogia Bilíngue (Libras e Língua Portuguesa). Na página principal do *site*, é possível perceber que o curso,

[...] objetiva formar professores e gestores educacionais, surdos e ouvintes, em uma perspectiva bilíngue e intercultural na modalidade online, para atuar

---

<sup>28</sup> Os Estados e as Universidades parceiras são as seguintes: Amazonas (UFAM), Pará (UFPA), Ceará (UFC), Paraíba (UFPB), Bahia (UFBA), Goiás (IFG), Mato Grosso do Sul (UFGD), Minas Gerais (UFLA), São Paulo (UNIFESP), Paraná (UFPR), Santa Catarina (IFSC/campus bilíngue) e Rio Grande do Sul (UFRGS).



na área da docência (Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental) e na gestão escolar em espaços não formais (INES, 2020).

Em suma, é possível identificar vários agentes que contribuíram para o processo de constituição da Língua Brasileira de Sinais: os movimentos surdos (associações e a Feneis), os espaços religiosos (com tradução e organização de manuais) e a academia (sistematizando o conhecimento), culminando no reconhecimento da Libras enquanto língua da comunidade surda por meio de dispositivo de lei. Tais eventos vão na direção do que afirmou Seide (2016), a existência de “evidência do processo em curso do surgimento da Libras como uma **língua histórica**” (SEIDE, 2016, p. 64, grifo nosso), como “um bem simbólico forjado, resultado de ações deliberadas de natureza política, estética e artística pelas quais houve a criação e colocação em prática de um ideal linguístico” (SEIDE, 2016, p. 49). Por fim, a autora sublinha as tentativas de padronização/normatização da língua, que não ocorrem por vias naturais, mas pela interferência de pesquisas e investigações no âmbito acadêmico (SEIDE, 2016), as quais abordaremos a seguir.

## 1.2 A LIBRAS ENQUANTO OBJETO DE ESTUDO DA LINGUÍSTICA

Antes de adentrar especificamente nos estudos linguísticos referentes à Libras, há que se registrar a importância do olhar cuidadoso do professor e linguista William C. Stokoe (1919-2000) para a Língua de Sinais Americana (ASL) no final da década de 1950. Stokoe, após ser contratado para ministrar aulas de inglês e Literatura Inglesa na *Gallaudet University*<sup>29</sup>, se depara com os surdos e a língua de sinais utilizada, até aquele momento, era considerada enquanto pantomima, gestos ou até o que Sacks (1998, p. 88) denominou de “uma espécie de inglês estropiado expresso com as mãos”. Desconhecedor dessa língua sinalizada, ao observar seus alunos, percebeu que havia fluência, recorrências e uma organização própria. Nesta ocasião, ele começa a ter um envolvimento maior com os surdos, a partir daí iniciou seus estudos a respeito da ASL. Seu legado consiste em perceber que esta língua de sinais contemplava os critérios linguísticos de uma língua verdadeira, tanto no campo lexical quanto no sintático, com a capacidade de formar infinitas sentenças. Em 1960 publica o trabalho

---

<sup>29</sup> Gallaudet University, localizada em Washington, é uma importante universidade voltada aos estudos a respeito dos surdos e das línguas de sinais. Em seus cursos de graduação e pós-graduação, a *American Sign Language* (ASL) é a língua de instrução. Ela foi fundada em 1817, primeiramente como um colégio para surdos e, da mesma forma que ocorreu no Ines, contou com a presença de um professor surdo francês, Laurent Clerc.

denominado *Sign Language Structure* e inaugura os estudos linguísticos nas ASL que influenciou trabalhos em várias línguas de sinais, inclusive no Brasil.

Conforme já mencionado, é na cidade do Rio de Janeiro que os primeiros estudos linguísticos a respeito da Libras – antes mesmo de ela ter recebido este nome – foram realizados. A linguista Lucinda Ferreira Brito (FERREIRA-BRITO, 1984, 1995) foi pioneira na área, discutindo as diferenças entre duas línguas de sinais conhecidas à época: a Língua de Sinais dos Centros Urbanos (LSCB), hoje denominada Libras, e a língua de sinais Urubu-Kaapor, utilizada por uma comunidade indígena que leva o mesmo nome, que vive no interior do Maranhão (FERREIRA-BRITO, 1984). Em 1995, a mesma autora publicou o livro *Por uma Gramática da Língua de Sinais*, que procurou descrever a linguística da Libras abordando, inclusive, propriedades fonológicas e aspectos pragmáticos (FERREIRA-BRITO, 2010[1995]).

Ainda no final da década de 1990, no Brasil, cinco trabalhos publicados por três pesquisadoras contribuíram significativamente para lançar os fundamentos dos estudos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. Lodenir Karnopp (1994,1999), a partir de um estudo longitudinal com uma criança surda, filha de pais surdos, apresenta uma descrição da estrutura fonológica da Libras. Ronice Muller de Quadros (1995) analisa, em nível sintático, crianças surdas adquirindo a Libras como primeira língua; e quatro anos depois, (QUADROS, 1999), a autora, em sua tese, analisou verbos simples (sem flexão) e verbos com concordância (com flexão), propondo duas possíveis estruturas frasais aplicadas à Libras. Completando o trio, Tanya Felipe, em sua tese de doutorado (FELIPE, 1998), discute as duas principais classes de verbos (com flexão e sem flexão), propõe uma classificação tipológica para esses verbos. Em artigo mais recente, Quadros e Stumpf (2018) ressaltam a importância destas pesquisas quando na proposição do reconhecimento da Libras, uma vez que “subsidiaram cientificamente os argumentos quanto ao estatuto linguístico desta língua na elaboração da Lei de Libras reivindicada pelos movimentos surdos, representados pela Feneis” (QUADROS; STUMPF, 2018, p. 21).

A partir da criação de vários cursos de Letras/Libras em todo país, as pesquisas na área da língua de sinais ganham um impulso significativo. Em levantamento realizado no Banco de Teses da CAPES, em 12 de junho de 2020, utilizando a entrada ‘Libras’ e com o filtro ‘ano’, foi possível perceber o crescimento exponencial do número de trabalhos publicados nas últimas décadas. Em nível de Doutorado, foram localizadas 304 teses, sendo que 38 foram defendidas de 1998 a 2008. No período de 2009 a 2019, foram encontrados 266 trabalhos. Em nível de Mestrado, foram identificadas 1212 dissertações, das quais 29 foram concluídas no período de

1990 a 1999, 231 foram defendidas entre os anos 2000 e 2009 e, entre os anos de 2010 e 2019, 952 trabalhos foram publicados.

Os trabalhos publicados, na grande maioria, estão inseridos nas áreas da Educação e da Letras/Linguística, estas últimas, do interesse desta investigação, englobaram 380 trabalhos, incluindo a Linguística Aplicada. Mais especificamente com relação às teses, identificou-se 100 publicações voltadas aos estudos inseridos nas mais variadas áreas, como Sintaxe, Morfologia, Fonologia, Aquisição da Linguagem, Terminologia, Sociolinguística, Análise do Discurso, Ensino de Línguas, dentre outras.

Atualmente, a UFSC vem sistematizando e reunindo várias produções<sup>30</sup> oriundas de diversos projetos de pesquisa, que podem, inclusive, ser utilizados por terceiros, desde que observados os procedimentos estabelecidos pelo Comitê de Ética, como é o caso do Banco de Dados da Aquisição da Libras, que inclui filmagens de crianças, filhas de pais surdos, crianças surdas, filhas de pais ouvintes, e crianças surdas usuárias de implante coclear em processo de aquisição de linguagem. Outros ramos do projeto são o Libras Acadêmico, que reúne produções do Exame Prolibras<sup>31</sup>, e o material produzido no Curso de Letras Libras e o Glossário Terminológico, que coleta e registra sinais especializados em várias áreas (QUADROS, 2016). Há que se retomar, agora por um viés mais pragmático, a construção do *Corpus* da Libras<sup>32</sup> ligado ao Inventário Nacional da Diversidade Linguística. A partir de recursos tecnológicos que possibilitam análises das produções em sinais, uma metodologia sistematizada de gravação, organização e transcrição de dados e metadados foi organizada e já aplicada na Grande Florianópolis (SC) e em Maceió (AL). Essa metodologia será replicada em várias regiões do país, compondo um conjunto de dados comparáveis, que permitirá uma análise linguística mais sistematizada, com uma padronização nos registros que permitem a compreensão dos pesquisadores da área (QUADROS, 2016). Esse cenário parece ser promissor, pois, oferecerá como produto:

[...] i) um *corpus* de Libras para ser utilizado em pesquisas e em outras finalidades aplicadas; ii) um conjunto de diretrizes para o registro e arquivamento de dados e metadados relativos ao uso da Libras; e iii) um programa online para acesso aos dados e metadados do *corpus* ([www.corpuslibras.ufsc.br](http://www.corpuslibras.ufsc.br)) (QUADROS, 2018, p. 21).

---

<sup>30</sup> Disponível em: [www.libras.ufsc.br](http://www.libras.ufsc.br). Acesso em: 10 de jun. de 2021.

<sup>31</sup> Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação Libras/Língua Portuguesa, promovido pelo Ministério da Educação (MEC) até o ano de 2015.

<sup>32</sup> Disponível em: [www.corpuslibras.ufsc.br](http://www.corpuslibras.ufsc.br). Acesso em: 10 de jun. de 2021.

A Unioeste, por meio de seus programas de pós-graduação, desde o ano de 2010, proporciona pesquisas na área da educação de surdos e de estudos linguísticos da Libras. Em pesquisa realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, identificamos, até o momento, 23 trabalhos de conclusão de curso, sendo 21 dissertações e duas teses<sup>33</sup>. No âmbito da extensão, identificamos a oferta de cursos de Libras, desde o ano de 2005 até o ano presente. Além desses cursos, encontramos outras atividades: cursos de capacitação para intérpretes de Libras, Seminários que discutem questões relativas à educação de surdos e o curso Introdução ao uso do ELAN – Ferramenta para transcrição de *corpus* em Libras, que ocorreu no ano de 2017.

É preciso mencionar as organizações de manuais e dicionários, instrumentos importantes dentro de um planejamento de *corpus* de uma língua (Calvet, 2007). Destacam-se, no caso da Libras, as publicações resultantes das pesquisas do Laboratório de Neuropsicolinguística Cognitiva Experimental (Lance), da Universidade de São Paulo (USP), sob a coordenação do professor Doutor Fernando C. Capovilla. O primeiro trabalho do grupo foi publicado em 1998 pelo Instituto de Psicologia da USP, intitulado *Manual Ilustrado de Sinais e Sistema de Comunicação em Redes para Surdos*, contendo 1515 sinais com suas respectivas descrições morfológicas, distribuídas em categorias semântico-gramaticais (CAPOVILLA; RAPHAEL; MACEDO, 1998). No ano de 2001, com os avanços dos estudos lexicográficos da Libras, o mesmo Instituto publica o *Deit-Libras: Dicionário Enciclopédico Ilustrado da Língua de Sinais Brasileira LIBRAS* (CAPOVILLA; RAPHAEL, 2001), o qual, segundo os pesquisadores, teria como objetivo “ser instrumento para a concretização da Educação Bilingue no Brasil e resgate da cidadania do surdo brasileiro.” (CAPOVILLA; RAPHAEL, 2001, p. 25). Esse material conta com 4327 sinais, representados em três línguas escritas: português, inglês e Libras, esta última, expressa na forma visual e pelo sistema *Signwriting*<sup>34</sup>. Em 2009, como desdobramento das pesquisas, foi publicado o *Novo Deit-Libras: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira* (CAPOVILLA; RAPHAEL; MAURÍCIO, 2009), contendo 9828 sinais, coletados e identificados em todas as regiões do país. O grande diferencial do *Novo Deit-Libras* é a identificação do Estado em que cada sinal é utilizado. Finalmente, em 2017, é lançado o *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: a Libras em suas mãos* (CAPOVILLA et al., 2017), o qual, segundo os pesquisadores, é fruto de todas as pesquisas em que o grupo vem se debruçando desde o ano de 1989.

---

<sup>33</sup> Para identificar os trabalhos, fizemos uma pesquisa no dia 23 de setembro de 2021, utilizando as palavras “surdo” e “libras”, no site da BDTD da universidade, o qual está disponível em: <http://tede.unioeste.br/>.

<sup>34</sup> *Signwriting* é um sistema de escrita de língua de sinais, criado em 1974 por Valerie Sutton.

Ainda no âmbito dos estudos lexicográficos, registramos a tese defendida no ano de 2020 pela professora Tânia Aparecida Martins, orientada pelo professor Jorge Bidarra, no Programa de Pós-Graduação em Letras da Unioeste. O trabalho intitulado *Estudos para especificação e modelagem de estruturas e organização de um dicionário monolíngue de Libras* (MARTINS, 2020) discute e apresenta uma proposta de um dicionário monolíngue em Libras, recurso que vem sendo demandado por toda comunidade surda e estudiosos da área.

O avanço das pesquisas na área da Língua de Sinais no Brasil revelou um outro dado: a diversidade linguística existente nas línguas de sinais brasileiras. Woodward (1996, *apud* QUADROS, 2019) aponta para a existência de línguas de sinais locais, utilizada por surdos em uma região específica do país, e nacionais, que são as línguas de sinais utilizadas por inúmeras comunidades surdas que residem em um único país. Seguindo essa nomenclatura, a Libras é considerada língua de sinais nacional (reconhecida por força de Lei), e outras línguas situadas em diferentes regiões seriam as línguas de sinais locais (QUADROS, 2019), como língua de sinais indígenas (Urubu-Kaapor, Sateré-Mawé, Caingangue, Terena e Guarani, Pataxó), língua de sinais pertencentes a comunidades isoladas, como as línguas de sinais Cena (Várzea Queimada, Piauí), Acenos (Cruzeiro do Sul, Acre), Fortalezinha (Ilha do Marajó, Pará), de Porto de Galinha (Ilha de Soure, Itojuca, Pernambuco) e Caiçara (Sítio Caiçara, Ceará). Mesmo que estas línguas de sinais não estejam no escopo deste trabalho, acredita-se na importância do registro, uma vez que essas línguas estão em situação de “risco”, já que são utilizadas por comunidades pequenas (LEITE; QUADROS, 2014).

Neste capítulo, procurou-se apresentar um panorama geral a respeito da constituição histórica da Libras, da forma de organização dos surdos e da importância dos estudos linguísticos dentro de um planejamento de *corpus* de uma língua. Desse modo, faz-se necessário reforçar que, ao longo desta tese, a perspectiva de surdez adotada se configura a partir de um modelo linguística/cultural, reconhecendo as pessoas surdas enquanto sujeitos pertencentes a uma comunidade linguística minoritária, usuária de uma língua de sinais. Embora ciente da existência de outras línguas de sinais no Brasil, conforme abordado anteriormente, esta pesquisa focará na Língua Brasileira de Sinais – Libras – reconhecida por força de Lei, utilizada por diversas comunidades surdas em todo território nacional. O capítulo que segue se ocupará de fundamentar teoricamente este trabalho, apresentando uma revisão bibliográfica a respeito dos Estudos Onomásticos com ênfase nos Estudos Antroponomásticos, bem como as pesquisas na área ocorridas em algumas línguas de sinais.

### 1.3 A ORGANIZAÇÃO GRAMATICAL DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Conforme já anunciamos na introdução, até o momento da escrita desta tese, poucos trabalhos ocuparam-se de descrever os antropônimos nas línguas de sinais. Assim, acreditamos que esta tese trará contribuições significativas tanto para os pesquisadores dessas línguas quanto para onomasticistas e, nesse sentido, acreditamos que seja necessário dedicar uma seção que trate de alguns aspectos gramaticais da Libras, os quais serão úteis para a compreensão das análises realizadas.

A Libras (e outras línguas de sinais), da mesma forma que as línguas orais, possui uma gramática própria, podendo ser organizada em nível semântico, fonológico, morfológico, sintático, pragmático e lexical<sup>35</sup>. Contudo, as línguas de sinais diferem das línguas orais em termos de modalidade de percepção e de produção. Enquanto nas línguas orais a informação é recebida pelos ouvidos e produzida pelo aparelho fonador, nas línguas de sinais “a informação linguística é recebida pelos olhos e produzida pelas mãos” (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 48), em suma, são línguas de modalidade gestual-visual.

Dentro do escopo da Linguística Cognitiva, “as unidades e as estruturas da linguagem são estudadas não como se fossem entidades autônomas, mas como manifestações de capacidades cognitivas gerais” (SILVA, 1997, p. 59); contudo, acreditamos que os estudos que se ocupam com uma visão mais segmentada da língua podem auxiliar o leitor na compreensão de nossas análises, conforme proposto na introdução desta seção. Assim, abordamos, na sequência, alguns conceitos relacionados ao léxico, à fonologia e à morfologia da Libras, mais especificamente os classificadores.

#### 1.3.1 Aspectos lexicais

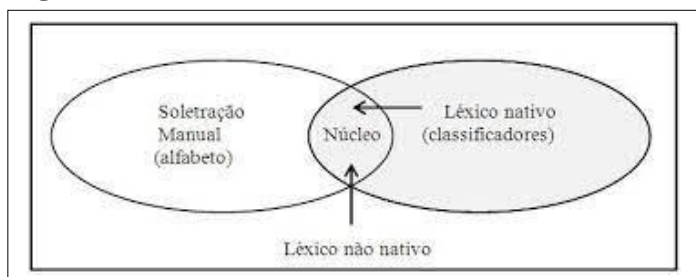
Brentari e Padden (2001), pesquisadoras da Língua de Sinais Americana, propõem que a estrutura do léxico nessa língua é composta de um léxico nativo, no qual estão incluídos os sinais propriamente ditos e os classificadores, e o léxico não-nativo, formado por sinais que são soletrados manualmente no discurso. Quadros e Karnopp (2004) trazem a proposta das autoras norte-americanas para pensar a constituição do léxico na Libras (Figura 2). Os sinais soletrados

---

<sup>35</sup> Embora a semântica seja, tradicionalmente, compreendida como um nível linguístico igual aos demais níveis, para a Linguística Cognitiva, ela está em primazia com relação aos demais níveis, dada a própria perspectiva cognitiva: “a função da linguagem é a categorização, então a significação será o fenômeno linguístico primário” (SILVA, 1997, p. 65).

manualmente, segundo as autoras, são utilizados quando um determinado conceito não possui um sinal específico, por exemplo, o caso de termos técnicos. Tal processo não decorre de uma representação direta do português, mas é “uma representação manual da ortografia do português, envolvendo uma sequência de configuração de mão que tem correspondência com a sequência de letras escritas do português” (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 88).

**Figura 2 - Léxico na Libras**



Fonte: Quadros; Karnopp (2004, p. 88).

Segundo as autoras supracitadas, as palavras da Língua Portuguesa que são soletradas manualmente podem ser consideradas como uma parte mais periférica do léxico da Libras. Contudo, esclarecem que essas palavras soletradas podem sofrer processos fonológicos e serem transformadas em itens lexicais que passam a pertencer ao léxico nativo da Libras. Como exemplo, apresentam o sinal NUN (Figura 3), derivado de N-U-N-C-A, o qual, apesar de conservar parte da soletração, é reconhecido como um item lexical, conforme a ilustração abaixo:

**Figura 3 - Sinal NUN**



Fonte: Quadros; Karnopp (2004, p. 89).

Para Castro Júnior (2014), pesquisador surdo, no entanto, a soletração manual ou datilologia<sup>36</sup> fazem parte do léxico nativo da Libras. Segundo a sua proposta, o alfabeto manual

<sup>36</sup> Nos estudos a respeito das línguas de sinais, utiliza-se o termo soletração manual ou datilologia com sentido semelhante ao de soletração nas línguas orais. Para Castro Júnior (2014), alfabeto manual é sinônimo de alfabeto

não é apenas um mecanismo alternativo utilizado na ausência de um sinal específico durante uma tradução da língua oral para uma língua de sinais, mas “tanto quanto as expressões faciais, esse alfabeto faz parte da língua de sinais. Mesmo que no início esse alfabeto tenha tido a função de substituir a fala, aos poucos, foi se tornando parte da língua de sinais” (CASTRO JÚNIOR, 2014, p. 39).

Castro Júnior (2014) retoma seu projeto de iniciação científica desenvolvido em 2010, ao afirmar que a datilologia é realizada por meio da organização de regras metadescritivas, ou seja, o uso correto do espaço da sinalização é muito importante, uma vez que a datilologia (soletração manual) ocorre de dentro para fora e nunca de fora para dentro quando realizada no espaço neutro em frente ao corpo. Assim, ao realizar a datilologia, é desejável que haja uma sequencialidade, bem como uma movimentação. Para o autor, a datilologia integra a gramática da Libras.

### 1.3.2 Os parâmetros da Libras

Conforme mencionamos anteriormente, Stokoe (1960), ao analisar a ASL, percebeu que esta língua contemplava os critérios linguísticos de uma língua verdadeira. Em seus estudos, ele propôs que os sinais eram compostos de unidade mínimas, as quais poderiam ser analisadas em partes, como ocorre com as línguas orais. Essas unidades correspondem aos fonemas, razão pela qual o linguista denominou-as de *queremas*<sup>37</sup>. Os parâmetros mapeados por Stokoe (1960) foram: configuração de mão (CM), ponto de articulação (PA) e movimento (M). Battison, em 1974, acrescentou outros dois parâmetros: orientação de mão (Or) e as expressões não-manuais (ENM)<sup>38</sup> (QUADROS, KARNOPP, 2004). Na sequência, abordaremos cada parâmetro separadamente.

A Configuração de mão “são as diversas formas que a(s) mão(s) toma(m) na realização de um sinal (FERREIRA-BRITO, 2010 [1995], p. 36). Ferreira-Brito (1995[2010]) identificou 46 configurações de mão na Libras. Contudo, ao longo do tempo, outras pesquisas foram realizadas e novas CMs foram identificadas. Em Quadros e Cruz (2011, p. 63), por exemplo,

---

datilológico, o qual se difere dos sinais soletrados ou rítmicos, os quais, mesmo usando as letras do alfabeto manual, ao serem realizados, pedem uma maior velocidade na execução.

<sup>37</sup> Stokoe propôs os termos *quirolgia* (em vez de fonologia) e *queremas* (no lugar de fonemas), tendo em vista que, no grego, *quir-* significa mão. Contudo, esses termos caíram em desuso, e os pesquisadores preferem utilizar os termos fonética e fonologia para falar das unidades mínimas das línguas de sinais (GESSER, 2009).

<sup>38</sup> Em trabalho recente, Martins (2020) propõe outro parâmetro denominado *Ponto de Contato* (PC), o qual corresponde ao “local específico de uma das áreas de locação onde a mão configurada poderá tocar” (MARTINS, 2020, p. 69). Tendo em vista que a proposta é recente, não trataremos desse em parâmetro específico.



encontramos um quadro contendo 61 configurações de mão. Ao realizarmos uma busca eletrônica no *Google*, encontramos outras tabelas de CMs, como é o caso da que foi organizada por um grupo de pesquisa do Instituto Nacional de Educação de Surdos, na qual encontramos 79 configurações de mão<sup>39</sup>, conforme visto na figura abaixo:

**Figura 4 - Conjunto de Configurações de Mão da Libras**



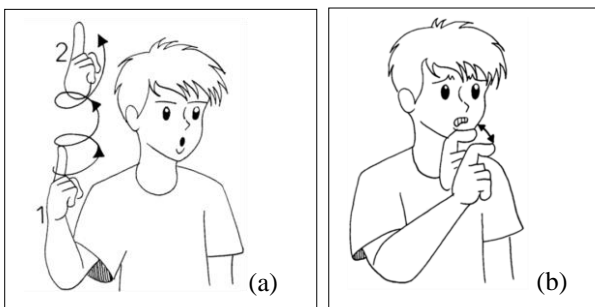
Fonte: Grupo de pesquisa do curso de Libras do INES<sup>40</sup>.

<sup>39</sup> Em nossas pesquisas, procuramos localizar o histórico da organização desta tabela, bem como a data da sua publicação, porém não obtivemos êxito. No entanto, encontramos esta mesma tabela sendo utilizada em vários trabalhos acadêmicos, como em Quadros (2019).

<sup>40</sup> Disponível em: <https://moodle.ifsc.edu.br/mod/book/view.php?id=216523>. Acesso em: 23 fev. 2022.

O Ponto de Articulação (PA) ou Locação (L) corresponde ao “espaço em frente ao corpo ou uma região do próprio corpo, onde os sinais são articulados” (FERREIRA-BRITO, 2010 [1995], p. 37). Segundo a autora, os sinais podem ser articulados no espaço neutro, diante do corpo – como o sinal ALTO (Figura 5a) – ou se aproximarem de uma determinada região do corpo, como cabeça, tronco, braços e mãos – como o sinal FRIO (Figura 5b).

**Figura 5 - Sinais ALTO e FRIO**



(a) ALTO; (b) FRIO.

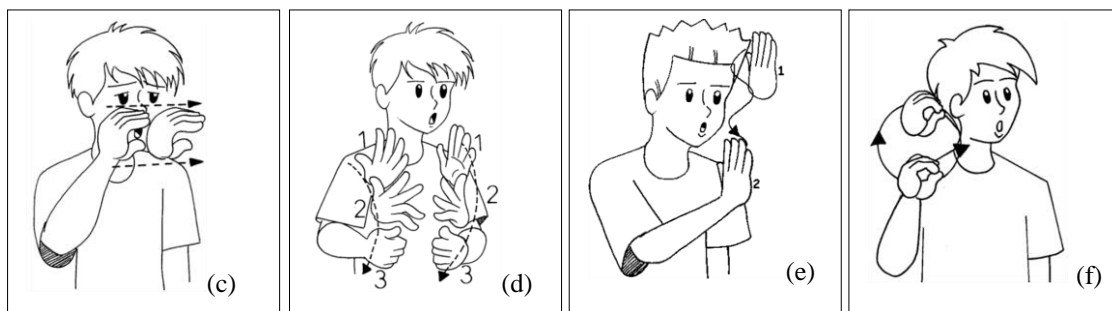
Fonte: Pedroza, Ballock, Gondin (2013, p. 144-145).

Quadros e Cruz (2011) esclarecem que a Locação de um determinado sinal pode apresentar uma certa variação, mas com certas restrições. Para exemplificar, citam o sinal de SABER, o qual é, prototipicamente, realizado na têmpora no mesmo lado da mão que vai ser utilizada para representar a CM. Esse mesmo sinal, em contextos informais, pode ser realizado mais abaixo. Conforme as autoras, esse mesmo tipo de variação já foi identificado em outras línguas de sinais, e pode ser comparado ao processo fonológico observado na fala, quando há uma troca de um som: /bolu/ em vez de /bolo/.

Quanto ao parâmetro Movimento, ele pode estar ou não presente em um determinado sinal. Segundo Ferreira-Brito (2010 [1995], p. 38), o Movimento é “um parâmetro complexo que pode envolver uma vasta rede de formas e direções, desde os movimentos internos da mão, os movimentos do pulso, os movimentos direcionais no espaço até conjuntos de movimentos do mesmo sinal”<sup>41</sup>. Ainda segundo a autora, os movimentos feitos pelas mãos no espaço ou sobre o corpo podem ser em linhas retas, curvas, sinuosas ou circulares em diversas direções e posições (Figura 6)<sup>42</sup>.

<sup>41</sup> Segundo a autora, sua proposta se baseou em Klima e Bellugi (1979, *apud* FERREIRA-BRITO, 2010 [1995]).

<sup>42</sup> Martins (2020) incorpora à classificação apresentada o movimento *tremular* e cita como exemplos na Libras os sinais NEVE, DESVALORIZAR e HELICÓPTERO.

**Figura 6 -** Sinais QUENTE, LIMPO, BRASIL e OUTUBRO

(c) Movimento em linha reta; (d) Movimento curvo; (e) Movimento sinuoso; (f) Movimento circular.  
 Fonte: Pedroza, Ballock, Gondin (2013, p. 146-147).

O parâmetro orientação da mão (Or) pode ser compreendido como “a direção da palma da mão durante o sinal: voltada para cima, para baixo, para o corpo, para frente, para a esquerda ou para a direita” (FERREIRA-BRITO, 2010 [1995], p. 41). A autora acrescenta que, durante a execução de um movimento, pode haver mudança na orientação. Quadros e Karnopp (2004) defendem que a orientação da mão é uma unidade fonológica, com base na existência de pares mínimos em alguns sinais, pois há mudança de significado em alguns sinais quando a orientação da mão muda, como no caso dos sinais PARA-CIMA e PARA-BAIXO (Figura 7).

**Figura 7 -** Sinais PARA-CIMA e PARA-BAIXO

Fonte: Quadros; Karnopp (2004, p. 59).

As expressões não manuais (ENM) dizem respeito aos movimentos da face, dos olhos, da cabeça ou do tronco. Segundo Quadros e Karnopp (2004), as ENM prestam-se a duas funções: marcação de construções sintáticas (marcando sentenças interrogativas sim-não, interrogativas QU-, orações relativas, topicalização, concordância e foco – e diferenciação de itens lexicais, marcando referência específica, referência pronominal, partícula negativa, advérbio, grau ou aspecto. Ferreira-Brito e Langevin (2010 [1995]), com base em estudos realizados na Língua de Sinais Americana, identificaram as expressões não manuais presentes da Libras, mais especificamente aquelas presentes no rosto, cabeça e no tronco (QUADRO 1).

Quadros e Karnopp (2004) salientam que duas ENM podem ocorrer de forma simultânea, como as marcas de interrogação e negação.

**Quadro 1 - Expressões não manuais na Libras**

<p><b>Rosto</b>          Parte superior          Sobrancelhas franzidas          Olhos arregalados          Lance dos olhos          Sobrancelhas levantadas</p> <p><b>Parte inferior</b>          Bochechas infladas          Bochechas contraídas          Lábios contraídos e projetados e sobrancelhas franzidas          Correr da língua contra a parte inferior interna da bochecha          Apenas bochecha da direita inflada          Contração do lábio superior          Franzir do nariz</p>
<p><b>Cabeça</b>          Balanceamento para frente e para trás (sim)          Balanceamento para os lados (não)          Inclinação para frente          Inclinação para o lado          Inclinação para trás</p>
<p><b>Rosto e cabeça</b>          Cabeça projetada para frente, olhos levemente cerrados, sobrancelhas franzidas          Cabeça projetada para trás e olhos arregalados</p>
<p><b>Tronco</b>          Para frente          Para trás          Balanceamento alternado dos ombros          Balanceamento simultâneo dos ombros          Balanceamento de um único tronco</p>

Fonte: Adaptado de Ferreira-Brito; Langevin (2010 [1995], p. 240-241).

Até o momento, apresentamos alguns elementos referentes aos parâmetros das línguas de sinais, com foco na Libras. Na sequência, acreditamos ser necessário apresentar uma visão geral a respeito dos classificadores, visto que eles estão presentes na formação de muitos sinais de nome.

### 1.3.3 Os classificadores

Os classificadores (Cls), segundo Quadros e Karnopp (2004), compoem o léxico nativo da Libras, no entanto, “formam outro componente no léxico das línguas de sinais, pois essas formações podem violar restrições formacionais no núcleo lexical (QUADROS; CRUZ, 2011, p.67). Embora os classificadores estejam presentes em várias línguas orais (ALLAN, 1997), nas línguas de sinais as suas formações estão diretamente relacionadas à modalidade gestual-espacial dessas línguas. Para Ferreira-Brito (2010 [1995]), os classificadores

são morfemas que existem em línguas orais e línguas de sinais. Entre as primeiras, as línguas orientais são as que mais apresentam Cls. As línguas de sinais, talvez por serem línguas espaço-visuais, fazem uso frequente de vários tipos de Cls, explorando também morfologicamente o espaço multidimensional em que se realizam os sinais (FERREIRA-BRITO, 2010 [1995], p. 102).

Para Allan (1977), existe um princípio universal em que “um classificador é concatenado com um quantificador, locativo, demonstrativo ou predicado para formar um elo que não pode ser interrompido por um nome que ele classifica” (ALLAN, 1977, p. 288)<sup>43</sup>. Assim, para Ferrereira-Brito (2010 [1995], p. 102), “o Cl é, pois, um morfema afixado a um item lexical, atribuindo-lhe, dessa forma, a propriedade de pertencer à determinada classe”. Ainda segundo a pesquisadora, os Cls podem funcionar como nome, como adjetivo ou como advérbios, contudo, “é no verbo ou no adjetivo que eles se incorporam, sendo, pois, Cls que se apresentam como sintagma verbal ou predicado” (FERREIRA-BRITO, 2010 [1995], p. 102).

Os Cls, na maioria das vezes, têm significado, visto que denotam características percebidas ou imputadas da(s) entidade(s) à(s) qual(is) o nome associado se refere (ALLAN, 1977). Em línguas de sinais, a relação entre o significado do verbo e o classificador, segundo Ferreira-Brito (2010[1995]), tende a ser transparente ou icônica, entretanto, esta transparência “perde-se com a extensão dos itens lexicais de uma classe de Movimento e Localização para outras classes semânticas, tais como cognição, percepção, emoção etc., isto é para classes de referentes mais abstratos” (FERREIRA-BRITO, 2010 [1995], p. 103). Na sequência a autora observa:

A perda de transparência semântica deve-se, segundo Kegl e Schley, à estratificação dos sinais. Isto faz com que o morfema deixe de ser produtivo

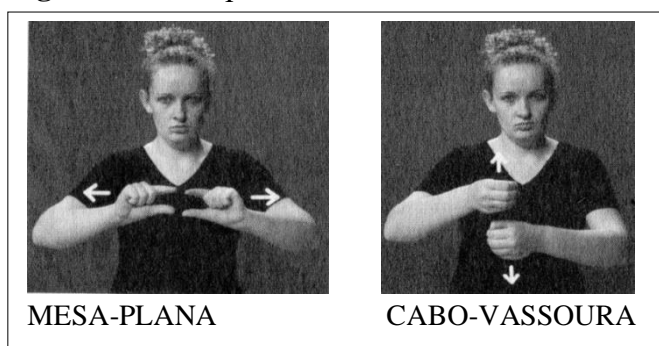
---

<sup>43</sup> “[...] a classifier concatenates with a quantifier, locative, demonstrative, or predicate to form a nexus that cannot be interrupted by the noun which it classifies” (ALLAN, 1977, p. 288).

apesar do vestígio que deixa no item lexical, o que pode ser recuperado através de um estudo diacrônico dos sinais. As autoras acima analisam dois sinais da ASL: VOTAR e COLOCAR-UM-OBJETO-PEQUENO-EM-UM-RECIPIENTE, mostrando que o primeiro é estratificado enquanto que o segundo é produtivo. A estratificação de VOTAR deve-se ao fato de que o sinal será sempre o mesmo, independente da forma de votar: colocar uma cédula em uma urna ou levantar o braço. O outro sinal, entretanto, varia, dependendo do tipo e tamanho do objeto a ser colocado no recipiente. Isto o torna produtivo e regido por princípios pragmáticos, ou seja, dependendo da situação de enunciação ou do evento narrado, variará o tipo de CI a representar os seres envolvidos no evento, preservando, dessa forma, a iconicidade da representação dos seres (FERREIRA-BRITO, 2010 [1995], p. 103).

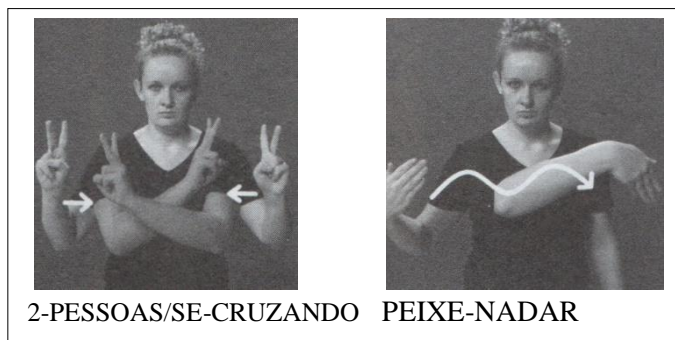
Quadros (2019, p.66) aponta que a produção dos classificadores “abrange uma combinação de morfemas altamente complexos simultaneamente articulados”, e podem ser de três tipos: (i) de tamanho e forma, (ii) de entidade e (iii) de manipulação, conforme alguns exemplos apresentados nas figuras abaixo:

**Figura 8** - Exemplos de classificadores de “tamanho e forma”



Fonte: Quadros (2019, p. 6).

**Figura 9** - Exemplos de classificadores de “entidade”



Fonte: Quadros (2019, p. 69).

**Figura 10** - Exemplos de Classificadores de “manipulação”



Fonte: Quadros (2019, p. 69).

Campello (2008) propõe que o termo “classificador” seja ampliado para “descrição imagética”, passando a classificá-lo como sistemas visuais. A justificativa apresentada pela autora é a seguinte:

Partimos do pressuposto que o uso da denominação classificador ou classificadores ou classificação manual (como um dos recursos gramaticais) poderá provocar o desaparecimento da visualidade e da imagem da Língua de Sinais, tornando a imagem em um “texto fixo”. Essa denominação estanque parece não dar conta de todos os recursos visuais da Língua de Sinais, pois parece estar atrelada a um estruturalismo restritivo e que coloca a iconicidade, a complexidade do signo imagético tudo dentro da estrutura linguística quando deveria considerar o seu uso, seu contexto de uso, e a possibilidade de representar um conhecimento de mundo Surdo visual e parcialmente próximo aos referentes que descrevem (CAMPELLO, 2008, p. 156).

Para fundamentar sua tese, a autora cita os estudos de Cuxac (2001) e considera não ser mais possível aprofundar as questões da linguagem e das línguas de sinais tendo como base o modelo estruturalista, o qual exclui a *parole* da sua descrição, bem como a rejeição e estigmatização das línguas de sinais em virtude dessas possuírem características icônicas.

Para Cuxac (2001), a visualidade implícita na modalidade gestual-visual das línguas de sinais proporciona uma estrutura gramatical diferente das línguas orais, pelo efeito visual que comporta a iconicidade, a corporeidade, as representações da descrição imagética, a analogia, ao caráter não discreto das unidades significativas, às manipulações espaciais, à pertinência do espaço de realização das mensagens visuais e o caráter impreciso das distinções verbal/não-verbal e semântico-sintático. Isso está presente em todos os enunciados pragmático-conversacionais.

De uma maneira geral, Campello (2008), com base em Cuxac (1985), propõe uma imagética com base nas transferências, as quais podem ser definidas como operações cognitivas que permitem anaformear a experiência extralinguística resultante do universo

perceptivo/prático dentro do espaço de sinalização (CUXAC; SALLANDRE, 2007). A proposta de Campello (2008) apresenta cinco tipos de transferência:

- a) Transferência de tamanho e de forma – é aquela relacionada ao tamanho e à forma do referente (Figura 11).

**Figura 11 - Sinal URSO-GRANDE**



Fonte: Campello (2008, p. 166).

- b) Transferência espacial – pode ser compreendida como uma das mais complexas, uma vez que o sinalizador transfere todos os elementos constitutivos do espaço, como a localização, a profundidade espacial, o tamanho, os diferentes ângulos e a perspectiva.

**Figura 12 - Sinal ESPAÇO-SOLAR**

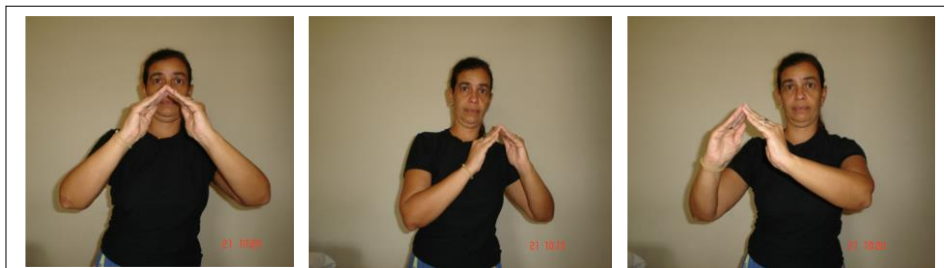


Fonte: Campello (2008, p. 169).



- c) Transferência de localização – ocorre quando há informações referentes à localização, às posições espaciais e lado (esquerdo e direito).

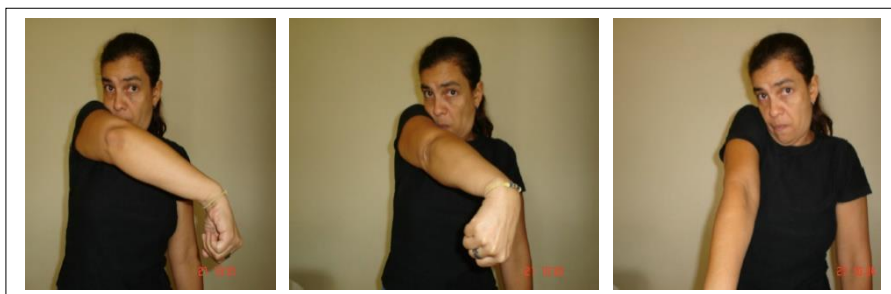
**Figura 13 - Sinal DISTÂNCIA-DAS-CASAS**



Fonte: Campello (2008, p. 172).

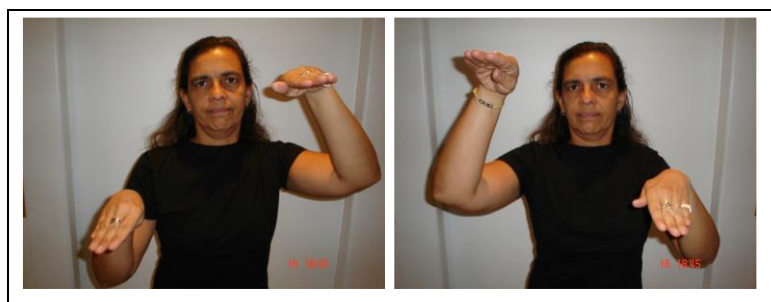
- d) Transferência de movimento – ocorre quando um determinado movimento é incorporado na produção de um certo sinal, buscando representar um movimento típico do referente, por exemplo, o sinal de TROMBA-ELEFANTE (Figura 14). A transferência de movimento pode ocorrer também de forma metafórica, ao representar uma dualidade conceitual por meio da visualidade do signo, como o caso do sinal DESIGUALDADE-SOCIAL (Figura 15).

**Figura 14 - Sinal TROMBA-ELEFANTE**



Fonte: Campello (2008, p. 176).

**Figura 15 - Sinal DESIGUALDADE-SOCIAL**



Fonte: Campello (2008, p. 178).

- e) Transferência de incorporação – diz respeito àquela estrutura que reproduz várias ações ou imagens, no entanto, são incorporadas no próprio corpo do sinalizador. Um dos exemplos apresentados pela autora pode ser visualizado na Figura 16, em que o corpo da sinalizadora representa o aparelho reprodutor feminino.

**Figura 16** - Transferência de incorporação do aparelho reprodutor feminino



Fonte: Campello (2008, p. 179).

Sob o ponto de vista morfológico, abordamos apenas os classificadores, pois nossos dados demonstram que eles são marcas morfológicas presentes em muitos sinais de nome, embora, nesta tese, não nos aprofundaremos nesta questão. Temos ciência de que outros temas caros à morfologia da Libras poderiam ser abordados, contudo, não o faremos devido à temática da tese: os processos cognitivos subjacentes à formação dos sinais de nome.

Este capítulo foi dedicado à contextualização a respeito da comunidade surda brasileira, o processo de constituição da Libras, as diferentes pesquisas realizadas no âmbito da linguística, bem como aos aspectos gramaticais que consideramos importantes para compreensão das análises que foram feitas. O próximo capítulo será dedicado à apresentação dos Estudos Onomásticos e aos estudos realizados referente aos sinais de nome em várias línguas de sinais.

## 2. A ONOMÁSTICA E O ESTUDO DOS NOMES PRÓPRIOS

### 2.1 PANORAMA GERAL

A Onomástica, do grego *onomastiké* – *onoma* (nome) e *tékne* (arte) –, é a ciência que se ocupa do estudo dos nomes próprios, analisados em diferentes perspectivas: gramatical, etimológica, antropológica, sócio-histórica, geográfica, dentre outros (AMARAL; SEIDE, 2020). Ainala, Saarelma e Sjöblom (2016) comentam que a Onomástica é bastante jovem por ser um campo da ciência surgido no século XIX, como uma subciência que auxiliava pesquisas nas áreas da história da linguagem, história e arqueologia. Já Hadjú (2002) advoga que a origem da Onomástica deveria ser buscada no Egito de cinco a seis mil anos atrás, pois foram eles que, em suas inscrições, fizeram a diferenciação entre nomes próprios e comuns.

O interesse pelos nomes próprios desperta a curiosidade de muitas pessoas, pois, ao estudarmos a relação desses nomes e seus referentes, geralmente, é possível recuperar significados que, com o tempo, tornaram-se opacos (AINALA; SAARELMA; SJÖBLOM, 2016). Como exemplo, podemos pensar no nome da cidade paulista *Botucatu*, nome que vem do tupi “*Ybytu-katu*”, que significa bom clima (DICK, 1992). Outra investigação que pode ser de interesse dos pesquisadores da área, segundo as autoras supracitadas, diz respeito aos nomes baseados em títulos ocupacionais antigos, como o caso do sobrenome *Schmidt*, que significa, literalmente, *ferreiro* na língua alemã (ECKERT, 2013).

Ainala, Saarelma e Sjöblom (2016) asseveram que a Onomástica é, por natureza, interdisciplinar, visto que os nomes fazem parte da cultura e surgem na interação entre pessoas em uma determinada comunidade linguística, bem como com o seu ambiente. Nesse sentido, é possível que outras áreas do conhecimento dialoguem com esta ciência, tais como a Filosofia, a Antropologia, a Arqueologia, a Literatura, a Psicologia, a Teologia, a Sociologia, dentre outras. Essa concepção vai ao encontro do que já foi identificado por Hough (2016, p. 10 – tradução nossa) ao afirmar que “a Onomástica é essencialmente interdisciplinar e pode ser difícil identificar uma área do conhecimento com a qual ela não esteja completamente relacionada”<sup>44</sup>.

Embora investigue outros nomes próprios, como nomes próprios de deuses e seres sobrenaturais, nomes de astros e nomes de produtos comerciais (GUÉRIOS, 1973), as duas

---

<sup>44</sup> “Onomastics is essentially inter-disciplinary, and it might be difficult to identify any major subject area to which it is completely unrelated” (HOUGH, 2016, p. 10).

principais subáreas da Onomástica são a Antroponomástica e a Toponomástica. A primeira concentra-se em estudar os nomes próprios de pessoas, incluindo tanto os nomes que se encontram no registro civil quanto aqueles que não pertencem à esfera oficial, os quais abordaremos mais adiante. Já a Toponomástica estuda os nomes próprios de lugares, como os nomes de cidades, de rios, de vias públicas, de montanhas, dentre outros. A respeito dessas subáreas Dick (1992) comenta:

Enquanto os topônimos definem e precisam os contornos de qualquer paisagem terrestre, os antropônimos se referem, com exclusividade, à distinção dos indivíduos entre si, no conjunto dos agrupamentos sociais, ao mesmo tempo que permitem e possibilitam aos núcleos assim constituídos a aquisição de uma personalidade vivenciada através da nomeação de seus membros (DICK, 1992, p. 178).

A importância dos estudos a respeito dos topônimos e dos antropônimos é defendida por Dick ao asseverar que ambos “são, por assim dizer, verdadeiros registros do cotidiano, manifestando nas atitudes e posturas sociais que, em certas circunstâncias, a não ser deles, escaparia às gerações futuras” (DICK, 1992, p. 178).

No âmbito acadêmico brasileiro, os estudos onomásticos são recentes (AMARAL; SEIDE, 2020). Em 1980, encontramos o grande marco dessas pesquisas com a defesa da tese *A motivação antroponímica: princípios teóricos e modelos taxionônimos*, por Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, a qual, segundo relatado no prefácio da obra de Amaral e Seide (2020, p. 13-14), “se transformou em um divisor de águas nas pesquisas onomástica no Brasil, em especial para as pesquisas linguísticas na área da Toponímia”. Os autores supracitados destacam que as pesquisas no âmbito da pós-graduação são mais recentes ainda, visto que a criação dos programas de pós na área dos estudos linguísticos iniciou-se no final dos anos 1960 e início da década de 1970. Por fim, destacam a criação do Grupo de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL), que, até os dias atuais, inclui pesquisadores de diversas universidades, voltados aos estudos dos nomes próprios.

## 2.2 OS ESTUDOS ANTROPONOMÁSTICOS

Conforme mencionado anteriormente, a Antroponomástica é a ciência que trata especificamente dos diversos tipos de nomes próprios atribuídos às pessoas. O termo Antroponímia, em Língua Portuguesa, segundo Guérios (1973), foi utilizado pela primeira vez

por J. Leite de Vasconcelos, em 1887, na Revista Lusitana. Carvalhinhos (2007) observa que, apesar de os nomes serem algo comum e cotidiano, nos meios acadêmicos eles são importantes, pois “o nome próprio tem como a função registrar atitudes e posturas sociais de um povo, suas crenças, profissões, região de origem, entre outros aspectos” (CARVALINHOS, 2007, p. 02). Há que se considerar também tendências atuais quanto aos nomes de moda, os quais, segundo Seide (2018), podem ser considerados aqueles se caracterizam “por seu uso ser passageiro, fugaz, apresentando, necessariamente, um começo súbito, um auge de utilização e um decréscimo também acentuado” (SEIDE, 2018, p. 165).

No que concerne aos tipos de antropônimos, na obra de Amaral e Seide (2020), encontramos diversas propostas elaboradas por vários pesquisadores da área. Baseados nestas pesquisas, e levando em conta o contexto antroponímico brasileiro, os autores organizaram sua própria tipologia, a qual pode ser dividida em antropônimos que pertencem ao registro civil (ou nome civil) e antropônimos que não pertencem ao nome civil. Entre os primeiros estão o nome, o sobrenome e o agnome. Já os antropônimos que não pertencem ao registro civil foram incluídos pelos autores os apelidos (ou alcunha, ou cognome), os hipocorísticos, os pseudônimos, os codinomes, os heterônimos, os nomes artísticos (e nome de palco), os nomes de guerra, os nomes religiosos, os nomes sociais, os nomes de urna e os nomes parlamentares. O quadro 2, elaborado pelos autores, apresentam as definições de todos os tipos de nomes encontrados na tipologia proposta.

**Quadro 2** - Definições dos tipos de antropônimos

	<b>Tipo</b>	<b>Definição e principais características</b>
1	Prenome	Antropônimo que distingue o indivíduo dentro dos grupos sociais de maior intimidade. Antecede o sobrenome e pode ser simples, composto ou justaposto.
2	Sobrenome	Antropônimo que identifica o pertencimento do indivíduo a uma família. Geralmente provém dos genitores e sucede o prenome.
3	Agnome	Antropônimo que indica uma relação de parentesco com outro indivíduo, via de regra, por via patrilinear.
4	Apelido (ou alcunha, ou cognome)	Antropônimo que se atribui a um indivíduo geralmente por outra pessoa e que costuma aludir a uma característica física ou intelectual ou ainda a um fato ou comportamento social.
5	Hipocorístico	Antropônimo formado a partir de uma alteração morfológica (abreviação, diminutivo, aumentativo etc.) de outro antropônimo. Geralmente criado em ambientes de maior intimidade.
6	Pseudônimo	Antropônimo empregado por um indivíduo em lugar do seu nome civil e escolhido pelo próprio portador do nome próprio.
7	Codinome	Antropônimo empregado para ocultar a identidade de um indivíduo. Pode ser escolhido pelo próprio portador ou por outrem e frequentemente possui traço negativo.

8	Heterônimo	Antropônimo atribuído a um indivíduo fictício, criado pelo portador de outro antropônimo.
9	Nome artístico (e nome de palco)	Antropônimo empregado por um indivíduo em lugar do seu nome civil e pelo qual se faz conhecido em sua atividade profissional, especialmente em áreas como música, cinema, teatro, televisão e afins.
10	Nome de guerra	Antropônimo empregado como substituto do nome civil em ambientes restritos, especialmente no meio militar, na maçonaria, na prostituição e no crime organizado.
11	Nome religioso	Antropônimo empregado por membros de comunidades religiosas em lugar do nome civil.
12	Nome social	Antropônimo pelo qual a pessoa, especialmente transexual e travesti, se identifica e é reconhecida socialmente.
13	Nome de urna	Antropônimo escolhido pelo candidato às eleições proporcionais para registrar-se na Justiça Eleitoral.
14	Nome parlamentar	Antropônimo escolhido pelo indivíduo eleito a cargo legislativo para ser usado em documentos oficiais da casa legislativa.

Fonte: Amaral; Seide (2020, p. 100).

Marcato (2009, p. 30) afirma que “o nome tem a função de rótulo, serve para identificar um indivíduo em si, absolutamente, em referência a todos os outros indivíduos que compõe a coletividade”<sup>45</sup>. Já Ainala, Saarelma e Sjöblom (2016, p. 19 – tradução nossa) advogam que eles, “além de sua função prática, possuem uma função sociocultural extremamente forte [...], funcionam não apenas como ferramenta de identificação, mas também classificação social de um indivíduo”<sup>46</sup>. Nesse sentido, um nome diz a uma comunidade quem é determinado indivíduo e possibilita ao indivíduo saber qual é o seu lugar na comunidade. No Brasil, um sobrenome, por exemplo, além de revelar a paternidade do indivíduo, pode revelar a posição social dele, pois, os usuários da língua podem reconhecer e diferenciar se este sobrenome revela se o indivíduo pertence a uma família com grande posição social ou não. Essas habilidades dos usuários com relação aos nomes estão no escopo da definição do conhecimento onomástico do falante desenvolvido por Seide (2021):

[...] faz parte do conhecimento onomástico do falante, o conhecimento sobre as características linguísticas dos nomes próprios em sua língua materna e sobre como eles são usados na comunidade linguística da qual ele faz parte. Ressalte-se que este conhecimento pode ou não incluir àqueles relacionados ao estudo do significado etimológico dos nomes próprios, mas, com certeza, inclui as crenças e atitudes do falante a respeito desses nomes [...]. Enquanto as crenças dizem respeito a como cada um concebe o modo como os nomes

<sup>45</sup> “Il nome ha la funzione di un'etichetta, serve a identificare un individuo in sé, assolutamente, rispetto a tutti gli altri individui che formano la collettività” (MARCATO, 2009, p. 30).

<sup>46</sup> “Personal names have, in addition to their practical function, an extremely strong sociocultural function. [...] they function not only as a tool for identification but also as a tool for the social classification of an individual” (AINALA; SAARELMA; SJÖBLOM, 2016, p. 19).

devem ou podem ser e inclui critérios subjetivos responsáveis pela avaliação (positiva, neutra ou negativa) de nomes próprios, as atitudes indicam se os nomes próprios são vistos como sendo semanticamente opacos ou transparentes, isto é, se apresentam algum significado ou têm, meramente, uma função referencial (SEIDE, 2021, p. 60).

Os antropônimos, segundo Guérios (1973), podem ser estudados sob dois aspectos principais: sob o aspecto social ou psicossocial, analisando as motivações e as razões pelas quais eles sempre foram empregados e, sob o aspecto linguístico, levando em conta a sua origem (etimologia). No que tange aos aspectos social e psicológico dos antropônimos, Guérios (1973) explica que eles residem no fato de refletirem “as civilizações passadas com todas as suas instituições. Os nomes são criados sob o influxo religioso, político, histórico etc., de circunstâncias variadíssimas, em que transparece viva a alma popular de todos os tempos de todos os lugares” (GUÉRIOS, 1973, p. 18).

Dentre os aspectos linguísticos, as principais discussões concentram-se na distinção entre nomes próprios e nomes comuns, a transformação de nomes comuns em nomes próprios e o papel dos antropônimos, como fósseis linguísticos, que sobreviveram até a atualidade.

Carvalinhos (2007) aponta que as sociedades orientais, e em várias sociedades indígenas brasileiras, os nomes são mais motivados e transparentes, cada qual seguindo suas crenças e tradições. Os Kaiowás, por exemplo, por meio de um ritual de nomeação, atribuem um primeiro nome às crianças, correspondendo ao momento em que ela recebe uma alma. Contudo, no decorrer da vida, este nome é aperfeiçoado, motivado por suas ações, posturas e atitudes (MARTINS *et al.*, 2017). Nas línguas de sinais, os nomes próprios de pessoas também são motivados e, na maioria das vezes, transparentes. Essas motivações estão estritamente relacionadas à própria modalidade da língua (visuo-espacial), a qual permite que, por meio de um sinal de nome, aspectos da conceptualização de uma pessoa seja refletido. Nesse sentido, conforme veremos no capítulo dedicado à análise dos dados, a maioria dos sinais de nome é motivado por uma característica do nomeado.

A partir daqui, cabe destacarmos algumas pesquisas onomásticas e, principalmente, antroponomásticas realizadas no Brasil. Para as contribuições de Amaral e Seide (2020), os autores recuperam a publicação de Henrique Fontes (1885-1966), publicada em 1951, denominada *Digressões Antroponímicas*, obra destinada à apresentação de aspectos etimológicos de antropônimos brasileiros. Outro trabalho destacado é a obra de Rosário Farâni Mansur Guérios, denominada *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*, publicado em 1949, a qual teve a sua segunda edição (revista e atualizada) publicada em 1973. A partir da segunda metade do século XX, os estudos onomásticos passaram a ter uma relação mais

próxima com a linguística, desenvolvido por alunos e professores em diversas instituições de Ensino Superior (AMARAL, SEIDE, 2020). No âmbito da Unioeste, encontramos três pesquisas de Mestrado e uma de Doutorado concluídas, todas orientadas pela professora Doutora Márcia Sipavícius Seide: 1) *Motivações para a escolha de um segundo nome da antroponímia Rondonense*, defendida em 2016, de autoria de Patrícia Helena Frai; 2) *Nomes próprios no romance contemporâneo O Berro do Cordeiro em Nova York: um estudo onomástico exploratório*, publicada em 2018, sob a autoria de Amanda Kristensen de Camargo, em 2018; 3) *Os nomes comerciais em Narajal-Paraguai*, escrita por Patrícia Lucas, defendida em 2019; e a tese *Transformações das práticas nomeadoras no município de Marchal Cândido Rondon – PR*, escrita por Patrícia Helena Frai, defendida no ano de 2021.

Até o momento, apresentamos um panorama geral a respeito dos Estudos Onomásticos, com destaque aos Estudos Antroponomásticos. Na sequência, abordaremos os estudos dos nomes próprios de pessoas nas línguas de sinais, foco desta tese.

### 2.3 A NOMEAÇÃO DE PESSOAS EM DIVERSAS LÍNGUAS DE SINAIS

Os nomes de pessoas, em todas as culturas, podem ser considerados como uma mina de ouro no que tange às informações sobre relacionamentos sociais, identidades, história e processos linguísticos (McKEE; McKEE, 2000). Ainiala, Saarelma e Sjöblom (2016), nessa mesma direção, afirmam que um nome está relacionado a uma parte importante da identidade de uma pessoa. Para exemplificar, podemos pensar nos nomes das mulheres. Quando uma mulher, ao se casar, acrescenta o sobrenome do esposo ao seu sobrenome, ela, por meio do seu nome completo, comunica que saiu da condição de solteira para a de casada. Atualmente, nas redes sociais (como o *Facebook*), não é incomum encontrarmos alterações nos nomes dos perfis de mulheres que adotaram o sobrenome dos seus respectivos esposos.

A inserção em alguma comunidade surda, por sua vez, não altera o nome de uma pessoa, mas, em virtude das relações linguísticas e culturais estabelecidas, produz uma outra forma de nomeação, a qual está relacionada ao modo como os surdos experimentam e codificam o mundo visualmente.

A nomeação de pessoas por meio de um signo linguístico é uma prática comum em várias comunidades surdas (BÖRSTEL, 2017). As descrições destas práticas são encontradas na Língua de Sinais Americana (MEADOW, 1977; MINDESS, 1990; SUPALLA, 1990), Língua de Sinais Britânica (DAY; SUTTON-SPENCE, 2010), Língua de Sinais Chinesa (YAU;



HE, 1989), Língua de Sinais Estoniana (PAALES, 2010; 2011), Língua de Sinais Sueca (BÖRSTEL, 2017), Língua de Sinais Francesa (DELAPORTE, 1998), Língua de Sinais Grega (KOURBETIS; HOFFMEISTER, 2002), Língua de Sinais da Nova Zelândia (MCKEE; MCKEE, 2000) e na Língua Brasileira de Sinais (SOUZA; GEDIEL, 2017; BARROS, 2018; RECH; SELL, 2019 ; RECH; SELL, 2020b; RECH; SELL, 2021; RECH; 2021; SOUSA, 2021). A partir destes trabalhos, procuraremos tecer discussões a respeito dos processos de nomeação de pessoas na Língua Brasileira de Sinais.

Existe, no senso comum, uma ideia de que todas as línguas de sinais, em todos os lugares do mundo, são únicas e universais (QUADROS; KARNOPP, 2004). No entanto, já foi constatado que, embora essas línguas tenham em comum a modalidade gestual-visual, cada país tem sua própria língua de sinais. Os sinais de nome, como parte do léxico de uma determinada língua de sinais, também revelam a não universalidades dessas línguas, o que não impede que possam existir traços em comum. Assim, o conhecimento a respeito das práticas de nomeação, os valores sociais envolvidos e as formas dos sinais de nome contribuem para o conhecimento de uma determinada língua de sinais, bem como das suas especificidades culturais.

As pesquisas acerca dos sinais de nome, mencionadas anteriormente, não estabeleceram muitos diálogos com os estudos onomásticos, embora um dos primeiros trabalhos na área, citado em praticamente todos os trabalhos posteriores, tenha conceituado os sinais de nome como “nomes próprios das pessoas em uma comunidade que usa uma língua visual-gestual”<sup>47</sup> (SUPALLA, 1990, p. 99 – tradução nossa). A grande maioria dos estudos concentrou-se nos métodos de formação dos sinais de nome, seu papel na formação da identidade cultural dos surdos, ou foram definidos como uma parte do *singlore*<sup>48</sup> surdo (PAALES, 2011). Este trabalho, contudo, busca inserir cada vez mais o estudo a respeito do processo de nomeação de pessoas nas comunidades surdas no âmbito dos estudos antropomásticos.

A falta de um diálogo com os estudos antropomásticos talvez tenha contribuído para a ausência de uma conceituação mais sistemática do que venha a ser esses signos linguísticos. Na sequência, apresentaremos algumas considerações a respeito dos sinais de nome pelos pesquisadores citados anteriormente, procurando estabelecer alguns diálogos e, ao final, apontar nossa própria definição.

---

<sup>47</sup> “[...] are the proper names of persons in a community using a visual-gestural language” (SUPALLA, 1990, p. 99).

<sup>48</sup> Segundo Anjos-Coimbra (2018), *singlore* é uma expressão cunhada por Carmel, há mais de 20 anos, definida como o uso da língua para a expressão do folclore de uma cultura.

Paales (2011, p. 47 – tradução nossa) definiu os sinais de nome como aqueles que “representam uma linguagem viável e uma tradição de herança<sup>49</sup>”, ainda segundo a autora, “sua formação e percepção são baseadas em informações visuais, espaço cultural histórico, crenças culturais do grupo e meios de expressão linguística”<sup>50</sup> (PAALES, 2011, p. 47 – tradução nossa).

Para Mckee e Mckee (2000, p. 4 – tradução nossa), “os sinais de nome são uma categoria distinta de sinais na língua de sinais da Nova Zelândia, os quais são criados como nomes pessoais para se referir a outras pessoas, geralmente membros de uma comunidade usuária da língua de sinais”<sup>51</sup>.

Para o pesquisador sueco Börstel (2017, p. 8 – tradução nossa), “um sinal de nome é um sinal que é usado com referência a um indivíduo e, normalmente, é empregado ao lado de um nome de pertencente à comunidade que utiliza a língua oral”<sup>52</sup>. Outra particularidade apontada pelo autor diz respeito ao fato de a atribuição de um sinal de nome ser feita por um outro membro da comunidade surda, e não pelos pais, como é visto geralmente nas línguas orais.

Supalla (1990), conforme mencionamos anteriormente, insere os sinais de nome na categoria dos nomes próprios das pessoas em uma comunidade surda usuária de uma língua de sinais. O autor, ao comentar sobre as características dos sinais de nome, realiza uma comparação com os nomes na língua oral, os quais podem ser compostos por prenomes (simples ou composto) e sobrenomes, ressaltando que os prenomes estão sujeitos ao processo de hipocorização. Um sinal de nome, contudo, “é estritamente uma unidade de uma palavra e, portanto, não tem posição como primeiro ou último. Além disso, uma vez que um sinal de nome é formado, ele não pode ser alterado para um diminutivo”<sup>53</sup> (SUPALLA, 1990, p. 100 – tradução nossa)<sup>54</sup>.

A pesquisadora americana Wild (2017, p. 3 – tradução nossa) afirma que os sinais de nome “são sinais especiais que identificam exclusivamente uma única pessoa no contexto de

---

<sup>49</sup> “[name signs] represent a viable language and heritage tradition” (PAALES, 2011, p. 47).

<sup>50</sup> “[...] their formation and perception is based on visual information, historic cultural space, cultural beliefs of the group, and linguistic means of expression” (PAALES, 2011, p. 47).

<sup>51</sup> “Name signs are a distinct category of signs in New Zealand Sign Language (NZSL), which are created as personal names for referring to others, usually members of a signing Community (MCKEE; MCKEE, 2000, p.4)

<sup>52</sup> name sign is a sign that is used with reference to an individual and is normally used alongside a spoken language community name” (BÖRSTEL, 2017, p. 8).

<sup>53</sup> “Is strictly a one word unit and so having no position as first or last. Furthermore, once a name sign is formed, it cannot be changed into a diminutive” (SUPALLA, 1990, p. 100).

<sup>54</sup> Observamos que a pesquisa de Supalla (1990) refere-se à Língua de Sinais Americana. Tendo em vista que, nas línguas de sinais, as emoções são expressas por meio das expressões não manuais, é possível que, em situações de interações afetivas, esse parâmetro seja alterado. Contudo, desconhecemos pesquisas que abordem essa temática, as quais, em certa medida, poderiam ser comparadas ao estudo dos hipocorísticos.

sua comunidade”<sup>55</sup>. Para a autora, um sinal de nome é um presente e não uma escolha, ou seja, é dado por terceiros.

No Brasil, alguns pesquisadores também se propuseram a apresentar alguns aspectos conceituais relativos aos sinais de nome. Para Souza e Gediel (2017, p. 164), os sinais de nome “representam os nomes próprios das pessoas Surdas que utilizam a Língua de Sinais como principal forma de comunicação [...]”. Barros (2018, p. 41) compreende que o sinal de nome “é um sinal usado com valor de nome de uma pessoa pelos membros da comunidade surda”. Já para Rech; Sell e Seide (2020), os sinais de nome “são antropônimos organizados na mesma forma que as pessoas surdas organizam a língua e percebem o mundo: através do canal espaço-visual”.

Conforme observamos no início do capítulo, um nome pessoal, além de servir para identificar um indivíduo em relação aos demais, em uma determinada comunidade (MARCATO, 2009), possibilita que o indivíduo saiba qual é o seu lugar nesta comunidade (AINALA; SAARELMA; SJÖBLOM, 2016). Os sinais de nome também cumprem essas funções. Eles podem tanto identificar um determinado sujeito no interior de uma determinada comunidade surda quanto servir como marca de pertencimento a essa comunidade (PAALES, 2011).

Podemos pensar ainda nas funções que os nomes de pessoas cumprem em nossos cotidianos. Segundo Amaral e Seide (2020), por meio desses nomes, nós nos apresentamos (função de nomeação), nós falamos de alguém (função de referência) e chamamos alguém (função interpelativa, ou vocativa). Os sinais de nome cumprem as duas primeiras funções elencadas, contudo, conforme já foi identificado por Paales (2011), Börstel (2017) e Mckee e Mckee (2000), eles não são usados de forma vocativa, pois, para que se interpele alguém nas línguas de sinais, faz-se necessário um contato visual e, dessa maneira, um breve aceno já é o suficiente. Caso não haja um contato visual, o contato físico cumpre esse papel.

Diante do exposto, acreditamos que os sinais de nome podem ser definidos como *antropônimos nas línguas de sinais, criados para referenciar uma única pessoa no contexto das comunidades surdas, formados e percebidos da mesma forma como as línguas de sinais de organizam: por meio do canal gestual-visual*. Nossa conceituação agrega muitos pontos abordados anteriormente, no entanto, duas ressalvas precisam ser feitas.

A primeira diz respeito a nossa discordância ao que foi proposto por Souza e Gediel (2017, p. 164), ao afirmarem que os sinais de nome “representam os nomes próprios das pessoas

---

<sup>55</sup> “[...] are special signs that uniquely identify a single person in the context of their community” (WILD, 2017, p. 3).

surdas”. A grande convivência da comunidade surda com a comunidade ouvinte do país em que residem acaba resultando na necessidade de nomear na língua de sinais pessoas que não fazem parte da comunidade surda. Com relação a essa nomeação, Rech e Sell (2020b) comentam:

Indivíduos que não fazem parte da comunidade surda, como políticos, artistas, jogadores de futebol, autores/pesquisadores, dentre outros, recebem um sinal de nome quando precisam ser referenciados por necessidades diversas. [...]. Há inclusive a atribuição de sinais de nomes a autores/pesquisadores famosos já falecidos, como Descartes, Aristóteles, Lev Vygotsky, Antônio Gramsci etc. (RECH; SELL, 2020, p. 70).

De uma maneira geral, é possível verificar que pessoas surdas, pessoas ouvintes participantes da comunidade surda e pessoas que não participam da comunidade surda, mas que precisam ser referenciadas frequentemente, são nomeadas nas línguas de sinais<sup>56</sup>. O que parece diferenciar essas atribuições de sinal diz respeito, principalmente, ao momento da nomeação. Filhos de pais surdos, tanto ouvintes – conhecidos por CODAS<sup>57</sup> – quanto surdos, geralmente, recebem seus sinais de nome logo nos primeiros meses/anos de vida<sup>58</sup>. Já os surdos, filhos de pais ouvintes, segundo Yau e He (1989) e Kourbetis e Hoffmeister (2002), recebem seus sinais de nomes ao entrarem em contato com as comunidades surdas, geralmente nos espaços escolares. Essa constatação está relacionada ao fato de os pais ouvintes, na maioria das vezes, desconhecerem as línguas de sinais, o que leva os surdos a encontrarem seus pares na idade escolar. Rech (2021) aponta a inexistência de pesquisas que visam investigar o local e o momento da atribuição de sinais de nome aos filhos surdos de pais ouvintes. Segundo a autora, é bem provável que essa nomeação ocorra no “encontro surdo-surdo”, o qual foi definido por Perlin (1998, p. 54) como algo “essencial para a construção da identidade surda, é como um abrir do baú que guarda os adornos que faltam ao personagem”.

Os ouvintes usuários das línguas de sinais, como professores bilíngues, intérpretes e pesquisadores da área, podem receber os seus sinais de nome no encontro surdo-ouvinte, em diversos espaços onde essa interação ocorra. O recebimento desse sinal pode ser visto como um

---

<sup>56</sup> Personagens que não fazem parte da comunidade surda, mas que são conhecidos mundialmente, podem ter um mesmo sinal de nome em várias línguas de sinais, como é o caso de *Charles Chaplin* e *Jesus*, na Libras e na ASL. No entanto, é possível que uma mesma personalidade tenha um sinal de nome diferente em diversas comunidades surdas, tendo em vista que a conceptualização reflete aspectos culturais. Contudo, até o momento da escrita desta tese, não encontramos pesquisas que versem a esse respeito.

<sup>57</sup> Children Of Deaf Adults. Expressão estadunidense, usada para identificar filhos ouvintes de pais surdos. No Brasil e em outros países da América Latina, Europa e Ásia, optou-se por não traduzir esse termo (SILVA, 2019).

<sup>58</sup> Em trabalho anterior, Rech (2021) apontou que filhos de surdos recebem seus sinais de nome após o nascimento, não especificando o tempo. Este trabalho, conforme será verificado nas análises dos dados, identificou que não existe um período exato para que esta nomeação seja feita.

símbolo de inserção na comunidade surda, desde que esteja atrelado a uma efetiva participação na comunidade surda e um aprendizado e uso significativo da língua de sinais. Essa temática será tratada com mais profundidade no capítulo dedicado à análise dos dados.

Outras pessoas que não participam da comunidade surda também podem receber um sinal de nome, como no caso de reitores de universidades onde circulam surdos, políticos, celebridades, religiosos, atletas, autores ou outras figuras popularmente conhecidas na sociedade. Essas pessoas nem sempre estão cientes de que possuem um sinal o qual os identifica na comunidade surda. Quando cientes, se não conhecem a língua de sinais, podem ter dificuldades em realizá-los.

Conforme comentamos anteriormente, a nomeação de pessoas externas à comunidade surda é resultado da necessidade sistemática de referência desses sujeitos. Para exemplificar, vamos pensar em um contexto universitário. Quando uma pessoa surda está inserida em determinado curso superior, ela terá acesso a diversas correntes teóricas e seus pensadores. Assim, esse conhecimento começa a fazer parte do seu universo cultural e precisam ser referenciados constantemente. Tal necessidade leva o sujeito surdo a atribuir um nome que seja mais linguística e culturalmente acessível, o que está em consonância ao que foi observado por Seide (2013): “cada língua apresenta recursos linguísticos distintos disponíveis para a nomeação e, mais ainda, havendo línguas utilizadas por diversos povos e nações, há uso de recursos linguísticos à disposição do usuário” (SEIDE, 2013, p. 167).

Outra ressalva necessária está relacionada à afirmação feita por Börstel (2017, p. 8 – tradução nossa) ao expor que um sinal de nome “é normalmente, usado ao lado de um nome relativo à comunidade que utiliza a língua oral”<sup>59</sup>. Nossa longa convivência com a comunidade surda brasileira nos mostra que, ao menos no Brasil, essa assertiva não se sustenta. O uso do nome na língua oral, seja apenas o prenome ou o nome completo, em conjunto com o sinal de nome, é realizado, na maioria das vezes, apenas nas apresentações pessoais, em que o interlocutor sinaliza ME@<sup>60</sup> NOME<sup>61</sup> (e faz a datilologia do nome na língua oral) seguido de ME@ SINAL (e realiza o sinal em Libras), conforme Figura 17. Passado o momento de apresentação, apenas o sinal de nome é utilizado quando há a necessidade de referenciar uma determinada pessoa. Esta preferência pelo uso de um sinal de nome em detrimento ao nome na

---

<sup>59</sup> “[...] is normally used alongside a spoken language community name” (BORSTEL, 2017, p. 8).

<sup>60</sup> Utilizamos o sistema de transcrição para Libras proposto por Felipe (1998), no qual, a marcação de gênero é feita pelo uso do @.

<sup>61</sup> Conforme McCleary e Viotti (2007), os estudiosos da área das línguas de sinais têm, em geral, adotado um sistema de glosas para registrar em uma língua oral, grafada em maiúsculo, um sinal manual com o mesmo sentido. Nesta tese adotaremos esse mesmo sistema.

língua oral, provavelmente, está ligada à preferência pelo uso da língua de sinais pelos sujeitos surdos em suas práticas linguísticas cotidianas.

**Figura 17 - Meu nome é... Meu sinal...**



Fonte: Dados da autora<sup>62</sup> (2022).

Conforme anunciamos anteriormente, a maioria das pesquisas referente aos sinais de nome concentrou-se em identificar os métodos de formação de sinais de nome, conforme já identificado por Paales (2011). Na sequência, apresentaremos algumas dessas propostas, a fim de compreender a forma como as diversas comunidades nomeiam e identificam os diversos aspectos culturais refletidos nesses signos linguísticos.

Supalla (1990) classificou os sinais de nome na Língua de Sinais Americana em dois tipos diferentes: descritivos e arbitrários. Os primeiros são aqueles motivados por alguma característica pessoal da pessoa nomeada (tanto física quanto comportamental), sem relação com o nome que o identifica como indivíduo na comunidade ouvinte. Os sinais de nome arbitrários, por sua vez, não remetem a qualquer aspecto do referente, mas utilizam configurações de mão relacionadas exclusivamente às letras do alfabeto manual. O autor aponta que os sinais arbitrários são usados de maneira bastante uniforme na comunidade surda americana. McKee e McKee (2000) apontaram que esta preferência não é a mesma em outras comunidades surdas, como as da Nova Zelândia, Austrália, Inglaterra, China e Tailândia, onde os sinais de nome descritivos são os mais comuns.

A pesquisadora Liina Paales (2011) identificou quatro principais categorias de sinais de nome na Língua de Sinais Estoniana. Os primeiros foram identificados como arbitrários<sup>63</sup> ou inicializado, os quais são formados a partir das CM que remetem ao nome e/ou sobrenome do nomeado. A segunda categoria foi denominada como sinais descritivos (metonímicos ou

<sup>62</sup> Para a versão final da tese, esta imagem será substituída por uma outra com a imagem da autora.

<sup>63</sup> Embora Paales (2011) utilize o termo *arbitrário*, ele não deve ser compreendido por meio da visão saussuriana, em oposição ao termo *motivado*, uma vez que todos os sinais de nome são motivados. O termo *arbitrário* é utilizado em oposição ao termo *descritivo*, conforme relatado por Barros (2018).

metafóricos), baseados na aparência, no comportamento, na roupa, ou em alguma particularidade específica, dentre outros. A terceira categoria é formada por sinais inicializados e descritivos, na qual estão inseridos os sinais de nome que combinam uma CM relacionados ao nome pessoal e a algum atributo da pessoa nomeada. O quarto tipo de sinais de nomes é formado por aqueles que foram criados a partir do significado do nome pessoal da pessoa, os quais a autora denominou de sinais de nome *loan/borrowed* – empréstimos.

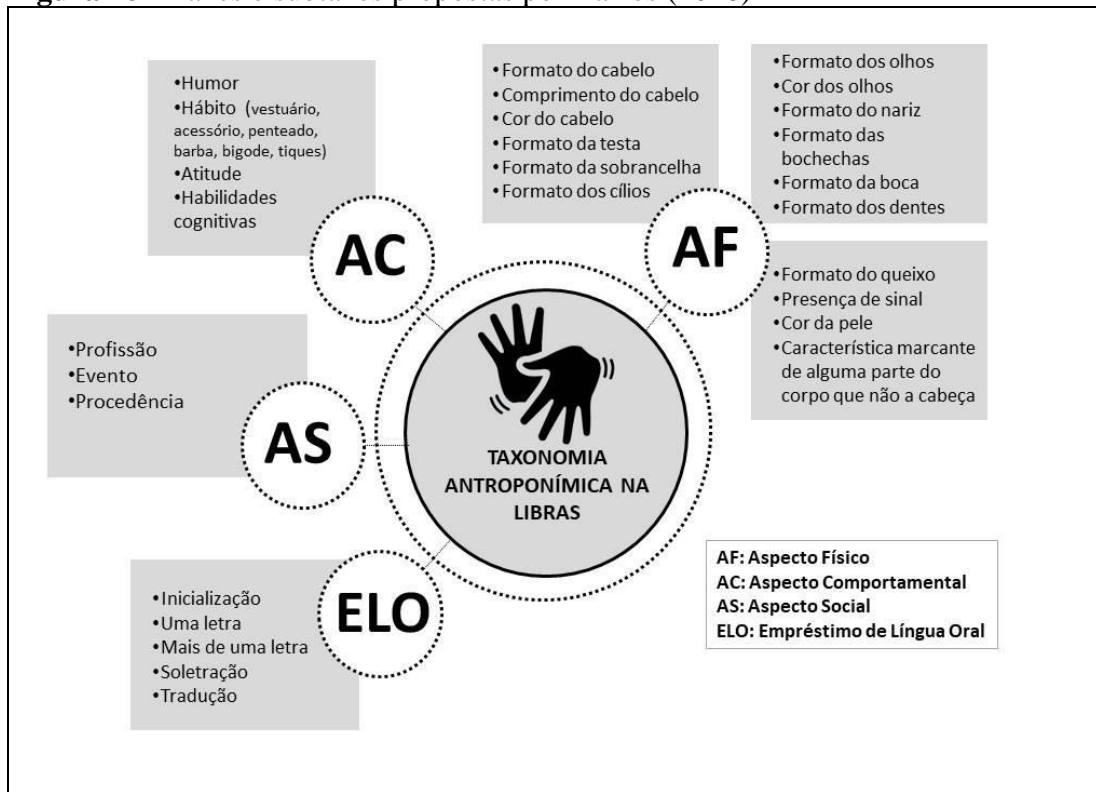
Os pesquisadores chineses Yau e He (1987) desenvolveram uma investigação em uma escola para surdos localizada na periferia de Guangzhou e identificaram que a atribuição de um sinal de nome naquele ambiente seguia uma tradição da língua oral comum nas escolas primárias, pois era comum recepcionar visitantes com aplausos seguidos de “*shu hao, a’yi hao*” (‘olá tio; ou olá tia’). Dessa forma, dois padrões foram estabelecidos na atribuição de um sinal: “SINAL COM UMA CARACTERÍSTICA PESSOAL + sinal de IRMÃO-MAIS-JOVEM” para os meninos e “sinal de IRMÃO-MAIS-JOVEM + SINAL COM UMA CARACTERÍSTICA PESSOAL” para as meninas. Os autores esclareceram que esta prática era uma escolha daquela escola, não sendo estendida às demais, uma vez que a mesma tradição não foi evidenciada em outras escolas.

Barros (2018), pesquisadora da Língua Brasileira de Sinais, propõe uma taxonomia voltada para a comunidade surda brasileira. Seus estudos foram baseados nas pesquisas de Supalla, contudo, não utiliza o termo *arbitrário*, mas “Empréstimo da Língua Oral”, pois, segundo a autora, “após Saussure, [...] o termo ‘arbitrário’, opõe-se a ‘motivado’, o que o torna inadequado para qualificar sinais-nomes, uma vez que são todos motivados” (BARROS, 2018, p. 50). As quatro principais *taxes* identificadas por Barros (2018) foram as seguintes: a) *Empréstimo de Língua Oral* (ELO)<sup>64</sup>, *Aspecto Físico* (AF), *Aspecto Comportamental* (AC) e *Aspecto Social* (AS). Cada uma dessas *taxes* é dividida em subtaxes, conforme exposto na Figura 18:

---

<sup>64</sup> A *taxe* Empréstimo da Língua Oral (ELO) pode abarcar também os casos de decalque, um tipo de empréstimo semântico. Para exemplificar, em nossos dados, identificamos um sinal que pode ser glosado como PEDRA-BRILHAR atribuído a uma pessoa de nome Pérola.

**Figura 18 -** Taxes e subtaxes propostas por Barros (2018)



Fonte: Sousa *et al.* (2021, p. 117).

Todas as considerações expostas nesta seção demonstram a relação dos sinais de nome com as comunidades surdas nas quais estão inseridos, ou seja, eles refletem aspectos culturais e linguísticos. As funções que esses antropônimos cumprem podem ser comparados aos nomes nas línguas orais, salvo a função vocativa, no entanto, poucos estudos foram inseridos no contexto dos estudos onomásticos. Esta tese, por sua vez, faz essa inserção ao traçar como objetivo identificar características sócio-onomásticas referentes à atribuição de sinais de nome na comunidade surda usuária da Libras a partir da hipótese de estudar como as metonímias/metáforas conceituais estruturam o processo de nomeação nesta língua. Na sequência, abordaremos a caracterização pragmática dos sinais de nome.



### 3. CARACTERIZAÇÃO PRAGMÁTICA DOS SINAIS DE NOME

As pesquisas encontradas referentes aos sinais de nome, conforme mostrado no capítulo II, nem sempre foram inseridas no escopo dos Estudos Onomásticos e, nesse sentido, poucos diálogos foram estabelecidos entre a antroponímia das línguas de sinais e das línguas orais. No entanto, pesquisas como as de Börstel (2017), Paales (2011), Day e Sutton-Spence (2010) e McKee e Mckee (2000), referentes às Línguas de Sinais Sueca, Estoniana, Britânica e Neozelandesa, respectivamente, lançaram luzes a respeito das relações e diferenças entre os sinais de nome e apelidos (*nicknames*), estes últimos estudados no âmbito dos Estudos Antroponomásticos. Buscando colaborar com essas discussões, nesta seção, proporemos uma caracterização pragmática (VAN LANGENDONCK, 2007b) dos sinais de nome, bem como discutiremos suas semelhanças e diferenças com os apelidos das línguas orais – uma vez que, como os sinais de nome, os apelidos são nomes não oficiais. Como referencial, adotaremos os estudos de Van Langendonck (2007b), Teixeira (2007) e Ainiala, Saarelma e Sjöblom (2016), Brylla (2016), Butkus (1999) e Amaral e Seide (2020).

Na sociedade brasileira, até mesmo por força de lei, todas as pessoas possuem um nome pertencente ao registro civil – composto por prenome(s) e sobrenome(s) – (AMARAL; SEIDE, 2020), os quais Van Langendonck (2007b) classificou como nomes primários e oficiais. Por outro lado, algumas pessoas podem ter, além do prenome, outro(s) nome(s) que não consta(m) no registro civil, por exemplo, os apelidos e os hipocorístico, os quais fazem parte do grupo de nomes que Van Langendonck (2007b) denominou de *byname*s. Segundo o autor, os *byname*s são nomes secundários e não oficiais (não constam em nenhum registro civil) em relação aos prenomes, os quais não foram atribuídos aos portadores dos nomes por si próprios. Ainda conforme o autor, eles, provavelmente, aparecem em todas as línguas, em menor ou maior grau, e, na grande maioria das vezes, representam alguma característica física do portador e, neste caso, são denominados de apelidos (*nicknames*). Examinaremos, na sequência, cada parte da caracterização pragmática dos *byname*s feita pelo autor.

Segundo Van Langendonck (2007b), os *byname*s são secundários (em relação aos prenomes) a partir de dois pontos de vista: cronológico e funcional. Quanto ao primeiro, o autor afirma que eles são cronologicamente secundários, pois são nomes adicionais e passam a ser usados depois que já ocorreu a atribuição do prenome. Em outras palavras, o portador primeiro recebe seu nome civil e, em outro momento, pode vir a receber um *byname*. Do ponto de vista funcional, os *byname*s são secundários, dado que não servem necessariamente como formas de tratamento, mas como meio de identificação e expressividade. Van Langendonck (2007b) não

aprofunda as diferenças entre as ordens funcionais e cronológica, no entanto, os dados da nossa pesquisa mostram que esse aprofundamento se faz necessário para nossa análise.

Assim, para os propósitos desta pesquisa, a partir de um estudo antroponomástico comparado entre a Libras e a Língua Portuguesa, entenderemos a ordem cronológica como a localização temporal da atribuição de um nome e, para tal, usaremos os termos “nomeação primeira”, “nomeação segunda” e “nomeação terceira” etc. A ordem funcional será concebida como a importância adquirida pelo uso social do nome, e usaremos os termos primários e secundários para designá-la.

No Brasil, pelo que se tem conhecimento, todas as pessoas possuem, pelo menos, um nome. Do ponto de vista cronológico, seguindo nossa proposta apresentada, esse nome diz respeito ao que chamamos de “nomeação primeira”. Assim, uma pessoa que possui apenas esse nome, quando recebe um sinal de nome na Libras, passa pela “nomeação segunda”. Caso essa pessoa tenha um apelido que fora concedido antes do sinal de nome, a atribuição de um sinal de nome seria uma “nomeação terceira”<sup>65</sup>. Cabe registrar que, com base em nosso *corpus* e nossa convivência com a comunidade surda, acreditamos que essa seja a situação mais prototípica, o que não impede que, em situações mais periféricas, um sinal de nome possa ser atribuído antes do nascimento, em caso de famílias de surdos.

Em termos de ordem funcional, precisamos levar em conta o contexto social e cultural no qual o portador está exposto. Usuários da Libras transitam, pelo menos, com duas línguas e culturas. Quando uma pessoa está em uma situação real de comunicação na comunidade ouvinte, o seu nome cumpre uma função primária e o seu sinal de nome uma função secundária. No entanto, no interior das comunidades surdas, o sinal de nome cumpre a função primária, uma vez que, eles são utilizados nos processos de identificação e referenciação, enquanto os nomes na Língua Portuguesa só são utilizados nas apresentações e quando o referente não possui um sinal de nome.

Os sinais de nome não são oficiais, pois, não estão previstos em documentos legais. Essa questão vai em direção às questões linguísticas envolvendo a Libras, pois, diferente do que algumas pessoas imaginam, essa língua visuoespacial não é uma língua oficial no país, e sim uma língua reconhecida<sup>66</sup>. Day e Sutton Spence (2010), pesquisadoras da Língua de Sinais

---

<sup>65</sup> Cabe observar que o sinal de nome pode vir antes de um possível apelido, ou seja, se a atribuição de um sinal de nome ocorrer antes de um apelido, ela seria uma nomeação segunda e o apelido uma nomeação terceira. Essa ocorrência é mais comum nos casos em que os indivíduos recebem um sinal de nome logo nos primeiros meses de vida.

<sup>66</sup> Há que se mencionar a existência da PEC n.º 12/2021, a qual propõe uma alteração do Artigo 13 da Constituição Federal para incluir a Libras como um dos idiomas oficiais da República Federativa do Brasil.

Britânica, afirmam que as questões oficiais também podem dificultar a continuação do costume de nomear, mesmo que não seja intencional, visto que, quando os pais e profissionais que trabalham com crianças surdas não integram essas crianças, desde a tenra idade, na comunidade surda, eles impedem os menores de terem uma experiência linguística e cultural surda completa, incluindo a experiência de receber um nome na língua de sinais.

Por fim, os sinais de nome, prototipicamente, não são atribuídos pelo próprio portador<sup>67</sup>. Em nossos dados, encontramos apenas uma autonegação, a qual será abordada no capítulo destinado à análise dos dados, no entanto, em momento posterior, ela foi referendada pela comunidade surda. Essa questão também é vista no processo de nomeação por meio de apelidos: são atribuídos por outras pessoas (VAN LANGENDONK, 2007b). No entanto, os sinais de nome são criados, segundo Paales (2011), em cooperação, integração e diálogo entre o nomeador e nomeado<sup>68</sup>. A autora ressalta ainda que, ao analisar os sinais de nome, um pesquisador não deve inferir que os surdos são insensíveis ou rudes, pois os sinais de nome apenas revelam as peculiaridades referentes às percepções visuais das pessoas surdas, não tendo como finalidade depreciar alguma pessoa. Isto não quer dizer que não haja apelidos como os que existem na Língua Portuguesa. O apelido, propriamente dito, equivale aos apelidos das línguas orais, também existentes na Libras e são criados à revelia do portador.

Feitas todas estas considerações, pensamos ser oportuno registrar a existência de outros tipos de sinais de nome com outras conotações. Kourbetis e Hoffmeister (2002), ao pesquisarem o sistema de nomeação na comunidade surda grega, identificaram a existência de sinais de cunho provocante e sinais de cunho insultantes. Os primeiros, eram conhecidos pelos portadores e, geralmente, não acompanhavam o sujeito pelo resto da vida, exceto quando ele substituiu o próprio sinal. Já os sinais insultantes eram mantidos em segredo, ou seja, o portador não sabia da existência dele. Os autores identificaram que esses sinais eram dados pelas crianças surdas aos professores ouvintes e eram passados das crianças mais velhas para as mais novas na escola.

Em nossa longa convivência com a comunidade surda brasileira, também presenciamos sinais provocativos e, talvez, insultantes. Como exemplo, citamos uma determinada circunstância em que presenciamos um surdo falando que trocaria o sinal da pessoa pelo sinal do carro Opala. Essa provocação insinuava, metaforicamente, que a pessoa consumia muita

---

<sup>67</sup> O recebimento de um sinal de nome por meio de uma outra pessoa, também foi identificado por outras pesquisas referentes aos sinais de nome em outras línguas de sinais (BÖRSTEL, 2017; DAY, SUTTON-SPENCE, 2010; YAU, HE, 1989).

<sup>68</sup> Talvez essa questão não seja precisamente uma regra. Algumas pessoas podem receber um sinal sem estarem presentes e, em outro momento, tomarem ciência da existência desse signo. Acreditamos na necessidade de uma investigação mais consistente para descrever a realidade brasileira.

bebida alcoólica, do mesmo modo que o carro Opala consome muito álcool. Com relação ao sinal insultante, em conversas com alguns surdos, descobrimos que uma determinada pessoa tem um “sinal secreto”, ou seja, ela mesma não tinha conhecimento deste outro sinal, o qual possuía um caráter irônico. Esta pessoa é muito conhecida por sua grande produção acadêmica, ou seja, publica muitos artigos, e seu sinal secreto pode ser transcrito como VÍCIO-ARTIGO. Para que pudéssemos classificá-lo como insultante ou apenas irônico, pesquisas a respeito dos sinais secretos precisam ser realizadas. Tais estudos, quando realizados, podem contribuir para que possamos pensar em uma caracterização e classificação dos antropônimos na Libras.

Então, em que medida podemos comparar um sinal de nome a um apelido? Para fundamentar nossa discussão, apresentaremos alguns conceitos e funções atribuídas aos apelidos, seguindo o referencial apresentado no início desta seção. Teixeira (2007), estudando as alcunhas do Norte de Portugal, afirma que as alcunhas (um tipo de apelido) são meios de “designação e referência por etiquetagem dos membros de uma comunidade, elas funcion(am) sobretudo em espaços geográficos demograficamente não muito vastos de modo a permitirem a possibilidade do **interconhecimento** total na comunidade” (TEIXEIRA, 2007, p. 207 – grifo nosso). Ainiala, Saarelma e Sjöblom (2016, p. 191), na mesma direção, reconhecem que “a confirmação **de um espírito de grupo comunitário é considerada uma função importante de nomes não oficiais**”<sup>69</sup>. Van Langendonck (2007b, p. 193 – grifo nosso), por sua vez, pondera que os *byname*s são comuns em vários círculos sociais e contextos, sendo comuns em uma determinada comunidade, como aldeias e escolas. Brylla (2016), por seu turno, afirma que os *byname*s podem ter a função de criar afinidade ou criar barreiras dentro de um determinado círculo, ou em uma sociedade. Em seu trabalho a respeito dos apelidos na língua lituana, Butkus (1999, p.105 – grifo nosso)<sup>70</sup> considera que os apelidos são “um nome adicional, não oficial, que se refere a alguma característica da pessoa apelidada e é usado para fins de **identificação**”.

Todas as conceitualizações apresentadas permite-nos perceber que os nomes não oficiais, como os apelidos e as alcunhas, têm a função de *identificação/referenciação* e *interconhecimento* dentro de uma determinada comunidade. Essa síntese vai ao encontro do que foi dito por Brylla (2016, p. 238) ao postular que a “a função de um *byname* é individualizar,

---

<sup>69</sup> “The confirmation on a communal group spirit is considered an important function of unofficial bynames” (VAN LANGENDONCK, 2007b, p. 193).

<sup>70</sup> “[...] an additional, unofficial name which refers to some characteristic of the person nicknamed and is used for purposes of identification” (BUKTUS, 2017, p. 125).

identificar e **diferenciar** pessoas com o mesmo nome”<sup>71</sup>. As funções exercidas pelos apelidos, também são exercidas pelos sinais de nome, conforme demonstraremos na sequência, e nos fazem tender a compreender que os sinais de nome podem ser um tipo de *byname*.

Conforme anunciamos anteriormente, no interior das comunidades surdas, passada a fase da apresentação, geralmente, apenas o sinal de nome é utilizado quando se faz necessário *identificar* ou *referenciar* um determinado sujeito em um contexto interacional. A soletração manual do prenome é utilizada apenas para se referir àquelas pessoas que não possuem um sinal de nome. Essa constatação também foi feita por McKee e McKee (2000), pesquisadores da Língua de Sinais da Nova Zelândia, “função linguística primária” dos sinais de nome é permitir que os surdos possam se referir aos outros.

A primazia dos sinais de nome em relação aos nomes oficiais nas interações em línguas de sinais pode ter influenciado Börstell (2007), ao afirmar que os sinais de nome não podem ser associados aos *bynames*, pois, segundo o autor, esses signos linguísticos são a forma padrão de denotar um indivíduo dentro da comunidade surda. Essa desassociação entre sinais de nome e *bynames*, em nossa opinião, pode estar relacionada ao fato de o autor não ter apresentado o conceito de *byname* que fundamentou sua assertiva. Nossa proposta, amparada no trabalho de Van Langendonck (2007b), pode contribuir para que os sinais de nome sejam incluídos na categoria dos *bynames*.

Outra função apontada pelos pesquisadores que observam os apelidos nas línguas orais diz respeito ao “espírito comunitário” mencionado por Ainiala, Saarelma e Sjöblom (2016) e “possibilidade do interconhecimento” (TEIXEIRA, 2007). Para exemplificar, podemos citar os *nomes guerra*, considerados como *bynames* (AINIALA; SAARELMA; SJÖBLOM, 2016). Os nomes de guerra são “antropônimos empregados como substituto do nome civil em ambientes restritos” (AMARAL, SEIDE, 2020, p. 100), como no caso dos nomes atribuídos aos maçons e àqueles que ingressam no exército. Em ambos os casos, existe uma ritualização da nomeação, pois há um período para que se chegue à escolha do nome e há quem chancela essa nomeação (geralmente um superior)<sup>72</sup>. Nesse sentido, o novo nome permite o interconhecimento e sentimento de pertencimentos ao grupo. Essas funções também foram identificadas para os sinais de nome. Paales (2011, p. 49) observa que os sinais de nome e os apelidos têm a função de “ênfatar o sentimento de união”. Day e Sutton-Space (2010, p. 39), por sua vez,

---

<sup>71</sup> “The function of a byname is to individualize, to identify, and to differentiate people with the same given name” (BRYLLA, 2016, p. 238).

<sup>72</sup> No capítulo dedicado às análises, informamos que a atribuição de um sinal de nome também envolve um momento específico, bem como um nomeador em especial, geralmente uma pessoa surda.

compreendem que a “atribuição de um *sign name* é um **rito de passagem** que mostra uma pessoa foi aceita na comunidade surda, assim como apelidos mostram a aceitação por um grupo cultural”<sup>73</sup>. Esse sentimento de pertencimento e integração à comunidade surda, segundo McKee e McKee (2000), representa a “função simbólica” dos sinais de nome.

Como cada língua possui as suas peculiaridades, há que se mencionar que nem sempre há uma relação de pertencimento cultural quando um sinal de nome é atribuído. Conforme apontado por Rech e Sell (2020c), os sinais de nome são atribuídos tanto para pessoas que fazem parte da comunidade surda, como os surdos, os filhos de surdos, os intérpretes, amigos etc., quanto para pessoas externas à comunidade, como professores, políticos, celebridades, autores, pesquisadores, dentre outros. Apenas para os primeiros a função de pertencimentos é acionada, os demais são nomeados nas línguas de sinais apenas para que possam ser referenciados de uma forma linguística mais acessível, no entanto, eles não passam a fazer parte da comunidade surda após a atribuição de um sinal de nome e, muitas vezes, nem sabem que foram nomeados nestas línguas.

Ainda no que tange as especificidades de cada língua, precisamos evidenciar uma função comumente atribuída aos antropônimos que não ocorre com os sinais de nome: a função vocativa. Os vocativos são uma forma de chamar atenção ou invocar alguém em algum discurso. Nas línguas de sinais, dada a necessidade da visualidade, para que possamos chamar ou interpelar alguém, faz-se necessário o estabelecimento do olhar e, em seguida, realizar algum aceno de mão. Caso a pessoa a quem se queira dirigir esteja de costas, algumas destas estratégias geralmente são adotadas: algum toque – geralmente realizado na região do ombro ou braço –, ou bater em alguma superfície que provoque vibração como o chão, ou até mesmo em uma mesa caso estejam ao redor dela.

Por fim, Teixeira (2007) alega que as alcunhas têm por finalidade marcar o alcunhado com um sinal para que possa ser facilmente identificado. Essa marcação, segundo o autor, é acidental e não essencial, pois procura um pormenor marcante e cognitivamente saliente. Os sinais de nome, por sua vez, também carregam o atributo de proporcionar facilidade na identificação, como ocorre nas alcunhas.

McKee e McKee (2000), ao discorrerem a respeito de o porquê os sinais de nome surgem, observam que eles foram criados como uma forma alternativa aos nomes falados, pois emergem de uma necessidade linguística, uma vez que os surdos percebem o mundo e se

---

<sup>73</sup> “Allocation of a sign name is a rite of passage that shows a person has been accepted into the Deaf community, just as nicknames show acceptance by a cultural group” (DAY, SUTTON-SPENCE, 2010, p. 39).

comunicam de uma forma visual e não auditiva. Nesse sentido, um sinal de nome traz um conforto linguístico<sup>74</sup> aos surdos, em razão dele ser significativo e acessível cognitivamente.

Os sinais de nome também seguem o padrão das alcunhas no que tange ao fato de o nomeador escolher alguma caracterização particularmente marcante em detrimento de tantas outras para representar o nomeado. Essa atribuição também é acidental, ela é o resultado da experiência social e cultural do usuário da língua em resposta à necessidade de criar um signo acessível em uma língua sinalizada, que identifique e referencie um outro indivíduo. Todavia, diferentemente de muitas alcunhas, os sinais de nome, em geral, não têm finalidades vexatórias.

Feita toda essa discussão, como caracterização pragmática, propomos que os sinais de nome são signos que foram atribuídos por terceiros, não oficiais, frutos de uma nomeação segunda, funcionalmente primários no interior das comunidades surdas, usados para identificar/referenciar um determinado indivíduo, podendo promover um espírito comunitário e os quais, na grande maioria, não tem finalidade vexatória.

---

<sup>74</sup> Segundo Santiago e Andrade (2013, p.11), o conforto linguístico é “a situação de uma pessoa que se comunica e interage com o mundo, por meio de uma língua que lhe é natural, língua esta que lhe dá condições de entender e interpretar o mundo de maneira completa e significativa, e de produzir sentido nos enunciados nesta língua”.

#### 4 A LINGUÍSTICA COGNITIVA

Para que se possa conhecer adequadamente a Linguística Cognitiva (LC), segundo Ibarretxe-Antuñano e Velezuela (2012), faz-se necessário conhecer as circunstâncias do seu surgimento. Segundo Silva (1997), a LC opõe-se aos dois paradigmas linguísticos antecessores – o Estruturalismo e o Gerativismo –, visto que nega a autonomia da linguagem (tanto a linguagem como “sistema” quanto como “faculdade autônoma”). Em termos gerais, para o Estruturalismo Linguístico, a língua deve ser “considerada em si mesma e por si mesma” (SAUSSURE, 1975, p. 271), ou seja, estudada e analisada sem alusão a fatores externos a ela. Já para o Gerativismo, teoria desenvolvida inicialmente por Noam Chomsky, a faculdade da linguagem é um módulo independentemente de outras estruturas mentais, voltada, especificamente, ao processamento da informação linguística. A Linguística Cognitiva, por sua vez, concebe a linguagem como parte integrante da cognição (e não um módulo separado), defende que ela deve ser estudada em seu uso e se baseia em processos cognitivos, sociointeracionais e culturais (SILVA, 2008).

Ainda a respeito da gramática gerativa, cabe uma observação. Silva (1997) esclarece que ela é uma *linguística cognitiva*, na medida em que seu objeto de investigação é a linguagem como faculdade mental, bem como reconhece que não pode haver conhecimento sem uma representação mental, a qual realiza a mediação epistemológica entre sujeito e objeto. Contudo, nas palavras do autor,

Há uma diferença essencial: a gramática gerativa interessa-se pelo conhecimento da linguagem (tomando-a, portanto, não como meio, mas como objecto da relação epistemológica) e procura saber como é que esse conhecimento é adquirido, ao passo que a linguística cognitiva interessa-se pelo conhecimento através da linguagem e procura saber como é que a linguagem contribui para o conhecimento do mundo (SILVA, 1997, p. 62).

Os primeiros estudiosos que, ao final dos anos 1970, começaram a sentir que era complexo e forçado procurar explicar a linguagem sem referência a fenômenos de significado foram George Lakoff, Charles Fillmore, Ronald Langacker e Leonard Talmy, (IBARRETXE-ANTUÑANO; VALENZUELA, 2012). Em termos de um marco temporal oficial para o nascimento da Linguística Cognitiva, Almeida *et al.* (2010) sugerem o ano de 1989, quando foi realizada a Primeira Conferência Internacional de Linguística Cognitiva. Nesse evento, foi criada a *International Cognitive Linguistics Association* (ICLA) e anunciado o lançamento do periódico *Cognitive Linguistics*, o qual teve seu primeiro número publicado em 1990. Outras



obras também marcam o início desse modelo teórico, tais como: *Metaphors we live by* (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]), *Foundations of Cognitive Grammar* (LANGACKER, 1987) e *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind* (LAKOFF, 1987).

Silva (2008) recorre à metáfora proposta por Geeraerts (2006) para sustentar que a LC, ao contrário de outros movimentos linguísticos, é mais um arquipélago do que uma ilha, posto que não há um único fundador, tampouco um único território delimitado, mas um aglomerado de centros de investigação presentes nos Estados Unidos, Europa e, mais recentemente, na Ásia, os quais “partilham de uma perspectiva teórica geral comum e desenvolvem distintos programas e teorias linguísticas (ainda) não redutíveis a uma única e uniforme teoria da linguagem” (SILVA, 2008, p. 190). Como exemplo, podemos citar algumas principais linhas de investigação: Semântica Cognitiva (LAKOFF, 1987, LANGACKER, 1987); Gramática Cognitiva (LANGACKER, 1987, 2007, 2008); Teoria do Protótipo (TAYLOR, 1995; GEERAERTS, 1997); Teoria da Metáfora Conceptual (LAKOFF; JOHNSON, 2002[1980], LAKOFF, 1993; KÖVECSES, 2002); Teoria da Metonímia Conceptual (BARCELONA, 2003, 2005, 2012; RADDEN; KOVECSES 1999); Teoria dos Frames (FILLMORE, 1985), dentre outras.

Conforme abordado na introdução deste capítulo, a Linguística Cognitiva não adota uma visão modular da mente humana e, nesse sentido, as unidades e as estruturas da linguagem são vistas como “manifestações de capacidades cognitivas gerais, da organização conceptual, de princípios de categorização, de mecanismos de processamento e da experiência cultural, social e individual” (SILVA, 1997, p. 59). Assim, a LC postula que a cognição medeia a relação entre a palavra e a mente, nessa direção, o significado não é um reflexo direto do mundo, mas uma construção cognitiva pela qual o mundo é apreendido e experienciado, ou seja, não são as palavras que estão os significados, mas são elas que orientam a construção do sentido (FERRARI, 2020).

Chiavegatto (2009), do mesmo modo, considera que o significado dos enunciados é: “1º - guiado pelas formas linguísticas; 2º - uma construção mental que expressa a interligação entre conhecimento e linguagem; e 3º - validado no contexto comunicativo” (CHIVEGATTO, 2009, p. 81). Assim, para a LC, a gramática não é vista como um conjunto de regras operantes sobre categorias de palavras ou de sentenças, mas um conjunto de princípios gerais e processuais, operando sobre bases de conhecimentos.

Todas essas considerações remetem à grande premissa da Linguística Cognitiva: o significado linguístico é conceptualização “e que uma concepção conceptualista do significado

implica uma concepção sócio-interacional do mesmo, na medida em que significado, conceptualização, experiência e intersubjectividade estão intimamente ligados” (SILVA, 2006a, p. 18). Consequentemente,

O significado é perspectivista: não reflete objetivamente o mundo, mas modela-o, constrói-o de determinada maneira ou perspectiva e, assim, de muitas perspectivas diferentes;

O significado é enciclopédico: intimamente associado ao conhecimento de mundo e, por isso mesmo, não autônomo nem separado de outras capacidades cognitivas;

O significado é flexível: dinâmico e adaptável às mudanças inevitáveis do nosso mundo e das nossas circunstâncias;

O significado é baseado na experiência e no uso: na nossa experiência individual corpórea ou biológica e na nossa experiência coletiva, social e cultural e, sempre, na experiência do uso actual da língua (SILVA, 2006b, p. 4-5).

Silva (1997) esclarece que os temas de interesse da Linguística Cognitiva são os seguintes: as características estruturais da categorização linguística, como a prototipicidade, a polissemia, modelos cognitivos e as metáforas (e as metonímias); os princípios funcionais da organização linguística, como o caso da iconicidade; a interface conceptual entre sintaxe e semântica, a relação da pragmática com o a linguagem em uso, bem como a relação entre a linguagem e o pensamento. Na sequência, abordaremos os temas que fundamentam essa tese.

#### 4.1 CATEGORIZAÇÃO E TEORIA DOS PROTÓTIPOS

A categorização pode ser compreendida como “o processo através do qual agrupamos entidades semelhantes (objetos, pessoas, lugares etc.) em classes específicas” (FERRARI, 2020, p. 31). Abreu (2010) ressalta que a capacidade de categorizar foi crucial para a sobrevivência da espécie humana. Para exemplificar, o autor sugere que imaginemos o encontro de um grupo de homens da caverna em busca de comida com um tigre de cor negra. O animal predador ataca o grupo e mata um deles. Dias depois, os sobreviventes encontram outro tigre, agora de cor marrom, que não se importa com a presença deles. Contudo, dada as semelhanças entre eles, a categoria de animal selvagem é criada. Do mesmo modo, experiências com as plantas criaram a categoria daquelas que são comestíveis daquelas que não são. Assim, várias categorias foram criadas, servindo como base para os comportamentos a serem seguidos pela comunidade, otimizando o tempo de vida e passando a diante seus genes.

A capacidade cognitiva de categorização permite que possamos formar conceitos e organizá-los em uma vasta rede de conhecimentos (ABREU, 2010). O primeiro modelo de categorização remonta ao pensamento aristotélico. Essa teoria, denominada *Teoria Clássica do Significado e da Categorização*, postula que “o significado das palavras é baseado numa estrutura de atributos necessários e suficientes para se construir a essência da entidade ou do conceito com os quais associamos a palavra” (DUQUE, 2011, p. 2). Por exemplo, para pertencer a categoria *ave*, os membros devem “possuir duas asas”, “ter dois pés”, “ter bico”, “ter penas”, “ter a capacidade de voar” e “colocar ovos”.

Essa teoria, em virtude de apresentar limites muito rígidos, apresenta muitos questionamentos. Em meados do século passado, Wittgenstein apontou dificuldades na definição da palavra *game* (jogos), a partir de traços necessários e suficientes, visto que não encontrou vestígios definidores para todos os seus membros. Embora utilizemos a palavra “jogo” para denominar os jogos de tabuleiro, jogos de carta (inclusive paciência, um jogo que se joga só) e jogo de futebol, não é possível encontrar um conjunto de traços em comum, por exemplo, “atividade coletiva” e “competitividade”, atributos presentes na maioria dos jogos (FERRARI, 2020). Assim, Wittgenstein propõe a expressão *Semelhanças de Família*, ou seja,

Há atributos que, tipicamente, associamos com a categoria. Alguns membros apresentam alguns destes atributos, mas não há nenhum que possa ser compartilhado com todos os outros. Inclusive, pode haver membros que não apresentem nenhum atributo em comum com os demais e, por outro lado, os atributos podem ser incluídos em mais de uma categoria, já que os atributos (*semelhanças de família*) não são ‘exclusivos’ (DUQUE, 2001, p. 13).

Para os adeptos da LC, a categorização linguística se processa, geralmente, com base nos protótipos (exemplares típicos), assim, as categorias linguísticas apresentam uma estrutura prototípica (SILVA, 1997). Para tal, baseia-se na Teoria dos Protótipos (*Prototype Theory*), elaborada da década de 1970, sob a coordenação de Eleanor Rosch. Lakoff (1987) foi quem trouxe a importância desses estudos para o campo da LC, propondo que as categorias linguísticas são outro tipo de categoria cognitiva, então, deve-se saber como funciona a categorização em um nível global, para que se saiba como funciona a categorização linguística (VALENZUELA; IBARRETXE-ANTUÑANO; HILFERTY, 2012).

Tendo em vista que a categorização diz respeito à capacidade de agrupar entidades semelhantes, conforme já anunciado, ela é útil para que possamos utilizar as informações aprendidas sobre um dos membros da categoria, para estendê-las aos demais membros da mesma categoria. Para exemplificar, podemos pensar na categoria BANANA. A partir das

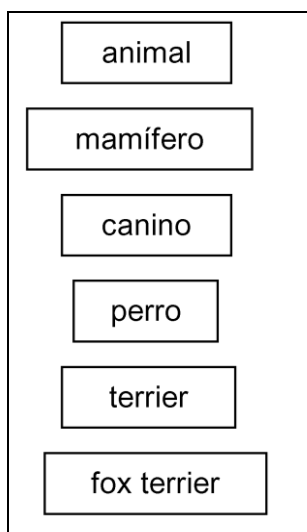
nossas experiências com ela (por exemplo, o fato de ela servir para a alimentação, o fato de ela ser de sabor doce), podemos categorizar os demais membros desta natureza. Assim, vamos acumulando conhecimento sobre o mundo em categorias conceituais e fazemos inferências a respeito de como o mundo funciona. Desse modo, Rosch e sua equipe demonstraram que, no processo de categorização, os seres humanos não constroem as categorias de forma rígida, usando condições suficientes e necessárias, como as demais propostas, mas que a categorização é um processo flexível e matizado (VALENZUELA; IBARRETXE-ANTUÑANO; HILFERTY, 2012).

Rosch e sua equipe, a partir de outros estudos advindos da antropologia, como a classificação das cores e de plantas, realizaram outros estudos experimentais e estabeleceram que existem dois princípios a serem considerados quando o assunto for a categorização. O primeiro diz respeito à economia cognitiva, o qual postula que “a tarefa dos sistemas de categorias é fornecer o máximo de informação com o mínimo de esforço cognitivo” (ROSCH, 1978, p. 28)<sup>75</sup>, ou seja, agrupamos elementos que são semelhantes em categorias em vez de armazená-los individualmente. Valenzuela, Ibarretxe-Antuñano e Hilferty (2012) esclarecem que esse princípio é essencial para a dimensão vertical da categorização, aquela ligada ao nível de inclusão dos membros que compõe uma determinada categoria. O segundo princípio versa sobre a estrutura do mundo percebido, o que nos permite olhar para as características que normalmente concorrem, ou seja, na estrutura informacional do mundo ao nosso redor. Esse princípio é fundamental para a dimensão horizontal da categorização, em que prevalece a prototipicidade dos elementos que compõe a categoria (VALENZUELA; IBARRETXE-ANTUÑANO; HILFERTY, 2012). Na sequência, abordaremos essas duas dimensões.

A dimensão vertical da categorização está ligada ao nível de inclusão da categoria ou no grau de especificidade/generalidade com que se organizam os membros de uma dada categoria. Para ilustrar, utilizaremos-nos do exemplo apresentado por Valenzuela, Ibarretxe-Antuñano e Hilferty (2012, p. 54), apresentado na Figura 19. Quando pensamos na categoria animal, temos informações muito genéricas, gerando um custo cognitivo maior. Contudo, se pensamos em um cachorro (*perro*), a relação entre a quantidade de informações e o custo do processamento cognitivo é otimizada.

---

<sup>75</sup> “[...] the task of category systems is to provide maximum information with the least cognitive effort” (ROSCH, 1978, p. 28).

**Figura 19** - Taxonomia de PERRO (cão)

Fonte: Valenzuela; Ibarretxe-Antuñano e Hilferty (2012, p. 54).

As pesquisas de Rosch e sua equipe identificaram que a categorização apresenta três diferentes níveis de inclusão. Pensemos na relação ANIMAL-CÃO-TERRIER. O primeiro nível é o *superordenado* (ANIMAL), é o mais geral, pois, ao incluir membros muito distintos entre si, torna-se difícil caracterizar seus atributos, visto que são poucos e gerais. O segundo nível é o *básico* (CÃO), o qual, cognitivamente, é o mais importante, porque é o mais eficiente. Nesse nível, podemos memorizar mais atributos, pois muitas informações são obtidas com pouco esforço cognitivo. Por último, o nível *subordinado* (TERRIER), é aquele mais específico, oferecendo mais atributos do que o nível básico, contudo, o processamento cognitivo é mais elevado (VALENZUELA; IBARRETXE-ANTUÑANO; HILFERTY, 2012).

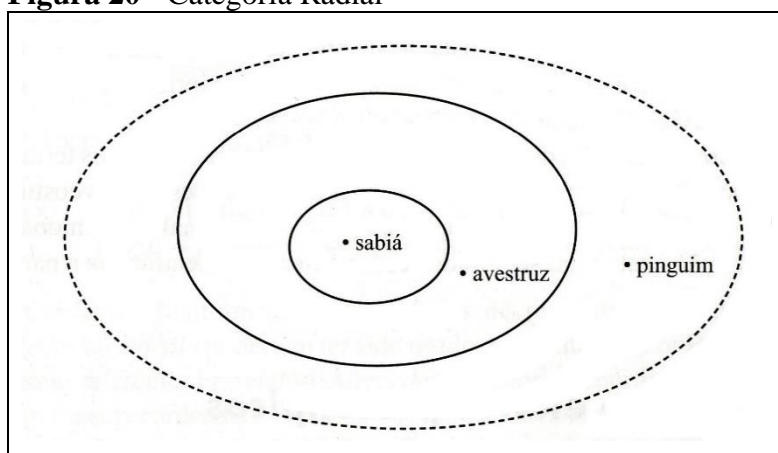
A dimensão horizontal da categorização “baseia-se no fato de que as estruturas de conhecimento que possuímos, ou seja, os atributos que caracterizam as coisas e acontecimentos do mundo que nos cercam, são estruturadas e inter-relacionadas” (VALENZUELA; IBARRETXE-ANTUÑANO; HILFERTY, 2012, p. 55-56 – tradução nossa<sup>76</sup>). Essa concepção de categorização é denominada *Teoria do Protótipo*. Segundo Rosch, um *protótipo* é o elemento mais central de uma categoria, em torno dos quais, os demais se organizam, ou seja, ele é aquele que mais compartilha atributos com os demais membros da mesma categoria; é aquele que é evocado pelos falantes ao se depararem com uma determinada categoria. Por exemplo, “banana” é um membro prototípico da categoria FRUTAS. Nesse momento, é importante ressaltar o papel das culturas sobre as categorizações. Para exemplificar, retomamos

<sup>76</sup> “[...] se basa en el hecho de que las estructuras de conocimiento que tenemos, es decir, los atributos que caracterizan a las cosas y los eventos del mundo que nos rodean, están estructurados y relacionados entre sí” (VALENZUELA; IBARRETXE-ANTUÑANO; HILFERTY, 2012, p. 55-56).

os exemplos citados por Abreu (2010) em relação à categoria animais comestíveis: no Brasil, teríamos a vaca e o porco, na Coreia, incluiríamos os cães e, na Índia, excluiríamos o porco e a vaca.

Outra questão importante a respeito da Teoria do Protótipo deve-se ao fato de que a categorização é mais flexível e, nesse sentido, uma mesma categoria abarca membros mais prototípicos e mais periféricos, a depender do grau de semelhança com o protótipo. Por exemplo, na categoria AVE, o sabiá pode ser considerado o nível prototípico da categoria, posto que tem bico, tem dois pés, põe ovos, tem duas asas, sabe voar e tem penas. Já o avestruz apresenta as mesmas características, exceto saber voar, assim, afastando-se um pouco do protótipo. O pinguim, por sua vez, compartilha os seguintes atributos da categoria AVE: possui bico, tem dois pés e põe ovos, sendo considerado um membro mais periférico.

**Figura 20 - Categoria Radial**



Fonte: Ferrari (2020, p. 42).

Todas as considerações feitas até o momento são importantes para a contextualização desta tese, tendo em vista que a atividade de nomear resulta do processo de categorização (BIDERMAN, 1998). Considerando que, no âmbito da Linguística Cognitiva, “o significado é uma construção mental que reflete aspectos da conceptualização e da categorização” (NETO; SOLEDADE, 2021, p. 112), na sequência, abordaremos dois mecanismos de conceptualização: as metáforas e metonímias conceptuais.

## 4.2 METÁFORAS E METONÍMIAS CONCEPTUAIS

Muito investigada pela LC, a metáfora tem chamado a atenção dos estudiosos há séculos, especialmente daqueles que se dedicam à Retórica, compreendida como a arte do uso

da linguagem para convencimento, cujo surgimento remonta à Antiguidade. Ricoeur (2000) esclarece que a retórica dos gregos não cobria todos os usos no discurso, deixando de fora, por exemplo, a poética. Segundo o autor, esse desdobramento entre a retórica e a poética contribui para o estudo da metáfora, pois, em Aristóteles, ela pertence aos dois domínios. Nesse sentido, a Retórica, como uma técnica da eloquência, visa à persuasão, enquanto a poética, arte de construir poemas, gera a “purificação das paixões do terror e da piedade” (RICOEUR, 2000, p. 23). Nas palavras do autor:

Poesia e eloquência desenham assim dois universos distintos. Ora, a metáfora tem um pé em cada domínio. Ela pode, quanto à estrutura, consistir apenas em uma única operação de transferência do sentido das palavras, mas quanto à função, ela dá continuidade aos destinos distintos da eloquência e da tragédia. Há, portanto, uma única estrutura da metáfora, mas duas funções: uma função retórica e uma poética (RICOEUR, 2002, p. 23).

As metáforas exercem um papel muito importante na elaboração do discurso para Aristóteles. Segundo o pensador grego, a metáfora “é a transferência de uma palavra que pertence a outra coisa, ou do gênero para a espécie ou da espécie para o gênero ou de uma espécie para outra analogia” (ARISTÓTELES, 2008, p. 83). Cabe observar que Aristóteles não propôs uma classificação das figuras de linguagem, ou seja, a questão da “transferência” foi aplicada tanto à metáfora quanto à metonímia, à sinédoque, dentre outras. Essa diferenciação foi realizada, posteriormente, por outros estudiosos da Retórica. Nesse sentido, Vereza (2010, p. 212) ecoa a tese de Leesenberg (2001 *apud* VEREZA, 2010) o qual afirma que “Aristóteles nunca propôs uma conceituação clara e sistemática da metáfora que pudesse realmente ser chamada de ‘teoria da metáfora’.

Na teoria tradicional, a metáfora é vista como figura de linguagem. Nessa visão, o lócus da metáfora é a linguagem, nesse sentido, o uso figurado não teria um papel expressivo na produção de sentidos, visto que não seria estabelecida uma relação direta entre realidade, conceito e palavra, como no caso do sentido literal (VEREZA, 2010). Essa concepção de metáfora pode ser vista, por exemplo, na Novíssima Gramática da Língua Portuguesa (CEGALLA, 2008, p. 614) que define o tropo da seguinte forma: “um desvio da significação própria de uma palavra, nascido de uma comparação mental ou característica comum entre dois seres ou fatos”. A consequência de se perceber a metáfora enquanto desvio, segundo Vereza (2010, p. 202), é que ela “passa a ser vista como um recurso supérfluo da linguagem, característico do discurso poético ou retórico, ambos não considerados usos ‘sérios’ da linguagem, por não conterem sentidos ‘legítimos’”.

O estudo da metonímia, diferente da metáfora, não tem tanta tradição (SPERANDIO, 2016). Na retórica clássica ocidental, os filósofos e retóricos tinham grande interesse no uso poético da linguagem e, por conseguinte, davam grande atenção à metáfora, pois a consideravam fundamental para o domínio figurativo. Como consequência, a metonímia foi negligenciada por não envolver simbolismo e dupla significação (AL-SHARAFI, 2004).

Nas abordagens tradicionais, a metonímia também não é muito explorada. Rocha Lima (2011, p. 603), a respeito da metonímia, afirma: “baseado numa relação de *contiguidade*, origina-se este tropo das ideias evocadas por outra com a qual apresentam certa interdependência”. Cegalla (2008, p. 615), por seu turno, apresenta uma abordagem mais lexical: a “[metonímia] consiste em usar uma palavra por outra, com a qual se acha relacionada. Essa troca se faz não porque as palavras são sinônimas, mas porque uma evoca a outra”.

Nos últimos anos, no campo da LC, as metáforas e as metonímias são analisadas como processos cognitivos que atuam na criação dos conceitos. Na sequência, apresentaremos algumas abordagens de caráter cognitivista.

#### 4.2.1 Metáforas Conceptuais

No campo da LC, a partir da publicação da obra de *Metaphors We Live By* (1980), escrita por George Lakoff e Mark Johnson, surgiu a Teoria da Metáfora Conceptual, obra que foi aprofundada em outros trabalhos de Lakoff (1987), bem como com algumas parcerias (por exemplo, LAFOFF; TURNER, 1989 e LAKOFF; JOHNSON, 1999).

A Teoria da Metáfora Conceptual, também denominada Teoria Contemporânea da Metáfora (LAKOFF, 1993), postula que as metáforas (da mesma forma como as metonímias) não são apenas figuras de linguagem, mas sim instrumentos cognitivos amplamente utilizados na vida cotidiana, não apenas na linguagem, mas também no pensamento e na ação (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]).

Segundo os linguistas cognitivos, o nosso sistema conceptual, em termos de como agimos ou pensamos, é, fundamentalmente, metafórico por natureza. Evans e Green (2006) afirmam que os postulados a respeito das metáforas conceptuais estão diretamente associados a duas premissas caras à LC: a cognição incorporada – que defende que a estrutura conceptual é baseada em experiências – e a noção de que a estrutura conceptual é refletida pela estrutura semântica.

De uma forma geral, para Lakoff e Johnson (2002 [1980], p. 47-48) a “essência da metáfora é compreender e experimentar um tipo de coisa em termos de outra”, ou, como



esclarece Soriano (2012, p. 97 – tradução nossa), “[...] uma área semântica, ou domínio, se representa conceitualmente em termos de outro”<sup>77</sup>. Em outras palavras, utiliza-se, prototipicamente<sup>78</sup>, o conhecimento de um domínio concreto ou mais próximo da experiência física para explicar outro domínio mais abstrato e, provavelmente, mais difícil de ser estruturado.

Lakoff e Johnson (2002 [1980]) postulam que os conceitos que operam em nosso pensamento também atuam em nosso cotidiano, nos mais diversos detalhes. Eles estruturam nossas percepções, nossos comportamentos e nossos relacionamentos com as demais pessoas. Assim, nosso sistema conceitual tem um papel central na nossa vida cotidiana. Nesse sentido, os autores complementam: “se estivermos certos, ao sugerir que esse sistema conceitual é em grande parte metafórico, então o modo como pensamos, o que experienciamos e o que fazemos todos os dias são uma questão de metáfora” (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]).

Para exemplificar, Lakoff e Johnson (2002 [1980]) apresentam a metáfora conceitual DISCUSSÃO É GUERRA, a qual demonstra como um conceito metafórico pode estruturar uma atividade cotidiana, refletida em nossa linguagem por meio de expressões como: *Ele atacou todos; suas reivindicações são indefensáveis; os pontos fracos do meu argumento; Suas críticas acertaram o alvo; Eu destruí seu argumento; Nunca ganhei uma discussão com ele*, dentre outras apresentadas pelos autores. Silva (1997) comenta que conceptualizamos uma discussão em termos de guerra, mesmo que nunca tenhamos uma experiência pessoal com a guerra, mas porque temos imagens mentais ricas referentes a ela. Nessa perspectiva, o autor comenta:

Entre os dois domínios estabelecem-se analogias estruturais: os participantes de uma discussão correspondem aos adversários de uma guerra, o conflito de opiniões corresponde às diferentes posições dos beligerantes, levantar objeções corresponde a atacar e manter uma opinião a defender, desistir de uma opinião corresponde a render-se, etc. Tal como uma guerra, uma batalha ou uma luta, também uma discussão, um debate ou um processo de argumentação pode dividir-se em fases, desde as posições iniciais dos oponentes até a vitória de um deles, passando por momentos de ataque, defesa, retirada, contra-ataque (SILVA, 1997, p. 74).

---

<sup>77</sup> “[...] uma área semântica o domínio se representa conceitualmente em término de outro” (SORIANO, 2012, p. 97)

<sup>78</sup> Apesar de as maiorias das metáforas envolverem um conhecimento de um domínio mais concreto para explicar um domínio mais abstrato, outros mapeamentos podem ser encontrados. Kövecses (2009), por exemplo, aponta que, em países onde se fala inglês (e em outros países), é comum aos homens usarem expressões como *bunny* (coelhinho), *kitten* (gatinha), *cookie* (biscoito) e *sweetie pie* (docinho) para se referirem às mulheres. Tais expressões metafóricas presumem metáforas conceituais: MULHERES SÃO ANIMAIS PEQUENOS (coelhinho, gatinha), MULHERES SÃO COMIDAS (biscoito e docinho). Assim, temos dois domínios concretos envolvidos.

Ainda acerca da metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, Lakoff e Johnson (2002 [1980]) argumentam que expressões oriundas do vocabulário de guerra, como atacar uma posição, indefensável, estratégia, nova linha de ataque, vencer, dentre outras, podem ser usadas cotidianamente em termos de discussão, e isso não ocorre por acaso. Os autores sustentam que uma parte do domínio conceptual de guerra caracteriza parcialmente o conceito de discussão, e o mesmo ocorre na língua. Uma vez que, cotidianamente, precisamos nos referir a conceitos abstratos, como tempo, relacionamentos e a nossa própria vida, é comum que façamos em termos metafóricos, ou seja, conceptualizamos e verbalizamos, por exemplo, tempo, vida e discussão, em termos de espaço, viagem e guerra, respectivamente (SILVA, 2003, p. 16).

Faz-se necessário diferenciar as metáforas conceptuais (conceitos metafóricos) e metonímias conceptuais (conceitos metonímicos) das metáforas linguísticas (expressões metafóricas) e metonímias linguísticas (expressões metonímicas). As primeiras podem ser compreendidas como esquemas do pensamento, em que, na metáfora X É Y, ou seja, x é um elemento do domínio de alvo (ou domínio meta) e y é um elemento do domínio fonte (ou domínio de origem) e, na metonímia, X ESTÁ POR Y. As metáforas e metonímias linguísticas, ou expressões metafóricas e metonímias, são produções linguísticas dos padrões de conceptualização (SILVA, 2003). A compreensão desta diferença nos permite verificar que, conforme apresentado anteriormente, uma mesma metáfora conceptual, como no caso de DISCUSSÃO É GUERRA, é, por meio da língua, capaz de produzir inúmeras expressões metafóricas<sup>79</sup>. O mesmo ocorre com as metonímias conceptuais – que abordaremos mais adiante – pelas quais, por exemplo, a expressão *passe-me a água, por favor* instancia a metonímia conceptual CONTEÚDO POR CONTINENTE (SILVA, 2003). Cabe observar que, embora o método mais utilizado para identificar as metáforas conceptuais seja por meio da linguagem, elas, como fenômenos do pensamento, podem ser encontradas em outras representações, como na pintura, no comportamento e nos gestos (SORIANO, 2012).

Além das metáforas serem conceptuais, elas apresentam outras características conforme exposto por Lakoff (1993). A primeira diz respeito ao princípio **da invariância e parcialidade**, segundo o qual só se projeta uma parte da estrutura do domínio fonte no domínio alvo. Nesse sentido, os mapeamentos não são arbitrários, mas envolvem experiências corporais e interação com o mundo. Soriano Salinas (2012) apresenta o seguinte exemplo: na metáfora

---

<sup>79</sup> Convém observar que as expressões linguísticas podem variar de uma língua para outra, apesar de a metáfora conceptual ser a mesma. Soriano (2012, p. 87), por exemplo, comenta que, em espanhol, é possível dizer “alguien há *hipotecado* su tempo”, o mesmo não é possível na língua inglesa, tampouco temos pesquisas que identificaram essa metáfora na Libras.

COMPREENDER É VER, que pode ser conceptualizada pela expressão *já vejo o que queres dizer*, não utilizamos todo o nosso conhecimento a respeito da VISÃO para aplicar ao nosso modelo de ENTENDIMENTO, por isso evidencia-se uma projeção parcial entre os domínios.

Outra característica diz respeito à **unidirecionalidade**, segundo a qual, o domínio fonte se projeta sobre o domínio alvo, e não o contrário. Outro exemplo apresentado por Soriano (2012, p. 105) é a metáfora TEMPO É DINHEIRO. Podemos conceptualizar tempo como dinheiro, como no caso da expressão “*Gastei muito tempo com você*”, mas causa estranheza conceptualizar dinheiro como tempo.

Além da possibilidade de conceptualizar várias expressões metafóricas por meio de uma mesma metáfora conceptual, inúmeras metáforas conceptuais podem ter uma **organização estrutural hierárquica**. Essa característica permite que metáforas mais específicas herdem estruturas de metáforas mais genéricas. Como exemplo, pensemos na metáfora conceptual AMOR É UMA VIAGEM a qual herda a estrutura da metáfora mais genérica VIDA É UMA VIAGEM, cujas correspondências ontológicas abarcam pessoa é viajante, nascimento é ponto de partida, problemas pessoais são bagagens, duração é distância, dentre outros (SILVA, 2003).

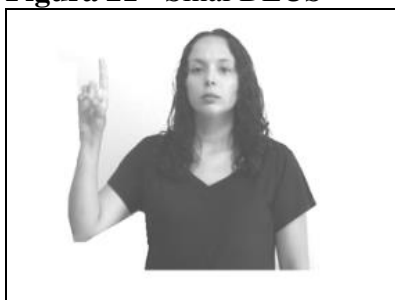
Uma segunda característica das metáforas conceptuais é que não são fenômenos isolados, mas muitos deles constituem casos específicos de metáforas mais gerais das quais herdam sua estrutura. Eles são, portanto, parte de uma hierarquia. Por exemplo, ATIVIDADES DE LONGO PRAZO COM UM OBJETIVO são geralmente conceptuadas como uma JORNADA. Assim, entendemos como viagens metafóricas a um determinado destino desejado: casamentos, negociações, carreiras universitárias, campanhas políticas e até a própria vida (por exemplo, ponto de partida, bom progresso, encruzilhada, tropeço, superação de obstáculos, realização). Não é difícil para nós entender a vida como uma jornada, porque as ações (das quais a vida é plena) são, geralmente, conceituadas como eventos de movimento (AÇÃO É MOVIMENTO). Portanto, a metáfora VIDA É UMA VIAGEM é um caso específico da mais geral ATIVIDADES DE LONGO PRAZO COM UM OBJETIVO SÃO VIAGENS, e isso se deve, em última instância, à metáfora AÇÃO É MOVIMENTO, da qual herda sua estrutura conceptual.

As metáforas conceptuais apresentadas até o momento, são denominadas metáforas estruturais, uma vez que, estruturam um conceito em termos de outro (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]). No entanto, as metáforas conceptuais diferenciam-se por meio das formas em que atuam no nosso sistema conceptual. Assim, os autores, além das metáforas estruturais, propõem outras duas categorias: as *metáforas orientacionais* e as *metáforas ontológicas*, as quais abordaremos na sequência.

As metáforas orientacionais são aquelas que organizam todo o sistema de conceitos, pois tratam um conceito pelo outro. Essas metáforas têm uma base em nossas experiências físicas (ou corporais) e culturais, visto que elas estão relacionadas à orientação espacial que o corpo humano funciona em relação ao ambiente físico. Como exemplo, os autores apresentam a metáfora conceptual orientacional FELIZ É PARA CIMA, TRISTE É PARA BAIXO, conceptualizado nas seguintes expressões: *estou me sentindo para cima hoje e estou me sentindo para baixo*. Lakoff e Johnson (2002 [1980]) ressaltam que as metáforas orientacionais variam culturalmente, como exemplo, em algumas culturas, o futuro está é para frente, enquanto em outras, ele é para trás.

Em pesquisas envolvendo a Libras, como a de Nunes e Bernardo (2018), podemos encontrar esse tipo de metáfora em alguns sinais. O sinal DEUS (Figura 21), produzido com a CM em “d”, realizado no espaço acima da cabeça, é um bom exemplo, pois, segundo a autora, “o sinal DEUS apresenta a metáfora DEUS É PARA CIMA. A ação de apontar para cima está atrelada à metáfora conceptual BOM É PARA CIMA, que se apoia na conceptualização do ser divino estar associado a algo bom” (NUNES; BERNARDO, 2018, p. 118).

**Figura 21** - Sinal DEUS



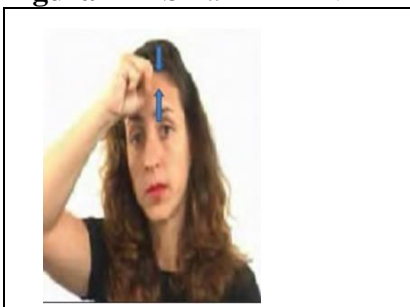
Fonte: Nunes; Bernardo (2018, p. 117).

Outras metáforas que fornecem bases para que compreendamos conceitos são as metáforas ontológicas, idealizadas por meio da nossa experiência com objetos físicos e substâncias. A nossa capacidade de identificar nossas experiências como entidades ou substâncias permite referir-nos a elas, bem como categorizá-las, agrupá-las e quantificá-las e, assim, raciocinar sobre elas. Em outras palavras, as nossas experiências com objetos físicos fornecem formas de conceber eventos, atividades, emoções, ideias etc. como entidades e substâncias (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]).

A pesquisa de Oliveira (2011) explora alguns sinais que evidenciam a presença de metáforas ontológicas. Apresentaremos, para exemplificar, a metáfora A MENTE É UM RECIPIENTE, subjacente ao sinal APRENDER (Figura 22). Tal metáfora é gerada a partir do

esquema imagético de contêiner, no qual, tanto o corpo quanto a mente são conceptualizados como recipientes, sendo possível colocar ou retirar substâncias. Segundo a autora, “a experiência com objetos e as substâncias físicas auxiliam na compreensão de conceitos, uma vez que através da personificação de entidades o próprio experienciador/sinalizador é tomado como domínio-fonte” (OLIVEIRA, 2011, p. 73). No sinal APRENDER, a mão na testa sugere que está sendo “injetado” conhecimento para dentro da cabeça.

**Figura 22** - Sinal APRENDER



Fonte: Oliveira (2011, p. 74).

Faria-Nascimento (2003) apresenta um exemplo fraseológico na Libras: *mente aberta* (Figura 23), o qual pode ser compreendido por meio da metáfora A MENTE É UM RECIPIENTE. Segundo a autora, “o domínio fonte apresenta abrir como permitir a entrada e saída de algo ou alguém de algum lugar e o domínio alvo apresenta ‘abrir a mente’ como a possibilidade de entrar e sair ideias novas e mudar paradigmas” (FARIA- NASCIMENTO, 2003, p. 119).

**Figura 23** - Sinal ABRIR-CABEÇA



Fonte: Faria-Nascimento (2003, p. 120).

As metáforas ontológicas destinam-se a diferentes propósitos e suas diferenças refletem seus diferentes fins. Como exemplo, os autores remetem à experiência do aumento de preços, que, metaforicamente, é visto como uma entidade por meio do substantivo inflação. Assim, a metáfora INFLAÇÃO É UMA ENTIDADE permite que, pela linguagem, várias expressões

sejam realizadas, como: *a inflação está abaixando* nosso padrão de vida; *precisamos combater a inflação*; *a inflação está nos colocando* em um beco sem saída (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 76).

Para Lakoff e Johnson (2002 [1980], p. 80), “as metáforas ontológicas são tão naturais e onipresentes em nosso pensamento que elas normalmente são consideradas como evidentes por si mesmas e descrições diretas de fenômenos mentais”, ou seja, nem nos damos conta que estamos nos expressando por meio de metáforas, como é o caso da expressão “ele explodiu sob pressão”, usualmente empregada em nossa língua.

Dentre as metáforas ontológicas, há, no entanto, outras metáforas mais óbvias, trata-se da personificação, em que os objetos físicos são concebidos como pessoas. Segundo os autores, estas metáforas nos permitem conceber experiências, como eventos, atividades, emoções, processos etc., como pessoas. A exemplo disso, os autores apresentam as seguintes expressões: *a sua teoria me fez compreender* o comportamento de frangos criados de maneira industrial; *este fato ataca* as teorias clássicas; *a vida me trapaceou* (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]).

#### 4.2.2 Metonímias conceptuais

Conforme exposto anteriormente, a LC considera a metonímia como um mecanismo conceptual. Do mesmo modo que nos estudos retóricos a metonímia ficou em segundo plano dentro dos estudos cognitivistas por algum tempo. No entanto, conforme apontam Evan e Green (2006), nos últimos anos, a metonímia começou a ser estudada com mais recorrência, e alguns estudiosos vêm sugerindo que ela pode ser mais fundamental para a organização conceptual do que a metáfora.

Barcelona (2003) acrescenta que a metonímia não, necessariamente, precisa ser expressa linguisticamente, como é o caso das metonímias gestuais. Para exemplificar, o autor expõe uma situação em que um funcionário responde a seguinte pergunta: “*Quem acabou de entrar?*”, e como resposta ele apenas cobre os ouvidos com dois jornais grandes (simulando duas grandes orelhas), e os demais colegas saberiam de quem ele estaria falando.

Os primeiros a discutirem a respeito da metonímia como um mecanismo conceptual e não como uma figura de linguagem foram Lakoff e Johnson (2002 [1980]). Os autores, buscando evitar conflitos de entendimento quanto aos casos de personificação e metonímias, recorrem à seguinte expressão: *O sanduíche de presunto está esperando sua conta*. Esta expressão, enunciada por uma garçonete, dentro de um contexto alimentício – como um restaurante – instancia uma metonímia, em que uma entidade (o sanduíche) representa outra (o

cliente que pediu). Para que essa expressão representasse uma metáfora, seria necessário entender o “sanduíche de presunto” como um alimento com qualidades humanas. Ainda segundo os autores:

A metonímia [...] tem principalmente uma função referencial, isto é, permite-nos usar uma entidade para *representar* a outra. Mas a metonímia não é meramente um recurso referencial. Ela tem a função de propiciar o entendimento. No caso da metonímia PARTE PELO TODO, por exemplo, há muitas partes que podem representar o todo. A parte selecionada determina que aspectos do todo estamos enfatizando. Quando dizemos que precisamos de boas cabeças no projeto, estamos usando “boas cabeças” para nos referirmos a “pessoas inteligentes”. Mas não é só usar a parte (cabeça) para *representar* o todo (pessoa), porém selecionar uma característica particular da pessoa, ou seja, a inteligência, que é associada à cabeça. (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]).

Lakoff (1987) incorpora a metonímia à teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados. O autor reforça que a metonímia é uma das características básicas da cognição, visto que é comum que as pessoas tomem um aspecto bem entendido ou fácil de perceber de alguma coisa e o usem para representar a coisa na sua totalidade ou alguma outra parte ou aspecto dela. A partir de alguns exemplos, o autor defende que os modelos metonímicos ocorrem em um único domínio conceptual, contendo dois elementos, em que um dos elementos pode ser representado pelo outro. Esse processo não ocorre de forma aleatória, pois existem princípios gerais (efeito pela causa, produtor pelo produto etc.) subjacentes às expressões linguísticas, os quais não são os mesmos em todas as línguas.

A definição de metonímia, segundo Radden e Kovecses (1999), converge com a proposta de Lakoff (1987), pois os autores a consideram como um fenômeno conceptual, um processo cognitivo e operante dentro de um Modelo Cognitivo Idealizado. Segundo os autores supracitados, “a metonímia é um processo cognitivo no qual uma entidade conceptual, o veículo, fornece acesso mental a outra entidade conceptual, o alvo, dentro do mesmo modelo cognitivo idealizado<sup>80</sup>” (RADDEN; KOVECSES, 1999, p. 21 – tradução nossa).

Lakoff (1987) afirma que os modelos metonímicos exercem um papel de grande importância na teoria dos protótipos, pois sempre que uma subcategoria, bem como um só membro de uma categoria, é usada para representar a categoria como um todo, ela é uma fonte potencial de efeitos prototípicos. Para exemplificar, o autor cita a categoria mãe. A fonte desse

---

<sup>80</sup> “Metonymy is a cognitive process in which one conceptual entity, the vehicle, provides mental access to another conceptual entity, the target within the same idealized cognitive model” (RADDEN; KOVECSES, 1999, p. 21).

efeito é o estereótipo<sup>81</sup> “mãe dona de casa”, ou seja, o protótipo da categoria mãe, o qual nossa sociedade julga como o melhor modelo de maternidade. Segundo o autor, um modelo metonímico tem as seguintes características:

- Existe um conceito de “alvo” A a ser entendido para algum propósito em algum contexto.
- Há uma estrutura conceitual contendo A e outro conceito B.
- B é parte de A ou está intimamente associado a ele nessa estrutura conceitual. Normalmente, uma escolha de B determinará exclusivamente A, dentro dessa estrutura conceitual.
- Comparado ao A, o B é mais fácil de entender, mais fácil de lembrar, mais fácil de reconhecer, ou mais imediatamente útil para a finalidade dada em determinado contexto.
- Um modelo metonímico é um modelo de como A e B estão relacionados em uma estrutura conceitual; a relação é especificada por uma função de B para A (LAKOFF, 1987, p. 84-85 – tradução nossa)<sup>82</sup>.

O estudo de Barcelona (2012) aponta duas principais lacunas quanto à definição de metonímia elaborada por Lakoff e Johnson (2002 [1980]) apresentada anteriormente. A primeira diz respeito à possibilidade de as metonímias não serem apenas referenciais. Segundo o autor, a definição e os exemplos utilizados no capítulo destinado à metonímia sugerem a existência de metonímias não referenciais. Em outro trabalho, Barcelona (2003) afirma que, embora a metonímia seja principalmente referencial para indivíduos, a referencialidade não é uma condição *sine qua non* para toda metonímia. Para exemplificar, o autor utiliza *Pedro é um cérebro*. O sintagma nominal “um cérebro” não é referencial, pois não é usado para se referir a qualquer entidade, mas para expressar, indiretamente, por meio de uma metonímia, uma propriedade atribuída ao referente Pedro.

A segunda lacuna se relaciona à metonímia ser uma projeção conceptual e, caso positivo, se seria do mesmo tipo que aquela que ocorre na metáfora. Em outro trabalho, Lakoff e Turner (1989) apontam que a metonímia é um **mapeamento** (*mapping*) que opera entre entidades do mesmo domínio conceptual, diferentemente da metáfora que opera entre dois domínios diferentes. Barcelona (2012) observa que não há uma explicação com relação ao que

---

<sup>81</sup> Além dos estereótipos sociais, Lakoff (1987) aponta outras fontes de efeitos prototípicos identificadas por ele: exemplos típicos, ideais, padrões, geradores, submodelos e exemplos salientes.

<sup>82</sup> “There is a “target” concept A to be understood for some purpose in some context.

- There is a conceptual structure containing both A and another concept B.
- B is either part of A or closely associated with it in that conceptual structure. Typically, a choice of B will uniquely determine A, within that conceptual structure.
- Compared to A, B is either easier to understand, easier to remember, easier to recognize, or more immediately useful for the given purpose in the given context.
- A metonymic model is a model of how A and B are related in a conceptual structure; the relationship is specified by a function from B to A” (LAKOFF, 1987, p. 84-85).



seriam esses domínios nem como se pode distinguir a metáfora da metonímia, uma vez que domínios cognitivos têm limites imprecisos.

Segundo Barcelona (2012), os diferentes conceitos atribuídos à metonímia, após a primeira definição formulada por Lakoff e Johnson (2002 [1980]), buscaram responder essas e outras perguntas. Uma delas foi protagonizada por Kövecses e Radden (1999), citada anteriormente. Na teoria desses autores, a metonímia é vista em termos de acesso e não mapeamento. Outro conceito foi formulado pelo próprio Barcelona (2015), o qual procurou sintetizar, com algumas diferenças de nuances, outras anteriormente formuladas. Nas palavras do autor, “a metonímia é um mapeamento assimétrico de uma entidade conceptual, a fonte, para outra entidade conceptual, o alvo. Fonte e alvo estão no mesmo *frame* e seus papéis estão ligados por uma função pragmática, de modo que o alvo é ativado mentalmente”<sup>83</sup> (BARCELONA, 2015, p. 146-147 – tradução nossa).

Barcelona (2015) esclarece que prefere o termo *frame* ao termo “domínio”, utilizado por Lakoff e Turner (1989) para designar a estrutura conceptual dentro da qual os mapeamentos metonímicos ocorrem. Barcelona (2012) retoma a definição de Lakoff e Johnson (2002[1980]) quando estes dizem que a metonímia opera “dentro do mesmo domínio”. O autor esclarece que esse mesmo domínio não é qualquer domínio, mas o que ele chama de “domínio funcional<sup>84</sup>”, ou “*frame*” ou Modelo Cognitivo Idealizado (proposicional). Por exemplo, em *Pedro é um cérebro*, o domínio funcional relevante é o do SER HUMANO. O linguista chama a atenção para a necessidade da precisão, pois, caso contrário, projeções que sempre foram consideradas metafóricas poderiam ser consideradas metonímicas. Vejamos o exemplo apresentado na obra: *Pedro é um rolo compressor* (indicando uma atividade avassaladora, personalidade etc.), tanto o domínio OBJETOS FÍSICOS INERTES (que inclui as máquinas) como o domínio SERES HUMANOS fazem parte do domínio comum ENTIDADES FÍSICAS. Assim,

[...] não é este conhecimento implícito que é relevante na projeção metafórica da noção de ROLO COMPRESSOR sobre o de PESSOA DE ALTA ATIVIDADE (assumindo que este seja o objetivo metafórico compatível com

<sup>83</sup> “Metonymy is an asymmetric mapping of a conceptual entity, the source, onto another conceptual entity, the target. Source and target are in the same frame and their roles are linked by a pragmatic function, so that the target is mentally activated” (BARCELONA, 2015, p. 146-147).

<sup>84</sup> Segundo a proposta de Barcelona (2012), o termo ‘domínio funcional’ é equivalente ao conceito de *frame*, proposto por Fillmore (1985) ou Modelos Cognitivos Idealizados proposicionais (Lakoff 1987). Contudo, em 2015, ele opta pelo termo *frame*, pois, segundo o autor, o termo “domínio” é mais ambíguo: pode ser usado tanto no domínio taxonômico quanto no sentido funcional. Assim, domínios taxonômicos representam a classificação (e subclassificação) de amplas áreas da experiência, por exemplo, ENTIDADES FÍSICAS, que incluem, a título de exemplo, SERES VIVOS, em nosso conhecimento enciclopédico. O que ele chama de “domínios funcionais, ou frames ou IMC proposicional, organiza o conhecimento sobre áreas de experiência mais específicas (BARCELONA, 2015).

o contexto do discurso), mas que precisamente pessoas e coisas são, em um nível de classificação inferior (nível inferior de nossas taxonomias), dois tipos de identidade que, no entanto, podem compartilhar uma série de propriedades abstratas (as “capturadas” por subprojeções metafóricas). Em outras palavras, embora pessoas e máquinas estejam incluídas em um certo nível classificatório no mesmo domínio (que chamaríamos de taxonômico), não são apresentados neste exemplo incluídos no mesmo domínio “funcional”, isto é, em um mesmo frame ou MCI. Assim, se definirmos metonímia como operante em um domínio funcional (não taxonômico), e a metáfora em dois domínios funcionais (dois frames ou MCI como humanos e máquinas) não haveria problema algum em tratar este exemplo como metafórico (BARCELONA, 2012, p. 128 – tradução nossa).<sup>85</sup>

Por fim, Barcelona (2012) esclarece a “função pragmática” inserida na sua definição. No ideário do autor, uma propriedade fundamental da metonímia é a forte ligação experiencial – então, pragmática – entre as funções de origem e as funções de destino dentro de um mesmo domínio funcional. Para exemplificar, o autor recorre aos exemplos explorados por Radden e Radden (1999), como o caso de NARIZ e BOCA, que, embora sejam elementos do mesmo domínio (FACE HUMANA), eles, aparentemente, não desempenham papéis conectados ao que ele chamou de “função pragmática”, dessa forma, nenhum pode atuar como uma fonte metonímica para o outro. Não obstante, a função pragmática PARTE DO CORPO SALIENTE para PESSOA possibilita que o rosto atue como fonte metonímica para a pessoa como um todo, conforme o exemplo apresentado por Lakoff e Johnson (2002 [1980], p. 94 – tradução nossa): “Ela é apenas um rosto bonito”<sup>86</sup>.

Os estudos envolvendo Libras e metonímia conceptual são recentes. Contudo, na sequência apresentaremos alguns exemplos extraídos da dissertação publicada em 2014, de autoria da professora Valéria Fernandes Nunes, denominada *Narrativas em Libras: análise de processos cognitivos*. Nunes (2014), em seus dados, identificou sinais que refletiam tanto aspectos icônicos (seguindo a proposta de Langacker, 2008) quanto metonímicos, os quais denominou de sinais icônicos-metonímicos. Como exemplo, apresentou o sinal CASA (Figura 24), o qual não apresenta, no polo semântico, todos os elementos que o compõe, mas apenas

---

<sup>85</sup> “[...] no es este conocimiento implícito el relevante em la proyección metafórica de la noción de APISONADORA sobre la de PERSONA DE GRAN ACTIVIDAD (suponiendo que ésta sea la meta metafórica compatible con el contexto discursivo), sino precisamente el hecho de que personas y cosas son, en un nivel de clasificación más bajo (es decir, en un nivel más bajo de nuestras «taxonomías»), dos tipos de entidades distintas que, sin embargo, pueden compartir un cierto número de propiedades abstractas (las «capturadas» por las subproyecciones metafóricas). En otras palabras, aunque personas y máquinas están incluidas en un cierto nivel clasificatorio en un mismo dominio (que llamaríamos «taxonômico»), no están presentadas *en este ejemplo* como incluidas en un mismo dominio «funcional», es decir, en un mismo marco o MCI. Por ello, si definimos la metonimia como operante en un dominio funcional (no en uno taxonômico), y la metáfora como operante entre *dos* dominios funcionales (dos marcos o MCI como el de los seres humanos y el de las máquinas) no habría problema alguno para tratar este ejemplo como metafórico” (BARCELONA, 2012, p. 128).

<sup>86</sup> No original: “She’s just a pretty face”.

uma parte, ou seja, há uma relação metonímica PARTE PELO TODO, tendo em vista que a representação da parte da casa ocorre por meio do telhado, em outras palavras, “o telhado é o veículo para a compreensão do alvo casa” (NUNES, 2014, p. 61).

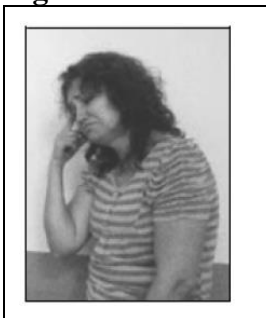
**Figura 24 - Sinal CASA**



Fonte: Nunes (2014, p. 61).

A autora também identificou um desdobramento dos sinais icônico-metonímico em sinais icônico-metonímico-corporificados<sup>87</sup>. Em que alguns sinais, a relação metonímica PARTE PELO TODO está diretamente relacionada ao corpo do sinalizante, ou seja, uma relação corporificada. Como exemplo, apresentou o sinal PENSAR (Figura 25).

**Figura 25 - Sinal PENSAR**



Fonte: Nunes (2014, p. 62).

A autora esclarece que, com relação ao sinal PENSAR, existe uma estrutura simbólica associada ao corpo. Para que esse sinal seja produzido, o sinalizante aponta para uma região da cabeça, a qual é compreendida por todo o ato de pensar produzido pelo cérebro. No entanto, não há um apontamento na região em que se localiza todo o cérebro, mas apenas em uma parte da cabeça. Logo, propõe que o sinal PENSAR é um sinal icônico-metonímico-corporificado,

---

<sup>87</sup> A corporificação/*embodiment* também é um tema caro à Linguística Cognitiva. Segundo esta proposta, o que pensamos ou falamos está relacionado à nossa experiência corporal, ou seja, a forma que experienciamos o mundo à nossa volta por meio do corpo. Tendo em vista que a Linguística Cognitiva é um arquipélago de teorias, a autora optou por trabalhar com a corporificação, iconicidade e metáforas e metonímias conceituais. Esta tese, porém, foca apenas nas duas últimas.

pois apresenta as seguintes características: (i) iconicidade porque polos semânticos e fonológicos estão reproduzidos em um mesmo domínio conceptual; (ii) metonímicos porque nem todos os elementos presentes estão representados, gerando a relação PARTE PELO TODO; e (iii) corporificado porque exhibe uma relação com o corpo (NUNES, 2014).

#### 4.2.2.1 Principais tipos de Metonímias conceptuais

No âmbito da LC, conforme exposto por Barcelona (2012), não existe uma tipologia detalhada e comumente aceita, mas sim várias tentativas de classificação parcial de acordo com os critérios mais relevantes segundo o ponto de vista dos autores. A partir do critério relativo à função pragmática, a qual conecta a origem e o destino metonímico, Barcelona (2012) recorre a vários estudiosos cognitivos da metonímia, principalmente Kövecses; Radden (1998), o qual compilou os tipos mais frequentemente mencionados por eles, que apresentaremos no quadro a seguir:

**Quadro 3 - Principais tipos de metonímia**

Metonímia	Domínios e exemplos
LOCALIZAÇÃO E LOCALIZADO	“Londres” e “Governo Britânico”, como no caso de <i>Londres designou um novo embaixador na Suíça</i> .
SUBEVENTO E EVENTO COMPLEXO	“corrigir exames” – sub-evento - e o evento complexo “corrigir exames e dar uma nota”, como em: <i>Eu tive que corrigir duzentos exames e apenas metade passou</i> .
PROPRIEDADE SALIENTE E ENTIDADE	“beleza” e “pessoa bela” em <i>Lola é uma beleza</i> .
PRODUTOR E PRODUTO	para alguns especialistas, inclui a função pragmática AUTOR-TRABALHO, como em: <i>Stradivarius e um Stradivarius; Velázquez e um Velázquez</i> .
UNIDADE GEOGRÁFICA E PARTE SALIENTE	<i>Reino Unido e Inglaterra; América e Estados Unidos</i> .
PARTE DO CORPO E PESSOA	<i>Cérebro e pessoa inteligente; rosto e pessoa</i> .
CAUSA E EVENTO	“perdição” e “causa perdida”, como em: <i>você é minha perdição</i> ; ou ‘abrir as portas da prisão’ e ‘libertar os prisioneiros’. Por exemplo: <i>Abriram as portas do cárcere</i> .
EMPRESA E FUNCIONÁRIO	“Jornal El Mundo” e “um jornalista do Jornal El Mundo”, como em: <i>El Mundo fez uma pergunta difícil para o ministro da conferência</i> .
ENTIDADE E PARTE RELEVANTE	“carro” e “carroceria”, em: <i>Vou lavar o carro</i> .

CONTROLADOR E CONTROLADO	“carro” e “motorista” em: <i>Me deram uma batida</i> , dito por um motorista falando sobre seu carro
RECIPIENTE E CONTEÚDO	“copo” e “líquido” como em: <i>Bebi o copo inteiro</i> .
OBJETO E MATERIAL	O material de “papelão” e os objetos feitos por esse papelão, como as caixas de leite, como em: <i>Vou ao supermercado comprar duas caixas de leite</i> .
CONDIÇÃO E RESULTADO	“ser visto por um médico” e “ser examinado clinicamente por um médico”, como em: <i>estás com uma aparência ruim, deverias ver um médico</i> ; o que é aconselhado por “ver”, significa ser examinado clinicamente por um médico.
OBJETO E ORIGEM	“Ribera del Duero” em: <i>comprei uma garrafa magnífica da bodega Ribera del Duero</i> .
POSSUIDOR E POSSUÍDO	“dinheiro” e “quem possui dinheiro” como em: <i>aquele ministro se aliou com o dinheiro</i> , em um contexto em que o ministro se aliou com pessoas que tem dinheiro.
AÇÃO, EVENTO OU PROCESSO E SEUS ELEMENTOS	Esses elementos podem ser principalmente participantes como INSTRUMENTO; AGENTE, PACIENTE, ASSUNTO etc., ou circunstâncias como LOCALIZAÇÃO, TEMPO, MODO e outros: “espada” (instrumento) e “guerra, violência” (ação) como em: <i>a palavra deveria ser mais eficaz que a espada</i> .
CATEGORIA E MEMBRO	“aspirina” (membro) e “analgésico” (categoria), como em: <i>me doeu a cabeça, tomei uma aspirina</i> (embora tomou outro analgésico)
ROUPA E PESSOA	“saías” e “mulheres” como em: <i>Sérgio está sempre rodeado de saias</i> .
POTENCIALIDADE E REALIDADE	Em inglês temos “ <i>can you see him?</i> ”, que pode ser traduzido como “ <i>você pode ver?</i> ” (neste momento), isto é, um fato, uma situação “atual” é atividade a parti da potencialidade da sua ocorrência.

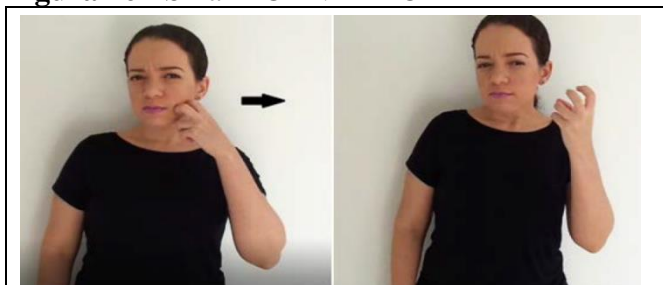
Fonte: Adaptado de Barcelona (2012, p. 130-131).

Barcelona (2015) esclarece que a maioria dos tipos de metonímia resultantes dos critérios referentes à função pragmática pode ser organizado hierarquicamente, no qual, no topo ou no nível de mais alto de generalidade, encontramos a tipologia básica tradicional: PARTE PELO TODO, TODO PELA PARTE e PARTE PELA PARTE. Em *Pedro é um cérebro*, podemos descrever a metonímia em um nível mais genérico (PARTE PELO TODO), ou descrevê-las em níveis mais específicos PARTE DO CORPO SALIENTE PELA PESSOA (em um nível mais alto), ou CÉREBRO PELA PESSOA INTELIGENTE (em um nível mais específico).

Na Libras, a pesquisa realizada por Sessa (2018), destinada à investigação dos processos cognitivos subjacentes ao sentido dos adjetivos na Libras, apresenta alguns exemplos

de cadeias metonímicas. A autora, em seus dados, identificou quatro principais projeções metonímicas: EXPRESSÃO NÃO MANUAL POR EMOÇÃO, INTENSIDADE/DIREÇÃO DE MOVIMENTO POR EMOÇÃO, CONTATO POR EMOÇÃO e CONTENÇÃO POR EMOÇÃO, todas especificações da metonímia geral PARTE PELO TODO. Um dos exemplos analisados pela autora diz respeito ao sinal ACANHADO (Figura 26). Segundo os achados, nesse sinal, postula-se a metonímia conceptual MARCAÇÃO DAS BOCHECHAS POR ENVERGONHAR-SE, subjacente à metonímia CONTATO POR EMOÇÃO, dado que o sinal analisado apresenta uma referência à característica apresentadas por muitas pessoas quando se sentem envergonhadas: as bochechas ficam enrubescidas. Ao analisar as expressões não-manuais, a pesquisadora identificou os seguintes processos metonímicos subjacentes à conceptualização: CONTATO POR EMOÇÃO, INTENSIDADE/DIREÇÃO POR EMOÇÃO e EXPRESSÃO NÃO MANUAL POR EMOÇÃO, posto que elas demonstram uma situação de desconforto.

**Figura 26 - Sinal ACANHADO**



Fonte: Sessa (2018, p. 52).

#### 4.2.3 Interação entre metáfora e metonímia

Até o momento apresentamos, separadamente, a metáfora e a metonímia como mecanismos conceptuais. No entanto, podem interagir de forma frequente (SILVA, 2003). O estudo pioneiro que evidencia essa questão foi realizado por Goossens (1990), que chamou essa interação de *metaftonímia* (*metaphonymy*), a qual, segundo o autor, é classificada a partir de dois tipos: 1) *metaftonímia integrada* – metonímia dentro da metáfora e, de forma menos recorrente, metáfora dentro da metonímia e 2) *metaftonímia cumulativa* – metáfora a partir da metonímia e metonímia a partir da metáfora.

Barcelona (2003), com base em estudos anteriores, propõe que, em termos de interação no nível conceptual, existem dois tipos de interação metáfora-metonímia: a motivação conceptual metonímica da metáfora e a motivação conceptual metafórica da metonímia. A

primeira, de acordo com autor, é bastante problemática e desafiadora para a teoria da metáfora, uma vez que tem-se observado que muitas metáforas são motivadas por uma base metonímica. A exemplo disso, o autor recorre à metáfora RAIVA É O CALOR DE UM FLUIDO, investigada por Lakoff e Kövecses (1987), a qual instancia expressões como “*eu havia atingido o ponto de ebulição*” e “*quando eu falei a ele, ele simplesmente explodiu*”. Barcelona (2003, p. 242 – tradução nossa) aponta que “essa metáfora é motivada por um grupo de metonímias em que certos efeitos fisiológicos da raiva representam essa emoção”<sup>88</sup>. Para ilustrar, o autor apresenta exemplos de metonímias e os tipos de efeitos fisiológicos da raiva representados metonimicamente: *não es quente do colarinho para baixo (calor corporal)* e *quando descobri, quase estourei uma veia* (pressão interna). Nesse sentido, Barcelona (2003) aponta que uma área interessante de pesquisa é saber até que ponto toda a extensão metafórica da linguagem é motivada pela metonímia.

A motivação conceptual metafórica em algumas metonímias só é possível ser descoberta “em interpretações metonímicas de uma expressão linguística que são possíveis com a coocorrência do mapeamento metafórico”<sup>89</sup> (BARCELONA, 2003, p. 244 – tradução nossa). Para exemplificar, o autor recorre a um exemplo analisado por Gomoses (1990, *apud* BARCELONA, 2003, p. 244): “*Ela tomou o ouvido do ministro e o convenceu a aceitar o seu plano*”<sup>90</sup>. Neste exemplo, a metáfora é ATENÇÃO É UMA ENTIDADE FÍSICA EM MOVIMENTO e a versão específica da metonímia PARTE DO CORPO POR FUNÇÃO ou, mais especificamente, OUVIDO POR ATENÇÃO. Partindo da explicação feita por Goossens (2003, *apud* BARCELONA, 2003, p. 244), o autor propõe que OUVIDO POR ATENÇÃO só ocorre em mapeamentos metafóricos envolvendo a atenção como domínio alvo, ou seja, “somente quando atenção for transformada em domínio alvo em um mapeamento metafórico é possível, dentro do domínio alvo, realizar um mapeamento metonímico em que o ouvido representa um atributo específico (atenção) de sua função típica (audição)”<sup>91</sup> (BARCELONA, 2003, p. 244). O que significa que essa metonímia específica é encontrada somente em expressões linguísticas de metáforas conceptuais como ATENÇÃO É UMA ENTIDADE FÍSICA EM MOVIMENTO, na qual a atenção é o domínio-alvo.

<sup>88</sup> “[...] this metaphor is motivated by a group of metonymies in which certain physiological effects of anger stand for this emotion” (BARCELONA, 2003, p. 242).

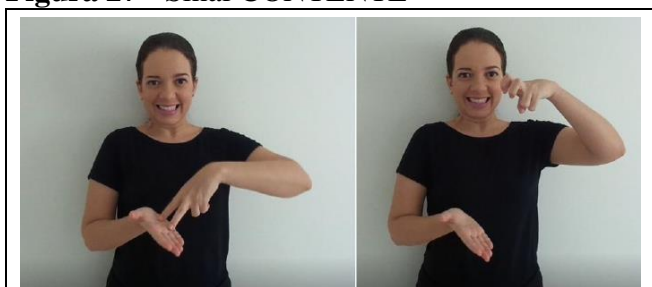
<sup>89</sup> “[...]in metonymic interpretations of a linguistic expression. that are *only* possible *within* a co-occurring metaphorical mapping” (BARCELONA, 2003, p. 244).

<sup>90</sup> No original: “She caught the Minister's ear and persuaded him to accept her plan”.

<sup>91</sup> “[...] only if attention has been made the target domain in a metaphorical mapping is it possible, within the target domain, to carry out a metonymic mapping in which the ear stands for a specific attribute (attention) of its typical function (hearing)” (BARCELONA, 2003, p. 244).

A fim de apresentar um exemplo na Libras, demonstraremos a análise do sinal CONTENTE (Figura 27) observado por Sessa e Bernardo (2021). Segundo as autoras, as metáforas subjacentes ao sinal CONTENTE são ALEGRIA/CONTENTAMENTO É PARA CIMA e ALEGRAR-SE/CONTENTAR-SE É SORRIR, as quais também são fundamentadas pela metonímia mais esquemática EFEITO PELA CAUSA e, mais específica, MOVIMENTO ASCENDENTE PELA EMOÇÃO e MOVIMENTO ASCENDENTE DO CORPO PELA EMOÇÃO, tendo em vista às respostas comportamentais como efeito da emoção experienciada.

**Figura 27** - Sinal CONTENTE



Fonte: Sessa; Bernardo (2021, p. 192).

Esse capítulo apresentou uma breve contextualização a respeito da LC, base teórica desta tese, com destaque aos estudos metafóricos e metonímicos, os quais apresentamos também pesquisas desenvolvidas na área da Libras. No capítulo V, denominado *A questão dos nomes e dos sinais de nomes na Libras*, retomaremos alguns conceitos e apresentaremos mais exemplos na Língua Brasileira de Sinais.



## 5 A QUESTÃO DOS NOMES E DOS SINAIS DE NOMES NA LIBRAS

[...] reconhecer que as palavras de qualquer língua podem ser organizadas em classes é algo aceito por quase toda literatura linguística. Quantas e quais são, isto já é outra história [...] (ROSA, 2000, p. 94).

O interesse pelos estudos das partes do discurso vem desde a Antiguidade. Camacho (2011) aponta Platão como o primeiro a separar o enunciado em duas partes do discurso: *ónoma* e *rhema*, que até hoje são entendidos como sujeito e predicado, respectivamente. Aristóteles, a partir de Platão, adota a dicotomia nome/verbo, pela qual o nome não apresenta referência ao tempo, ao contrário do verbo, que além de ter relação com o tempo, “é sempre o sinal daquilo que se diz de outra coisa” (NEVES, 2005, p.142).

A partir desses postulados, outras classificações foram propostas e, devido à heterogeneidade de princípios para diferenciar essas partes e à possibilidade de aplicação em diversas línguas, não houve um número fixo delimitado de partes do discurso ou classes de palavras. Meillet (2020)<sup>92</sup> afirma que apenas os nomes e os verbos são categorias opostas, neste caso, os nomes indicariam as “coisas” – concretas e abstratas – e verbos, os “processos” – ações, estados ou passagens de um estado para outro.

Diferentemente da tradição gramatical das línguas orais, os estudos linguísticos das línguas de sinais, segundo Schwager e Zeshan (2008), têm negligenciado a tarefa da determinação das classes de palavras e, como alternativa, geralmente, os sinais são caracterizados como “substantivo”, “adjetivo” etc., tendo como base a tradução do seu significado para a língua oral com que coexistem. Para exemplificar, os autores apresentam o caso do sinal SURDO, que, na Língua de Sinais Britânica (BSL), deveria ser considerado como um adjetivo, pois é assim caracterizado na língua inglesa.

No que tange à Língua Brasileira de Sinais, as pesquisas linguísticas descritivas ainda não estabeleceram critérios para quantificar e identificar as classes que organizam todo o léxico dessa língua. Assim sendo, apresentaremos alguns trabalhos a respeito dos nomes comuns para que possamos traçar aspectos dos nomes próprios, pois, conforme Van Langendonck e Van de Veld (2016, p. 9), “As características gramaticais dos nomes em um determinado idioma devem ser comparadas às dos substantivos comuns nesse idioma”<sup>93</sup>.

<sup>92</sup> Edição que reúne os principais textos escritos pelo autor, com tradução e notas elaboradas por Marcos Bagno.

<sup>93</sup> “The grammatical characteristics of Names in a given language should be compared to those of Common Nouns in that language” (VAN LANGENDONCK; VAN DE VELD, 2016, p. 9).

As pesquisas na área, tradicionalmente, debruçam-se na diferenciação entre as categorias nome e verbo, muitas vezes, investigando o parâmetro movimento como critério para distinção proposta inicialmente para a *American Sign Language* (ASL). Quadros e Karnopp (2004) seguiram a proposta de Supalla e Newport<sup>94</sup> (1978) e observaram um processo de nominalização na Libras por meio da mudança (reduplicação) no tipo de movimento: a formação de nomes se origina de alguns sinais que designam conceitos verbais. Enquanto nas designações verbais há um movimento longo, nas nominais o movimento é curto e repetitivo, conforme Figura 28, reproduzida abaixo:

**Figura 28** - Exemplos de processos de nominalização na Libras



Fonte: Quadros; Karnopp (2004, p. 97).

Algumas pesquisas, entretanto, não confirmam o que foi proposto pelas autoras. Almeida (2013), ao tecer comentários a respeito da transcrição de dados de sua pesquisa, relata que, de antemão, é impossível definir a categoria gramatical de determinados sinais, uma vez que, na Libras, a pesquisadora não conseguiu identificar marcas morfológicas que definam verbos, nomes, adjetivos etc. Para exemplificar, a autora afirma: “diante de um sinal como

<sup>94</sup> Supalla e Newport (1978) pesquisaram 100 pares de nomes e verbos da ASL, com a mesma relação semântica, e verificaram um traço morfológico para diferenciação das categorias: o movimento. Nestas condições, os verbos são realizados com movimento único e longo e os nomes por movimentos curtos e reduplicado.

CRESC(ER) isolado, fica difícil saber se trata do verbo *crescer*, do nome *crescimento*, ou do adjetivo *crescido*” (ALMEIDA, 2013, p. 20).

As pesquisas de Figueiredo-Silva e Sell (2011) relatam a falta de evidências de cunho morfológico para distinguir as classes gramaticais na Libras. Segundo as autoras:

É preciso, contudo, fazer uma ressalva inicial: os sinais na Libras não apresentam evidência morfológica clara para a distinção entre classes gramaticais; por exemplo, os sinais usados para CARRO e para DIRIGIR CARRO não apresentam qualquer diferença, mas ocuparão lugares distintos na sentença segundo seja o nome ou o verbo que está sendo usado. Em geral tem-se o mesmo sinal tanto para verbos quanto para substantivos – ainda que numa certa medida as classes de palavras possam se distinguir por reduplicação do sinal, como é o caso dos sinais usados para “telefone” e “telefonar”, segundo a literatura (FIGUEIREDO-SILVA; SELL, 2011, p. 31).

A dificuldade em diferenciar morfológicamente nome e verbo na Libras seguindo a proposta elaborada por Supalla e Newport (1978) também foi evidenciada na pesquisa de Pizzio (2011). A pesquisadora selecionou 25 pares NOMES/VERBOS<sup>95</sup> e procurou identificar diferenças formais entre eles. Os 75 participantes da pesquisa são surdos, estudantes do curso de Letras Libras da Universidade Federal de Santa Catarina e do polo da Universidade Federal de Santa Maria. Segundo Pizzio, não há uma regularidade com relação aos critérios relacionados ao movimento longo e único para verbos e movimento curto e reduplicado para nomes, “principalmente para aqueles pares que apresentam ou um movimento circular do sinal ou um movimento alternado de mãos e braços para realizar o sinal.” (PIZZIO, 2011, p. 227).

Em pesquisa experimental, realizada mais recentemente, Santana (2019) replicou o teste realizado por Pizzio (2011) em 10 surdos e 9 ouvintes falantes da Libras residentes no Sudoeste da Bahia. Como resultado, a pesquisadora observou que na “Libras, em termos de articulação, um mesmo sinal pode ocupar posições nominais ou verbais, ou seja, a diferença categorial não se dá por marcas morfológicas articuladas” (SANTANA, 2019, p. 99). A autora conclui sua pesquisa ressaltando a importância de estudos que avancem na compreensão da estrutura sintática da Libras, pois, em suas palavras, “nos deparamos com alguns sinais cuja categoria

---

<sup>95</sup> ABRIR-PORTA/PORTA;  
ABRIR-PORTA/PORTA  
BRINCAR/BRINQUEDO  
CHOVER/CHUVA  
CONSTRUIR/CONSTRUÇÃO  
DIRIGIR-CARRO/CARRO  
PASSAR-ROUPA/FERRO  
ROUBAR/LADRÃO  
TELEFONAR/TELEFONE

ANDAR-  
BICICLETA/BICICLETA  
CASAR/CASAMENTO  
CHUTAR/FUTEBOL  
CORRER/CORRIDA  
NADAR/NATAÇÃO  
PENSAR/PENSAMENTO  
SENTAR/CADEIRA  
VENTAR/VENTO

BEBER/BEBIDA  
  
CHORAR/CHORO  
COMER/COMIDA  
CORTAR-TESOURA/TESOURA  
NEVAR/NEVE  
PENTEAR/PENTE  
SORRIR/SORRISO  
EXPLODIR/EXPLOSÃO

não foi possível identificar, mesmo procurando observar a estrutura sentencial em que esse item estava inserido” (SANTANA, 2019, p. 100).

Em suma, as pesquisas de Quadros e Karnopp (2004), Pizzio (2011) e Santana (2019) não identificaram distinções morfológicas para diferenciar nomes e verbos, assim, parece plausível acreditar que o contexto sintático seja um bom caminho para que se depreenda a classe gramatical à qual pertence o item analisado<sup>96</sup>. Todas as pesquisas são de cunho gerativista, teoria que postula que a linguagem é um módulo cognitivo independente dos demais módulos cognitivos (FERRARI, 2020), bem como compreende que a linguística deve estudar assuntos como a sintaxe e a morfologia das línguas, uma vez que as informações morfossintáticas são as que realmente são necessárias para os falantes realizarem a análise gramatical das sentenças que escutam (VALENZUELA; IBARREIXE-ANIÑANO; HILFERTY, 2012). Nesse sentido, processos cognitivos e critérios semânticos e pragmáticos não são considerados.

Diferentemente das abordagens anteriores, Chaibue (2013) buscou, a partir de teóricos ligados à Linguística Funcional, à Linguística Cognitiva e à Tipologia Linguística (GIVON, 2001, SCHACHTER; SCHOPEN, 2007; LANGACKER, 2008), discutir o universal linguístico proposto como absoluto por Greenberg (1966), que assevera que “todas as línguas fazem distinção entre Nome e Verbo”, como é o caso da Língua Portuguesa e da Língua Inglesa.

Sob a ótica da LC, Chaibue (2013) recorreu aos estudos de Langacker (2008) para buscar interpretações adicionais à diferenciação entre nome e verbo. Ronald W. Langacker desenvolveu a teoria da Gramática Cognitiva (GC), em meados dos anos de 1970, inicialmente denominada Gramática Espacial (*Space Grammar*). Nessa perspectiva, a língua é definida como “um inventário estruturado de unidades linguísticas convencionais”<sup>97</sup> (LANGACKER, 2007, p. 424), em que “uma unidade é um padrão de atividade de processamento que é totalmente dominado e pode, portanto, ser realizado mais ou menos de forma automatizada (uma ‘rotina cognitiva’)”<sup>98</sup>. Este inventário é estruturado no sentido de as unidades se relacionarem entre si por vários meios, como: sobreposição, inclusão, simbolização, categorização e integração em unidades de nível elevado.

Para Langacker (2008), a gramática é vista de um ponto de vista holístico, ou seja, sem que haja um nível autônomo, admitindo que esta pode ser entendida como um conjunto

---

<sup>96</sup> Cumpre ressaltar que as pesquisadoras não investigaram se haveria, nesses casos, a ação de um processo morfológico do tipo “derivação zero”, ou seja, uma derivação sem marcas morfológicas, encontrado em algumas orais e línguas de sinais (FELIPE, 2006).

<sup>97</sup> “[...] as a structured inventory of conventional linguistic units” (LANGACKER, 2007, p. 424).

<sup>98</sup> “A unit is a pattern of processing activity that is thoroughly mastered and can thus be carried out more or less automatically (a ‘cognitive routine’)” (LANGACKER, 2007, p. 424).

organizado de unidades simbólicas que, por sua vez, são fruto da associação entre as estruturas semânticas e fonológicas, em que cada uma encontra-se em um polo diferente<sup>99</sup>. Essas unidades simbólicas não são definidas como palavra ou signo linguístico, isto é, para todas as categorias (classes e construções):

[...] a forma nunca é entendida como totalmente independente de significado e função, de forma que qualquer mudança funcional está ligada a modificações na conceituação e está relacionada aos diferentes tipos de envolvimento do falante na estrutura gramatical do conteúdo que ele comunica. (ou seja, a perspectiva que adota em relação à mensagem que produz). Além disso, léxico, morfologia e sintaxe são concebidos como um continuum de aspectos inter-relacionados e não como componentes separados (CUENCA, HILFERTY, 2007, p. 24)

Langacker (2008) declara que vários fenômenos básicos que são aparentes no léxico são perceptíveis em outras facetas da cognição, tais como: associação, automatização, esquematização e categorização, os quais têm um papel central na “plausibilidade psicológica” da Gramática Cognitiva. Visando compreender melhor a forma como o autor distingue as categorias lexicais, principalmente os nomes, uma definição geral de cada fenômeno será apresentada.

A **associação** é definida pelo autor como “o estabelecimento de conexões psicológicas com o potencial de influenciar o processamento subsequente”<sup>100</sup> (LANGACKER, 2008, p. 16), por exemplo, a definição de relação simbólica, que deriva da associação entre uma estrutura semântica e uma estrutura fonológica. A **automação** pode ser entendida como os processos que são dominados automaticamente devido à repetição, como amarrar sapato ou recitar o alfabeto. Na perspectiva da Gramática Cognitiva, as estruturas linguísticas passam por um entrincheiramento progressivo, estabelecendo-se como unidades. Já a **esquematização** é vista como o processo de extração do que é comum às múltiplas experiências, objetivando chegar a uma concepção que represente um nível mais elevado de abstração. Por exemplo, o termo *animal* é mais esquemático do que o termo cachorro, que, por sua vez, é mais esquemático do que labrador. Por fim, a **categorização**, segundo Langacker (2008, p. 17), é como “a

<sup>99</sup> Segundo Langacker (2008), a estrutura/unidade simbólica ( $\Sigma$ ) é formada por meio do emparelhamento de uma estrutura semântica/*semantic structure* (S) e uma estrutura fonológica/*phonological structure* (P):  $[[S] / [P]]_{\Sigma}$ . É caracterizada como uma estrutura bipolar, porque possui dois polos: S, sendo seu polo semântico em letras maiúsculas, e P o seu polo fonológico em letras minúsculas.

<sup>100</sup> “[...] the establishing of psychological connections with the potential to influence subsequent processing” (LANGACKER, 2008, p. 16).

interpretação da experiência tendo como base as estruturas previamente existentes”<sup>101</sup>, tendo em mente que uma categoria pode ser definida como um conjunto de elementos tidos como equivalentes para algum propósito. Assim, se uma estrutura A faz parte de uma determinada categoria, tal estrutura pode ser usada para categorizar outra estrutura B, que poderá ser considerada membro da mesma categoria. Nessa situação, o autor afirma que o elemento A será esquemático em relação a B, de modo que B instancia A.

A categorização, segundo Langacker (2008), destaca-se quanto ao discernimento de padrões ou regularidades entendidas como “iguais”. Para o autor, conforme mencionado anteriormente, diferentemente do que pregado pela teoria linguística moderna, é plausível que categorias gramaticais básicas, como nomes e verbos, sejam definidas em termos de significado, pois são percebidas também como unidades simbólicas. Assim, ele defende que o significado é construído cognitivamente. Para exemplificar, usa o caso do verbo *explodir* e do substantivo *explosão*, que, pelo ponto de vista da doutrina padrão, não seria possível definir semanticamente as classes, pois denotariam o mesmo evento, a mesma ação. Entretanto, pelo viés da GC, é possível diferenciar a classe gramatical a que pertencem, mesmo invocando o próprio conteúdo conceitual, pois, uma vez que *explodir* reflete a natureza processual do evento, *explosão*, por meio da reificação conceitual, é interpretado como uma coisa abstrata (LANGACKER, 2008, p. 95). Isso ocorre em virtude da capacidade cognitiva de perceber a mesma realidade objetiva a partir de modos diferentes. Essa capacidade permite a diferenciação entre categorias lexicais. Assim, para a GC, existe uma divisão conceptual do mundo através de “coisas<sup>102</sup>” e “relações”, as quais podem ser conceituadas como “entidade”, podendo ser concebidas ou referidas ao descrever uma estrutura conceitual, como: coisas, relações, quantidades, sensações etc.

Os nomes (ou substantivos), esquematicamente, perfilam (focam a atenção dentro do conteúdo evocado) uma ‘coisa’ ou ‘região em um determinado domínio e, prototipicamente, um objeto físico discreto, enquanto um verbo perfila, esquematicamente, uma relação temporal complexa e, prototipicamente, ‘uma relação entre objetos físicos discretos’. Assim, Langacker propõe o Modelo da Bola de Bilhar. Em suas palavras:

Pensamos em nosso mundo como sendo povoado por objetos físicos discretos. Esses objetos são capazes de se mover através do espaço e fazer contato uns com os outros. O movimento é impulsionado pela energia, que alguns objetos

---

<sup>101</sup> “[...] the interpretation of experience with respect to previously existing structures” (LANGACKER, 2008, p. 17)

<sup>102</sup> Segundo Langacker (2008), são definidas de forma altamente abstrata, incluindo pessoas e lugares, não se limitando a entidades físicas.

extraem de recursos internos e outros recebem do exterior. Quando o movimento resulta em contato físico vigoroso, a energia é transmitida do motor para o objeto impactado, que pode, assim, ser colocado em movimento para participar de outras interações<sup>103</sup> (LANGACKER, 1991, p. 13, *apud* LANGACKER 2008, p. 103).

As categorias gramaticais essenciais podem ser caracterizadas semanticamente no nível do protótipo, bem como no nível esquemático, sendo que os protótipos são vistos como conceituais ancorados na experiência e as caracterizações esquemáticas dizem respeito às habilidades cognitivas que são inicialmente manifestadas nesses arquétipos e, depois, estendidas a outros casos (LANGACKER, 2008, p. 103). Os protótipos dos verbos (ações) e dos substantivos (nomes) são polos que contrastam em suas propriedades básicas, conforme apresentado no quadro abaixo:

**Quadro 4 - Arquétipo dos substantivos e dos verbos segundo Langacker (2008)**

Arquétipo dos substantivos	Arquétipo dos verbos
1. Um objeto físico é composto de substância material.	1. Uma interação energética não é em si material, consistindo em vez de mudança e transferência de energia.
2. Pensamos em um objeto como residindo principalmente no espaço, onde é limitado e tem sua própria localização	2. Assim, um evento reside principalmente no tempo; ele é limitado temporalmente e tem sua própria localização temporal
3. Com o tempo, por outro lado, um objeto pode persistir indefinidamente e não é pensado como tendo qualquer localização particular neste domínio.	3. Por outro lado, a localização de um evento no espaço é mais difusa e também derivada, pois depende da localização de seus participantes.
4. Um objeto é conceitualmente autônomo, no sentido de que podemos conceitualizá-lo independentemente de sua participação em qualquer evento.	4. Isso ocorre porque um evento é conceitualmente dependente; não pode ser conceituado sem conceituar os participantes que interagem para constituí-lo.

Fonte: Adaptado de Langacker (2008, p. 104).

A partir dessas características, Langacker (2008 p. 105) define uma coisa “como qualquer produto de agrupamento e reificação. Visto que esses fenômenos cognitivos gerais, não limitados ao espaço ou à percepção, as coisas podem emergir de entidades constitutivas em

<sup>103</sup> “We think of our world as being populated by discrete physical objects. These objects are capable of moving about through space and making contact with one another. Motion is driven by energy, which some objects draw from internal resources and others receive from the exterior. When motion results in forceful physical contact, energy is transmitted from the mover to the impacted object, which may thereby be set in motion to participate in further interactions” (LANGACKER, 1991, p. 13, *apud* LANGACKER 2008, p. 103).

qualquer domínio ou em qualquer nível de organização conceitual”<sup>104</sup>. Como exemplo, o autor cita um comitê, o qual é considerado uma coisa, mesmo que suas entidades constitutivas, ou seja, os membros, não se encontrem em um mesmo lugar. O agrupamento e reificação desta entidade se efetivam pela percepção da atuação em conjunta, que tem um propósito em comum. O autor ainda complementa:

Uma coisa produzida por agrupamento e reificação pode funcionar como uma entidade constitutiva a respeito de uma coisa de ordem superior. Por meio de aplicação sucessiva dessas operações mentais, podem ser alcançadas coisas que representam qualquer nível de organização conceitual. Por exemplo, um prato é uma coisa. O mesmo ocorre com uma pilha de pratos, obtida colocando-se esses objetos um em cima do outro. Se quatro dessas pilhas estiverem dispostas em uma determinada configuração, elas podem ser percebidas como um quadrado. [...] E assim por diante”<sup>105</sup> (LANGACKER, 2008, p. 106).

Segundo Langacker (2008, p. 98), “o que determina a categorização gramatical de uma expressão não é o seu conteúdo conceitual geral, mas a natureza do seu perfil em particular”<sup>106</sup>. Para exemplificar, o autor cita a palavra *bat*, que pode ser tanto um substantivo (taco de baseball) quanto um verbo (*to bat*), propondo que só conseguiremos estabelecer uma diferença entre substantivo e verbo quando estabelecermos a que domínio cognitivo a palavra pertence. Por exemplo, na expressão *He uses a heavy bat* (ele usa um taco pesado) o que está sendo perfilado é o objeto de madeira longo e fino, seu significado funciona como um substantivo; já na expressão *It's your turn to bat* (é a sua vez de bater), o ato de acertar a bola está sendo perfilado, ou seja, está funcionando como verbo.

Chaibue (2013), a partir da proposta de Langacker, apresentada no parágrafo anterior, cita os seguintes exemplos na Libras:

[...] podemos tomar como exemplo o sinal ESPOS@/CASAR, da Libras. A partir de um mesmo esquema conceitual (caracterização genérica da grade conceitual envolvendo noivos, padre, alianças, padrinhos, bolo, festa etc.), pode-se estabelecer os perfis que remetem aos conceitos ‘casar’, por um lado, em que o foco recai sobre o evento; e ‘espos@’, por outro, cujo foco são os

<sup>104</sup> “We can now define a thing as any product of grouping and reification since these are general cognitive phenomena, not limited to space or perception, things can emerge from constitutive entities in any domain or at any level of conceptual organization” (LANGACKER, 2008 p. 105).

<sup>105</sup> “A thing produced by grouping and reification can itself function as a constitutive entity with respect to a higher-order thing. Through successive application of these mental operations, things representing any level of conceptual organization can be arrived at. For instance, a plate is a thing. So is a stack of plates, obtained by placing such objects one on top of the other. If four such stacks are arranged in a certain configuration, they can be perceived as a square [...] And so on indefinitely” (LANGACKER, 2008, p. 106).

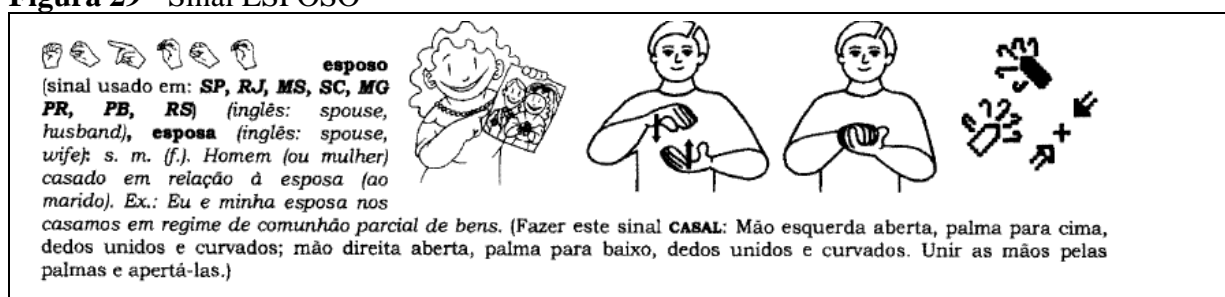
<sup>106</sup> “[...] what determines an expression’s grammatical category is not its overall conceptual content, but the nature of its profile in particular” (LANGACKER, 2008, p. 98).



cônjuges envolvidos. O mesmo se pode dizer dos exemplos IR-AVIÃO/AVIÃO, cujos perfis são distintos entre si. Então, cada um desses perfis define uma categoria prototípica – N ou V (CHAIBUE, 2013, p. 133).

Expandiremos a análise realizada por Chaibue (2013), acrescentando o sinal CASAMENTO ao par ESPOS@/CASAR, conforme estão registrados no Dicionário Novo Deit-Libras (2015):

**Figura 29 - Sinal ESPOSO**



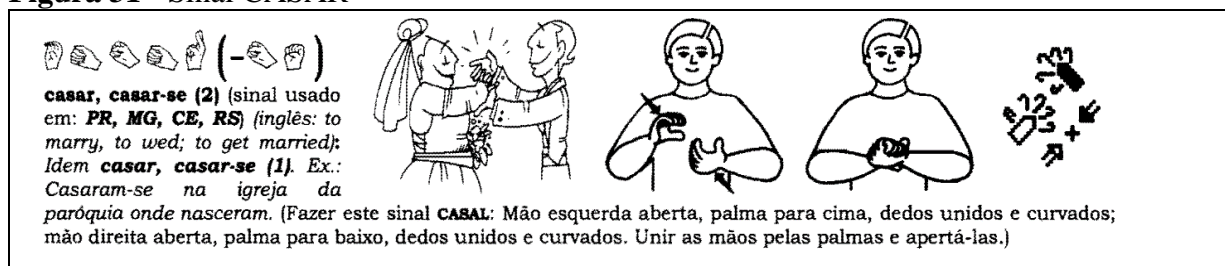
Fonte: Capovilla; Raphael; Mauricio (2015, p. 965).

**Figura 30 - Sinal CASAMENTO**



Fonte: Capovilla; Raphael; Mauricio (2015, p. 534).

**Figura 31 - Sinal CASAR**



Fonte: Capovilla; Raphael; Mauricio (2015, p. 535).

Com relação ao sinal ESPOS@, para além do que foi mencionado por Chaibue (2013), uma ressalva deve ser feita. No dicionário apresentado, a Figura 29 demonstra uma pequena diferença entre as Figuras 30 e 31. Entretanto, o que está escrito entre parênteses na descrição do verbete é “fazer este sinal **CASAL**: Mão esquerda aberta, palma para cima, dedos unidos e curvados; mão direita aberta, palma para baixo, dedos unidos e curvados. Unir as mãos pelas

palmas e apertá-las”, portanto o mesmo para as três figuras. Embora não seja possível apresentar uma explicação plausível para essa diferença pictórica, é sensato ponderar que ela reflete exatamente o que é discutido: as sutis diferenças existentes entre alguns signos linguísticos na Libras. Com relação aos sinais CASAR e CASAMENTO, os quais tem a mesma forma, ambos fazem parte do mesmo esquema conceptual, anteriormente explicitado por Chaibue (2013), no entanto, CASAMENTO perfila algo que foi instanciando em um determinado espaço e tempo, sendo conceptualizado como um processo que causa uma mudança de estado (civil) ao passo que CASAR perfila o evento.

Chaibue (2013) também não identificou o parâmetro movimento como traço distintivo entre Nomes e Verbo, mas identificou a relevância dos traços semânticos propostos por Givón (2001). A partir de uma perspectiva funcionalista, Givón (2001) postula que os nomes compõem os quatro principais grupos de uma língua e destaca que a participação em uma determinada classe não é definida a partir de critérios necessários e suficientes conforme afirmado pela tradição platônica. Para o autor, a inserção em uma determinada classe é feita a partir dos seguintes critérios: a) semânticos, os quais dizem respeito ao tipo de significado que tendem a ser codificados pelas palavras que compõe essa classe; b) morfológicos, os quais permitem classificar as palavras de acordo com os tipos de morfemas afixados a uma classe de palavra específica; c) sintáticos, aqueles que dizem respeito à posição que uma palavra ocupa em uma determinada cláusula.

Givón (2001, p. 51) afirma que “os critérios mais universalmente preditivos são os semânticos”<sup>107</sup> e propõe um conjunto de traços semânticos genéricos ou classificatórios do léxico conceitual, que, segundo o autor, provavelmente são superiores hierarquicamente e pelos quais os seres humanos classificam sua experiência. Por meio desses traços, é possível identificar os membros mais e menos prototípicos de cada classe, ou seja, aqueles que cumprem com a maior quantidade dos critérios semânticos. Esses traços são:

I. **Estabilidade temporal:** as palavras lexicalizadas como nomes são aquelas que ocupam a extremidade ao serem inseridas em uma escala de estabilidade no tempo. Em outras palavras, substantivos mais prototípicos são aqueles que denotam uma entidade mais concretas. Para exemplificar, cita o exemplo de “cadeira”, salientando que, passados cinco minutos, uma hora ou um dia, a cadeira manterá seus atributos. Alerta que existe uma pequena gradação interna, como no caso de menino, que pode mudar mais rápido que uma árvore.

---

<sup>107</sup> “The most universally predictive criteria are semantic” (GIVÓN, 2011, p. 51).

**II. Complexidade:** traço relacionado a grande estabilidade temporal dos protótipos dos nomes, pois eles apresentam diversas associações de características. Assim, caso aconteça uma mudança em uma dessas características, a estabilidade das demais permitem que a entidade permaneça na mesma categoria. neste sentido, um cavalo rosa ainda pertenceria a categoria do nome “cavalo”, que tem características próprias (cor, forma, tamanho etc.) bem como propensões comportamentais e usos culturais.

**III. Concretude:** esse traço está relacionado à estabilidade no tempo de nomes prototípicos pois, essas entidades são concretas, formadas por materiais mais duráveis. Propriedades como tamanho, cor, forma ou consistência mudam mais lentamente. Neste sentido, nomes mais prototípicos são mais concretos e os menos prototípicos são mais abstratos.

**IV. Compacidade Espacial:** nomes espacialmente compactos são mais prototípicos do que aqueles que espalhados pelo espaço perceptivo. Assim, “celebração”, “terça-feira” e “chuva”, por exemplo, tendem a não ser nomes prototípicos, além de serem abstratos, em massa ou temporariamente não duráveis.

**V. Contabilidade:** nomes prototipicamente compactos tendem a ser relativamente pequenos, ocupando uma pequena porção no campo de percepção total ou de fundo. Neste sentido, nomes prototípicos tendem a ser contáveis ao contrário dos massivos como “chuva”, “amor”, “água” e “liberdade”.

Massone e Martínez (2012) introduziram uma discussão a respeito das classes de palavras na Língua de Sinais Argentina a partir dos critérios semânticos propostos por Givón (2001). Analisaram quantitativamente e qualitativamente sinais substantivos, verbais e adjetivos presentes em contextos reais de fala. Com relação aos nomes, as autoras identificaram a interrelação dos critérios, revelando um *continuum* de substantivos com diferentes graus de acúmulo dos quatro primeiros critérios propostos por Givón, conforme imagem abaixo:

**Figura 32** - Continuum intracategorial dos sinais substantivos

+ Prototípico	- Prototípico
+ Estable .....	- Estable
Simple .....	Complejo
+ Concreto .....	- Concreto
+ Espacialidad compacta .....	- Espacialidad compacta
LIBRO CASA ÁRBOL HERIDA-EN-CORAZÓN RECUERDO FABRICACIÓN MUERTE	

Fonte: Massone; Martínez (2012, p. 35).

Conforme mencionado anteriormente, os achados de Chaibue (2013) sugerem que, na Libras, os critérios semânticos propostos por Givón (2011) se mostraram eficazes, mas não suficientes, e reforça a tese da Langacker (2008) a respeito da existência de um *continuum* entre

léxico e gramática e da importância do contexto para a identificação das categorias lexicais. Camacho (2006, p. 252), na mesma linha argumentativa, reconhece que “os nomes devem ser caracterizados em termos de sua existência no espaço e, desse modo, o típico referente do nome é uma coisa durável, identificável”.

Retomando o que foi dito por Camanho (2006), o nome é uma das categorias lexicais de uma língua, até o momento foram feitas considerações sobre o nome comum, sendo o nome próprio também parte da categoria dos nomes e objeto de estudo desta tese. Na seção seguinte, abordaremos o papel da iconicidade, das metáforas e das metonímias conceptuais no processo de nomeação, para que, ao final, possamos apresentar e testar as hipóteses sobre o processo de nomeação mediante um sinal de nome.

## 5.1 PROCESSOS DE NOMEAÇÃO NAS LÍNGUAS DE SINAIS: ICONICIDADE, METONÍMIA E METÁFORA CONCEPTUAIS

Tendo em vista que as metáforas e metonímias conceptuais “são fenômenos conceptuais por natureza” (SILVA, 2003, p. 15), bem como o interesse da LC pela iconicidade, nesta seção, discorreremos sobre algumas discussões referentes a esses temas, apresentando, ao final, algumas hipóteses a respeito da formação dos sinais de nome na Libras, as quais serão analisadas no capítulo destinado às análises.

### 5.1.1 Iconicidade Cognitiva<sup>108</sup>

A questão de o porquê as palavras possuem a forma sonora que possuem e se podem ser consideradas “ícones” (ou imitações) de objetos e organismos reais tem ocupado filósofos ao longo dos tempos (UNGERER; SCHMID, 2006). Essa discussão dividiu os filósofos gregos em *convencionalistas* e *naturalistas*. Os primeiros defendiam que tudo na língua era convencional, baseados em acordos feitos em uma determinada comunidade de fala; os naturalistas, por sua vez, afirmavam que a forma e o conteúdo eram determinados pela natureza do que representavam. Essa diferenciação foi retomada por Saussure, o qual defendeu que a forma da maioria das palavras (ou signos linguísticos) são arbitrárias, ou seja, não existe uma relação de motivação, naturalmente estabelecida, entre o significante (imagem acústica do signo

---

<sup>108</sup> Apesar de esta seção estar centrada na concepção de iconicidade à luz da LC, são retomados, para discussão, conceitos oriundos de outras correntes e teorias linguísticas, como o Gerativismo, o Estruturalismo, o Funcionalismo, a Semiótica e a Gramática Descritiva.

linguístico) e o significado (o que é evocado conceitualmente). Van Langendonck (2007a) relata que Saussure apenas introduziu o conceito de motivação ao descrever os signos compostos de uma palavra, como no caso de *dix-neuf* (dezenove em francês), admitindo que, embora tais palavras sejam arbitrárias, o composto é relativamente motivado.

Contudo, a visão da iconicidade foi revista pelo filósofo americano Pierce, o qual discordava da rigidez a respeito da arbitrariedade proposta por Saussure e, em certa medida, recuperou a posição dos naturalistas, conjugando-a à postura dos convencionalistas (FURTADO DA CUNHA; OLIVEIRA; MARTELOTTA, 2015). Na teoria semiótica proposta por Pierce, apenas um tipo de signo linguístico, o qual denominou de “símbolo”, representa uma relação convencionalizada com um objeto, aproximando-se da teoria da arbitrariedade postulada por Saussure. As duas outras categorias de signos propostas por Pierce, o “índice” e o “ícone”, são caracterizadas por sua fundamentação “natural”, conforme proposto pelos naturalistas, principalmente por Platão. O índice, basicamente, tem a função de apontamento (indicar), o qual, muitas vezes, é realizado expressando algum posicionamento de um objeto no espaço e no tempo, observada em alguns pronomes pessoais demonstrativos e advérbios dêiticos de lugar e tempo (aqui, ali, agora). O índice, contudo, ultrapassa o nível da expressão linguística e pode ser traduzido de forma não verbal, por exemplo, quando um incêndio é sinalizado por fumaça (UNGERER; SCHMID, 2006).

Pierce, em sua teoria, estabeleceu dois tipos de iconicidade. A primeira, denominada de *iconicidade imagética*, está relacionada ao potencial semiótico do referente e sua correlação estreita à representação no mundo (como as pinturas e estátuas). A segunda se refere a um arranjo sistemático de signos, sem necessária intersemelhança, a qual o autor denominou de *iconicidade diagramática*. Segundo Furtado da Cunha, Oliveira e Martelotta (2015), ambos os tipos de relações icônicas interessam aos estudos funcionalistas. Já Van Langendonck (2007a) advoga que a importância linguística da iconicidade está relacionada ao reconhecimento da iconicidade diagramática. Nesse sentido, utiliza os conceitos de isomorfismo<sup>109</sup> (considerado por ele como um tipo de iconicidade) e motivação (a qual, segundo o autor, é responsável pela maioria dos casos de iconicidade diagramática) para tratar da iconicidade nos diversos níveis linguísticos.

---

<sup>109</sup> Para embasar sua proposta, Van Langendonck (2007a) utiliza os conceitos de isomorfismo e motivação propostos por Haiman (1985). Assim, “por isomorfismo, pretende-se apenas uma correspondência um a um, sem levar em conta a posição relativa, importância, relevância mútua ou qualquer outra propriedade de pontos em um diagrama (HAIMAN, 1985, p.11). E, “por motivação, tenho em mente a propriedade segundo a qual os diagramas exibem a mesma relação entre suas partes que seu referente entre suas partes” (HAIMAN, 1985, p. 11).

O conceito de iconicidade se beneficiou muito ao ser colocado em uma base cognitivista (UNGERER; SCHMID, 2006). Para esta corrente, a maneira como nos referimos ao mundo não é uma representação do mundo, porque os falantes de uma determinada língua realizam “recortes formais” do mundo tendo como ponto de partida suas experiências e o momento histórico em que vivem (ABREU, 2010). Assim, funcionalistas (e cognitivistas) defendem a tese de que a estrutura da língua reflete, de certo modo, a estrutura da experiência (FURTADO DA CUNHA; OLIVEIRA; MARTELOTTA, 2015). Desse modo, os linguistas cognitivos não comparam palavras e estruturas gramaticais com objetos e eventos reais, mas com categorias e modelos cognitivos do mundo real, tornando a comparação diagramática mais fácil e plausível (UNGERER; SCHMID, 2006). Para Furtado da Cunha, Oliveira e Martelotta (2015, p. 21,22) a iconicidade é vista “como a correlação natural entre a forma e a função, entre o código linguístico (expressão) e seu *designatum* (conteúdo)”. Van Langendonck (2007a), por sua vez, afirma que a iconicidade é encontrada tanto na linguagem como em outros domínios do mundo dos signos. Segundo o autor:

Em geral, há iconicidade se algo na forma de um signo reflete algo no mundo (normalmente por meio de uma operação mental). Em termos de linguagem, isso significa que algo na forma de um signo linguístico reflete (por meio de seu significado) algo em seu referente (Mayerthaler 1980, 1988) (VAN LANGENDONCK, 2007, p. 395 – tradução nossa)<sup>110</sup>.

Ungerer e Schmid (2006) destacam que a relação icônica que se estabelece entre um item linguístico e a conceptualização do objeto em questão (e não o objeto em si) também contribui para melhor entendimento das onomatopeias, ou das palavras com simbolismo sonoro. As representações linguísticas das imitações de movimentos ou ruídos dos animais, varia de língua para língua, conforme o Figura 33. Segundo a teoria cognitivista, essas diferenças não estão relacionadas ao desenvolvimento fonológico divergente que as línguas sofreram desde que estas onomatopeias foram aceitas no vocabulário, mas estão ligadas a nossa percepção de mundo, que é determinada por modelos culturais, em que falantes de diferentes línguas tenderão a destacar diferentes aspectos dos sons dos animais no processo de conceptualização.

---

<sup>110</sup> In general, there is iconicity if something in the form of a sign reflects something in the world (normally through a mental operation). For language, this means that something in the form of a linguistic sign reflects (through its meaning) something in its referent (MAYERTHALER, 1980, 1988) (VAN LANGENDONCK, 2007a, p. 395a).

**Figura 33** - Renderização onomatopeica de sons de animais em idiomas selecionados

English <i>bow-wow</i> <i>woof-woof</i>	French <i>ouah ouah</i> <i>ouaf ouaf</i>	Bulgarian <i>bau-bau</i>
German <i>wauwau</i>	Spanish <i>guau</i>	Yoruba <i>waw-waw</i>
English <i>miaow</i>	French <i>miaou</i>	Bulgarian <i>miau</i>
German <i>miau</i>	Spanish ( <i>moullar</i> )	Yoruba <i>miu</i>
English <i>cock-a-doodle-do</i>	French <i>cocorico</i>	Bulgarian <i>kukuriguu</i>
German <i>kikeriki</i>	Spanish <i>quiquiriquí</i>	Yoruba <i>kokorookoo</i>
English <i>moo</i>	French <i>meuh</i>	Bulgarian <i>muu</i>
German <i>muh</i>	Spanish ( <i>mugir</i> )	Yoruba <i>broo</i>

Fonte: Ungerer; Schmid (2006, p. 305).

Abreu (2010), dentro da perspectiva cognitivista, trata a respeito da existência de uma motivação quando uma palavra é criada. Para exemplificar, apresenta o exemplo da palavra *chuveiro*, que, possivelmente, foi motivada pela associação com a ideia de chuva, imposta pelo falante sobre o mundo. Um outro falante poderia, por exemplo, associar o chuveiro à água e denominá-lo como aguadeiro. Esses exemplos remetem ao metaprincípio da iconicidade proposto por Givón (1989, p. 97), em que “uma experiência codificada é mais fácil de ser armazenada, recuperada e comunicada, se o código for maximamente isomórfico a essa experiência”.

Outro ponto abordado por Abreu (2010) diz respeito ao fato de que cada geração cria poucas formas novas de representação, como no caso da era da informática que nos fez criar neologismos como *mouse*<sup>111</sup>. O que acontece, na maioria das vezes, é que utilizamos velhas palavras que herdamos de nossos antepassados há centenas de anos, as quais, geralmente perdem seu sentido original<sup>112</sup>. Nas palavras do autor, “quem diz algo como Eu vou embora, nem de longe se lembra de que, antigamente, isso queria dizer Eu vou em boa hora” (ABREU, 2010, p. 92).

Abreu (2010) observa que os mecanismos de transferência metafórica e de metonímia – temas estudados nesta tese – são “fontes inesgotáveis de iconicidade”. Como exemplo, temos a criação do termo azul-piscina – formado pela metonímia PARTE PELO TODO/COR DA

<sup>111</sup> Mesmo que o pesquisador não tenha exemplificado, podemos inferir a existência de um grau de iconicidade metafórica/imagética nesta representação, visto que a imagem como um todo do objeto *mouse* (acessório da informática) apresenta traços semelhantes ao rato (em inglês, *mouse*), bem como o fio está associado à cauda do animal.

<sup>112</sup> Vale ressaltar que essa questão já foi abordada por Bréal (1992 [1904] *apud* SEIDE, 2006, p.76), ao afirmar que “Só a história pode dar as palavras o grau de precisão de que temos necessidade para compreendê-las bem”.

ENTIDADE PELA ENTIDADE, visto que, ao se mapear a imagem da cor com a imagem da piscina, a sobreposição das imagens ocorre somente com o conteúdo da piscina, ou seja, a sua água e não com outras partes da piscina como as bordas e paredes, por exemplo (BRANGEL, 2011). Em termos metafóricos, podemos pensar em uma expressão muito utilizada na economia: “flutuação da taxa de câmbio”, gerada pelo conceito de que ECONOMIA É NAVEGAÇÃO. Segundo Costa (2007, p.58), “a base desse modelo de compreensão metafórica assenta-se no fato de que há determinados processos econômicos instáveis, que precisam, em certa medida, se estabilizar, assim como o barco no mar oscilante, quando necessita firmar-se, ancora”.

Diante de todas as considerações observadas até o momento, concordamos com Abreu (2010), que revela que a motivação icônica é uma ferramenta poderosa para o estudo do léxico de uma língua, sem desconsiderar que todas as línguas possuem certas palavras arbitrárias e opacas, conforme já afirmado por Ullmann (1968). Nas línguas de sinais, da mesma forma, também encontramos signos motivados iconicamente e, na sequência, abordaremos essa temática.

### 5.1.2 Iconicidade e as línguas de sinais

A questão da iconicidade é um tema que permeia o estudo das línguas de sinais há longa data. Wilcox (2004) relata que os debates suscitados no Congresso de Milão (1880), sob a alegação de que as palavras (das línguas orais) eram vistas como aquelas que “elevavam o espírito” e os sinais que eram entendidos como aqueles que “fomentavam as paixões” e não permitiam a expressão da plenitude do pensamento, levaram os linguistas a rejeição da iconicidade, sob pena delas não serem vistas como as línguas faladas, cujas formas seriam arbitrárias. Contudo, Wilcox (2004) defende que a crença de que as línguas de sinais são meras representações pictóricas sem estrutura linguística contribuem para o entendimento de que a iconicidade é claramente uma característica das línguas de sinais. Segundo o autor:

quando vista de uma perspectiva cognitiva, a iconicidade gramatical se revela tão onipresente entre as línguas de sinais quanto entre as línguas faladas - na verdade, porque os movimentos visíveis das mãos têm ainda mais potencial semiótico do que os movimentos predominantemente invisíveis dos articuladores do trato vocal, as línguas de sinais são ainda mais icônicas do que as línguas faladas (WILCOX, 2004, p. 121)<sup>113</sup>.

---

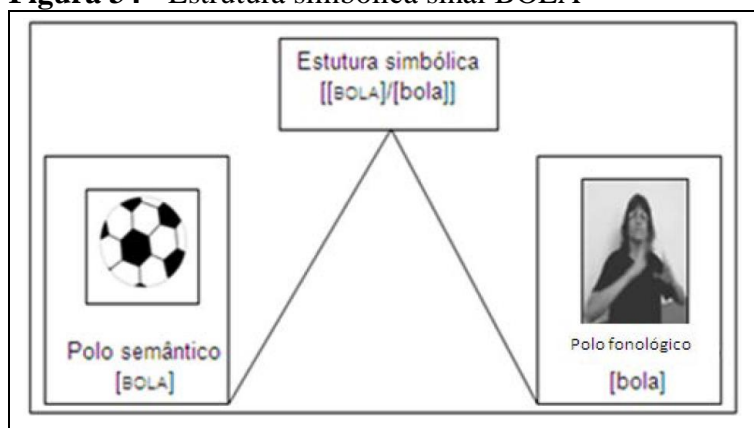
<sup>113</sup> “[...] when viewed from a cognitive perspective, grammatical iconicity is revealed to be just as ubiquitous among signed languages as it is among spoken languages—indeed, because visible movements of hands have even



Wilcox (2004), com base no modelo teórico da Gramática Cognitiva (GC) de Langacker (1987), apresenta um modelo cognitivo para conceituar a iconicidade nas línguas de sinais. Dentro da perspectiva da GC, o léxico e a gramática são descritíveis como conjunto de estruturas simbólicas, ou seja, associações entre estruturas fonológicas e semânticas.

Ainda, seguindo esse modelo teórico, não há dissociação entre gramática e semântica, e os elementos da descrição reduzem-se a pares forma-significado. Segundo Langacker (2013), a estrutura simbólica ( $\Sigma$ ) (um sinal ou uma palavra) é descrita como bipolar, possuindo um polo semântico (S), representado em letra maiúscula, e um polo fonológico (P), representado em letra minúscula. Como exemplo, apresentamos a estrutura simbólica ( $\Sigma$ ) [BOLA] em Libras, representada, seguindo o modelo proposto, da seguinte maneira: [[BOLA]/[bola]], onde [BOLA] representa o polo semântico e [bola] o polo fonológico (Figura 34). O primeiro polo está relacionado às diversas características do objeto: tamanho, forma, cor, função, material, dentre outros; o segundo diz respeito aos parâmetros disponíveis nas línguas de sinais (configuração de mão, ponto de articulação, movimento, orientação da palma e até as expressões não-manuais). A junção dos polos semântico e fonológico formam o sinal BOLA.

**Figura 34** - Estrutura simbólica sinal BOLA



Fonte: Nunes (2014, p. 60).

Para a Gramática Cognitiva, os espaços semânticos e fonológicos são sub-regiões do espaço conceptual. Os espaços conceptuais, domínios (LANGACKER, 2008) ou espaços mentais (FAUCONNIER, 1997), podem ser definidos como “estruturas parciais que proliferam quando pensamos e falamos, permitindo uma divisão ínfima de nosso discurso e estruturas de conhecimento” (FACONNIER, 1997, p. 11).

---

more semiotic potential than the predominantly invisible movements of vocal tract articulators, signed languages are even more richly iconic than spoken languages” (WILCOX, 2004, p. 121).

Wilcox (2004) comenta que é comum nas línguas que o polo semântico e polo fonológico de uma estrutura simbólica residam em regiões muito distante do espaço conceptual. O exemplo de *bola*, empregado acima, quando analisado na Língua Portuguesa, por exemplo, revela que o som de *bola* tem pouca relação com o significado desta palavra, assim, “esta grande distância no espaço conceptual e a incomensurabilidade resultante dos polos semânticos e fonológicos é a base para *l’arbitraire du signe* (WILCOX, 2004, p. 122<sup>114</sup>).

A partir dessas considerações, Wilcox (2004) propõe que a iconicidade cognitiva “é definida não como uma relação de distância entre os polos fonológicos e semânticos das estruturas simbólicas” (WILCOX, 2004, p. 122)<sup>115</sup>, mas como uma relação entre a forma de um signo e o que ele se refere no mundo real. Assim, o exemplo, na Libras, na estrutura simbólica BOLA, apresentada anteriormente, as estruturas semânticas e fonológicas residem no mesmo espaço conceptual, acentuando a iconicidade. Ainda, segundo o autor, quando há um distanciamento entre as estruturas fonológicas e as estruturas semânticas no espaço conceptual, a arbitrariedade é acentuada. Vejamos os seguintes sinais ilustrados na Figura 35.

**Figura 35** - Sinais COMPASSO, GENRO E JOVEM/NOV@



(g) sinal COMPASSO – iconicidade mais prototípica; (h) sinal GENRO – iconicidade menos prototípica; (i) sinal JOVEM/NOV@ - opaco<sup>116</sup>.

Fonte: Organizada com base em Pedroza, Ballock, Gondin (2013).

O sinal COMPASSO demonstra uma grande proximidade entre as estruturas fonológicas (CM, M e PA) e as estruturas semânticas, visto que um compasso é um instrumento utilizado para desenhar arcos de circunferência. O sinal GENRO pode ser percebido como parcialmente icônico, pois, mesmo que, aparentemente, não se possa recuperar qualquer motivação com relação ao Ponto de Articulação e Movimento, a CM reflete aspectos

<sup>114</sup> “This great distance in conceptual space and the resulting incommensurability of the semantic and phonological poles is the basis for *l’arbitraire du signe*” (WILCOX, 2004, p. 122).

<sup>115</sup> “[...] is defined not as a relation between the form of a sign and what it refers to in the real world, but as a relation between two conceptual spaces” (WILCOX, 2004, p. 122).

<sup>116</sup> Preferimos o termo opaco ao arbitrário, visto que, conforme o entendimento da Linguística Cognitiva, quando uma palavra (ou sinal) é criada, pode existir uma motivação, a qual, ao longo do tempo, não pode ser mais recuperada.

semânticos, posto que a escolha pela CM que remete a primeira letra da palavra *genro* está relacionada ao conhecimento da grafia da palavra na Língua Portuguesa, ou seja, faz parte do conhecimento enciclopédico que o falante tem a respeito do referente nomeado. Por fim, o sinal JOVEM/NOV@ remonta a um sinal opaco, uma vez que, na atualidade, não podemos recuperar os aspectos semânticos elencados no momento da criação do sinal para que possamos relacioná-los ao polo semântico.

#### 5.1.2.1 O Modelo de Iconicidade proposto por Sarah Taub (2004)

A pesquisadora americana Sarah Taub (2004) pondera que a preocupação com a iconicidade dos signos linguísticos expressa a própria natureza da linguagem. Para a autora, a doutrina saussuriana a respeito da arbitrariedade do signo linguístico foi vista como uma propriedade mais elevada da linguagem e levou a muitos preconceitos atrelados às línguas de sinais, historicamente subjugadas a um mero conjunto de mímicas e pantomimas, e não como verdadeiras línguas capazes de expressar sentimentos. Diante desses estereótipos, muitos linguistas esforçaram-se para provar que a ASL era uma língua natural, minimizando os aspectos relacionados à iconicidade. Ainda a respeito da iconicidade a autora destaca:

[...] os pesquisadores estão descobrindo (Haiman 1985a; Hinton, Nichols; Ohala, 1994) que a iconicidade é comum o suficiente para ser de grande interesse nas línguas faladas no mundo; se o som não fosse tão limitado no que pode representar iconicamente, elas teriam, sem dúvida, ainda mais iconicidade. As línguas de sinais realizadas no espaço com o corpo do sinalizador e percebidas visualmente, tem um potencial incrível para a expressão icônica de uma vasta gama de estruturas conceituais básicas (por exemplo, formas, movimentos, localizações, ações humanas), e esse potencial é totalmente realizado (TAUB, 2004, p. 3)<sup>117</sup>.

Ao fazer ponderações a respeito da iconicidade, Taub (2004) apresenta a pesquisa realizada por Pizzuto, Boyes-Bream e Voltera (1996), que buscaram verificar a capacidade de pessoas que desconheciam a língua de sinais italiana em “adivinhar” os significados de alguns sinais, ou seja, perceber a transparência a fim de medir a iconicidade de um sinal. Tal proposta partiu da seguinte premissa: se a iconicidade é a semelhança entre forma e significado, a

---

<sup>117</sup> “Even so, researchers are now finding (HAIMAN 1985a; HINTON; NICHOLS; OHALA, 1994) that iconicity is common enough to be of serious interest in the spoken languages of the world; if sound were not so limited in what it can iconically represent, they would no doubt have even more iconicity. Signed languages, created in space with the signer’s body and perceived visually, have incredible potential for iconic expression of a broad range of basic conceptual structures (e.g., shapes, movements, locations, human actions), and this potential is fully realized” (TAUB, 2004, p. 3).

“adivinhação” seria um bom caminho para melhor reconhecê-la. Entretanto, identificaram uma forte variação cultural nas respostas, pois alguns sinais foram mais transparentes para não sinalizantes não italianos; outros para surdos não italianos; bem como outros foram mais facilmente identificados por não sinalizantes italianos. Em outras palavras, algumas transparências apresentam um caráter mais universal, outras são ligadas às experiências dos surdos e algumas teriam uma ligação com a cultura italiana.

Os achados da pesquisa impulsionaram Taub (2004) a buscar uma definição de iconicidade que levasse em conta a cultura e a conceptualização. Assim, defende um modelo de iconicidade linguística que estabeleça relação entre nossos modelos mentais de imagem e os referentes, e não uma relação objetiva entre imagem e referente. Nas palavras da autora, “esses modelos são parcialmente motivados por nossas experiências corporificadas comuns a todos os humanos e parcialmente por nossas experiências em culturas e sociedades específicas”<sup>118</sup> (TAUB, 2004, p. 19-20). O termo motivado se refere aqui àquilo que tem um motivo, ou uma razão (em inglês *motive*), isto é, aquilo que está relacionado às razões externas à linguagem, mas que de certa forma influenciam a natureza dos itens linguísticos.

Taub (2004) aponta que a iconicidade é comum tanto em línguas orais quanto nas línguas de sinais, estando presente em todos os níveis da estrutura linguística, consistindo em um processo sofisticado no qual recursos fonéticos de uma determinada língua são construídos em um “análogo” de uma imagem associada a um determinado referente. A autora acrescenta:

Esse processo envolve uma quantidade substancial de trabalho conceitual, incluindo seleção de imagens, mapeamento conceitual e esquematização de itens para se adequar às restrições da linguagem. A iconicidade existe apenas por meio dos esforços mentais dos seres humanos; é dependente de nossas associações conceituais naturais e culturais (TAUB, 2004, p. 20)<sup>119</sup>.

Os itens linguísticos puramente icônicos, segundo Taub (2004), são aqueles que *assemelham* algum aspecto da forma física do referente concreto (forma, som, estrutura temporal etc.) a uma imagem sensorial concreta, ou seja, sua forma se assemelha ao seu significado), conforme a Figura 36. Essa “semelhança” só é possível a partir da presença de um observador que faz uma comparação, ou seja, ela não é um fato objetivo a respeito de duas entidades, mas um produto do nosso processamento cognitivo.

---

<sup>118</sup> “These models are partially motivated by our embodied experiences common to all humans and partially by our experiences in particular cultures and societies” (TAUB, 2004, p. 19-20).

<sup>119</sup> “This process involves a substantial amount of conceptual work, including image selection, conceptual mapping, and schematization of items to fit the constraints of the language. Iconicity exists only through the mental efforts of human beings; it is dependent on our natural and cultural conceptual associations” (TAUB, 2004, p. 20).

**Figura 36** - Sinal TREE na ASL

Fonte: Taub (2004, p. 20).

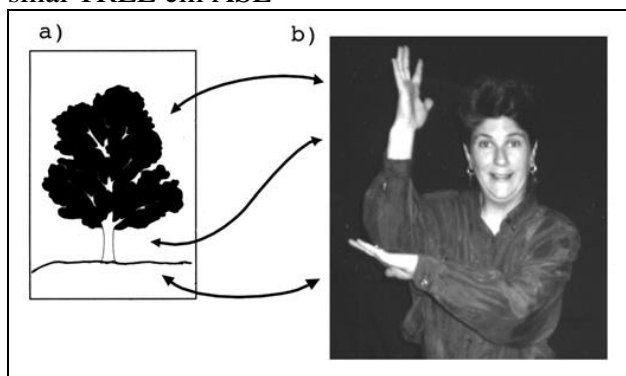
Ao buscarmos as similaridades entre duas entidades, segundo Wilcox (1998, *apud* TAUB, 2004), procuramos estabelecer correspondências que possam preservar a estrutura entre nossos modelos mentais das duas entidades. Todas as correspondências estabelecidas formam um conjunto denominado “mapeamento”. Nesses termos, a iconicidade linguística pode ser definida como “a existência de um mapeamento que preserva a estrutura entre os modelos mentais da forma e do significado linguístico”<sup>120</sup> (TAUB, 2004, p. 23).

Retornemos ao exemplo do sinal TREE, localizado no nível lexical. A Figura 37 representa uma típica árvore: está fixada em um solo, apresenta um tronco e galhos. O sinal na ASL (e na Libras) traz um análogo dos três elementos citados: antebraço da mão não dominante representa o solo, e a mão dominante representa o tronco e as ramificações dos galhos. Taub (2004) esclarece que esse processo de representação não é tão simples quanto parece, uma vez que não existe apenas esse tipo de árvore, mas essa parece ser aquela mais prototípica para os usuários de um determinado idioma. Esse tipo de iconicidade Taub (2004) chamou de *shape-for-shape iconicity*.

---

<sup>120</sup> “[...] the existence of a structure-preserving mapping between mental models of linguistic form and meaning” (TAUB, 2004, p. 23).

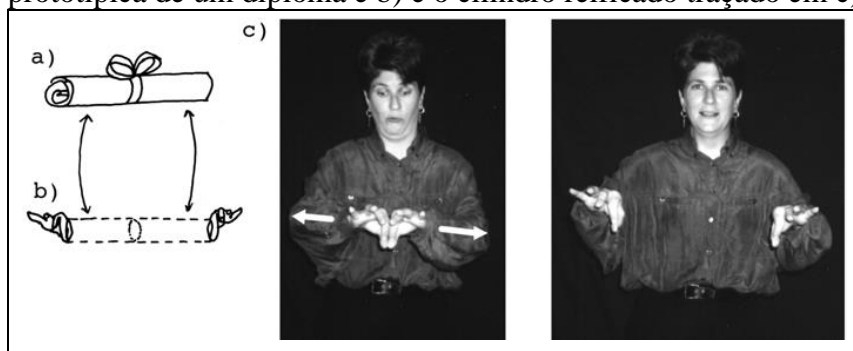
**Figura 37** - Correspondências estruturais que foram preservadas entre a) e a imagem b) e o sinal TREE em ASL



Fonte: Taub (2004, p. 29).

Ainda no nível lexical, Taub (2004) identificou outro tipo de iconicidade que denominou de *path-for-shape*, a qual diz respeito à relação entre a trajetória “criada” no espaço e o referente, por exemplo, o sinal de “DEGREE” – Figura 38 – na ASL. A autora ressalta que esse tipo de iconicidade está baseado em nossa capacidade de rastrear o caminho traçado no espaço e percebê-lo enquanto uma entidade única; para além disso, nenhuma outra característica de um diploma foi preservada, como laços, sendo a forma do sinal mais esquemática do que a imagem mental de um diploma tópico.

**Figura 38** - Correspondência estruturais que foram preservadas entre a) uma imagem prototípica de um diploma e b) e o cilindro reificado traçado em c) e DEGREE na ASL



Fonte: Taub (2004, p. 31).

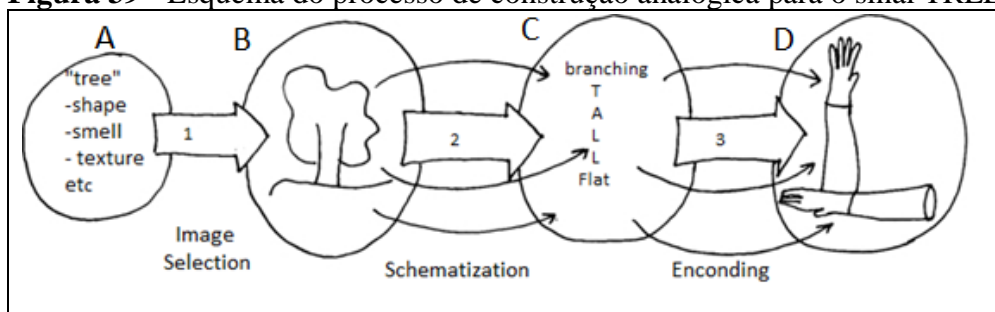
Resumidamente, o modelo proposto por Taub (2004) é composto basicamente por três etapas: seleção imagética, esquematização e codificação, as quais são explicadas separadamente – para fins de facilidade na exposição –, ou seja, não acontecem, necessariamente, de forma sequencial, pois os processos cognitivos de cada um são passíveis de ocorrer de forma simultânea.

O processo de construção analógica acontece quando se faz necessário representar um conceito linguisticamente. Esses conceitos contêm imagens de diversas modalidades sensoriais diferentes. Por exemplo, o conceito de “árvore” evoca imagens visuais, sensações táteis, imagens auditivas (aos ouvintes) e cheiros diferentes, bem como informações enciclopédicas, como o crescimento, corte e ciclo de vida das árvores. Assim, na primeira etapa do processo de construção analógica, o indivíduo metonimicamente seleciona uma imagem sensorial para representar o conceito de acordo com a modalidade da língua que deseja representar. No caso das línguas de sinais, Taub (2004) diz que pode ser uma imagem mental ou temporal. Essa etapa é denominada **seleção imagética**.

Selecionada uma imagem que, prototipicamente, represente, por semelhança, um conceito a ser nomeado, faz-se necessário representá-la usando recursos linguísticos manipuláveis pela língua, isto é, traços que se encaixem em uma categoria semântica, ou seja, a **esquematisação**. No caso do exemplo da árvore, a superfície plana, a altura e as ramificações foram os componentes selecionados.

Por fim, ocorre a **codificação**, em outras palavras, a seleção de parâmetros para representar cada parte esquematizada em uma forma linguística que preserve o formato físico da imagem original. O resultado desse processo é uma forma linguística icônica. A ilustração abaixo representa as três etapas envolvidas na criação de um item linguístico icônico, conforme o modelo e construção analógica proposto por Taub (2004):

**Figura 39** - Esquema do processo de construção analógica para o sinal TREE na ASL



Fonte: Taub (2004, p. 44).

Taub (2004) esclarece que o modelo apresentado não tem a pretensão de representar o que se passa na mente de um usuário quando ele exprime um item icônico, mas descrever os processos envolvidos na criação da iconicidade linguística que, como já foi comentado, podem ser aplicáveis a línguas faladas ou sinalizadas em qualquer nível da estrutura linguística, ou seja, um modelo de construção analógica da iconicidade linguística. Neste trabalho o foco será dado somente às línguas de sinais.

## 5.2 METÁFORAS E METONÍMIAS CONCEITUAIS E A FORMAÇÃO DE SINAIS

Em sua pesquisa a respeito da iconicidade linguística nas línguas de sinais, Taub (2004) acrescenta a iconicidade metafórica como outro mapeamento conceitual. Seu modelo de construção analógica é ampliado, constituindo um duplo mapeamento – *double mapping* – icônico e metafórico, ou seja, um mapeamento descrevendo domínios conceituais concretos para um domínio abstrato e um mapeamento icônico entre o referente e as formas linguísticas que o representam.

Para ilustrar, recortamos um exemplo apresentado pela autora: o sinal THINK-PENETRATE pode ser traduzido por “entender o ponto de vista de alguém”, ou “fazer alguém entender seu ponto de vista” – na ASL. Conforme visto na Figura 40, o sinal é formado por uma das mãos na cabeça (representando o pensamento) e logo em um movimento retilíneo vai em direção a outra mão, que forma uma barreira, que é ultrapassada, como quem atinge o objetivo proposto.

**Figura 40** - Sinal THINK-PENETRATE na ASL



Fonte: Taub (2004, p. 100).

O quadro abaixo lista os mapeamentos icônicos do sinal THINK-PENETRATE, ligando a forma linguística ao domínio conceitual:

**Quadro 5** - Mapeamento icônico e mapeamento metafórico

Mapeamento Icônico		Mapeamento Metafórico
Articuladores	Fonte	Alvo
I → Testa I → Toque na testa  I → Movimento em direção ao destinatário CM não dominante em B	Um objeto cabeça Objeto localizado na cabeça  Enviando um objeto para alguém Barreira para o objeto	Uma ideia Mente, local do pensamento Ideia compreendida pelo sinalizador Comunicando uma ideia para alguém Dificuldade para comunicação

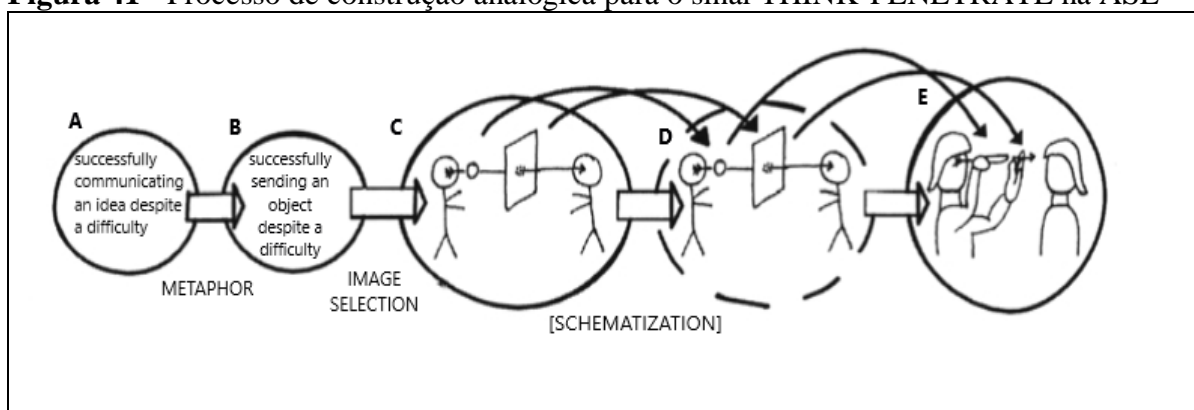


I → Inserido entre os dedos de B	Penetração na barreira	Sucesso na comunicação, mesmo com dificuldade
Local do sinalizador Local do receptor	Sinalizador Receptor	Autor da ideia Receptor da ideia

Fonte: adaptado de Taub (2004, p. 103 – tradução nossa).

Assim, a partir desse e de outros exemplos, Taub (2004) amplia o seu modelo de construção analógica da iconicidade, abrigando, também a iconicidade metafórica, a qual estabelece relações de semelhança entre um domínio fonte concreto e um domínio alvo abstrato, representado de forma esquemática na imagem abaixo:

**Figura 41** - Processo de construção analógica para o sinal THINK-PENETRATE na ASL



Fonte: Taub (2004, p. 111).

Diferentemente da metáfora, a metonímia, prototipicamente, ocorre em um mesmo domínio. Ainda segundo os autores: “Assim, como as metáforas, os conceitos metonímicos estruturam não apenas nossa linguagem, mas nossos pensamentos, atitudes e ações. E, como os conceitos metafóricos, os conceitos metonímicos são baseados em nossa experiência<sup>121</sup>” (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p. 39).

Wilcox, Wilcox e Jarque (2003) afirmam que metonímias lexicais simples são comuns nas línguas de sinais e, muitas vezes, são baseadas em respostas fisiológicas ou comportamentais a estímulos externos ou internos. Como exemplo, citam os sinais BIRD, HORSE e COW, que representam propriedades físicas prototípicas desses animais: o bico, as orelhas e os chifres, respectivamente.

Em suas investigações sobre o léxico da ASL e da LSC – Língua de Sinais Catalã – Wilcox, Wilcox e Jarque (2003) identificaram metonímias que representam AÇÃO POR

<sup>121</sup> “Thus, like metaphors, metonymic concepts structure not just our language but our thoughts, attitudes, and actions. And, like metaphoric concepts, metonymic concepts are grounded in our experience” (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p. 39).

INSTRUMENTO, segundo o qual as mãos interagem com um instrumento, representando o instrumento da ação, por exemplo, o sinal de GUITAR. Outro tipo de metonímia encontrada foi denominado AÇÃO PROTOTÍPICA PELA ATIVIDADE, na qual o sinal é realizado representando alguma ação prototípica realizada por um objeto, podendo expressar metonimicamente a atividade geral. Para exemplificar, os autores citam os sinais relacionados aos esportes como TÊNIS (as mãos representam os movimentos de agarrar e balançar a raquete), GOLF (agarrar e balançar o taco de golfe) e VOLEIBOL (mãos batendo para cima retornando um saque de vôlei).

Por fim, Wilcox, Wilcox e Jarque (2003) tratam de outro processo metonímico: CARACTERÍSTICA FÍSICA PELA PESSOA. Aqui, reconhecem que os sinais de nome são formados a partir da seleção de traços salientes de uma pessoa. Segundo os autores, os sinais de nome funcionam como nomes próprios, uma vez que se referem a uma pessoa em particular. Esclarecem ainda que os sinais de nome podem ser formados a partir de metonímias que elegem um (ou mais) traço característico da pessoa – o que Supalla (1992) denominou de sinais descritivos ou a partir de metonímias ortográficas – para Supalla (1992), sinais arbitrários ou até mesmo da combinação de ambos. Para exemplificar, apresentam o sinal de CHARLIE-CHAPLIN, o qual é representado iconicamente/metaforicamente pelo bigode e pelo movimento da bengala, característico do personagem, conforme Figura 42:

**Figura 42 - Sinal CHARLES CHAPLIN na Libras**



Fonte: Dicionário Onomástico Ines<sup>122</sup>.

Os autores acrescentam que o sinal realizado para Charles Chaplin pode também significar “pessoa que se move rápido”, o que pode ser compreendido como uma extensão de uma primeira metonímia para uma metonímia mais abstrata CARACTERÍSTICA DE PESSOA PARA QUALIDADE EM GERAL.

<sup>122</sup> Disponível em: <http://www.manuario.com.br/dicionario-onomastico.html>. Acesso em: 04 nov. 2022.

Cientes do papel da iconicidade e das possibilidades de mapeamentos metonímicos e metafóricos nas línguas de sinais, conforme exposto nesta seção, apresentaremos, na sequência, hipóteses sobre a formação e caracterização dos sinais de nome de pessoas em Libras.

### 5.3 ICONICIDADE, METONÍMIA E METÁFORA NA FORMAÇÃO DOS SINAIS DE NOME – HIPÓTESES

Conforme visto até o momento, “a motivação icônica é uma ferramenta poderosa para estudar o léxico de uma língua” (ABREU, 2010, p. 93). Os nomes próprios e, neste caso, os sinais de nome não ficam fora dessa discussão. Sjöblom (2006) afirma que, da mesma forma que os nomes comuns, os nomes próprios são vistos como unidades simbólicas que consistem em forma e significado, cuja convencionalidade é fortalecida pelo uso. O significado do nome, segundo a autora, pode ser descrito em relação a diferentes domínios, por exemplo, algo relacionado à aparência, ao temperamento, à maneira de falar, dentre outros.

Sjöblom (2006) aponta que os nomes próprios podem ser vistos do ponto de vista do falante e do ponto de vista do nomeador. No caso do primeiro ponto de vista, todo nome próprio que o falante conhece “é uma unidade simbólica convencionalizada que de uma forma particular identifica a unidade a partir da rede de significados” (SJÖBLOM, 2006).

Do ponto de vista do nomeador, do mesmo modo que outras expressões da linguagem, um novo nome é formado com base em **unidades simbólicas existentes** e **modelos estabelecidos**. Sjöblom (2006) esclarece ainda que, ao nomear, o doador pode, em vez de recorrer a unidades simbólicas já existentes, formar uma nova expressão de acordo com domínios cognitivos escolhidos, subjetivamente, pelo nomeador. Essa é a situação que ocorre na criação dos sinais de nome. A partir da necessidade de individualizar o referente, um sinal de nome é criado com base em alguma particularidade saliente escolhida, de forma subjetiva, pelo nomeador. Em outras palavras, um nomeador não recorre a nomes que estão presentes nas sociedades, como no caso de Maria, João ou Valentina, mas a partir da seleção de uma particularidade saliente para este nomeador formar novas unidades simbólicas.

Em se tratando dos modelos estabelecidos, Sjöblom (2006) assegura que nem sempre o nomeador tem ciência de que está criando um nome próprio. Nesse sentido, o falante usa modelos conhecidos e estabelecidos de nomes próprios. Quando um falante forma um nome próprio, ele está categorizando a unidade nomeada como membro de uma determinada categoria usando como modelo outros membros da mesma categoria. Por exemplo, quando o

nomeador forma um nome feminino, ele usa como modelo outros nomes femininos conhecidos. Essa questão também é vista nos sinais de nome.

Quando um falante, que geralmente é um surdo, atribui um sinal de nome a outra pessoa, ele o faz (mesmo que inconsciente) com base em outros sinais de nome que são de seu conhecimento. O que será exposto no decorrer das análises é que, de acordo com a amostra coletada, os sinais de nome seguem, prototipicamente, um modelo metonímico com certos graus de iconicidade.

Defendemos que os sinais de nome possuem um certo grau de iconicidade, levando em conta as conceptualizações propostas por Wilcox (2004) e Taub (2004), apresentadas anteriormente. Como qualquer outra unidade, um sinal de nome possui um polo semântico e um polo fonológico. Dessa forma, se ambos os polos residirem na mesma região do espaço conceptual, a iconicidade é acentuada. Em termos de mapeamento, como propõe Taub (2004), os sinais de nome são formados, prototipicamente, a partir de mapeamentos metonímicos, em que uma(s) parte(s) saliente(s) do referente é utilizada para se referir ao todo.

Wilcox, Wilcox e Jarque (2003) afirmam que metonímias lexicais simples, nas quais uma característica física é usada para representar a entidade inteira, são comuns nas línguas de sinais e, muitas vezes, são baseadas em respostas fisiológicas ou comportamentais a estímulos externos ou internos. Como exemplo já citado, os sinais para BIRD, HORSE e COW, que representam propriedades físicas prototípicas desses animais: o bico, as orelhas e os chifres, respectivamente. Se aplicarmos esses sinais ao modelo proposto por Taub (2004), na etapa de seleção de imagens, o falante, mesmo diante de várias imagens sensoriais e informações enciclopédicas, selecionou uma parte física (bico, orelha e chifre) para representar todas as categorias. Partindo dessa proposta, acreditamos que existe uma diferença fundamental na hora da seleção imagética, a qual pode refletir uma diferença entre nomes comuns e nomes próprios na Libras. Enquanto os sinais nominiais (que não são nomes próprios) selecionam uma imagem mais prototípica do referente, com o objetivo de nomear uma categoria, os sinais de nome selecionam algo que seja individualizador com relação ao nomeado, procurando singularizá-lo.

Neste momento, cabe trazer uma breve consideração a respeito da diferença entre nomes comuns e nomes próprios, a qual já foi amplamente debatida por diversas correntes filosóficas (TUNHAS, 2001). Quine, na década de 1960, por exemplo, propôs que uma língua ideal não teria nenhum termo singular definido (SEIDE, 2021). Contudo, conforme descrito por Tunhas (2001), Strawson rebateu Quine, ao afirmar que o filósofo

oscila entre duas teses uma tese forte e uma tese fraca: a tese forte afirma que os termos são supérfluos, isto é, inexistentes, a tese fraca afirma que eles podem ser dispensados por paráfrase. Apenas a tese forte concebe a efetiva possibilidade de uma linguagem sem termos singulares, a tese fraca limita-se a propor uma linguagem em que os termos singulares existem, mas onde podem ser sistematicamente parafraseados de forma a serem artificialmente substituídos por frases que não os contém. E certamente a tese forte não é derivável da tese fraca a compreensão da paráfrase exige a suposição dos próprios termos singulares que são parafraseados (TUNHAS, 2001, p. 336).

Além do caráter necessário dos termos singulares, Tunhas (2011, p. 333) apresenta a diferença característica entre os termos singulares e os termos gerais defendida por Strawson:

[...] o termo singular é utilizado com propósito de identificar o objeto, de fazer com que aquele que nos ouve (ou, mais geralmente, a audiência) saiba de qual dos objectos ou de qual objecto se trata; enquanto o termo geral não é assim utilizado. Basta que o termo geral se aplique de fato ao objecto; não é necessário que igualmente o identifique. [...] Esta tarefa de identificação é a tarefa característica dos termos singulares definidos (STRAWSON, 1971, p. 59 *apud* TUNHAS, 2001).

Para exemplificar, tomemos as seguintes sentenças: “por favor, chame a professora Gabriele” e “por favor, chame a professora de Libras”. Podemos observar que, enquanto a primeira sentença identifica um aspecto particular do referente (ou das coisas do mundo), a segunda categoriza a partir de aspectos universais. Em outras palavras, um nome próprio pode ser substituído por uma paráfrase. Esta constatação levou Strawson a concluir que “o significado dos nomes próprios equivale ao conjunto de descrições definidas que a ele pode ser associado ou atribuído (SEIDE, 2021)<sup>123</sup>. Cabe ressaltar que, para que haja uma unidade de sentido entre os falantes, faz-se necessário que a descrição utilizada seja compreendida comumente pelos falantes envolvidos no contexto de enunciação (SEIDE, 2021). Na Libras, as duas sentenças podem ser aplicadas e, nesse sentido, podemos verificar o caráter de nome próprio do sinal de nome.

Assim, na etapa da seleção imagética na construção de um sinal de nome, com o objetivo de individualizar um único referente no mundo, pode ocorrer a seleção de traço(s) físico(s) saliente(s), eventos marcantes e/ou seleção de informações enciclopédicas relativas ao referente. Nos dados analisados, conforme demonstraremos nesta tese, identificamos que as características físicas são aquelas mais prototípicas no processo de seleção de um traço que individualize o referente, provavelmente por serem marcas individualizadoras, compondo um

---

<sup>123</sup> Seide (2021) esclarece que esta proposta de Strawson faz parte da Teoria Descritivista dos nomes próprios.

variado espectro de possibilidades de diferenciação dos sujeitos entre seus pares. Outro ponto diz respeito à própria modalidade da língua e às experiências visuais experimentadas pelos surdos, principais agentes no processo de nomeação.

Do ponto de vista morfológico, queremos trazer outra discussão a respeito da iconicidade. Taub (2004), em sua proposta de construção analógica da iconicidade, não considera em suas análises as configurações de mão que representam as letras das línguas orais. Por estar focada na iconicidade de sinais que fazem parte do léxico comum, explorou mais as configurações de mão que não remetem às letras da língua oral nem as formas classificadoras. No entanto, no caso dos sinais que representam uma determinada pessoa, conforme veremos nas análises, o uso de configurações de mão que remetem ao nome na língua oral é bastante recorrente.

Nesse sentido, propomos nesta tese que o nomeador pode também (ou apenas) selecionar, neste momento, uma parte do prenome, sobrenome ou apelido do nomeado<sup>124</sup>, uma vez que esse nome faz parte da própria identidade do portador e, por ser um nome em outra língua, pode fazer parte do conhecimento enciclopédico acerca do referente. Nesse sentido, as noções semânticas e fonológicas residiriam no mesmo espaço conceptual revelando certo grau de iconicidade, conforme a proposta apresentada por Wilcox (2004).

Outro ponto a ser destacado é que a escolha (ou não) de uma configuração de mão que representa alguma marca do nome na língua oral do nomeado pode ser explicada pela conceptualização a respeito do sinal de nome por parte do nomeador, uma vez que “as estruturas de conhecimento armazenadas na memória permanente têm papel decisivo na construção do significado” (FERRARI, 2020, p. 49). Essa questão está baseada em modelos cognitivos individuais dos falantes. Se o nomeador conceptualiza o sinal de nome em uma mesma base conceptual do nome na língua oral, identificando (mesmo que inconsciente) que as funções básicas do nome e do sinal de nome são as mesmas, ele pode (ou não) privilegiar uma marca linguística na língua de sinais que retrate o nome na língua oral. O que queremos propor aqui, é a existência de um modelo cognitivo idealizado metonímico ou metafórico, que, no momento

---

<sup>124</sup> Faria-Nascimento (2009), ao tratar dos casos de empréstimos linguísticos, ressalta a resistência por parte de alguns membros da comunidade surda aos empréstimos, como forma de proteger a língua e a cultura da comunidade surda enquanto comunidade linguística minoritária. Os pesquisadores Castro, Valsechi e Freitas (2016) discutiram os empréstimos linguísticos e, embora “ainda há equívocos relativamente ingênuos, como propostas de banimento de configurações de mãos referentes às letras no léxico das línguas de sinais” (CASTRO; VALSECHI; FREITAS, 2016, p. 76), concluíram que a dinâmica das línguas em contato os “empréstimos lexicais de letras nos sinais podem contribuir para o aprofundamento da construção do conhecimento surdo” (CASTRO; VALSECHI; FREITAS, 2016, p. 76). Feito este registro, informamos que, nesta parte do trabalho, não trataremos de questões ideológica, por entendermos que, do ponto de vista cognitivo, o nome na Língua Portuguesa faz parte da identidade do sujeito nomeado e pode ser associado ao sinal de nome.

da construção de um sinal de nome, pode acionar vários *frames*, dentre eles alguma parte do nome, sobrenome ou apelido do nomeado.

Baseado nos estudos ancorados na LC e nas pesquisas já realizadas sobre o nome em Libras foi possível elaborar as seguintes hipóteses sobre os sinais de nome de pessoa:

- 1) Sinais de nome de pessoas, como expressões linguísticas na Libras, possuem graus de iconicidade e são formados, prototipicamente, por metonímias, que, conforme Wilcox, Wilcox e Jarque (2003), são baseadas em respostas fisiológicas ou comportamentais a estímulos externos ou internos;
- 2) Sinais de nomes também podem ser formados por metáforas, as quais envolvem um duplo mapeamento, conforme Taub (2004).
- 3) Os sinais de nome de pessoas são transparentes em sua origem, mas suscetíveis ao processo de opacidade ao longo do tempo e, embora sejam usados principalmente para a individualização, são passíveis de análise na compreensão da forma de significação, contribuindo para a compreensão do seu sistema onomástico.

## 6 DESENHO METODOLÓGICO

Este capítulo é dedicado à apresentação dos procedimentos metodológicos adotados nesta tese, os quais contribuíram para a análise dos sinais de nome à luz da Linguística Cognitiva em diálogo com os Estudos Onomásticos.

A Onomástica configura-se como uma disciplina inter e multidisciplinar. Nessa direção, vários são os procedimentos adotados para coletar e analisar os nomes próprios. Seide (2013) afirma que, ao se estudar os antropônimos, é preciso considerar o processo enunciativo que culminou na nomeação do sujeito, sob a ótica do designador. Este trabalho converge com a autora no sentido de considerar o processo enunciativo, entretanto, o sujeito pesquisado é aquele que foi nomeado, o qual conhece as circunstâncias do processo de nomeação e a motivação eleita para gerar seu sinal de nome.

### 6.1 A NATUREZA DA PESQUISA

Esta tese tem como objetivo principal identificar as características sócio-onomástica referentes à atribuição de sinais de nome na comunidade surda usuária da Libras, bem como estudar como as metonímias/metáforas conceptuais estruturam o processo de nomeação nesta língua. Nesse sentido, estamos diante de uma pesquisa descritiva, a qual, segundo Gil (2002, p.42) “tem como objetivo primordial a descrição das características de uma determinada população ou fenômeno”.

O método adotado nesta tese é qualitativo, com aporte do método quantitativo (RICHARDSON *et al.*, 2008), ou seja, para alcançar o objetivo proposto, o planejamento da pesquisa, a elaboração do instrumento de coleta de dados e a coleta de dados em si seguem procedimentos qualitativos, contudo, nas análises, quando necessário, utilizamos técnicas estatísticas.

### 6.2 COLETA E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

Kövecses (2005, p. 32 – tradução nossa) pondera que aqueles “interessados em padrões e regularidades de pensamento normalmente usam dados elicitados, enquanto os pesquisadores que se concentram na descrição detalhada da linguagem normalmente usam dados que ocorrem



naturalmente, como encontrados em grandes corpora”<sup>125</sup>. Nesse sentido, buscando padrões e regularidades, recorreremos à aplicação de um questionário para formar uma amostra a ser analisada.

A constituição da amostra começou a ser realizada no ano de 2018, a partir do Projeto de Pesquisa denominado Estudos Onomásticos na Língua Brasileira de Sinais<sup>126</sup>, devidamente registrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, instituição na qual a autora desta tese atua como docente. Na ocasião, o projeto foi submetido e aprovado<sup>127</sup> pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da referida universidade.

O instrumento de coleta foi um questionário fechado disponível de forma *on-line*<sup>128</sup>, o qual foi amplamente divulgado em diversos grupos de *WhatsApp* destinados a troca de informações a respeito da Libras, bem como por meio de *e-mails* e mensagens individuais enviadas às pessoas que atuam na área da educação de surdos, as quais são conhecidas pela autora, em virtude de sua longa trajetória na comunidade surda. Inicialmente, pretendíamos coletar sinais de nome de indivíduos surdos e ouvintes, contudo, duas dificuldades foram evidenciadas. A primeira diz respeito ao número reduzido de surdos que se dispuseram a participar, o que não geraria uma amostra simétrica entre surdos e ouvintes. A outra questão atrela-se à coleta dos dados em si. Cientes da necessidade de aplicar o questionário por meio da Libras, primeira língua da maioria dos surdos, realizamos algumas entrevistas gravadas, as quais geraram vídeos muito extensos. Como esta tese está escrita em Língua Portuguesa, tais vídeos precisariam ser transcritos para esta língua, o que demandaria um tempo incompatível com o estipulado para a finalização de todo o processo de doutoramento. Em virtude destas dificuldades, optamos pela realização da pesquisa somente com as pessoas ouvintes.

Nossa longa interação com a comunidade surda e pesquisas como a de Barros (2018) nos levam ao entendimento de que os dados analisados contemplam aspectos sócio-antroponomásticos da Libras, portanto as motivações selecionadas para a atribuição de um sinal de nome destacados nesta tese são as mesmas tanto para surdos quanto para ouvintes. Nesse sentido, acreditamos que, para os fins desta pesquisa, a opção por analisar apenas sinais atribuídos a ouvintes permitiu que considerações a respeito da forma de nomear na Libras fossem tecidas.

---

<sup>125</sup> “[...] interested in patterns and regularities of thought typically use elicited data, whereas researchers who focus on detailed language description typically use naturally occurring data, as found in large corpora” (KÖVECSES, 2005, p. 32).

<sup>126</sup> Este projeto visou formar um banco de dados de sinais de nomes. Os dados coletados foram utilizados nesta tese e em outros trabalhos publicados pela autora.

<sup>127</sup> Número do CAAE: 87583018.4.0000.8030. Número do parecer: 2.700.899.

<sup>128</sup> Disponível em: <https://forms.gle/NLHVNuS9G1nHGwgH8>.

O questionário aplicado é composto por oito perguntas, dentre as quais sete são respondidas em Língua Portuguesa e uma que precisa ser respondida e enviada na forma de vídeo. As três primeiras perguntas são destinadas à identificação pessoal (se o informante é surdo ou ouvinte, idade, gênero e estado em que reside). Para que possamos compreender especificamente o processo de nomeação na Libras, as seguintes perguntas foram realizadas: i) *Você certamente tem um sinal em Libras. Por que seu sinal é realizado dessa forma?*, ii) *Quem te deu esse sinal? Em que época/contexto?* e iii) *Quais seus sentimentos em relação ao seu sinal? Você gosta dele? Por quê?*<sup>129</sup> A última questão é a seguinte: *Como você se apresenta em Libras? Essa resposta PRECISA SER EM Libras*<sup>130</sup>.

O referido questionário começou a ser aplicado em 20/07/2018 e, até a data de 20/04/2022, contava com 476 respostas, dentre as quais, a primeira foi considerada um teste, 20 respostas foram feitas por pessoas surdas e 63 não apresentaram o vídeo solicitado na última pergunta. Todas essas respostas foram desconsideradas e, para o propósito desta tese, 393 respostas foram consideradas. Quanto aos vídeos que não foram enviados, tentativas de solicitá-los, via *e-mail*, foram feitas, contudo, com pouco êxito. Nossa hipótese para esta questão diz respeito a possíveis constrangimentos que os informantes possam ter com relação à divulgação de sua imagem, mesmo que, no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) conste que a identidade será mantida em sigilo e que nenhuma imagem será divulgada.

Os dados coletados foram armazenados no *drive* pessoal da pesquisadora e organizados em cinco grandes pastas, nomeadas como Sul, Sudeste, Nordeste, Norte e Centro-Oeste<sup>131</sup>. Em cada uma destas pastas, outras subpastas foram criadas para cada informante: Informante 1, Informante 2, Informante 3 e assim por diante, seguindo a ordem de chegada das respostas. Nestas pastas, encontram-se um arquivo, em *Word*, referente as respostas que foram enviadas de forma escrita, o vídeo enviado e uma imagem que foi extraída do vídeo por meio do software ELAN<sup>132</sup> (*EUDICO Language Annotator*), uma ferramenta para transcrição de vídeos, com distribuição gratuita na *internet*, que vem sendo utilizado em muitas pesquisas envolvendo as línguas de sinais nas últimas décadas.

---

<sup>129</sup> Nesta tese, não abordamos a questão dos sentimentos com relação aos sinais de nome, contudo, em alguns momentos, encontramos nestas respostas elementos adicionais que complementavam as respostas anteriores. Tais elementos foram utilizados durante a análise dos dados.

<sup>130</sup> Em virtude da dificuldade de filmar e anexar o vídeo no formulário, foi informado aos participantes que o vídeo poderia ser enviado para o *WhatsApp* da pesquisadora.

<sup>131</sup> A separação por regiões foi feita para facilitar a organização dos dados, visando futuras pesquisas. Contudo, nesta tese, não serão feitas comparações entre essas regiões.

<sup>132</sup> O programa possibilita salvar um *frame* atual como imagem.

Para que pudéssemos tecer considerações a respeito das questões sócio-anthropomásticas dos sinais de nome na Libras, organizamos um quadro, em *Word*, para cada região, constando o número atribuído ao informante, prenome, ano da nomeação<sup>133</sup>, o local, o nomeador e as possíveis observações a serem consideradas (como o caso dos sinais que foram alterados durante a vida do informante) conforme o exemplo no Quadro 6. Inserimos todas as informações em tabelas e, depois, computamos os dados, para que, ao final, chegássemos ao número total de cada dado analisado.

**Quadro 6** - Exemplo de quadro utilizado para as considerações sócio-anthropomásticas

Região Norte <sup>134</sup> :						
N.º	Prenome	Ano/período	Local	Nomeador	Motivação	Obs.

Fonte: Organizado pela autora

Para realizar a segunda parte da análise, voltada aos processos cognitivos subjacentes à formação dos sinais de nome, no primeiro momento, organizamos um quadro, em *Word*, para cada região, sem categorias prévias estabelecidas, conforme demonstrado no Quadro 7. Observamos que, durante esta primeira análise, dez respostas foram vagas no que se refere à motivação do sinal de nome e, dessa forma, nesta parte da análise, esses dados precisaram ser desconsiderados<sup>135</sup>. Assim, identificados os processos, passamos a computar o número de ocorrência envolvidos em cada um dos casos.

**Quadro 7** - Exemplo de quadro utilizado para as considerações a respeito dos processos de formação de um sinal de nome

Região Norte:				
N.º	Prenome	Sinal (imagem)	Processos	Observações

Fonte: Organizado pela autora

<sup>133</sup> Estamos cientes de que a questão “*Quem te deu esse sinal? Em que época/contexto*” não deixou clara a indagação do ano da nomeação, contudo, alguns respondentes apresentaram esta informação.

<sup>134</sup> Embora optemos pela divisão dos dados a partir da região em que os informantes residem, nesta tese, esta questão não foi analisada, exceto para identificar os informantes. Essa organização será aproveitada em trabalhos posteriores.

<sup>135</sup> A maioria das respostas desconsideradas nesta etapa apresentavam motivos genéricos, como “uma característica minha”, “o que chamou a atenção do surdo” etc., bem como aquelas em que o informante não tinha certeza da motivação.

Na versão final da tese, visando garantir o anonimato dos informantes, todas as imagens pessoais utilizadas no sétimo capítulo foram refeitas. Para tal, seguimos os *frames* capturados durante as análises e tiramos outra foto, tendo a autora da tese como “modelo”. Nesse sentido, cabe ressaltar que, como estamos diante de um *frame* do vídeo, os movimentos dos sinais não estão expressos por meio das imagens.

No que cabe às respostas analisadas, ainda com o intuito da garantia pelo anonimato dos informantes, utilizamos o seguinte código: INI - R/G, em que I significa informante, NI é o número de identificação que o informante recebeu na organização dos dados coletados, R é a região do país (S – Sul, N – Norte, SE – Sudeste, CO – Centro Oeste e NE – Nordeste) em que o informante recebeu o seu sinal de nome e G diz respeito ao gênero (masculino, feminino ou outro). Por fim, quando em alguma resposta aparecer um prenome que identifique o informante, utilizaremos os termos *Fulano* e *Beltrano* e, quando aparecer um prenome seguido de sobrenome, usaremos a expressão *Fulano de tal*.

## 7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este capítulo está voltado para a análise e para a discussão dos dados coletados. Na primeira seção, abordamos os aspectos sócio-antroponomásticos dos sinais de nome, a partir das pesquisas já citadas, comparando-as com os dados gerados, a fim de contextualizar e aprofundar as análises propostas. A Sócio-Onomástica, subdisciplina da Onomástica, analisa a forma como os nomes são usados, bem como o papel dos nomes na construção de identidades (sociais) (AINIALA; ÖSTAMN, 2017), nesse sentido, contemplaremos a forma como os ouvintes conceptualizam um sinal de nome, o momento da nomeação, o local da atribuição de um sinal, quem tem o poder de nomear, bem como as possíveis alterações de um sinal de nome no decorrer da vida do portador. A segunda parte da análise destina-se à descrição dos processos de formação de um sinal de nome.

### 7.1 NOMEAR É BATIZAR

Nas comunidades gregas, segundo Kourbetis e Hoffmeister (2002), a atribuição de um nome para uma criança só ocorre após a cerimônia batismal, ou seja, entre os 9 e 18 meses após o nascimento, nestes contextos é bem provável que o domínio batismo evoque o *frame* nome, uma vez que batizar e nomear são eventos que ocorrem dentro de uma mesma experiência sociocultural. Na Língua Espanhola, em todas as suas variantes regionais, por sua vez, é possível encontrar a mesma conceptualização metafórica nomear é batizar, pois o nome utilizado para designar uma pessoa é denominado *nombre de pila*, em que *pila* (pia batismal), corresponde a um *frame* dentro do domínio batismo.

Em outras sociedades, como no caso do Brasil, a relação batismo x nomeação pode ocorrer de forma metafórica no sentido de “nomear é batizar”. Segundo o Dicionário eletrônico Houaiss 3.0, etimologicamente, batismo vem do latim “*baptismus*, i”, significando imersão, batismo (sacramento), adaptado do grego *baptismós*, ‘imersão’, o que não implica a nomeação de uma pessoa. Entretanto, a metáfora é cognitivamente estabelecida, sem prejuízos a compreensão, pois ações estruturadas dentro do domínio fonte “batizar” podem ser relacionadas ao domínio alvo “nomear”, pois são ancoradas nas experiências dos falantes.

O batismo é uma prática muito comum nas igrejas cristãs, o qual possibilita a filiação dos indivíduos às comunidades de fé. O domínio “batismo” pode compreender experiências ligadas a outros modelos cognitivos, tais como o da “igreja” (onde se batiza), o do “líder

religioso” (quem batiza), “pertencimento” (sair da condição de externo a uma religião), “identidade” (poder afirmar sua religião), dentre outros culturalmente contextualizados.

Nomear é individualizar, é, simbolicamente, fazer alguém existir para aquela comunidade, é singularizar no mundo da linguagem. O domínio “nome”, de forma semelhante, compreende outros modelos, por exemplo: “nomeador” (quem nomeia), “pertencimento” (família), “identidade” (forma de ser conhecido socialmente), “motivação” (escolha do nome), dentre outros.

A conceptualização do processo de nomeação enquanto um batismo também ocorre em outras línguas de sinais. Delaporte (1998) relata que adultos surdos franceses, filhos de pais ouvintes, em determinado momento eram levadas a internatos especializados e, rapidamente, recebem um sinal de nome de seus colegas. Na sequência, o pesquisador acrescenta: “muitos adultos têm uma lembrança maravilhosa desse primeiro encontro com outras pessoas surdas e do **batismo**, que foi para eles o primeiro passo para a conquista de uma identidade” (DELAPORTE, 1998, p. 31, grifo nosso). O excerto apresentado possibilita que compreendamos que, mesmo sendo surdos (possivelmente desde criança) a construção de uma identidade surda passou pela nomeação na língua de sinais. Nesse contexto, é possível observar que receber um novo nome, ou ser batizado em uma língua de sinais, é sair de uma condição de externo (*outsider*) a integrante (*insider/estabelecido*)<sup>136</sup> de uma comunidade surda, ou seja, está diretamente ligado à identidade do sujeito dentro daquela comunidade.

A relação entre nomeação e reconhecimento em uma determinada comunidade já foi identificada em outras culturas. Ainiala, Saarelma e Sjöblom (2016) concordam que nomes pessoais, além de identificar uma pessoa, as tornam membros de um determinado grupo social (ALFORD, 1998, *apud* AILNALA, SAALREMA; SJÖBLOM, 2016). Uma vez que o material não apresenta exemplos específicos, recorreremos aos estudos de Amaral e Seide (2020) no tocante à nomeação de pessoas em contextos migratórios e de populações minoritárias. Os autores, logo de início, destacam a ambivalência vivenciada pelos estrangeiros, pois, de certo modo, seu país de origem espera que eles promovam a manutenção das suas língua e cultura, apesar da adoção da língua e cultura do país ao qual se mudam. Segundo os onomasticistas brasileiros, certamente, esses contatos linguísticos e culturais influenciam na escolha dos

---

<sup>136</sup> Estabelecidos e *outsider* são categorias definidas por Elias e Scotson (2000 [1994]). Segundo a edição brasileira, “as categorias estabelecidas e outsiders se definem na relação que as nega e que as constitui como identidades sociais. Os indivíduos que fazem parte de ambas estão, ao mesmo tempo, separados e unidos por um laço tenso e desigual de interdependências” (ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 8).

nomes, e as características na grafia e na morfologia dos sobrenomes sinalizam mudanças de identidade.

O primeiro exemplo apresentado diz respeito à pesquisa realizada por Nabão (2007 *apud* AMARAL; SEIDE, 2020), a qual entrevistou 35 pessoas da comunidade nipo-brasileira residente no município de Terra Roxa, localizado na região oeste do estado do Paraná. Pelo presente trabalho, foi possível correlacionar tanto a escolha quanto o uso dos antropônimos – nomes civis e apelidos – dos imigrantes japoneses e de seus descendentes com o processo de adaptação cultural/linguística ao Brasil. Por meio dos dados coletados, foi possível constatar: a) nomes brasileiros foram incorporados aos filhos dos japoneses – “como uma estratégia utilizada pela comunidade nipo-brasileira, tendo em vista uma melhor adaptação ao país receptor” (AMARAL; SEIDE, 2020, p. 216); b) novos nomes atribuídos após a conversão e batismo no catolicismo – tais nomes foram atribuídos por padres ou madrinha/padrinho no momento do rito batismal; c) criação de pseudônimo, ou um nome brasileiro, o qual poderia cair em desuso, mostrando a transitoriedade do pseudônimo. Os achados permitiram inferir que casamentos mistos a partir da geração sansei podem contribuir para as adaptações e mudanças na forma de atribuir os nomes na comunidade nipônica-brasileira.

Amaral e Seide (2020) discorrem, por meio de uma pesquisa realizada por Seide (2017), a respeito das práticas de nomeação de imigrantes lituanos considerados como um grupo minoritário. Seide (2017), por meio de um grupo fechado do *Facebook*, denominado “Sou brasileiro e descendente de lituano”, analisou 55 nomes dos membros que “curtiram” uma mensagem específica postada no grupo. O objetivo da pesquisa era investigar se, na escolha dos nomes, houve alguma adaptação linguística e cultural ao país receptor. A análise baseou-se em dados históricos a respeito da imigração de lituanos, em informações gramaticais a respeito de nomes e práticas de nomeação lituanas, bem como em outras informações extraídas da observação da própria autora como participante do grupo no período de dezembro de 2016 a março de 2017. Após as análises, foi possível identificar que tanto prenomes quanto sobrenomes foram adaptados às necessidades de uso no Brasil, assim como manutenções ou inserções de marcas que indiquem a língua lituana, assinalando um movimento de resgate ao lituano. Nas palavras da autora, tais atitudes “[...] evidenciam a importância que os nomes têm como promotores de relações identitárias e repositório da memória, da cultura e dos valores de uma sociedade” (SEIDE, 2017, p. 78).

Com relação aos sinais de nome na Língua de Sinais Sueca, as pesquisas de Börstell (2017) também apontam na direção dos sinais de nome como a porta de entrada para uma comunidade surda, pois, segundo o autor, os sinais de nome “[...] geralmente são um símbolo

de inclusão, ou seja, os indivíduos com sinais de nome são principalmente aqueles que são membros da comunidade [...]”<sup>137</sup> (BÖRSTEL, 2017, p. 8). No Brasil, as pesquisadoras Souza e Gediél (2017) atribuíram o “ritual do batismo” como uma “ruptura simbólica, correspondendo a um ritual de passagem, pelo qual o sujeito deixa de ser deficiente auditivo para se tornar Surdo” (SOUZA; GEDIÉL, 2017, p. 167).

Pessoas ouvintes também recebem um sinal de nome nas línguas de sinais, o qual podem cumprir a função de indicar o pertencimento a uma determinada comunidade surda. Como seres que “não existiam linguisticamente” nestas comunidades, muitos ouvintes entendem o ritual de nomeação como um ritual de batismo, que tem dia, nomeador, local e outras descrições que podem ser associadas a essa passagem. Nos dados analisados nesta pesquisa, a palavra “batismo”<sup>138</sup> e a expressão “fui batizado(a)” apareceram em 55 respostas, e essa analogia pode ser corroborada com outras expressões que remetem a essa mudança de alguém que era externo àquela comunidade para alguém que passa a ser reconhecido, conforme as respostas transcritas abaixo:

[...] Gosto do meu sinal, ele é parte de mim e representa a minha incursão inicial no mundo dos surdos. Um momento marcante no universo da Libras foi o “batismo” do sinal pessoal [...] (I15-CO/F).

A professora me apresentou o surdo e houve o batismo (I58-CO/F).

Marcante, pois foi minha inserção a Comunidade Surda. Amo meu sinal, me recordo do momento eles conversando e discutindo, buscando traços físicos, para todos me batizarem (I30- CO/F).

O sinal é minha identidade, é o que me identifica na comunidade surda, ter um sinal significa que de alguma forma pertença a esse mundo de tantas mãos a falar[...] (I38-CO/F).

Me sinto como sendo da comunidade surda (I43-NE/F).

Meu sentimento é de satisfação em poder participar e conhecer a comunidade surda e ser reconhecida pelo sinal em que a mim foi dado (I18-NE/F).

Nos trabalhos citados até o momento, pouca atenção foi destinada à compreensão do que é ter um sinal de nome por pessoas ouvintes, entretanto, o processo de nomeação de alguém

<sup>137</sup> [...] it is often a symbol of inclusion, that is, individuals with name signs are mostly those that are members of the Community (BÖRSTEL, 2017, p. 8).

<sup>138</sup> Observamos que o uso da palavra “batismo” como sinônimo de nomeação de pessoas ocorre num contexto, majoritário cristão, o qual possibilita a conceptualização BATIZAR É NOMEAR ALGUÉM/OU ALGO. Não se sabe se o mesmo ocorre em outras culturas não cristãs.



sai da condição de externo a uma cultura para alguém que passa a fazer parte de “mundo de tantas mãos a falar”, como anunciou I38-CO/F, contribuem para que se conheça aspectos psicossociais do ato de nomear em Libras, tais como: quem nomeia, onde nomeia, por que nomeia, como nomeia, bem como para compreensão dos mecanismos linguísticos utilizados, conforme veremos na sequência deste trabalho.

## 7.2 QUEM DETÉM O PODER PARA NOMEAR NA LIBRAS?

Ainiala, Saarelma e Sjöblom (2016) postulam que atribuir nomes às pessoas é um fenômeno universal o qual se adequa a diferentes culturas. Como exemplo, podemos pensar naqueles que escolhem um nome para seus filhos. As autoras supracitadas apontam que, na África, é muito comum que o pai seja o responsável pela escolha do nome do filho, pois, demonstra um reconhecimento das suas obrigações com a criança. Já Butkuvienė *et al.* (2021), ao estudarem as motivações para a escolha de nomes na Lituânia e no Brasil, identificaram a mãe como a principal agente no processo de escolha dos prenomes das crianças, seguido do pai, avós, irmãos/irmãs e padrinhos.

Na sociedade brasileira, segundo Carvalhinhos (2007), os nomes de pessoas estão tão inseridos no cotidiano que nem sempre são considerados como importantes fora do contexto acadêmico. Nesse sentido, o que é mais comum é que alguém saiba o significado do seu prenome e, por vezes, quem o escolheu. O processo da escolha de um nome para os filhos, por exemplo, é permeado por experiências e emoções vividas as quais, provavelmente, são mais detectáveis pela via dos nomeadores, ou seja, dos agentes que participaram do processo de nomeação.

Provavelmente o mesmo não ocorre quando uma pessoa opta por adentrar em uma outra cultura, como no caso da nomeação de ouvintes nas línguas de sinais, pois o próprio nomeado experiencia o rito da escolha de um outro nome, o qual marcará simbolicamente a sua identidade naquela cultura. Academicamente, pouco se estudou a respeito do conhecimento onomástico que um falante possui a respeito de um outro nome a ele atribuído, o qual foi escolhido em um determinado tempo, em um determinado lugar e que foi criado por meio de sujeito “autorizado” para nomear naquela língua e forjar uma nova identidade, como é o caso da atribuição de um sinal de nome nas línguas de sinais.

Começaremos, então, por quem nomeia. Na Língua de Sinais Americana, de acordo com Wild (2017, p. 15) “[...] um indivíduo nunca pode escolher seu próprio nome,

especialmente se não for um surdo”<sup>139</sup>. Assim, segundo a pesquisadora, é geralmente um surdo que escolhe um sinal de nome quer seja para surdos, quer seja para ouvintes. O mesmo processo parece não ocorrer na Língua de Sinais Sueca. Börstel (2017), em sua pesquisa, identificou que tanto surdos quanto deficientes auditivos e ouvintes passaram pela experiência de nomear alguém nesta língua, sendo os surdos aqueles que mais realizaram essa prática.

Para a Língua Brasileira de Sinais, até o momento, não encontramos trabalhos que identifiquem se há algum tipo de regulação cultural que determine quem tem ou não autoridade para criar um sinal, seja um nome comum ou próprio, uma vez que, linguisticamente, não haveria impedimento para que um falante que tenha conhecimento do sistema linguístico da Libras criar um sinal, seja qual for sua classe gramatical. O que é possível identificar, como aponta Gesser (2012), é o enaltecimento do discurso “A Libras é a Língua do povo surdo”, por parte da comunidade surda, e a concepção da língua de sinais como um símbolo identitário e como um traço de diferenciação entre as pessoas ouvintes. Gesser (2012) continua:

É justamente pelo fato de a Libras, nesse caso, funcionar como uma espécie de capital simbólico (Bourdieu, 1992) do qual os surdos lançam mão para defender sua situação ao mesmo tempo em que criam suas autonarrativas e as usam como ferramenta fundante no processo de identificação entre seus pares, é que sua razão de ser e de existir se torna mais evidente enquanto elemento de pertencimento e propriedade (GESSER, 2012, p. 109).

Mediante esse clamor identitário, o que parece existir entre a comunidade surda e os ouvintes que são acolhidos por ela é um tipo de “acordo de cavalheiros” quando a situação é criar sinais, neste caso, um sinal de nome. Os dados analisados contribuem com essa tese. A perspectivação do surdo enquanto o agente do processo de nomeação foi fortemente evidenciada nos dados analisados por meio das respostas apresentadas à seguinte pergunta: “Você certamente tem um sinal em Libras. Por que seu sinal é realizado dessa forma?”. Dentre os 393 entrevistados, apenas 34 não informaram expressamente que foi um surdo que atribuiu o sinal de nome. Algumas respostas deixam subentendido ser uma pessoa surda por meio de expressões como “meu professor de Libras”; “minha primeira professora de Libras”, “meu namorado”, “meus pais” (filhos de surdos), “um amigo quando eu estava aprendendo Libras”, dentre outras. Há que levantar a hipótese de que, para tais pessoas, já está tão estabelecido culturalmente que apenas um surdo pode nomear, que fazer tal afirmação poderia ser algo

---

<sup>139</sup> [...] an individual can never choose their own name, *especially* if they are not Deaf (WILD, 2017, p. 15).

redundante. De outro modo, dois informantes declararam que foram eles mesmos os responsáveis pela criação de seus sinais de nome, questão que será abordada mais adiante.

Ainda com relação ao surdo ser o único com uma “autorização” para nomear na Libras, algo importante identificado nas respostas foi a presença de uma certa categorização do nomeador por parte dos entrevistados, tendo em vista suas experiências pessoais e socioculturais compartilhadas. Para além das respostas que apresentaram apenas a expressão “um surdo” como aquele responsável por atribuir um sinal de nome, outros apresentaram categorizações mais genéricas, utilizando o artigo indefinido “um”, tais como: “um jovem surdo”, “um surdo adulto”, “uma surda oralizada”, “um surdo alfabetizado”, bem como outras mais específicas e, de certa forma, mais afetivas com a inclusão do pronome “meu/minha” como exposto nas expressões: “meus alunos surdos”, “meu amigo surdo de infância”, “um(a) amigo(a) surda”, “um(a) amigo(a) pessoal surda”, “minha vizinha e amiga surda”, “meu irmão, que é surdo”, “Fulano, meu professor surdo”, “Beltrana de Tal, minha primeira professora surda”. Tais categorizações não são fruto do acaso, mas podem indicar graus de distanciamento ou aproximação entre nomeado e do nomeador ou revelar sentimentos afetivos do nomeado em relação àquele que atribuiu um sinal. Outras respostas salientaram aspectos de destaque social do surdo responsável por atribuir o sinal de nome, como é o caso das respostas abaixo:

No ano de 2006 quando comecei a ter contato com a comunidade surda da minha cidade (Altamira -PA). O presidente da Associação de surdos me deu o sinal, na época ministrava vôlei e ginástica aeróbica na associação de surdos (I17-NE/F).

*Fulano*, surdo da Bahia, naquela época também era estudantes de letras, hoje é formado e tem até um canal no *youtube*, ele me batizou em um evento de Letras no ano de 2015 (I11-NE/M).

Uma surda de Fortaleza - CE chamada *Fulana de tal*. Mais ou menos no ano de 2009 eu participei de um curso de Libras ministrado por esta professora surda. Em um dos primeiros dias de aula do curso ela "deu" um sinal para todos os alunos que não tinham (I37-NE/F).

Fui batizada com esse sinal pela Dra. *Fulana de tal* na época da faculdade em 2012 no Letras Libras na UFSC (I11-S/F).

Minha professora de Libras da Universidade Regional de Blumenau, *Fulana de tal* (2017) (I51-S/O).

Os relatos apresentados sugerem que, para além de “nascer” na comunidade surda, há, na concepção dos falantes, um certo prestígio deste nascimento ocorrer ‘pelas mãos’ de pessoas que tem algum papel de destaque, como ser presidente da associação de surdos, ter título de

doutor, ser professor universitário, ser *youtuber* ou ser modelo e participar do famoso Concurso Miss Brasil, como é o caso da surda cearense mencionada.

Conforme mencionado anteriormente, dois informantes, na contramão dos demais, relataram que eles mesmos criaram seus próprios sinais de nome<sup>140</sup>. O primeiro informante relatou: “*Quando comecei a aprender Libras (2004) fui, equivocadamente, informado de que os surdos observariam a característica mais feia minha e criariam um sinal pra mim*” (I04-NE/M). Uma vez que o relato não evidenciava quem realmente havia atribuído o sinal, foi realizado um contato, via *WhatsApp*<sup>141</sup> para elucidar a dúvida. O informante esclareceu que, ao começar a conviver com um casal (de ouvintes) que estava em processo de aprendizagem da Libras, há cerca de seis meses, estes o informaram que era comum os surdos atribuírem um sinal a partir de um defeito percebido. Como o informante ainda não possuía um sinal de nome e estava com receio de receber um sinal desagradável, optou por escolher o seu próprio sinal baseado em um “defeito” que ele acreditava não ser constrangedor.

O relato apresentado sugere, por parte dos amigos do informante, uma perspectivação do processo de atribuição de um nome como algo que pode gerar um sinal que seja desconfortável a quem o recebe, o que levou nosso informante a criar seu próprio sinal. Tal perspectiva, por parte dos amigos do informante, pode estar atrelado às suas próprias experiências com as motivações de seus respectivos sinais, uma vez que construímos sentidos também a partir das experiências compartilhadas socialmente.

A autonegação mencionada parece não ter causado qualquer tipo de estranhamento entre os surdos, pois, segundo o informante: “*os surdos com que eu convivia não me permitiram mudar de sinal, os anos se passaram eu mantive o sinal*” (I04-NE/M). A permanência do sinal reforça a existência do processo de legitimação do nome próprio de pessoa e, mediante validação do sinal pelos surdos, percebemos que eles podem, inclusive, determinar se um sinal pode ou não ser alterado, tema que será abordado em seção própria.

O segundo caso de autoatribuição de um sinal ocorreu em uma disciplina de Libras em um curso de licenciatura em Pedagogia no ano de 2010. Segundo o informante: “*Após explicar o que é um sinal pessoal, o professor surdo nos propôs criarmos grupos com colegas de classe e criarmos nossos sinais. Ao final, se nos sentíssemos bem com o sinal poderíamos utilizá-lo e divulgá-lo pela comunidade surda*” (I105- S/M – grifo nosso). A experiência relatada reforça o que estamos defendendo até o momento: a perspectivação por parte dos ouvintes da legitimidade do surdo no processo de escolha de um sinal de nome evidenciada

---

<sup>140</sup> As respostas são oriundas da pergunta: Quem te deu esse sinal? Em que época/contexto?

<sup>141</sup> Contato realizado no dia 28/04/2021.

pela expressão “o professor surdo”, mesmo quando o sujeito surdo dá a oportunidade para que os ouvintes criem seus próprios sinais de nome.

Como se pode verificar até o momento, é devido às relações identitárias entre a Libras e as pessoas surdas que a prática de nomeação de pessoas é realizada, na grande maioria das vezes, por pessoas surdas. Essa realidade parece ser amplamente aceita pelos ouvintes, os quais buscam, por meio de um sinal de nome, serem inseridos nas comunidades surdas espalhadas pelo país. Nesse contexto bicultural, o nome na outra língua é desejado pelos ouvintes, em outras palavras, pessoas ouvintes, falantes da Língua Portuguesa – língua majoritária – querem, por meio de um novo nome, associar-se a um grupo linguístico minoritário.

Receber um outro nome em uma outra língua é repensar a nossa identidade nesta cultura, o que acontece por meio de um outro sujeito, em um determinado tempo e lugar, os quais abordaremos na sequência.

### 7.3 O CONTEXTO “BATISMAL”

Pesquisas referentes à nomeação de pessoas em outras línguas de sinais, como Yau e He (1989) – Língua de Sinais Chinesa; Day e Sutton-Spence (2010) – Língua de Sinais Britânica – e Wild (2017), Língua de Sinais Americana, demonstram que a maioria dos surdos recebem seus sinais de nome nos primeiros anos escolares quando encontram outros surdos e são, assim, nomeados em uma forma linguística cognitiva e linguisticamente acessível a eles. A explicação dada pelos pesquisadores diz respeito ao fato de que, 95 por cento desses sujeitos são filhos de pais ouvintes que desconhecem a língua de sinais predominante em seus países. No caso do Brasil, até o momento, esta pesquisa ainda não foi realizada, mas a constatação da maioria dos surdos serem filhos de pais ouvintes se repete, o que levanta a hipótese de que o mesmo fenômeno acontece<sup>142</sup>.

A atribuição de um sinal de nome para pessoas ouvintes, como já mencionado, pouco foi estudada em outras línguas de sinais e, assim, temos poucos elementos como ponto de partida para as reflexões. De antemão, cientes da relação entre os nomes próprios e aspectos socioculturais e históricos, parece ser plausível considerar que espaços educativos e religiosos são os mais férteis para a nomeação de pessoas ouvintes nas línguas de sinais uma vez que, conforme apresentado na introdução deste trabalho, esses espaços marcam o encontro surdo-ouvinte. Tendo como base essa constatação, após a análise preliminar dos

---

<sup>142</sup> Este tema não será tratado nesta tese, contudo, acreditamos na relevância deste estudo para uma melhor compreensão do sistema de nomeação na Libras.

dados, identificou-se os principais contextos de nomeação de pessoas ouvintes: formação/aprendizado da Libras, educação formal, religião e familiar. Outros contextos foram apresentados, com baixa ocorrência, e serão alocados ao que se denominou “outros espaços de interação.

Antes de explorarmos cada um dos contextos de nomeação, informamos que não foi possível categorizar 22 respostas, pois elas mostraram-se muito genéricas, apresentando como respostas apenas expressões como “um surdo” ou escreveram o nome completo do nomeador.

### 7.3.1 O contexto de formação em Libras: espaço fértil para a nomeação de pessoas ouvintes

Quando alguém se dispõe a aprender uma segunda língua, na maioria das vezes, deseja também aproximar-se da comunidade linguística da qual aquela língua faz parte. Essa questão faz muito sentido quando o assunto são línguas minoritárias que coexistem nos mesmos espaços que as línguas majoritárias. Rech e Sell (2020a), a partir de um questionário aplicado a 61 alunos de um curso de extensão de Libras ofertado por uma universidade estadual no ano de 2019, identificaram uma gama de interesses no aprendizado da língua, que demonstram que, para além do aprendizado da língua, há um desejo de aproximação com a comunidade surda.

Para compreender o campo de formação em Libras como um espaço fértil para atribuição de nomes a pessoas ouvintes, faz-se necessário entender o papel do professor surdo nestes espaços. Conforme anunciando anteriormente, há uma relação identitária da Libras com as pessoas surdas e, nesse sentido, há, por grande parte desta comunidade, a reivindicação pela legitimidade do professor surdo como sujeito ideal para o ensino da Libras. Em sua dissertação de mestrado intitulada “Não basta ser surdo para ser professor: as práticas que constituem o ser professor surdo no espaço de inclusão”, defendida no ano de 2016, o pesquisador Daniel Junqueira Carvalho, que é surdo, problematiza essa questão e localiza historicamente o documento “A Educação que nós surdos queremos”, elaborado pela comunidade surda no pré-congresso do V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para surdos, ocorrido em 1999, mencionado na introdução desta tese. Segundo Carvalho (2016), partes do referido documento marcam, no Brasil, a emergência do professor surdo no século XXI, nas palavras do autor:

A formação do Professor Surdo, relatada no documento é interessante para visualizar de que forma o sujeito surdo foi constituído para essa formação, que seria: a) Propor contato obrigatório com associações ou federações de surdos para a formação de pessoas com prática e conhecimento em língua de sinais (parte 61); b) Considerar que a língua de sinais é própria da comunidade surda, garantindo que o ensino de línguas de sinais seja exclusiva dos instrutores surdos (parte 66); c) Desenvolver ao máximo a educação e a formação das pessoas surdas (parte 111); d) Criar cursos profissionalizantes para surdos nas escolas de surdos de 2º Grau (parte 112); e) (c)criar cursos específicos para surdos como instrutores de língua de sinais, solicitando junto às associações e federações de surdos, que devem ser o centro de apoio das pessoas que as procuram (parte 113); f) Garantir que a escola de surdos tenha a presença de profissionais que sejam surdos, já que devem ser ouvidos quando se trata de questões próprias de sua comunidade (parte 116); g) Garantir que a profissão do Instrutor de línguas de sinais seja exclusiva dos surdos e observar que o ensino de língua de sinais requer instrutores surdos com formação (parte 121 e 122) [...] (CARVALHO, 2016, p. 66).

Esta breve contextualização reforça o que já estamos discutindo: a Libras, vista pelos surdos como um capital simbólico da comunidade surda a qual pleiteia que o surdo seja o principal agente no processo de ensino desta língua. Neste contexto de ensino de Libras, os cursos de formação passam a ser também um local de convívio com professores surdos e, conseqüentemente, uma aproximação com a cultura surda, suas tradições e seus modos de experienciar o mundo. Nestes espaços, é comum que, nas primeiras aulas, alunos ouvintes tenham conhecimento da existência de um sinal de nome, visto que é usual o professor surdo apresentar-se a partir do seu nome na Língua Portuguesa, seguido do seu sinal de nome. A partir deste momento, a competência onomástica relativa aos sinais de nome começa a ser desenvolvida.

Outro ponto de convergência diz respeito, inclusive, ao material a ser utilizado para o ensino de Libras. Um grande marco desta inserção de aspectos culturais ao currículo da Libras está registrado no primeiro material impresso organizado pela FENEIS denominado *Libras em Contexto*, o qual serviu como base para a primeira formação oferecida pela FENEIS e o MEC, no ano de 2001, em Brasília. Ao fim deste curso, 54 surdos voltam capacitados para seus estados e, como agentes multiplicadores, têm a tarefa de formar outros instrutores surdos (DORNELLES, ZANELLA, 2008). Neste material, as unidades estão organizadas praticamente em três eixos: *Libras em contexto*, utilizando diálogos para a prática do aprendiz; *Gramática*, apresentando aspectos gramaticais da Libras e o que foi denominado; *No mundo dos surdos*, parte da aula destinada ao que objetivou “os ouvintes perceberem o mundo sob outro enfoque, há informações sobre as organizações culturais e a política educacional dos surdos no Brasil (DORNELLES, ZANELLA, 2008, p. 13).

Devido à escassez de materiais destinados ao ensino de Libras como segunda língua para ouvintes e a ampla divulgação do livro *Libras em Contexto*, o material foi naquela época (anos 2000), e ainda é até os dias atuais, muito utilizado nos cursos de Libras por propor uma sequência didática, além de apresentar inúmeras atividades a serem realizadas pelos alunos. Com relação aos sinais de nomes, eles têm um destaque especial logo na primeira aula sob o título “Sinal de nome e nomes próprios”, em que o tema é introduzido e exemplos de motivações utilizadas para atribuir um sinal são apontados, os quais abordaremos mais adiante.

O aprendizado a respeito da existência dos sinais de nome, logo na primeira aula, por um lado, demonstra o apreço que a comunidade surda tem com o sistema de nomeação e, por outro lado, gera nos alunos ouvintes uma expectativa para que um signo linguisticamente reconhecido na Libras seja criado para que ele possa ser identificado. Nossos dados apontam para os cursos de libras como o principal espaço onde um sinal de nome é atribuído para uma pessoa ouvinte, uma vez que 131 informantes declararam que foram nomeados nestes espaços de formação, conforme pode-se perceber em algumas respostas:

Foi escolhido por um professor surdo, durante uma das aulas do **curso de Libras**, em conjunto com colegas de faculdade. Em 1993 (I80-S/F - grifo nosso).

Em 2004, num **curso básico de Libras**, por duas instrutoras surdas, *Fulana de tal* e *Beltrana de tal* (I03-CO/M - grifo nosso).

Foi um surdo. Quando fiz um **curso de Libras** em 2006 (I01-CO/M- grifo nosso).

Um amigo surdo, em 2010 quando comecei a fazer o **curso de Libras** (I14-CO/F- grifo nosso).

Quando fiz **meu primeiro curso de LIBRAS**, na cidade de Campo Grande-MS, no Centro Estadual de Línguas e Libras Professor Fernando Peralta Filho (CEL). Pelo professor *Fulano* (I18-CO/M - grifo nosso).

Uma surda que conheci no ano de 2007 quando eu estava aprendendo Libras em um **curso básico**, esta surda se tornou minha amiga, namorada, noiva e finalmente esposa! Somos casados a 10 anos e temos um casal de filhos ouvintes (I8-NE/M - grifo nosso).

A professora se chama Fulana, professora da Escola de Educação Básica Astério de Campos, escola para surdos na capital do Pará. Estava iniciando um **curso básico de Libras** e esta professora em seu primeiro dia batizou os alunos do curso, o ano era 2003 (I34-N/M - grifo nosso).



Ganhei ele em 2018, foi minha professora quem deu, no meu primeiro **curso de libras básico**, ela estava dando sinal para todos os alunos, ela é surda (I45-NE/F - grifo nosso).

Ganhei meu sinal de um surdo que eu não conhecia bem. Foi no primeiro **Curso Básico de Libras** que fiz em 2013 (I09-SE/F - grifo nosso).

**No primeiro curso de Libras Básico**, minha primeira professora (I77-S/F - grifo nosso).

Para além do reconhecimento acerca da nomeação ocorrer em um curso de Libras, as respostas corroboram com o que vem sendo enunciado com relação ao papel dos nomes próprios de “registrar atitudes e posturas sociais de um povo, suas crenças, profissões, região de origem, entre outros aspectos” (CARVALINHOS, 2007, p. 2). No caso aqui analisado, por meio do processo de nomeação de pessoas ouvintes nos cursos de Libras, é possível perceber os avanços na disseminação da Libras a partir dos anos 2000, pois, do total dos 131 informantes que mencionaram ter recebido seus sinais de nome durante o período de formação em Libras, apenas 5 relataram que a nomeação ocorreu antes dos anos 2000. A grande incidência de sinais de nome nas últimas décadas decorre do fato do reconhecimento da Libras como língua oriunda das comunidades surdas brasileiras por meio da Lei n.º 10.436/02, bem como pelo conjunto de políticas sociais e educacionais que visam à inclusão das pessoas surdas nas mais diversas esferas e, conseqüentemente, uma maior procura pelo aprendizado da língua.

Outra questão que chama a atenção relaciona-se à declaração de alguns informantes com relação ao recebimento de um sinal de nome em um curso intermediário de Libras. Em virtude de poucos estudos a respeito do processo de ensino e aprendizado de Libras como segunda língua para ouvintes, é muito comum encontrar cursos organizados em três módulos: básico, intermediário e avançado. Sendo assim, os informantes que relataram que receberam seus sinais apenas em um curso intermediário, provavelmente, realizaram um curso básico anteriormente e não foram nomeados neste momento, conforme relatos:

Quem me batizou foi uma surda chamada *Fulana de tal*, em 2007, quando eu fazia curso de Libras intermediário no Paraná (I49-S/F).

Meu professor do curso intermediário de Libras na (FCEE), *Fulano de tal*. Ano de 2019 (I44-S/F).

As respostas acima limitaram-se em localizar o contexto da criação do sinal, assim, não é possível recuperar o(s) motivo(s) para a não nomeação em um curso básico. Contudo,

uma hipótese pode ser levantada a partir de outras respostas apresentadas: o professor do curso ser uma pessoa ouvinte.

Recebi o sinal de um surdo adulto e usuário de libras a bastante tempo, em um curso básico de Libras no 2008, a profa. era ouvinte e o convidou para "batizar" toda a turma (I19-NE/F).

Uma professora surda de quando eu iniciei o curso técnico de tradutora/intérprete de Libras numa escola Técnica Estadual. Eu só tinha feito dois módulos de Libras com professor ouvinte e não tinha sinal ainda (I45-NE/F).

Quem me deu foi uma surda; estávamos no curso básico e ela foi convidada para nos dar um sinal (I49-NE/F).

Seis anos atrás, no curso básico de libras tinha um surdo que estava aquele dia na sala junto com professor de libras e foi criando um sinal para cada aluno (I63-SE/F).

Apesar de toda a reivindicação da comunidade surda pelo protagonismo surdo no ensino da Libras, é natural que, como qualquer outra língua, ela não seja regulada pelos discursos produzidos, sendo passível de ser ensinada por qualquer pessoa que tenha conhecimento teórico e prático, ou que tenha alguma legitimação por parte de uma instituição que promova algum tipo de capacitação. Nesse sentido, pessoas ouvintes também ocupam o espaço de ensino desta língua, contudo, parece que essa “autorização” não é ampliada para o escopo da nomeação. As respostas apresentadas demonstram que o limite é o ensino, mas para o “ritual” da nomeação, faz-se necessário a presença e o olhar do surdo, reforçando a legitimação desses sujeitos para a inserção na comunidade surda por meio de um sinal de nome.

### 7.3.2 O contexto da educação formal

A educação formal também foi um dos campos encontrados para que um sinal de nome fosse atribuído a pessoas ouvintes. Nas respostas analisadas, foi possível identificar 70 sinais de nome criados em um contexto educacional, envolvendo espaços, como: a educação básica, o ensino superior e eventos científicos. Em se tratando do ensino básico, identificamos que alunos surdos criam sinais para seus professores, conforme transcrito abaixo:

Um Surdo aluno meu. Ano 2000. Sala de reforço escolar (hoje AEE) (I5-CO/M).

Um aluno surdo, quando comecei o trabalho na escola de surdos (I55-S/F).

Meus alunos surdos (I48-NE/F).

Foram alunos surdos da minha turma de LP do ensino fundamental (I7-SE/F).

Os surdos, quando comecei a trabalhar na escola bilíngue (2000 (I09-S/F).

Recebi o sinal de uma criança surda quando realizava um estágio acadêmico em uma escola de Surdo. Isso ocorreu por volta de 2007 (I08-S/F).

Os enunciados acima reproduzidos convergem no sentido do surdo como aquele que atribui um sinal de nome, não importando qual seja a sua idade. Os contextos nos levam a deduzir que os professores são mais velhos que seus alunos, no entanto, são esses últimos os responsáveis pelo batismo na Libras; o que geralmente não ocorre nas atribuições de nome em contextos familiares, já que são os adultos que determinam um nome para um menor. Outra questão interessante diz respeito às respostas que evidenciaram que a nomeação ocorreu por mais de uma pessoa, ou seja, pelos alunos surdos, o que demonstra a possibilidade de um sinal de nome ser materializado mediante uma construção coletiva, a qual pode estar sujeita a tensões e negociações, visto que os nomeadores envolvidos podem ter percepções diferentes a respeito do referente e, assim, muitas sugestões de sinais de nome podem aparecer. Este é um tema que foge ao escopo desta tese, mas certamente deveria ser investigado.

As relações de amizade estabelecidas no período escolar também foram apontadas como contextos para atribuição de um sinal de nome, conforme relatado por alguns informantes. A escola é um espaço onde as crianças experenciam vários tipos de socializações e convivem com toda uma diversidade de indivíduos. Muitos surdos se queixam da escola inclusiva, principalmente quando não há outros pares surdos para interagir, pois, devido à limitação linguística, crianças surdas têm dificuldades de estreitar laços de amizade com outras crianças ouvintes. A atribuição de um sinal de nome, nesses contextos, de certa forma, é um símbolo dessa amizade, armazenada na memória dos falantes conforme abaixo:

Foi um surdo que estudava na mesma escola que eu, nós estudávamos no ensino fundamental, por volta de 2000 ou 2001, foi quando comecei a me interessar pela Libras (I20-CO/F).

Foi uma pessoa surda que conheci no ambiente que estudava (Ensino Médio) (I64-S/M).

Foi no ano de 2005, por um grupo de surdas, que estudavam comigo no Ensino Médio (I101-S/F).

O reconhecimento da Libras como “meio de comunicação e expressão do surdo” (BRASIL, 2002) e as políticas de inclusão, de uma maneira geral, trouxeram grandes avanços para a educação dos surdos. Dentro de um espectro de atendimento educacional ao estudante surdo no Brasil, é possível encontrar escolas bilíngues, escolas inclusivas que contam com a presença de um tradutor e intérprete de Libras e salas de atendimentos educacionais especializados (AEE). Todas essas diferentes formas de viabilizar a educação dos surdos – cada uma com a sua particularidade – contribuíram para que cada vez mais os surdos começassem a ocupar os espaços universitários. Nestes ambientes, como ocorre na educação básica anteriormente comentada, os surdos estabelecem amizades com outros estudantes ouvintes e, a partir dessas interações, atribuem um sinal de nome aos novos colegas ouvintes. Um dos cursos que tem abarcado muitos surdos é o de Licenciatura em Letras Libras, ofertados em várias universidades em todo território nacional. Normalmente esses cursos não exigem proficiência na Libras, como é o caso da própria Unioeste<sup>143</sup>, nesse sentido, os universitários ouvintes iniciam o curso sem o conhecimento da língua e, provavelmente, sem um sinal de nome. No decorrer do curso, naturalmente, há uma aproximação entre surdos e ouvintes e, conseqüentemente, um sinal de nome é criado, como pode observado em algumas respostas:

Eu recebi o meu sinal na graduação do Letras Libras (tradução) e foi dado para mim pelos professores envolvidos no projeto de pesquisa que participo (I01-S/F).

Minha colega de classe, *Fulana*, ela é surda. contexto: faculdade (I45-S/F). Grupo de surdos do curso de letras libras na UFSC quando entrei no curso (I50-S/M).

Uma colega de classe (Letras Libras). Eu não tinha sinal (I47-S/F).

Os cursos de formação em Libras e os demais espaços de educação formal são, historicamente, ambientes que agregam surdos e ouvintes e onde a língua de sinais ganha mais visibilidade e, assim, faz muito sentido que esses espaços sejam muito produtivos para que os ouvintes recebam um sinal de nome.

---

<sup>143</sup> Conforme Resolução n.º 237/2018-CEPE, de 6 de dezembro de 2018.

### 7.3.3 O contexto da religião

Na introdução deste trabalho, apresentou-se uma contextualização histórica da trajetória da educação dos surdos, na qual foi possível reconhecer o papel da igreja como uma das primeiras instituições que se ocuparam com o ensino de crianças e jovens surdos. No Brasil, conforme Assis Silva (2012), a Igreja Católica e algumas igrejas protestantes tiveram um papel fundamental na organização dos movimentos surdos. Esse envolvimento das pessoas inseridas em algum movimento religioso e a comunidade surda é demonstrado também no processo de nomeação, uma vez que 60 informantes, oriundos de todas as regiões, relataram ter recebido seus sinais de nome em algum contexto eclesiástico.

Dentre as respostas apresentadas, 4 informantes expuseram situações e interações que ocorreram especificamente no contexto religioso, as quais concorreram para motivar os sinais de nomes atribuídos aos informantes, conforme exposto nos relatos:

Meu sinal foi criado por uma surda em 2007 que conheci na frente da igreja que participo, ela com toda paciência todos os dias me procurava na igreja para me ensinar a libras, depois de quase 1 ano que ela me deu um sinal, pois aprendi de forma bem simples e acabei evangelizando-a, e por ter falado de Jesus para ela, ganhei o meu sinal. Referência ao sinal de evangelizador (I19-SE/M).

Um amigo surdo me deu. Esse também é o sinal de pensar (Acho que ele me caracterizou assim, porque quando eu comecei a interpretar na Igreja, sempre pensava bastante ao sinalizar, para passar o real sentido dos discursos) (I26-SE/F).

O Surdo que me deu este sinal disse que o deu assim por ser eu a pessoa responsável pela criação, na época do ministério com os surdos na igreja que frequento (I28-SE/F).

Porque, na época, usava bastante terno e gravata e, o surdo que me deu o sinal, dizia que eu parecia um pastor (I27-SE/M).

Por meio dos relatos apresentados, é possível verificar que as motivações elencadas para a criação de um sinal de nome estão relacionadas ao contexto religioso, ou seja, o signo linguístico criado para identificar esses sujeitos carrega uma parte significativa da identidade do sujeito, a qual está ligada à religião.

### 7.3.4 O contexto da família

Dar um nome a uma pessoa dentro de um contexto familiar é algo corriqueiro em muitas sociedades, como no caso do Brasil, no entanto, o mesmo não ocorre nas comunidades surdas, conforme já exposto anteriormente. Os dados analisados nesta pesquisa corroboram com essa questão, uma vez que, dentre os 386 informantes, apenas 29 mencionaram que foram nomeados por algum membro da família. Para uma análise mais detalhada, esse grupo será dividido em dois subgrupos: o primeiro diz respeito àqueles que foram nomeados por membros familiares que não são os próprios pais, os quais correspondem a 16 informantes. O segundo, composto por 13 informantes, são os filhos ouvintes de pais surdos – CODAS – que, recebem seus sinais nos primeiros meses ou anos de vida. Com relação à pergunta: “Quem te deu esse sinal? Em que época/contexto?”, as respostas apresentadas pelo primeiro subgrupo foram as seguintes:

Meu sobrinho *Fulano* que é D A, na época que ele começou a identificar em pessoas da família alguma coisa que chamava atenção dele, então cada um de nós de casa ganhamos um sinal, e até hoje, apenas o sinal já sabemos de quem ele está perguntando (I53-SE/F).

Meu sobrinho surdo no ano de 2009 (I16-NE/F).

Meu primo surdo (I32-CO/M).

Minha prima surda (I37-NE/M).

Primo surdo, âmbito familiar (I60- NE/F).

Meu primo, quando criança (I43-SE/F).

Minha irmã surda me deu este sinal na minha infância (I76-SE/F).

Minha prima que deu o sinal e foi no convívio diário na infância (I40-S/F).

Quem me deu o sinal foi a minha irmã (surda) juntamente com a comunidade surda do RS (I06- S/F).

Foi meu irmão, que é surdo, quando éramos pequenos, tínhamos, eu dez anos e ele seis (I07-S/F).

Meu irmão, quando tinha uns 8 anos de idade (I16-S/F).

Minha irmã que é surda, quando pequena (I17-S/F).

Minha irmã que é surda (I59-S/M).

Meu irmão. Quando éramos crianças (I84-S/F).

Certamente, um nome tem um papel importante dentro de um contexto familiar. Como a maioria dos surdos cresce em um lar de pessoas não surdas, é bem comum eles criarem sinais que sejam acessíveis linguisticamente para identificar os membros de sua família. Nesta amostra, sobrinhos, primos e irmãos foram identificados como aqueles responsáveis por atribuir um sinal de nome a seus familiares. Como assinalado anteriormente, o nome falado ou escrito não é acessível às crianças surdas que, por motivos óbvios, não falam e não escrevem por meio de uma língua oral (YAU; HE, 1989). Essa perspectiva é evidenciada nos sinais criados em contextos familiares, principalmente nas situações entre irmãos e primos conforme observados nas respostas apresentadas. Aqui, mais uma vez reforçamos a tese da existência de um modelo cognitivo estabelecido culturalmente, o qual permite que, mesmo uma criança sem um conhecimento formal da língua, seja capaz de criar um signo estruturalmente bem formado.

A nomeação de ouvintes filhos de pais surdos (CODAs), difere-se das demais em virtude desses sujeitos já nascerem participando da comunidade surda da qual seus pais pertencem e, assim, convivem com a língua de sinais desde a mais tenra idade, sendo nomeados, na maioria das vezes, logo nos primeiros meses de vida. No que se refere à pergunta “Quem te deu esse sinal? Em que época/contexto?”, as respostas variaram conforme algumas respostas transcritas abaixo:

Mãe, desde que nasci (I54-CO/F).

Meus pais (I36-N/M).

Meu pai me deu esse sinal quando eu ainda era um bebê de colo (I45SE/F).

Minha mãe na infância (I28-S/F).

Meu tio materno (I61-SE/F).

Sou Coda, meus pais me deram esse sinal quando eu ainda era bebê (I68-SE/F).

Foi a minha mãe, acredito na época em que nasci (I64-SE/M).

Pelo que observamos até o momento, nomear pessoas por meio de um sinal de nome parece ser algo corriqueiro na vida dos surdos. No caso de pais surdos atribuindo sinais aos filhos, evento que ocorre em meio a uma relação com uma carga afetiva significativa, nada foi dito a respeito. Na maioria dos casos, foi possível verificar que a responsabilidade pela atribuição de um sinal de nome ao filho ocorreu de forma análoga à nomeação de brasileiros:

o pai, a mãe ou ambos. Apenas um informante apontou alguém de fora do círculo familiar primário, o tio, o qual, no entanto, residia na mesma casa da família à época<sup>144</sup>.

Outra particularidade está relacionada à ausência de expressões que remetam à conceptualização de um sinal de nome como símbolo de inserção na comunidade surda ou a uma forma de batismo. Tal ausência pode estar relacionada ao fato de os filhos ouvintes de pais surdos serem considerados *insiders*, uma vez que nascem inseridos nas comunidades surdas. Essa nossa hipótese pode ser sustentada por meio da resposta apresentada<sup>145</sup> por I89-S/M: “*para mim [o sinal de nome] tem o mesmo valor que o meu nome. É a minha identidade, é a minha representação no mundo. Como CODA isso faz parte de mim*”.

### 7.3.5 Outros contextos

Dentre as respostas analisadas, observamos que 81 informantes apresentaram contextos diversos a respeito do local onde ocorreu a nomeação. Esses contextos, nesta pesquisa, são categorizados como “outras situações interacionais”. Essas interações ocorreram em ambientes de trabalho que não eram ligados à educação, em atividades esportivas, em consultas médicas, conversas informais, dentre outras, conforme alguns relatos:

O meu sinal foi dado pela primeira pessoa surda que tive contato. A minha vizinha e amiga Surda foi a responsável pela criação do meu sinal. Quando eu era mais jovem, eu tinha um casal de vizinhos surdos. Eu pedi a eles que me ensinasse Libras e a vizinha prontamente começou a me ensinar Libras. Foi durante este período que eu recebi o meu sinal (I32-S/M).

Um amigo em 2005 quando teve o primeiro contato com surdos (trabalho no mercado) (I35-S/M).

Os surdos/fazia capoeira junto com eles (I1-NE/M).

Um surdo da Bahia, após eu ter intermediado uma conversa dele com médicos otorrinolaringologistas em um ambulatório. No ano de 2017 (I12-NE/F).

Recebi de um surdo que utilizava a mesma condução que eu quando ia para o trabalho. Iniciamos um diálogo onde expliquei que havia iniciado um curso de libras, ele perguntou meu nome e me deu um sinal (I04-CE/F).

Em 2007, no aniversário de uma amiga conheci sua prima surda que me deu esse sinal (I47-CE/M).

<sup>144</sup> Informação confirmada em conversa via *WhatsApp* em 10/04/2021.

<sup>145</sup> Em relação à pergunta: Quais seus sentimentos em relação ao seu sinal? Você gosta dele? Por quê?



Na época meu namorado, em meados de 2012. Numa conversa informal (I15-SE/F).

Algumas mulheres surdas que assistiram ao vídeo me deram esse sinal antes mesmo de me conhecer. Isso porque, ao me ver no CineLibras, disseram que esse era meu sinal, pois marcou muito da forma que eu me despedi no vídeo (I-13-NE/F).

Foi o *Fulano*, um amigo surdo do estado da Bahia. O conheci no início da pandemia do coronavírus, pelo Instagram. Eu me apresentei fazendo a datilografia do meu nome e sinalizando que eu não tinha sinal (I44-SE/F).

Foi prof. *Fulano* de tal, ano passado, eu tinha começado a estudar Libras fazia uns quatro meses, pedi meu sinal porque queria ganhar de alguém especial e que fosse minha referência, ele é surdo profundo, oralizando. Foi pelo *WhatsApp*. (I02-NE/F).

As respostas apresentadas convergem para o que já vem sendo construído, os sinais de nome atribuídos às pessoas ouvintes emergem das interações surdo-ouvinte, quer seja por meio de relações afetivas, quer seja pelo convívio no ambiente de trabalho, ou por interações mais pontuais. No entanto, como um processo dinâmico, a nomeação de pessoas na Libras pode ocorrer de outras formas não descritas, como o caso relatado pela informante I-13-NE/F, a qual recebeu seu sinal de nome sem um encontro presencial, mas em virtude de ter aparecido em um vídeo institucional.

Por fim, inseridos em uma sociedade cada vez mais permeada pela tecnologia, principalmente em meio a uma pandemia<sup>146</sup>, as redes sociais e o uso de aplicativos de comunicação – como o caso do *WhatsApp* – são recursos utilizados diariamente e contribuem para um outro tipo de encontro surdo-ouvinte: o encontro virtual, o que se configura como uma forma de interação e proporciona a criação de um sinal de nome.

Todos os contextos aqui apresentados mostram a existência de uma interação entre surdos e ouvintes para que um sinal de nome seja atribuído. Essa constatação vai ao encontro às pesquisas realizadas por Ainiala, Saarelma e Sjöblom (2016, p. 17), ao advogarem a respeito da interdisciplinaridade da Onomástica, reconhecendo que os nomes fazem parte da cultura, os quais “sempre surgem da interação entre as pessoas e uma comunidade linguística, bem como seu ambiente”. Ainda segundo as autoras, um nome é atribuído a alguém, ou a algum lugar, quando esses são significativos para essas pessoas, o que pode ser constatado também na nomeação de ouvintes, pois, apesar de os surdos estarem nas escolas, igrejas, trabalhos e tantos

---

<sup>146</sup> Parte da coleta de dados e escrita da tese ocorreu nos anos de 2020/21 quando o mundo vivenciou uma pandemia provocada pelo *Sars-Cov-2*.

outros lugares mencionados, nomeiam apenas aqueles que, de certa forma, são significativos para eles. Nesse sentido, em algum momento desta interação existe a necessidade em se nomear os ouvintes, o que será visto no próximo subtema.

#### 7.4 QUANDO SE NOMEIA

Delaporte (1998), conforme já mencionado, afirma que os surdos franceses, ao ingressarem em instituições especializadas, recebem rapidamente um sinal de nome por meio de outros surdos. De maneira semelhante, Yau e He (1989) observaram que surdos recém-ingressos em escolas de surdos chinesas receberam seus sinais de nome logo na primeira semana de chegada. As pesquisas de Börstel (2017), em relação à nomeação na Língua de Sinais Sueca, identificaram que surdos, filhos de pais ouvintes, também recebem seus sinais de nome nas escolas, e avançaram no sentido de registrar que os ouvintes, na grande maioria, recebem seus sinais de forma mais tardia, quando começam a interagir com a língua de sinais.

As percepções de Börstel (2017) podem ser evidenciadas na Libras também. Na seção anterior, destacamos que os encontros surdo-ouvinte e, conseqüentemente, encontro entre as línguas, em diversos espaços, permitiram a criação de um sinal de nome para nomear pessoas ouvintes. O que não está claro ainda é a existência (ou não) de um tempo específico de convívio para que o processo de nomeação seja desencadeado. Durante a elaboração do questionário, esta questão não foi elencada, mas, no decorrer da pesquisa, e após algumas leituras, a dúvida com relação a um provável tempo de convívio para que o sinal de nome fosse atribuído foi suscitada, levando-nos a buscar algumas pistas por meio das respostas referentes à primeira pergunta – Quem te deu esse sinal? Em que época/contexto? –, como serão transcritas abaixo:

Uma surda amiga me deu esse sinal. A primeira vez que eu conheci um grupo de surdos eles acharam que minha sobrancelha era feita a mão. De tanto identificar me puxando a sobrancelha meu sinal ficou sendo esse (I02-CO/M). Fulana, somos amigas, depois de sermos apresentada em uma noite de conversa ela me deu o sinal (I17-CO/F).

Há 16 anos quando uma surda passava pela minha cidade divulgando a língua de sinais me deu esse sinal (I33-CO/F).

Foi um casal de surdos, em meu primeiro contato com os surdos, ainda não sabia nem um sinal, foi no ano de 2001 (I31-NE/F).

Um surdo da Bahia, após eu ter intermediado uma conversa dele com médicos otorrinolaringologistas em um ambulatório. No ano de 2017 (I12-NE/F).

Uma amiga surda. Naquele contexto eu havia finalizado o curso de básico de libras em (2009) e constantemente comparecia a eventos na associação de surdos. Nesse processo fiz diversas amizades até que uma delas em um contexto informal me atribuiu um nome-sinal (I65-SE/M).

Meu sinal foi criado por uma surda em 2007 que conheci na frente da igreja que participo, ela com toda paciência todos os dias me procurava na igreja para me ensinar a libras, depois de quase 1 ano que ela me deu um sinal, pois aprendi de forma bem simples e acabei evangelizando-a, e por ter falado de Jesus para ela ganhei o meu sinal (I19-SE/M).

Fulana e Beltrana. Eu já estava acompanhando a pastoral do surdo da igreja há um ano e não tinha sinal. Perguntei para os dois se poderiam me ajudar (I34-SE/F).

Uma das minhas professoras surdas no início do curso (I42-NE/M).

Uma surda de Fortaleza - CE chamada *Fulana de tal*. Mais ou menos no ano de 2009 eu participei de um curso de Libras ministrado por esta professora surda. Em um dos primeiros dias de aula do curso ela "deu" um sinal para todos os alunos que não tinham (I37-NE/F).

Era final do curso de Libras/básico (2010) (I69-SE/F).

Os relatos acima apresentados apontam, aparentemente, para a inexistência de um tempo certo para que alguém receba o sinal de nome. Os cinco primeiros informantes comentam que receberam os seus sinais logo nos primeiros contatos, até mesmo sem um conhecimento da própria língua, conforme comenta I31-NE/F. A experiência de I65-SE/M mostra a existência de um tempo de espera um pouco maior, uma vez que já havia terminado um curso de Libras – o que geralmente leva de três a seis meses – mas só foi receber um sinal de nome durante as idas frequentes à associação de surdos. De outro modo, os informantes I19-SE/M e I34-SE/F, mesmo convivendo com os surdos em espaços religiosos, levaram cerca de um ano para que fossem nomeados na Libras. Os relatos a respeito de atribuições de sinais ocorridas em cursos de Libras mostram uma variação entre início, meio e fim de curso.

Nos relatos de ouvintes filhos de pais surdos, também se verificou uma certa irregularidade quanto ao momento da nomeação. Alford (1989, *apud* AINIALA, SAALREMA, SJÖBLOM, 2016) investigou a atribuição de nomes em sessenta culturas diferentes no mundo, as quais não incluem sociedades modernizadas. O pesquisador identificou que, em algumas culturas, o nome é atribuído apenas quando as crianças têm alguns meses ou anos de vida, enquanto, em outras, a nomeação ocorre quando a criança aprende a andar ou mostrar alguns sinais de vitalidade. No entanto, segundo o autor, em 75 por cento das culturas analisadas, a escolha de um nome acontece no primeiro mês de vida. No sistema antroponímico

brasileiro, é comum que a escolha de um nome ocorra durante o processo de gestação e o registro em cartório seja feito logo nos primeiros dias após o nascimento. Na Libras, pelo que constatamos, a maioria dos sinais foi atribuído logo após o nascimento, salvo as duas situações transcritas a seguir:

[...] quando criança fazia com frequência o sinal de "desculpa" (letra Y), meu pai achava engraçado e voltando a comunidade surda precisava de uma identidade, então fazendo o movimento CM com a mão esquerda, faço a letra J e bato no rosto onde tenho uma verrugazinha (I56-SE/F).

Meu tio materno (I61-SE/F).

A informação apresentada pela I56-SE/F sugeriu, de antemão, que a própria informante havia criado o seu sinal de nome. Face a esta dúvida, entramos em contato e obtivemos como resposta que a expressão “eu criei meu sinal” estava relacionada à motivação para a criação do sinal, uma vez que ela tinha como hábito pedir desculpas com frequência. Seu pai, de tanto observar esse hábito, criou o seu sinal com base nele, associado à letra do seu nome, quando ela tinha entre três ou quatro anos.

A nomeação da informante I61-SE/F, conforme relatado na seção anterior, foi feita pelo tio materno. No contato realizado para o esclarecimento de detalhes, foi nos relatado que essa nomeação ocorreu por volta de 2 ou 3 anos de idade. Na ocasião, perguntamos a forma que ela era referenciada/identificada antes do sinal, o que resultou na seguinte resposta:

[...] menina, mamãe falava minha menina. Fazia o sinal de ME@ (minha) e fazia MENIN@ (menina). Era assim, aí papai também falava minha menina, e meu tio... porque meu tio morou um tempo com a gente, então ele falava “cadê a menina” e fazia o sinal de MENIN@ (menina). É “minha menina” mamãe falava assim. Falou um bom tempo. [...] Mesmo depois, eu com sinal ela falava “minha menina” (I61-SE/F).

O relato apresentado confirma a existência de uma experiência afetiva transposta na forma de referenciação de um filho. Apesar de ter ou não um sinal de nome, a expressão “minha menina” cumpria a função identificadora para a filha, o que também é observado na Língua Portuguesa por meio de expressões “meu bebê”, “o (a) neném” e outras expressões utilizadas no processo de referenciação, demonstrando que, para além das diferenças, há semelhanças entre os sistemas de nomeação (referenciação) nas diferentes culturas (AINIALA; SAARELMA, SJÖBLOM, 2016).

A falta de uma regularidade quanto ao momento da atribuição de um sinal de nome provavelmente poderá ser explicada a partir do conceito que os nomeadores têm a respeito do que é o sinal de nome. A hipótese é a de que quanto maior a percepção de um sinal como um símbolo de identidade, maior será o tempo de espera para a atribuição de um sinal. De outro modo, aqueles que percebem a nomeação como um processo de atribuir um signo que tem uma função referencial, provavelmente, não terão dificuldades em nomear as pessoas de forma mais antecipada. Vale registrar também que outras variáveis podem estar neste processo, como o desejo de uma pessoa em receber um sinal, a necessidade dos intérpretes para que alguém receba um sinal para facilitar a interpretação, dentre outros.

## 7.5 AS (POSSÍVEIS) MUDANÇAS DE UM SINAL DE NOME

A possibilidade de uma pessoa mudar seu nome civil varia de acordo com a comunidade na qual está inserida. Ainiala, Saarelma e Sjöblom (2016) observam que, no mundo ocidental<sup>147</sup>, as mudanças que ocorrem na identidade de uma pessoa podem acarretar na alteração de um nome, por exemplo, o casamento, que possibilita alterar o sobrenome, a criação de um pseudônimo por um determinado autor e a mudança de religião. No Brasil, conforme Amaral e Seide (2020), uma pessoa carrega o mesmo nome por toda vida, entretanto, algumas legislações permitem alterações em determinadas circunstâncias, como a correção de erros de grafia, a substituição por apelidos públicos notórios, alterações de nomes que expõe a pessoa ao ridículo, os casos de adoção e, como medidas protetivas, pessoas que colaboraram na elucidação de um crime. Na China imperial, por exemplo, existia uma troca de nome compulsória. No século III a.C., nenhuma pessoa poderia ter o mesmo nome do imperador chinês ou de seus ancestrais. Tal coincidência envolveria punições e a necessidade de alteração do nome dos súditos que tivessem o mesmo nome do imperador que ascendia ao poder (WALKOWIAK, 2018).

Conforme anunciado anteriormente, os sistemas de nomeação nas comunidades surdas não são oficiais, uma vez que não estão sujeitas às legislações. Não obstante, os sinais de nome, como integrantes do léxico e do cotidiano interacional e cultural de uma determinada comunidade, podem estar sujeitos às convenções estabelecidas por ela. Entre os surdos chineses, por exemplo, uma vez atribuído e divulgado o sinal, é tarde demais para mudá-lo (YAU; HE, 1989), o mesmo ocorre entre os surdos palestinos (STRAUSS-SAMANEH, 2001

---

<sup>147</sup> Cabe observar que essa visão de ocidente não diz respeito à critérios geográficos, mas às questões relativas ao desenvolvimento econômico, democracia e aspectos culturais de base europeia. Os países considerados ocidentais do ponto de vista europeu são aqueles localizados na Europa, Estados Unidos da América e Austrália.

*apud* PAALES, 2011). De outro modo, nas comunidades surdas europeias e americanas, a possibilidade de uma mudança no sinal de nome é bastante aceitável (PAALES, 2011).

Até o momento, pelo que se pode apurar, nenhum estudo a respeito da possibilidade de alteração de um sinal de nome na comunidade surda brasileira foi realizado. Percebe-se, no entanto, a existência de diferentes perspectivas no tocante à possibilidade da alteração de um sinal de nome. Neste trabalho, será introduzida uma discussão a respeito da temática, sob a perspectiva dos ouvintes, a qual reflete aspectos de suas experiências individuais e coletivas.

A percepção da impossibilidade da alteração de um sinal de nome foi pouco relatada em nossa pesquisa. Em referência à pergunta “Quais seus sentimentos em relação ao seu sinal? Você gosta dele? Por quê?”, apenas três respostas apontam para uma perspectiva de imutabilidade do signo. A primeira apresenta uma concepção um pouco mais rígida: “não gosto, acho feio, **mas sei que não posso mudar**” (I14-CO/F – grifo nosso); os demais expuseram tentativas de mudança, sem sucesso: “[...] quis mudar o meu sinal, **mas já não podia mais**” (I32-SE/F – grifo nosso) e “[...] quando entendi que não era daquela forma<sup>148</sup> que se escolhia um sinal. Os **surdos com quem eu convivia não me permitiram mudar de sinal**, os anos se passaram e eu mantive o sinal” (I03-NE/M – grifo nosso). Os relatos apresentados sugerem a existência, por alguns integrantes da comunidade surda, do que estamos chamando de “crença da imutabilidade de um sinal”, tendo como base o conceito de crença postulado por Barcelos (2006):

[Crenças são] uma forma de pensamento, construções da realidade, maneiras de ver e perceber o mundo e seus fenômenos, co-construídas em nossas experiências resultantes de um processo interativo de interpretação e (re)significação. Como tal, crenças são sociais (mas também individuais), dinâmicas, contextuais e paradoxais (BARCELOS, 2006, p.18).

A maioria das respostas apresentadas apontam para concepções que envolvem uma maior flexibilidade quanto à aceitação da alteração de um sinal de nome no decorrer da vida de uma pessoa. Para chegar a essa conclusão, baseamo-nos em duas situações recorrentes. A primeira diz respeito ao oferecimento da possibilidade de troca de um sinal, mesmo que o portador não tivesse interesse, conforme os relatos:

Gosto dele, já recebi propostas para mudar, mas como já uso a muito tempo prefiro ficar com ele mesmo, ainda que por um simples movimento diferente fica parecendo o sinal de (segunda feira) (I08-NE/M).

---

<sup>148</sup> Esta situação diz respeito ao informante que criou o seu próprio sinal por medo de receber um que evidenciasse algum defeito seu.

[...] Já tentaram mudar para associar por outra característica mais forte, mas eu não quis (I18-NE/F).

[...] Recentemente uma surda de Salvador disse que ele fazia referência ao sinal antigo da Telemar e perguntou se eu não gostaria de trocar, porém não me incomodou a informação e tão pouco tenho vontade de mudar. Acho simples, tem movimento, e marca meu ingresso na comunidade surda (I19-NE/F).

Não tenho problemas com o sinal. No entanto acho simples e muito comum. Outros surdos, alunos adultos, tentaram mudar algumas vezes, mas não foi reconhecido ou usual, hoje mantenho o sinal para não causar confusão (I18-S/F).

Eu adoro o meu sinal, ele é muito representativo, pois através dele que eu estabeleci inúmeros contatos com os surdos desde o início da minha aprendizagem. Alguns surdos já perguntaram se eu tinha vontade de mudar de sinal, para um que fizesse referência aos meus olhos, no entanto, eu nunca pensei em mudar de sinal [...] (I32-S/M).

Os excertos acima demonstram certa possibilidade de “negociação” quanto à alteração de um sinal de nome. Se, como já anunciado, em um primeiro momento é o surdo o responsável por atribuir um nome na Libras e os ouvintes parecem ter um papel mais passivo nesta relação, por outro lado muitos surdos mostram-se abertos a alterações, caso o recém-nomeado sinta algum tipo de constrangimento ou insatisfação.

A outra situação que nos permite acreditar na possibilidade de alterações de um sinal de nome foram as trocas de sinais que, efetivamente, ocorreram. Dentre todos os participantes da pesquisa, 21 revelaram que tiveram seus sinais de nomes alterados. Os principais motivos foram: 1) sinal igual ou parecido com o de outra pessoa pertencente à mesma comunidade; 2) as conotações negativas que o sinal pode ter; e 3) a influência da Língua Portuguesa na formação do sinal de nome.

Wild (2017), discutindo o sistema de nomeação de pessoas na Língua de Sinais Americana (ASL), reitera que os sinais de nome são identificadores exclusivos, e neste sentido, duas pessoas em uma mesma região não podem ter o mesmo sinal, caso esta situação ocorra, há a necessidade de alterar o sinal de uma delas. A pesquisadora complementa ressaltando que, em caso de duas pessoas com o mesmo sinal, a mais jovem ou aquela que entrou na comunidade por último será a que vai modificar o sinal e ressalta que se houver coincidência de sinais pertencentes a um surdo e a um ouvinte, quem mantém o sinal é sempre o surdo, não levando em conta idade ou posição no grupo. Os relatos apresentados revelam semelhanças com o exposto por Wild:

[...] Antigamente meu sinal era um "E" ao lado da boca por causa de linhas de expressão que tenho, mas os surdos na escola **mudaram porque tinha na mesma escola outra pessoa com um sinal semelhante** (I48-NE/F).

Eu já possuía um outro sinal, que era "ED" [de EDxxx] (estilizado em sinal soletrado) que me havia sido dado por ouvintes. Mas, por coincidência, enquanto estávamos entre outros amigos surdos, encontramos um outro "ED" [de EDxx]. Como **eu era mais recente na comunidade**, fui rebatizado (I58-SE/M – grifo nosso).

Vale ressaltar que a comunidade surda já havia me batizado, CM em L, com PA na testa, movimento passando da esquerda para a direita. Mas isso causou desconforto entre os surdos **por conta de que tinha outras pessoas com o mesmo sinal, surdos e ouvintes**. Após foi trocado para outro sinal de CM em L nas pintas que eu tinha. Esse sinal eu não gostava, me causava desconforto. Porque eu não gostava dessas pintas que eu tinha. No curso, mencionado acima, a professora em questão me deu um novo sinal, que uso até hoje (I34-N/M - grifo nosso).

Ele [surdo] precisou trocar o meu sinal, pois o meu anterior era confundido pela comunidade surda **como outra intérprete que tinha as mesmas características físicas que eu e o mesmo sinal**. No curso recebi o primeiro sinal. Ao começar a trabalhar com os surdos, em seguida, eles perceberam a semelhança e um deles fez a troca (I68-S/F - grifo nosso).

Eu possuía outro sinal, mas uma pessoa mais antiga da comunidade surda mudou para nosso meio, e começou a criar confusão. **Então por ser a mais nova**, disseram que eu precisaria mudar, foi uma roda de surdos e ouvintes pensando em como ficaria. A polêmica foi mais porque tinha outra pessoa com mesmo sinal, mas era um homem, aí ficava a confusão, ter sempre q explicar a quem estavam se referindo (I52-SE/F - grifo nosso).

Tenho uma pinta na minha bochecha, bem aparente e **como existia outra pessoa com sinal** só utilizando o dedo indicador, resolveu-se indicar a pinta pelo R referenciando meu nome Roberto (I59-S/M - grifo nosso).

Um surdo por volta de 15 anos. Quando comecei a aprender libras no ano de 2005. A professora me apresentou o surdo e houve o batismo. Entretanto ele me deu apenas o sinal com a letra do meu nome, anos depois eu pedi para que **fosse alterado porque tinha uma outra intérprete com o sinal muito parecido**, mudando somente o movimento. Então uma surda adulta acrescentou a característica das sardas utilizando o número 5 na bochecha (I58-CO/F - grifo nosso).

O primeiro, foram meus pais. A composição foi sugerida por um surdo que trabalhava comigo numa escola. Tem uns 10 anos que meu sinal teve uma composição de outro sinal **para que os surdos pudessem me diferenciar de um amigo** (que também é CODA) [...] Ele tem até hoje o mesmo sinal (A letra J) (I62-SE/M - grifo nosso).

Um surdo me deu esse sinal numa confraternização do curso básico de Libras. Houve uma pequena mudança de Configuração de Mão. Antes era só o C. Depois outro surdo “referência” sugeriu para o surdo que me deu o sinal, acrescentar o A **porque já havia muita gente com um sinal parecido** (I05-SE/M - grifo nosso).



Foi a comunidade surda que fez a troca **porque tem o surdo Fulano de CG** [Campo Grande] que o sinal era o mesmo (I34-CO/M - grifo nosso)<sup>149</sup>.

Tem uns 10 anos que meu sinal teve uma composição de outro sinal para que os surdos pudessem me diferenciar de um amigo (que também é CODA) (I62-SE/M - grifo nosso).

As experiências relatadas apontam para a incompatibilidade da coexistência de sinais de nomes iguais atribuídos a pessoas diferentes dentro de um mesmo grupo, conforme anunciou Wild (2017). Da mesma forma que ocorre na ASL, quando há uma coincidência de sinais, aparentemente, o que recebeu o sinal por último cede à mudança. O último relato é o único que deixa claro que um dos portadores de um sinal é um surdo e quem alterou o sinal foi um ouvinte. Como a situação não foi recorrente, tampouco este foi o foco da investigação, não temos elementos para afirmar se a alteração se deu por conta da ordem cronológica de nomeação ou pela oposição surdo/ouvinte.

O fato de, aparentemente, existir um certo desconforto entre duas pessoas que tenham mesmo sinal em uma mesma comunidade surda local, não significa que não existam pessoas com o mesmo sinal quando se considera a comunidade surda nacional como um todo. No entanto, as trocas motivadas em virtude da identificação de dois sinais iguais em uma determinada comunidade reforçam outra função dos sinais de nome: manter a individualidade.

Alguns sinais de nomes parecem despertar, em um número de surdos, conotações tão desagradáveis que desencadeiam um processo de alteração desses nomes próprios. Ao que tudo indica, num primeiro momento, os ouvintes podem receber um sinal quando ainda não há conhecimento mais aprofundado da Libras e acabam ficando “refêns” do que é determinado pelo outro, que nem sempre é fluente na língua também. Passado o tempo e a inserção na comunidade surda, alguns ouvintes são interpelados por outros surdos, os quais percebem aquele sinal de uma outra forma e, a partir de suas próprias interpretações, ou até mesmo de um conhecimento cultural ou linguístico mais amplo, acreditam que o sinal poderá causar constrangimento ao portador e optam pela troca, conforme exposto:

Foi um amigo surdo. Eu tinha outro sinal, mas disseram que era melhor mudar e esse surdo meu deu o sinal [parecia algo obsceno<sup>150</sup>] (I58-NE/F).

---

<sup>149</sup> Informação confirmada via *WhatsApp* no dia 29/05/2021.

<sup>150</sup> Informação confirmada via *WhatsApp* no dia 10/04/2021.

Esse é o meu segundo sinal, pois o primeiro podia ser confundido com o sinal do órgão genital masculino (I51-N/F).

Foi uma troca de sinal, pois o meu sinal foi um pouco ridicularizado. Eu era aluno do curso de libras e um surdo me deu esse sinal. [dava uma conotação de porco<sup>151</sup>] (I61-NE/M).

Na verdade, meu primeiro sinal era outro (recebi em 1990) e em 2000 os surdos diziam que parecia doença e trocaram e me deram esse novo sinal (Dentuça) embora que na época a justificativa do sinal, segundo eles, era que eu brincava com a língua...rsrs (I10-S/F).

Ele falou que não era legal, pois parecia arma, ou algo assim<sup>152</sup> (I32-CO/M).

As mudanças elencadas podem ter como pano de fundo os tabus. Guérios (1979) define tabu como algo a ser proibido de pegar, matar, ver, dizer qualquer coisa sagrada. Aqueles que cometem tais atos estão sujeitos a desgraças, tanto de ordem coletiva, familiar ou até mesmo individual. Assim, segundo o autor “existem objetos-tabu que não devem ser tocados; lugares-tabu, que não devem ser pisados ou de que não se deva avizinhar; ações-tabu, que não devem ser praticadas; e palavras-tabus, que não devem ser proferidas” (GUÉRIOS, 1979, p. 1).

No que concerne aos tabus linguísticos, Guérios (1979) aponta para a existência de dois tipos: o próprio e o impróprio. Nas palavras do pesquisador, o tabu linguístico próprio diz respeito à:

[...] proibição de dizer certo nome ou palavra, aos quais se atribui poder sobrenatural, e cuja infração causa infelicidade e desgraça [...]; [e o impróprio] é a proibição de dizer qualquer expressão imoral ou grosseira [sendo] o primeiro de caráter mágico-religioso ou de crença, e o segundo é moral ou de sentimento (GUÉRIOS, 1979, p. 5).

Pouco se pesquisou a respeito dos tabus linguísticos nas línguas de sinais. No entanto, mesmo não havendo uma proibição quanto aos sinais atribuídos, aparentemente, algumas motivações apresentadas para a mudança dos sinais de nomes parecem emergir de um tabu linguístico impróprio, uma vez que precisaram ser substituídos por sinais que não denotem algo imoral ou grosseiro. Cabe ressaltar ainda que os tabus linguísticos não são uniformes na intensidade, tampouco coincidentes para todos os povos, comunidades e famílias, o que explicaria a possibilidade desses sinais serem normalmente aceitos por uns e rejeitados por outros (GUÉRIOS, 1979). Esta questão pode ser mais bem estudada sob a ótica do nomeador,

<sup>151</sup> Informação confirmada via *WhatsApp* no dia 16/03/2021.

<sup>152</sup> Informação confirmada via *WhatsApp* no dia 23/03/2021.

ou seja, partindo da perspectiva dos surdos quanto ao que é moralmente aceito, o que não é escopo desta tese.

O terceiro motivo relatado para a alteração de um sinal de nome diz respeito aos sinais criados utilizando configurações de mão que remetem às letras da Língua Portuguesa. O descontentamento quanto à formação do sinal foi identificado tanto da parte do próprio portador do sinal quanto por pessoas surdas conforme os seguintes relatos:

[...] A comunidade surda ali presente atendeu a minha solicitação [de mudar o sinal] após eu explicar o incômodo que **sentia por todos utilizarem uma letra para me identificar**. Acredito que precisamos nos desvincular o máximo possível da LP para assim conquistarmos o espaço mental que a libras precisa ter na mente das pessoas. Foi um dos dias mais felizes da minha vida (I40-SE/F - grifo nosso).

Quem me deu o sinal foi a minha irmã (surda) juntamente com a comunidade surda do RS. Meu sinal era outro (D no coração) e a comunidade surda gaúcha resolveu **trocar para retirar a LETRA (alfabeto manual) do sinal**. Eles se reuniram e modificaram o sinal me batizando novamente. A intenção do sinal segue a mesma: o coração. Apenas a letra D saiu (I06-S/F - grifo nosso).

Em um primeiro momento tinha outro sinal, esse colega achou que não combinava. Eu concordei e recebi esse. Gosto muito porque até agora não conheço alguém que tenha o mesmo. [...] Esse colega **era desse movimento contra o sinal ter a configuração da letra do nome**, essa influência da Língua Portuguesa (I98-S/F - grifo nosso).

Gosto muito, esse é o segundo sinal que recebi. O primeiro era apenas a letra M, **influência forte da comunicação total**, meu sinal atual com forte influência do bilinguismo é das características individuais (I91-S/F - grifo nosso).

A despeito do pequeno número de sinais de nome que realmente foram alterados em virtude da influência da Língua Portuguesa na formação desses sinais, a insatisfação em ter um sinal formado por meio de configuração(ões) de mão(s) que remete às letras do alfabeto, bem como a satisfação por não ter influência da Língua Portuguesa foram recorrentes em nossas análises, conforme as respostas abaixo<sup>153</sup>:

Eu gosto do meu sinal, mas **gostaria de trocá-lo para um sinal sem letras** e mais visual, com uma característica mais de personalidade, mania ou gosto do que física (I15-SE/F - grifo nosso).

---

<sup>153</sup> As respostas são oriundas da seguinte pergunta: Quais seus sentimentos em relação ao seu sinal? Você gosta dele? Por quê?

Antigamente eu gostava. Mas depois eu descobri a **influência das letras nos sinais** e que ele deveria ser natural e quis mudar o meu sinal, mas já não podia mais (I32-SE/F - grifo nosso).

Gosto! Na época ainda tinha pouco conhecimento e se fosse agora teria pedido para **não ter letra** (I34-SE/F - grifo nosso).

Hoje já me habituei a ele, mas gostaria que **não fosse com uma CM que se referisse a uma letra** (I73-NE/F - grifo nosso).

Sempre **me incomodou o fato do meu sinal usar a primeira letra do meu nome**, mas acabei me acostumando e hoje estou tranquilo em relação a ele (I37-CO/M - grifo nosso).

Gosto dele, parece comigo porque já me acostumei, mas **gostaria que fosse sem letra**. Por algumas vezes já pensei em mudar por conta própria (I32-N/F - grifo nosso).

Gostaria de mudar com certeza pois era da época em que **se usava muito o português para criar os sinais**. Sendo hoje um pré-requisito ser a característica da pessoa para se criar um sinal, gostaria muito que isso também se desse comigo. Já tentei mudar uma vez, mas como eu tenho a muitos anos e a comunidade já me conhece, permaneceu (I21-S/F - grifo nosso).

Eu gostei na época, mas é um sinal muito comum e **atrelado ao português** (I-94-S/F - grifo nosso).

Amo meu sinal, **acho bacana ele não remeter a letra do meu nome**, usando a gente ganha um sinal não entendemos muito seu significado...hoje acho que ele muitas vezes é dado de forma muito fugaz, letra do nome no olho, no queixo.... e o sinal rica p vida toda, deveriam dedicar mais estudo (I75-S/F - grifo nosso).

Gosto do meu sinal porque é um dos poucos que conheço que **não utilizam a letra inicial** do nome da pessoa (I39-NE/M - grifo nosso).

Gosto dele [sinal de nome] porém **queria um sinal sem letra**, um sinal natural (I54-NE/F - grifo nosso).

Gosto muito por ser um sinal genuíno, **não tem a letra inicial do meu nome**, desta forma eu vejo como um sinal próprio da Libras (não estou aqui desmerecendo os sinais que iniciam com uma CM que representa a letra inicial) mas no sentido que meu sinal não possui empréstimo linguísticos do português, e sobre a piadinha de parecer quinta-feira, já me acostume (I11-N/M - grifo nosso).

Gosto do meu sinal **porque ele não possui vínculo na língua portuguesa** (o sinal não possui a configuração da letra inicial do meu nome). Ele representou uma característica física que muito visual para a comunidade surda (mesmo que fosse de forma momentânea, pois o aparelho iria ser retirado em algum momento) (I64-S/M - grifo nosso).

Gosto **porque meu sinal não tem letra em português** (Por exemplo, a letra "E" de meu nome junto com o movimento do sinal em LIBRAS). Vejo que vários sinais de amigos têm a letra inicial do seu nome em português junto

a configuração de mão. Eu não concordo, porque a língua de sinais é livre e independente das línguas orais. Por isso, adoro meu sinal (I21-NE/F - grifo nosso).

A discussão a respeito de sinais formados por configurações de mão que remetem às letras do alfabeto não é recente e é bastante polarizada (CASTRO, VALSECHI; FREITAS, 2016). Segundo os autores, tal polarização ocorre por meio de duas representações: de um lado, a compreensão da influência das línguas orais como línguas hegemônicas e colonialistas e, de outro, como fenômeno de línguas em contato. Os sinais de nome, conforme visto em nossos dados, não ficam de fora dessa discussão.

Essa seção procurou identificar várias questões relacionadas à atribuição de um sinal de nome para pessoas ouvintes em situação de contato com a comunidade surda. Toda essa contextualização é extremamente importante para que se compreenda o papel dos sinais de nome no processo de construção identitária dos ouvintes, considerados como *outsiders* dentro da comunidade surda. Os relatos apresentados demonstram que o sinal de nome pode ser considerado como um símbolo de inserção nas comunidades sinalizantes, como já foi apontado em outras línguas de sinais, bem como refletem aspectos culturais destas comunidades e suas relações com as duas línguas que os circundam: a Língua Portuguesa e a Libras.

## 7.6 PROCESSOS CONCEPTUAIS SUBJACENTES À FORMAÇÃO DOS SINAIS DE NOME

Teixeira (2007) afirma que a função prioritária da alcunha não é captar o que é essencial de um indivíduo, mas capturar uma característica que permita uma identificação rápida, ou seja, um pormenor cognitivamente relevante. Nesse sentido, a alcunha baseia-se no princípio da caricatura, em que se ressalta com exagero uma parte que irá representar o outro. Ainda segundo o autor,

Numa dimensão psicolinguística, parece ganhar força a ideia de que o processamento da informação difere não em função de literal-figurado, mas em função de saliente-não-saliente (GIORA, 1997). Ou seja, a informação tradicionalmente dita figurada (metáfora/metonímia) não é processada sobre a literal (e por conseguinte depois dela), mas pode ser processada diretamente sem envolver o processamento da etapa literal, desde que, essa mesma informação “figurada” seja cognitivamente saliente (TEIXEIRA, 2007, p. 212).

O autor sugere que as alcunhas confirmam esse processo, na medida em que são processos metafóricos e/ou metonímicos na maioria dos casos. Tais processos, devido ao seu grande poder cognitivo, são verificáveis nas alcunhas, pois, por meio deles, “não só referem/identificam como (até certo ponto) descrevem. Daí a ilusão de que retratam o essencial: atingem é aquilo que é saliente. Só que, cognitivamente, o mais saliente nem sempre é o essencial” (TEIXEIRA, 2007, p. 212).

Os sinais de nome, da mesma forma que as alcunhas, também são oriundos de processos metafóricos e, principalmente, metonímicos, pois uma característica saliente é realçada para que se permita identificar uma pessoa. Nesta seção, abordaremos esses processos conceptuais, partindo dos mais prototípicos aos menos prototípicos.

#### 7.6.1 Metonímias conceptuais subjacentes à formação dos sinais de nome

Conforme exposto no capítulo 4, Lakoff e Johnson (2002 [1980]) afirmam que as metáforas e as metonímias fazem parte do nosso cotidiano, tanto na maneira de agir quanto de pensar e falar. De antemão, anunciamos que os processos metonímicos foram os mais recorrentes na formação de sinais de nome na amostra analisada, pois, dos 383<sup>154</sup> sinais de nome analisados, 371 (96,9%) foram formados a partir de processos metonímicos. Essa constatação pode estar relacionada a um dos objetivos metonímia defendido por Lakoff e Turner (1989, p. 100): a referencialização. Nesse sentido, grande parte desta descrição concentra-se nesse mecanismo de conceptualização, no entanto, outros processos foram identificados, os quais são abordados mais adiante.

A definição adotada neste trabalho, conforme exposto anteriormente, foi formulada por Barcelona (2015, p. 146-147): “A metonímia é um mapeamento assimétrico de uma entidade conceptual<sup>155</sup>, a fonte, para outra entidade conceitual, o alvo. Fonte e alvo estão no mesmo *frame*<sup>156</sup> e seus papéis estão ligados por uma função pragmática, de modo que o alvo é ativado mentalmente”.

Tendo em vista que esta tese tem como foco os antropônimos na Libras, estamos investigando de que forma os surdos conceptualizam as pessoas e, a partir desta

---

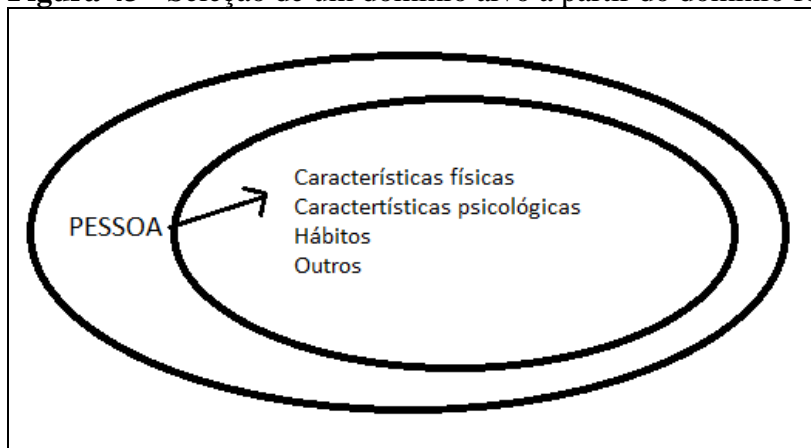
<sup>154</sup> Ressaltamos que, dentre as 393 respostas computadas nesta tese, não pudemos recuperar a motivação de 10 sinais de nome, em virtude de as respostas serem vagas, conforme anunciado no Capítulo VI.

<sup>155</sup> Em Barcelona (2012), o autor utiliza o termo domínio conceptual.

<sup>156</sup> No Capítulo 4, destinado à Linguística Cognitiva, ressaltamos que, para Barcelona (2012), *frames* e domínios funcionais são usados como termos equivalentes, diferente de Wilcox (2004), que emprega o termo “domínio” por utilizar a gramática cognitiva de Langacker (1987).

conceptualização, nomeiam. Assim sendo, seguindo a proposta de Barcelona (2015), no *frame* SER HUMANO, podemos conceptualizar uma pessoa (domínio fonte) em termos de algum traço físico, comportamental, social, cultural (domínio alvo), por meio de processos metonímicos. Para exemplificar, uma pessoa pode ser conceptualizada em termos de alguma característica física saliente, conforme a seguinte forma:

**Figura 43** - Seleção de um domínio alvo a partir do domínio fonte



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Em termos de categorização, descreveremos primeiros os sinais de nome mais prototípicos para, sem seguida, nos concentrarmos nos mais periféricos, conforme proposto pelos estudos cognitivistas. Para que possamos identificar os sinais de nome mais prototípicos dentro da categoria dos antropônimos na Libras<sup>157</sup>, os dados são tratados em termos de frequência estatística absoluta<sup>158</sup> a partir das categorias identificadas em um levantamento inicial. A decisão por esse método de tratamento de dados diz respeito à falta de pesquisas anteriores que tenham se ocupado de apresentar traços de membros dentro da categoria dos nomes próprios nas línguas de sinais.

Os sinais de nome, de uma forma mais esquemática, são formados por meio de várias metonímias encadeadas, ou organizadas hierarquicamente (BARCELONA, 2015). A mais genérica é a metonímia PARTE PELO TODO, na qual, a depender do usuário da língua, uma parte saliente é usada para representar o todo, tendo em vista que, no ato da nomeação, ocorre a seleção de algum aspecto envolvendo o nomeado, o qual será encapsulado na forma de um

<sup>157</sup> Devido ao pioneirismo deste trabalho, estamos assumindo que encontramos os sinais de nomes mais prototípicos na Libras. No entanto, temos ciência de que estamos analisando um *corpus* específico e de que há necessidade da realização de outros trabalhos para confirmar (ou não) a nossa proposta.

<sup>158</sup> A frequência estatística absoluta pode ser compreendida como o número de vezes que uma mesma resposta apareceu em um determinado conjunto de dados. (BUSSAB; MORETTIN, 2010).

signo linguístico (McKEE; McKEE, 2000). Esse ponto vai ao encontro do que foi postulado por Lakoff (1987), ao afirmar que o esquema PARTE-TODO é fundamental, pois experimentamos os nossos corpos inteiros e termos de parte. A partir da metonímia PARTE PELO TODO, outras metonímias são desencadeadas, e as trataremos nesta seção.

#### 7.6.1.1 Sinais de nome mais prototípicos

Iniciaremos descrevendo as metonímias que formaram a maioria dos sinais analisados, aqueles que consideramos os mais prototípicos. Um caso especial da metonímia PARTE PELO TODO diz respeito à metonímia ROSTO PELA PESSOA. Segundo Lakoff e Johnson (2002 [1980]), quando nos propormos a exibir uma foto de um filho, ela será satisfatória para o interlocutor se for mostrado o rosto, mas não uma outra parte do corpo. Nas palavras dos autores,

Em nossa cultura, nós olhamos para o rosto da pessoa – mais do que sua postura ou seus movimentos – a fim de ter uma informação básica de como a pessoa é. Nós percebemos o mundo em termos de metonímia, quando identificamos uma pessoa pelo rosto e agimos de acordo com essa percepção (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 94).

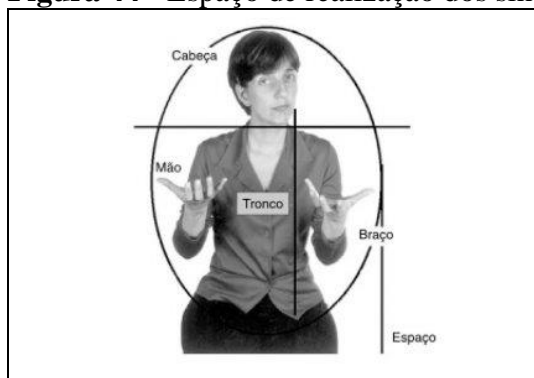
A afirmação feita pelos linguistas cognitivos pode ser constatada também na conceptualização de uma pessoa em termos do seu rosto nas línguas de sinais, revelando o quanto ela está presente no sistema conceptual humano, quer as pessoas utilizem uma língua oral, quer uma língua de sinais. O modo de conceptualizar uma pessoa pelo seu rosto é tão recorrente entre os falantes da Libras que, dentre os sinais de nome formados por processos metonímicos, 294 (80,1%) foram motivados a partir de alguma(s) característica(s) saliente(s) presente na região da cabeça do nomeado.

Quadros e Karnopp (2004) apontam que, como em outras línguas de sinais, o espaço de enunciação é “uma área que contém todos os pontos do raio de alcance das mãos em que os sinais são articulados (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 57), conforme a Figura 44. No espaço que compreende a **cabeça**, estão outros subespaços, como testa, nariz, boca, olhos, bochechas, queixo, dentre outros. Tendo em vista que os sinais são articulados nesses espaços, ou seja, o parâmetro Localização ou Ponto de Articulação é realizado nos espaços onde se encontra a característica selecionada, devido ao potencial semiótico das línguas de sinais (WILCOX, 2004), este parâmetro pode desempenhar um papel na iconicidade também, pois um traço fonológico (Ponto de Articulação) é conceptualizado no sinal de nome. Nesse sentido, a própria



localização do signo reflete o processo de conceptualização metonímica CABEÇA<sup>159</sup> PELA PESSOA.

**Figura 44** - Espaço de realização dos sinais

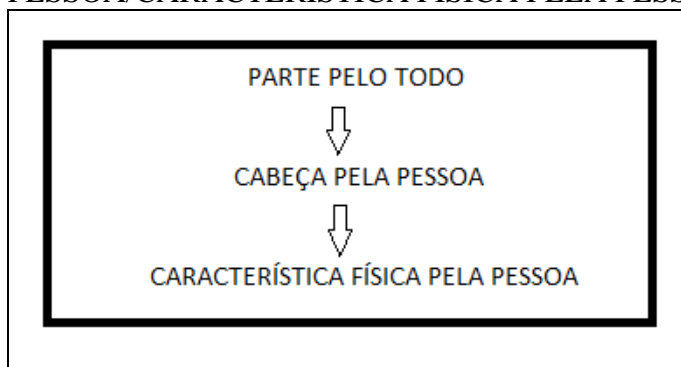


Fonte: Quadros, Karnopp (2004, p. 57).

Uma vez que a maioria dos sinais analisados são realizados na região da cabeça e motivados por uma característica física saliente, pode-se pensar na existência de um modelo de atribuição de sinais de nome dentro das comunidades surdas brasileiras no qual os traços salientes mais prototípicos selecionados sejam características físicas localizadas na face do referente. Nesse sentido, subjacente à metonímia PARTE PELO TODO/CABEÇA PELA PESSOA, identificamos a metonímia CARACTERÍSTICA FÍSICA PELA PESSOA, esquematizado na Figura 45. A partir desta metonímia é possível conceptualizar uma pessoa por meio de um sinal de nome em termos de alguma característica saliente, por exemplo, um corte de cabelo específico, o formato da sobrancelha, a presença de alguma marca, dentre outras que serão expostas mais adiante.

<sup>159</sup> Não utilizamos o termo “rosto”, proposto por Lakoff e Johnson (2002[1980]), mas sim *cabeça*, seguindo a divisão proposta por Quadros e Karnopp (2004), conforme Figura 42. Outra questão que contribuiu com nossa decisão está relacionada ao fato de os cabelos serem domínios muito salientados para a conceptualização de uma pessoa em termos de um sinal de nome, os quais estão na região da cabeça, não obstante, a base metonímica é a mesma proposta pelos autores supracitados.

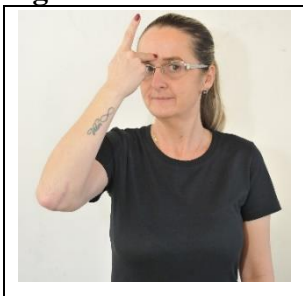
**Figura 45** - Esquema Metonímico PARTE PELO TODO/CABEÇA PELA PESSOA/CHARACTERÍSTICA FÍSICA PELA PESSOA



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Para exemplificar esta cadeia metonímica, apresentamos o sinal de nome da informante I02-SE/F (Figura 46), o qual é motivado pela presença de uma verruga/pinta ao lado da sobrancelha, conforme o seguinte relato: “porque eu tinha uma verruga com uma pinta ao lado da sobrancelha (I02-SE/F).

**Figura 46** - Sinal de nome da Informante I02-SE/F



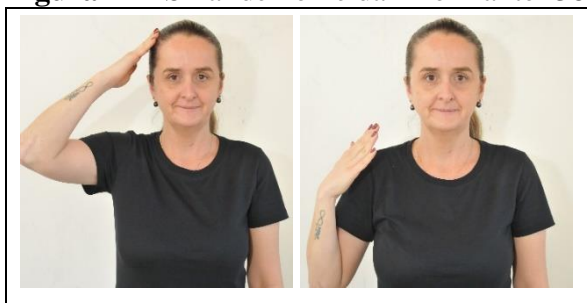
Fonte: Dados da autora (2022).

A partir do exemplo apresentado, cabe, antes de nos aprofundarmos na discussão a respeito da metonímia CHARACTERÍSTICA FÍSICA PELA PESSOA, tratar de algumas questões relacionadas à iconicidade, mesmo que esse não seja o tema principal da tese. O sinal de nome apresentado, seguindo a proposta de Wilcox (2004), é formado por um polo semântico (presença de verruga/sinal) e um polo fonológico (CM, PA, M). O parâmetro PA (ponto de articulação) reflete aspectos semânticos do signo, pois a localização é feita na região onde a pinta se encontra. Contudo, com relação aos parâmetros Ponto de Articulação e Movimento, eles não refletem, necessariamente, aspectos da conceptualização. Nesse sentido, a iconicidade é menos prototípica.

Outros parâmetros que formam o signo também podem revelar um grau mais elevado de iconicidade do sinal de nome ou ser iconicamente mais prototípico. Na Figura 47,

apresentamos o sinal da informante I38-SE/F, a qual tem o seu sinal motivado pelos cabelos ondulados e longos (polo semântico) representado em sua forma pelo PA localizado no cabelo, o M se estende por todo o comprimento, bem como simula as “ondas” do cabelo. Neste caso, é possível verificar um grau de iconicidade maior, visto que, mais de um parâmetro remete aos aspectos conceituais do signo. Provavelmente, um usuário fluente da língua conseguiria perceber a motivação que está por trás do sinal de nome apresentado.

**Figura 47** - Sinal de nome da Informante I38-SE/F

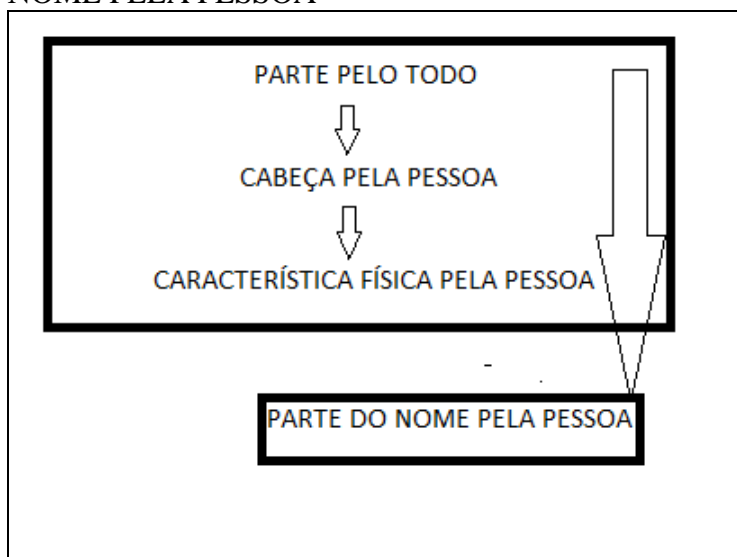


Fonte: Dados da autora (2022).

Apesar de o uso das CMs na formação de sinais serem consideradas um empréstimo lexical na Libras, no quinto capítulo, propomos que, do ponto de vista cognitivo, as CMs que remetem às letras do alfabeto manual da Língua Portuguesa podem também ter um papel na iconicidade dos nomes próprios na Libras. A partir da proposta, estabelecida por Taub (2004), na etapa da esquematização, a complexidade da imagem concebida, ou no caso dos sinais de nome, o(s) traço(s) salientes do nomeado devem ser adaptados às possibilidades de codificação por meio dos articuladores manuais. Como estamos assumindo que o nome na língua oral, por um lado, faz parte de sua identidade e, por outro, compõe o conhecimento enciclopédico do nomeador, no momento da escolha da CM de um determinado sinal, uma parte desse nome por ser representado por meio da CM correspondente ao nome civil<sup>160</sup>, o que, de certa forma, contribui para a unicidade que se quer demonstrar. Dito de outra forma, nos desdobramentos da iconicidade, no polo semântico apenas uma parte do nome pode ser destacada, gerando um sinal icônico-metonímico (NUNES, 2014). Wilcox; Wilcox e Jarque (2003) denominaram essa metonímia de ortográfica (WILCOX; WILCOX; JARQUE, 2003), e nós preferimos considerá-la como sendo PARTE DO NOME PELA PESSOA, oriunda da metonímia PARTE PELO TODO. Observamos que, neste esquema, há uma sequência metonímia representado na Figura 48:

<sup>160</sup> Em alguns poucos exemplos, a letra selecionada diz respeito ao apelido e não ao nome civil.

**Figura 48** - Esquema Metonímico PARTE PELO TODO/CABEÇA PELA PESSOA/CHARACTERÍSTICA FÍSICA PELA PESSOA acrescido da metonímia PARTE DO NOME PELA PESSOA



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Para exemplificar, apresentamos o sinal de nome do informante I20-N/F (Figura 49), o qual foi motivado a partir do penteado do cabelo e a primeira letra do seu prenome, ambos compondo o polo semântico. O polo fonológico, por sua vez, reflete aspectos dessa conceptualização, pois o PA é realizado no mesmo local do penteado e a CM representa a letra D (primeira letra do prenome), evidenciando, segundo nossa proposta, um certo grau de iconicidade. Assim, seguindo a proposta de Nunes (2014), teríamos um sinal icônico-metonímico, ou seja, Dxxx<sup>161</sup> PELO PENTEADO DO CABELO.

**Figura 49**- Sinal de nome da Informante I20-N/M



Fonte: Dados da autora (2022).

Como neste capítulo propomos reflexões iniciais a respeito dos papéis motivacionais das metonímias (principalmente) e de outros processos na formação de um sinal de nome,

<sup>161</sup> No caso dos sinais que envolvem a metonímia PARTE DO NOME PELA PESSOA, apresentaremos a letra do nome civil que está representada no sinal de nome.

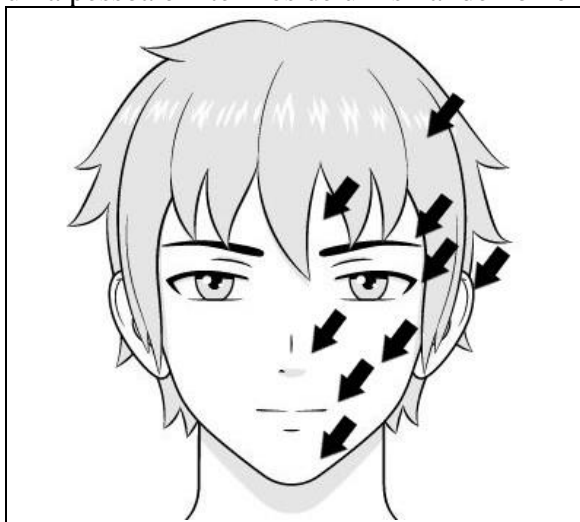
abordaremos com mais detalhe aspectos relacionados às características salientes selecionadas pelo nomeador, mas não nos propomos a fazer uma análise exaustiva a respeito da metonímia PARTE DO NOME PELA PESSOA. Nesse sentido, quando ela estiver concatenada com outras metonímias, nós apenas apontaremos se ela está presente ou não. Tendo em vista as discussões ideológicas a respeito do uso dessas CMs já apontadas, acreditamos que essa questão poderia ser melhor abordada a partir da ótica do nomeador/conceitualizador.

Passemos agora a analisar as metonímias mais prototípicas, no nível CARACTERÍSTICA FÍSICA PELA PESSOA. É exatamente neste processo metonímico que o falante escolhe uma característica saliente (para ele) a fim de criar o signo linguístico que fará parte da identidade do nomeado no interior das comunidades surdas. Gostaríamos de esclarecer que poderíamos descrever níveis mais específicos ainda em termos dos processos metonímicos, por exemplo, a metonímia CABELO POR PESSOA poderia concatenar a metonímia CABELO PRESO POR PESSOA em um nível mais baixo e de forma menos esquemática CABELO PRESO POR FULANO. No entanto, em virtude do número elevado de sinais de nome, concentraremos as análises apenas na CARACTERÍSTICA FÍSICA PELA PESSOA, apresentando os subdomínios selecionados.

Para que possamos analisar os mapeamentos metonímicos envolvidos na metonímia conceptual CABEÇA PELA PESSOA, e mais especificamente pela metonímia CARACTERÍSTICA FÍSICA PELA PESSOA, proporemos um domínio taxonômico o qual envolve as principais partes do rosto selecionadas para a formação do sinal de nome, tais como: cabelo, testa, sobrancelha, olhos, bochechas, nariz, boca, orelha, bem como marcas corporais localizadas em várias partes do rosto. Trataremos as marcas corporais (pintas, cicatrizes, manchas, sinais etc.) de forma separada, uma vez que elas se mostraram muito produtivas, sendo selecionadas também quando não estavam presentes no rosto, revelando ser uma fonte potencializadora no processo de individualização, conforme mostraremos mais adiante. Todas essas partes podem ser consideradas como (sub)domínios, seguindo a proposta de Barcelona (2003), e são ativadas mentalmente por meio de um outro (sub)domínio (PESSOA), operando no *frame* SER HUMANO. Essas partes podem ser consideradas como um (sub)domínio, pois, para que conheçamos cada uma delas, ativamos uma série de outros conhecimentos sobre as suas próprias funções e estruturas, sobre o rosto, o corpo humano, as suas funções, dentre outras; não dissociando os processos denotativos e conotativos, evidenciando a natureza enciclopédica da semântica (CUENCA; HILFERTY, 1999). Na Figura 50, a fim de ilustrar, identificamos os principais (sub)domínios localizados na cabeça, selecionados pelos

conceptualizadores no momento da atribuição de um sinal de nome, os quais são ativados mentalmente por meio do (sub)domínio PESSOA operando no *frame* SER HUMANO.

**Figura 50** - Domínios e (sub)domínios localizados na cabeça selecionados para conceptualizar uma pessoa em termos de um sinal de nome



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Na tabela abaixo, ordenamos os (sub)domínios utilizados para nomear pessoas, os quais geraram a metonímia CARACTERÍSTICA FÍSICA PELA PESSOA (CFPP), bem como aquelas que foram acrescidas da metonímia PARTE DO NOME PELA PESSOA (PNPP), começando pelas mais recorrentes até aquelas que aparecerem em menor número. Na sequência, abordaremos a respeito de cada uma, apresentando alguns exemplos a partir do que foi enunciado pelos participantes da pesquisa.

**Tabela 1** - Quantidade de sub(domínios) que geraram a metonímia CARACTERÍSTICA FÍSICA PELA PESSOA




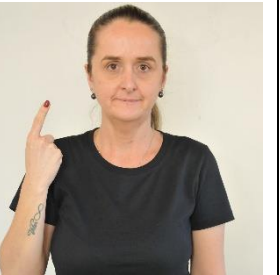
Gênero	Feminino		Masculino		Outros	Total
	CFPP PNPP	CFPP	CFPP PNPP	CFPP	CFPP PNPP	
Metonímias						
CABELO PELA PESSOA	35	26	11	9	1	82
MARCAS FÍSICAS PELA PESSOA	34	19	16	6		75
BOCHECHA PELA PESSOA	19	14	7	7		47
OLHOS PELA PESSOA	16	9	3			28
SOBRANÇELHA PELA PESSOA	8	2	7	5		22
BOCA PELA PESSOA	7	3	5	1		16
ORELHA PELA PESSOA	7	2	1			10
TESTA PELA PESSOA	1	1	4			6

QUEIXO PELA PESSOA		2	1	2		5
NARIZ PELA PESSOA	1	-	-	2		3
Totais	128	78	55	32	1	294

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

**CABELO PELA PESSOA** – Conceptualizar uma pessoa pelos seus cabelos parece ser algo muito comum na Libras, principalmente com relação às mulheres. Em termos mais específicos, vários traços foram utilizados como: tipo de cabelo (crespo, liso ou encaracolado), corte de cabelo (curto, longo, Chanel etc.), penteados (para o lado, com tranças, coques etc.), mechas (naturais). No Quadro 8, apresentamos quatro exemplos dos 82 sinais de nomes feitos por meio desta metonímia:

**Quadro 8** - Exemplos de sinais formados a partir da metonímia CABELO PELA PESSOA





CFPP/PNPP	CFPP	CFPP/PNPP	CFPP
			
[...] na época eu tinha longos cabelos cacheados e ele usou a primeira letra do meu nome para descrever meus cabelos. (I75-SE/F). Nome: <b>E</b> xxx	Devido a forma que sempre uso o cabelo. (I12-N/F).	Devido ao uso corrente de cabelo baixo estilo careca. (I41-CO/M) Nome do: <b>F</b> xxx.	Meu sinal é um movimento circular com o dedo indicador apontando para a cabeça e se refere ao meu cabelo cacheado. (I60-S/M).

Fonte: Dados da autora (2022).

**BOCHECHA PELA PESSOA** – Toda a área que compreende as partes laterais da face também foi um importante subdomínio selecionado para estruturar um sinal de nome. De uma forma mais específica, os traços selecionados foram a presença de linhas de expressão, a cor (rosadas) e, principalmente, a presença de “cavinhas”. No caso destas últimas, elas revelam um caráter muito individualizador do sujeito nomeado (um dos objetivos dos antropônimos), uma vez que elas não estão presentes em todas as pessoas. No caso dos informantes homens, encontramos apenas três sinais de nome formados pela presença de barba. No quadro 9,

apresentamos alguns exemplos, extraídos dos 75 sinais de nome que foram formados por meio desta metonímia:

**Quadro 9 - Exemplos de sinais formados a partir da metonímia BOCHECHA POR PESSOA**





CFPP/PNPP	CFPP	CFPP/PNPP	CFPP
			
Devido a 1 "furinho" que tenho nas bochechas desde que nasci. (I02-N/F). Nome: <b>L</b> xxx	Porque tenho uma cavidade (cavinha) na bochecha. (I23-S/F).	Está associado à letra inicial do meu nome e uma característica minha (costeleta). (I54-N/M) Nome: <b>M</b> xxx	Caracteriza minha barba. (I33-N/M).

Fonte: Dados da autora (2022).

**OLHO PELA PESSOA** – A conceptualização de uma pessoa, por meio de um sinal de nome, decorrente de alguma característica específica na área dos olhos ocorreu, principalmente, a partir dos seguintes traços: olhos “puxados” (caso dos descendentes de orientais), cor dos olhos (claros), uso de óculos. Outros traços também foram encontrados em menor número: olhos pequenos, presença de olheira, cílios grandes e uso constante de maquiagem. Dentre os 28 participantes da pesquisa que tiveram seus sinais formados por meio desta metonímia, apenas três são de origem oriental e todos receberam um sinal de nome relacionado aos olhos. Contudo, como a amostra é reduzida, não podemos afirmar que exista esse padrão na Libras. No Quadro 10 podemos observar alguns exemplos:



**Quadro 10** - Exemplos de sinais formados a partir da metonímia OLHO POR PESSOA





CFPP/PNPP	CFPP	CFPP	CFPP/PNPP
			
Devido a maquiagem que uso nos olhos. (I10-N/F). Nome: <b>F</b> xxx	Porque a surda que me deu o sinal disse que meus olhos verdes se destacavam (I45-NE/F).	Porque caracteriza os meus olhos que são um pouco puxadinhos (I33-S/F).	A letra T puxando o olho com a ponta do dedo indicador, porque meu nome é a primeira letra do meu nome e sou descendente de asiáticos (I34-S/M). Nome: <b>T</b> xxx

Fonte: Dados da autora (2022).

**SOBRANCELHA PELA PESSOA** – O formato e, principalmente, a espessura das sobrancelhas (ou muito grossas, ou muito finas) também se mostraram importantes fontes de motivação na estruturação de um sinal de nome. Alterações visíveis no formato da sobrancelha durante as interações também foram elencadas como fatores motivacionais para a atribuição de um sinal de nome. Um dos fatores que talvez contribua para a seleção dessa parte do rosto pode estar relacionado ao estabelecimento do olhar imprescindível na comunicação em língua de sinais. Assim, se o sujeito a ser nomeado tem uma sobrancelha com traços muito específico, pode chamar a atenção do nomeador logo nos primeiros momentos da interação.

No Quadro 11, apresentamos alguns dos exemplos extraídos dos 48 sinais de nome motivados por esta metonímia. Gostaríamos, em particular, de chamar a atenção para os sinais pertencentes aos informantes I22-SE/F e I01-CO/M, os quais, na forma, são idênticos, contudo, pertencem a uma pessoa do sexo feminino e uma do sexo masculino. Nesse sentido, diferente da maioria dos nomes na Língua Portuguesa, os quais, devido ao conhecimento onomástico que o falante possui, podem ser identificados como nomes femininos e nomes masculinos. Na Libras, aparentemente, a forma do sinal não reflete questões de gênero.

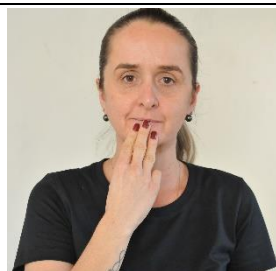
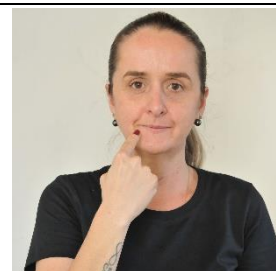
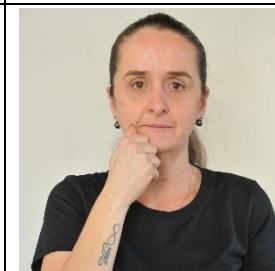

**Quadro 11** - Exemplos de sinais formados a partir da metonímia SOBRANCELHA PELA PESSOA

CFPP/PNPP	CFPP	CFPP/PNPP	CFPP
			
[...] minha característica física marcante no rosto eram as sobrancelhas grossas. [...] com configurações de mão em A. (I22-SE/F). Nome: Axxx	[...] por minha sobrancelha ser grossa (I24-SE/F).	Tal sinal leva em consideração minhas características físicas (sobrancelha) (I01-CO/M). Nome: Axxx	Esse sinal identifica minha sobrancelha que é muito definida e chamou atenção dos surdos (102-CO/M).

Fonte: Dados da autora

**BOCA PELA PESSOA** – Em termos de conceptualização de pessoas na Libras por meio de um sinal de nome, a partir de um traço saliente localizado na boca, temos as seguintes características: uso de aparelho dentário, sorriso, formato dos dentes e formato da boca. O uso do aparelho dentário, o qual provavelmente não acompanhará o sujeito nomeado durante a vida toda, demonstra que o traço saliente escolhido pelo nomeador pode ser de caráter transitório. Em relação ao formato dos dentes, ele ocorreu uma única vez em nossos dados e está relacionado a dentes mais salientes, o que pode estar atrelado ao que já discutimos no terceiro capítulo: os sinais de nome, diferente de muitos apelidos, não têm um caráter vexatório. No Quadro 12, apresentamos 4 exemplos para representar os 28 sinais de nome formados por essa metonímia.

**Quadro 12** - Exemplos de sinais formados a partir da metonímia BOCA PELA PESSOA





CFPP/PNPP	CFPP	CFPP/PNPP	CFPP
			

<p>Acredito que é por causa dos dentes salientes (sou dentuça (I10-S/F). Nome: <b>Mxxx</b></p>	<p>Porque usava aparelho nos dentes quando fui “batizada” (I35-NE/F).</p>	<p>Devido meu nome na frente da boca pois usava aparelho ortodôntico (I104-S/M). Nome: <b>Axxx</b></p>	<p>Porque na época que eu recebi o sinal eu utilizava aparelho ortodôntico (I64-S/M).</p>
--	---	--	---

Fonte: Dados da autora

**ORELHA PELA PESSOA** – Traços referentes a algum aspecto da orelha foram selecionados para formar apenas 10 sinais de nome. Uma hipótese para a pouca recorrência pode ser o fato de as orelhas não estarem tão salientes no campo visual do nomeador. As principais motivações foram as seguintes: presença de *piercing*, uso de brincos, quantidade de furos na orelha. No Quadro 13, apresentamos alguns exemplos:

**Quadro 13** - Exemplos de sinais formados a partir da metonímia ORELHA PELA PESSOA





CFPP/PNPP	CFPP	CFPP/PNPP	CFPP/PNPP
			
<p>Porque tenho um piercing transversal na orelha (I91-S/F). Nome: <b>Mxxx</b></p>	<p>É uma característica visual marcante minha decorrente de um acessório que eu uso diariamente. (I77-S/F)</p>	<p>Porque tenho um piercing na orelha. (I37-SE/F) Nome: <b>Kxxx</b></p>	<p>Sim. Ele faz menção a uma característica pessoal localizada na orelha esquerda. (furinho). (I55-N/M). Nome: <b>Axxx</b></p>

Fonte: Dados da autora

**TESTA PELA PESSOA** – aspectos relacionados à testa, embora amplamente exposto no campo visual dos surdos, não foram muito selecionados para que se pudesse estruturar um sinal de nome. Dentre os entrevistados, apenas 2 mulheres e 4 homens informantes relataram que o formato ou o tamanho da testa foram selecionados como fonte de motivação metonímica para os seus sinais de nome. Duas hipóteses podem ser levantadas a respeito dessa questão. A primeira diz respeito ao formato ou tamanho da testa não ser algo muito saliente para que se possa diferenciar uma pessoa das demais. Outra questão diz respeito ao caráter não vexatório dos sinais de nome, visto que uma pessoa com uma testa um pouco grande pode sentir algum

incomodo em relação a ela. Em se tratando da segunda hipótese, encontramos duas respostas que podem contribuir para subsidiá-la. Dois informantes, ao responderem se gostam ou não do seu sinal de nome responderam: “Não gostava porque evidenciava minha testa tentei mudar, mas desisti” (I76-NE/M) e “Não gostei por me sentir exposto” (I56-CO/M). Destacamos também que, em nossos dados, encontramos duas pessoas com o mesmo sinal e a mesma motivação, conforme Quadro 14:




**Quadro 14** - Exemplos de sinais formados a partir da metonímia TESTA PELA PESSOA

CFPP/PNPP	CFPP
	
<p>Faz referência a minha testa, ela é bem grande e eu usava o cabelo preso evidenciando ainda mais a mesma (I70-NE/F). Nome: Lxxx</p>	<p>Porque sempre estou com a testa "enrugada" entre as sobrancelhas (I83-S/F)</p>
CFPP/PNPP	CFPP/PNPP
	
<p>Por causa da testa grande e a inicial do meu nome (I76-NE/M).</p>	<p>Minha testa grande e minha inicial em L. (I05-N/M). Nome: Lxxx</p>

Fonte: Dados da autora (2022).

**QUEIXO PELA PESSOA** – Em nossos dados, identificamos apenas 5 sinais de nomes formados por meio desta metonímia. Os traços selecionados dizem respeito à presença de um “furinho” (termo utilizado pelos informantes) ou covinha no queixo. Acreditamos que o pequeno número de sinais formados por meio desta motivação pode estar relacionado ao pequeno espaço que esse subdomínio ocupa no rosto e, nesse sentido, poucas possibilidades de individualização, por mais que esteja bem visível no campo visual das pessoas surdas. Como consequência, apesar de pouca recorrência, encontramos dois sinais iguais, conforme Quadro 15:




**Quadro 15** - Exemplos de sinais formados a partir da metonímia QUEIXO PELA PESSOA

CFPP/PNPP	CFPP	CFPP	CFPP
			
Por conta de covinha que eu tenho no queixo (I25-NE/M). Nome: Exxx	Meu sinal é por causa de uma “covina” funda no queixo (I08-CO/F).	Pela característica física: um “furinho” no queixo (I36-S/F).	Pois tenho um furo no queixo (I30-N/M).

Fonte: Dados da autora (2022).

**NARIZ PELA PESSOA** – O formato do nariz foi o único traço selecionado para conceptualizar uma pessoa em termos de um sinal de nome. Mais uma vez esse subdomínio foi pouco selecionado em nossos dados, pois apenas identificamos três sinais de nomes formados por meio dessa metonímia, embora estejam bem localizadas no espaço visual da face.

**Quadro 16** - Exemplos de sinais formados a partir da metonímia NARIZ PELA PESSOA



CFPP	CFPP	CFPP
		
Porque eu tenho uma “covina” no meu nariz (I58-N/M).	Meu sinal foi me dado em virtude de meu nariz “achatado” (I58-NE/M).	A motivação vem do fato de eu ter nascido com o nariz “amassado” o que foi corrigido naturalmente com o tempo (I114-S/F).

Fonte: Dados da autora (2022).

**MARCAS FÍSICAS PELA PESSOA** – Anunciamos anteriormente que as marcas físicas corporais seriam analisadas de forma separada, mesmo que elas possam estar presentes no nariz, na bochecha, na testa, dentre outras. Acreditamos que essas marcas, por serem salientes e por não estarem presentes em todas as pessoas, possuem um amplo caráter

individualizador, uma das funções dos antropônimos. Os principais traços informados pelos partícipes da pesquisa foram: pintas/sinais<sup>162</sup>, cicatrizes, manchas e tatuagens. Quando elas estão localizadas no rosto, mantêm a cadeia metonímica PARTE PELO TODO/CABEÇA POR PESSOA/CARACTERÍSTICA FÍSICA PELA PESSOA/MARCAS FÍSICAS PELA PESSOA e, em nossa amostra, ocorreram na formação de 75 sinais de nomes. No Quadro 17, apresentamos alguns exemplos:

**Quadro 17** - Exemplos de sinais formados a partir da metonímia MARCAS FÍSICA PELA PESSOA

CFPP/PNPP	CFPP	CFPP/PNPP	CFPP
			
É a inicial do meu nome em cima de uma pinta que eu tenho acima dos lábios. (I13-CO/F). Nome: <b>Rxxx</b>	Porque eu tinha uma verruga com uma pinta ao lado da sobrancelha (I-SE/F).	Meu sinal é a letra inicial do meu nome na testa onde tenho um sinal (I42-NE/M). Nome: <b>Dxxx</b>	Por causa de um sinal de nascença no rosto. (I50-NE/M).

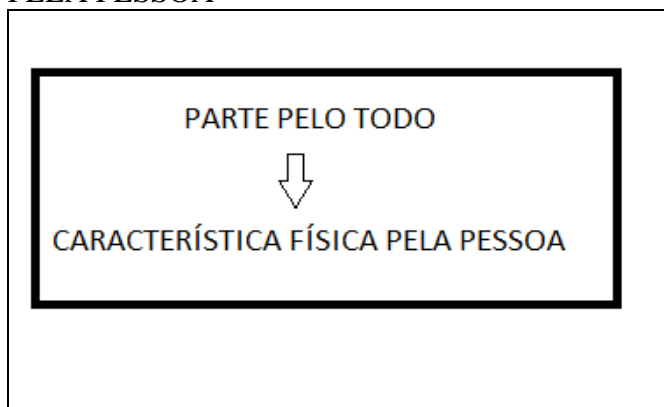
Fonte: Dados da autora (2022).

Outros 12 sinais de nome foram formados a partir da seleção de uma marca física – considerada como uma característica físicas –, no entanto elas não estão localizadas no rosto, mas em outras partes do corpo, como no braço, punho e no tronco<sup>163</sup>. Tal seleção contribui para que percebamos o caráter individualizador que estas marcas possuem. Neste caso, a esquematização metonímica pode ser representada da seguinte forma:

<sup>162</sup> Agrupamos as pintas e os sinais na mesma categoria, pois percebemos uma flutuação terminológica no momento das respostas.

<sup>163</sup> Constatamos que o grau de saliência observado nesses sinais são as marcas corporais (uma característica física), as quais acreditamos ser muito individualizadoras, e não a localização em que se encontram, motivo pelo qual elas continuam sendo prototípicas.

**Figura 51** - Esquema metonímico PARTE PELO TODO/CARACTERÍSTICA FÍSICA PELA PESSOA



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

No Quadro 18, apresentamos alguns exemplos:

**Quadro 18** - Exemplos de sinais formados a partir da metonímia CARACTERÍSTICA FÍSICA PELA PESSOA

CFPP/PNPP	CFPP	CFPP/PNPP
Por uma pinta no braço (I06-SE/F). Nome: Cxxx	Sim, porque tenho uma cicatriz no braço (I17-S/F).	Devido a cicatriz que tenho no pulso por causa da mordida de uma cachorra (I57-N/M). Nome: Vxxx

Fonte: Dados da autora (2022)

Por fim, outros três sinais de nome foram formados a partir de outras características que não estão na região da cabeça. De maneira mais esquemática, todos foram formados a partir da metonímia CARACTERÍSTICA FÍSICA PELA PESSOA, subjacente à metonímia PARTE PELO TODO. O primeiro está relacionado à estatura corporal, oriundo da metonímia ALTURA PELA PESSOA, verificado a partir da seguinte resposta: “Recebi meu sinal, por conta de uma associação que a professora surda fez na época, éramos todos jovens e eu era mais alto além disso era praticante da modalidade esportiva basquetebol” (I29-SE/M). Contudo, o sinal de alto, conforme verificado na Figura 52, é realizado com uma CM diferente daquela que está presente

no sinal do informante (Figura 53), pois a letra que representa a inicial do informante foi incorporada por meio da metonímia PARTE DO NOME PELA PESSOA.

**Figura 52** - Sinal ALTO



Fonte: Pedroza, Ballock, Gondin (2013, p. 144).

**Figura 53** - Sinal de nome do Informante I29-SE/M



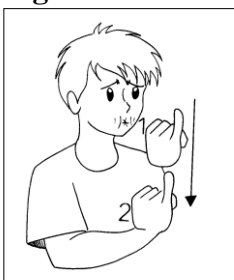
Nome: Rxxx

Fonte: Dados da autora (2022).

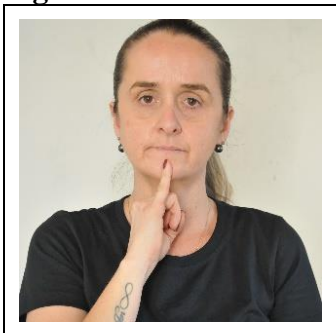
O peso corporal, refletido por meio da aparência, também foi eleito como um traço para conceptualizar uma pessoa em termos de um sinal de nome por meio da metonímia SER MAGRA PELA PESSOA, conforme exposto na seguinte resposta: “eu era muito magra quando comecei aprender a Libras e os surdos me deram esse sinal por causa da magreza mesmo” (I21-CO/F). Observamos que o sinal MAGR@ é, prototipicamente, realizado no espaço neutro, em frente ao corpo, conforme visto na Figura 54. Contudo, no momento da atribuição do sinal, o conceptualizador optou<sup>164</sup> por deslocar o sinal de nome para a região do rosto (Figura 55), ponto de articulação prototípico dos sinais de nome, conforme apresentamos anteriormente.

<sup>164</sup> Conforme veremos mais adiante, alguns sinais de nome perderam uma parte da motivação, que só seria possível recuperar a partir do ponto de vista do conceptualizador. Este pode ser um caso destes ou apenas uma opção pelo deslocamento por parte do nomeador.



**Figura 54 - Sinal MAGR@**

Fonte: Pedroza, Ballock, Gondin (2013, p. 150).

**Figura 55 - Sinal de nome Informante I21-CO/F**

Fonte: Dados da autora (2022).

A terceira informante que recebeu um sinal de nome a partir de uma característica física pessoal (que não está presente na cabeça) declarou o seguinte: “Porque na ocasião um surdo fez um recorte de uma característica física minha destacando a minha cor de pele, branca, e associou à inicial do meu primeiro nome” (I20-S/F). Por meio da metonímia COR DA PELE PELA PESSOA, ela recebeu um sinal de nome motivado pelo sinal BRANC@ (Figura 56). No entanto, a CM em B, conforme Figura 57, foi alterada para G – letra inicial do nome da informante – por meio da metonímia PARTE DO NOME PELA PESSOA.

**Figura 56 - Sinal BRANC@<sup>165</sup>**

Fonte: Pedroza, Ballock, Gondin (2013, p. 74).

<sup>165</sup> Na região de SC, onde o sinal de nome foi atribuído, o Ponto de Articulação e Movimento do sinal pode ser feito apenas na mão. Essa imagem será substituída na versão final da tese.

**Figura 57** - Sinal de nome da Informante I20-S/F

Fonte: Dados da autora (2022)

Até o momento, identificamos que as características físicas, seguidas de uma parte do nome civil, foram os traços mais selecionados por meio de processos metonímicos diversos. Esses dados estão em consonância ao que já foi anunciando anteriormente por Barros (2018), em sua pesquisa realizada com participantes residentes na cidade de Goiânia, a qual identificou a preferência “pela nomeação de pessoa usando alguma referência do [...] nome em português combinada a algum aspecto físico notável, totalizando 66 dos 113 sinais-nomes analisados” (BARROS, 2018, p. 61).

#### 7.6.2 Sinais de nomes menos prototípicos

Outros sinais de nome foram formados por outros processos metonímicos em que o conceptualizador selecionou atributos oriundos dos sujeitos a serem nomeados. Em nossa amostra, eles ocorreram em menor número, por isso foram categorizados como menos prototípicos. Todos eles estão subjacentes à metonímia PARTE PELO TODO. Na sequência, abordaremos cada uma delas.

**1) HÁBITO PELA PESSOA** – A partir das interações pessoais, os seres humanos podem observar algumas particularidades de cada pessoa e, a depender das circunstâncias, apelidos podem surgir. Butkus (2013), ao analisar os apelidos lituanos, observou que alguns desses apelidos surgiram a partir de “idiossincrasias”, ou seja, particularidades do sujeito apelidado, como o caso de “falta de destreza”. Outros apelidos, segundo o autor, podem ser motivados devido ao fato de o apelidado repetir sempre as mesmas frases em sua fala. O autor não comenta, mas acreditamos que esse tipo de apelido surge em virtude de uma sistemática observação do nomeador em relação ao sujeito a ser apelidado. Na Libras, de igual modo, identificamos 15 sinais de nomes formados a partir de observações prévias do nomeador em relação ao sujeito a ser nomeado. No caso dos sinais de nome que geraram a metonímia HÁBITO PELA PESSOA, nossa categorização levou em consideração a presença de

expressões, como “sempre”, “frequentemente”, “hábito”, “costume”, dentre outras, presentes nas respostas apresentadas. Em um nível menos hierárquico, encontramos as seguintes metonímias:

- a) **AJUSTAR O ÓCULOS PELA PESSOA** – Exemplo: “[...] usava óculos empenado e precisava **sempre** ajustá-lo ao rosto” (I05-CO/M – grifo nosso).

**Figura 58** - Sinal de nome do Informante I05-CO/M



Fonte: Dados da autora (2022).

- b) **MEXER NO CABELO PELA PESSOA** – três informantes relataram que o hábito de mexer no cabelo, ou em uma parte dele, foram selecionadas para que um sinal de nome fosse formado. As motivações revelam que não foi o cabelo, mas sim o que seria categorizado como uma característica física, mas o hábito de mexer no cabelo.

**Quadro 19** - Exemplos de sinais formados a partir da metonímia HÁBITO PELA PESSOA/MEXER NO CABELO PELA PESSOA

<p>Recebi meu sinal no início da adolescência. Ele se relaciona à ação que eu realizava <b>frequentemente</b> colocando o cabelo (grande nessa época) atrás da orelha (I16-SE/M – grifo nosso).</p>	<p>Devido um <b>hábito</b> que possuo em arrumar a franja (I110- S/F – grifo nosso).</p>	<p><b>Hábito</b> meu de mexer no cabelo (I67-S/F – grifo nosso).</p>

Fonte: Dados da autora (2022).

- c) **PENSAR PELA PESSOA** – Exemplo: “Meu sinal é a CM em D na tocando a sobrancelha. Um amigo surdo me deu. Esse também é o sinal de pensar (Acho que ele me caracterizou assim, porque quando eu comecei a interpretar na Igreja, **sempre** pensava bastante ao sinalizar, para passar o real sentido dos discursos)” (I26-SE/F – grifo nosso).

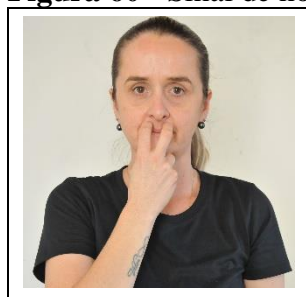
**Figura 59-** Sinal de nome da Informante I26-SE/F



Fonte: Dados da autora (2022).

- d) **USAR BICO PELA PESSOA** – uma das informantes, filha de mãe surda, mencionou que o uso constante do mesmo tipo de bico (chupeta) na infância motivou a atribuição de um sinal de nome. Segundo a informante, “o sinal dado pela minha mãe que é surda se deve ao uso do bico”<sup>166</sup> (I28-S/F). Este sinal confirma o que já foi dito anteriormente: pais surdos nem sempre atribuem um sinal de nome aos seus filhos nos primeiros dias de vida, como ocorre com os nomes civis. Neste caso, como em outros, procurou-se uma observação maior para que o sinal pudesse ter um caráter individualizador.

**Figura 60 -** Sinal de nome da Informante I28-S/F



Fonte: Dados da autora (2022).

- e) **ANDAR DE MOTO PELA PESSOA** – A informante I48-SE/F, ao responder a respeito da motivação do seu sinal de nome, relatou: “**sempre** ia de moto na associação

<sup>166</sup> Em conversa, via *WhatsApp*, no dia 05/04/2022, a informante confirmou que se tratava de um hábito de usar um mesmo tipo de bico, o qual, segundo ela era um “bico baratinho”.

dos surdos. Surdos sempre diziam: chegou mulher moto”. Até que deram o sinal “moto” (I48-SE/F – grifo nosso)<sup>167</sup>.

**Figura 61** - Sinal de nome da Informante I48-SE/F

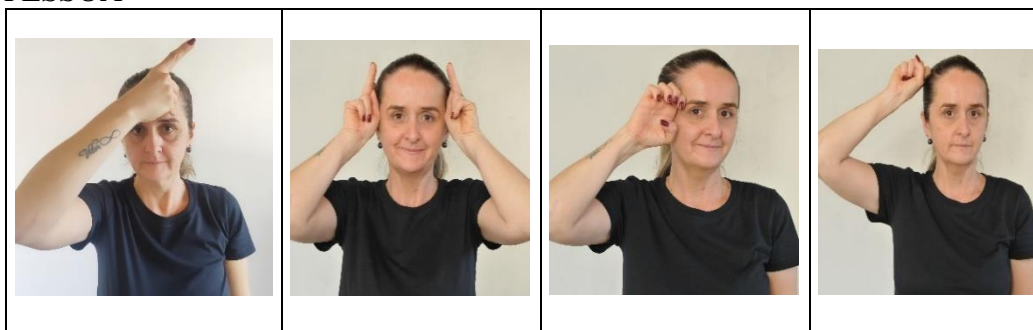


Fonte: Dados da autora (2022).

Além dos sinais formados puramente pela metonímia HÁBITO PELA PESSOA, encontramos em nossos dados outros 8 sinais de nome, os quais tiveram a primeira letra do prenome incorporada ao sinal por meio de uma configuração de nome, por meio da metonímia PARTE DO NOME PELA PESSOA.

- a) **MEXER NO CABELO PELA PESSOA/PARTE DO NOME PELA PESSOA** – neste caso, encontramos quatro sinais de nome:

**Quadro 20** - Exemplos de sinais formados a partir da metonímia HÁBITO PELA PESSOA/ MEXER NO CABELO PELA PESSOA/PARTE DO NOME PELA PESSOA



<sup>167</sup> Este exemplo difere bastante dos demais, tendo em vista que o sinal não é feito na região da cabeça, um nome (MOTO) e um verbo (DIRIGIR-MOTO) deram origem a um nome próprio. Acreditamos que essa questão merece um aprofundamento em pesquisas futuras.

<p>Porque os surdos usaram a configuração inicial do meu nome, a configuração D, o movimento foi a simulação de afastar o cabelo do rosto, um <b>hábito</b> que tinha, pois na época usava o cabelo curto, estilo Chanel. (I59-N/F – grifo nosso). Nome da Informante: <b>Dxxx</b></p>	<p>Porque eu tenho a <b>mania</b> de colocar os cabelos por detrás das orelhas (I43-CO/F). Nome da Informante: <b>Kxxx</b></p>	<p>Faz alusão a uma <b>mania</b> que tenho de passar a mão no cabelo (I46-CO/F). Nome da Informante: <b>Exxx</b></p>	<p>Ele é feito com a primeira letra do meu nome e pelo fato do surdo ter observado uma <b>mania</b> minha (pegar no cabelo) (I50-N/F – grifo nosso). Nome da Informante: <b>Sxxx</b></p>
--	--	--	--

Fonte: Dados da autora (2022).

- b) **MEXER NOS ÓCULOS PELA PESSOA/PARTE DO NOME PELA PESSOA –**  
Exemplo: Eu usava óculos retangular e tinha **mania** de ficar levantando os óculos sempre (I37-CO/M – grifo nosso).

**Figura 62** - Sinal de nome do Informante I37-CO/M



Fonte: Dados da autora (2022).

- c) **MEXER NA SOBRANCELHA PELA PESSOA/PARTE DO NOME PELA PESSOA –** Exemplo: “eu tinha **costume** de passar a mão na sobrancelha, além do meu nome iniciar com a letra E” (I63-NE/M – grifo nosso).

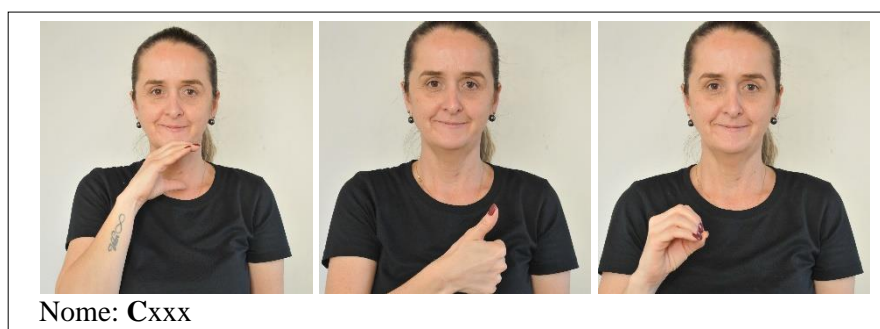
**Figura 63** - Sinal de nome do Informante I36-NE/M



Fonte: Dados da autora (2022).

- d) **SINALIZAÇÃO FREQUENTE/PARTE DO NOME PELA PESSOA** – conforme sinalizamos anteriormente, o uso de frases repetitivas pode ser fator motivacional na atribuição de um apelido (BUTKUS, 2013). Do mesmo modo, em nossos dados, encontramos um sinal de nome motivado pelo uso repetitivo de uma mesma expressão. Segundo a informante, o seu sinal foi motivado pela primeira letra do nome e o sinal de um número (10), “sinal que eu utilizava como expressão de interjeição” (I19-CO/F). Assim, a observação do uso constante da expressão “10”, gíria pronunciada comumente na Língua Portuguesa, com o intuito de expressar “que legal!”, “ótimo”, foi transferida para a Libras e usada frequentemente<sup>168</sup>.

**Figura 64** - Sinal de nome da Informante I19-CO/F



Fonte: Dados da autora

- e) **OBSERVAÇÃO CONSTANTE/PARTE DO NOME PELA PESSOA** – Um dos entrevistados apresentou a seguinte explicação para o seu sinal de nome: “o professor que me deu aula me disse que eu era o único na sala que ficava acompanhando-o, com os olhos, o tempo todo. O que chamou muito a atenção dele. E a segunda parte

<sup>168</sup> Esta parte da informação foi obtida via *WhatsApp*, no dia 06/04/2022.

do sinal é a letra H, que faz parte do meu nome, que é Chxxx, com CH [...]. Ele disse que a letra H era mais importante porque como ela é muda<sup>169</sup>, ela é geralmente esquecida na hora de escrever.” (I81-S/M). Em mais um exemplo, é a observação constante do nomeador, em relação ao nomeado, que permite que se selecione algo saliente. A parte do nome selecionada sugere que nem sempre é a inicial do nome que está representada no sinal de nome, mas pode ser que outra letra pertencente ao nome civil seja mais saliente ao nomeador.

**Figura 65** - Sinal de nome do Informante I81-S/M







Fonte: Dados da autora (2022).

**2) PARTE DO NOME PELA PESSOA** – Um nome na língua oral (ou sobrenome, ou apelido) pode ser um dos subdomínios dentro do domínio pessoa, pois, para os surdos, esse nome faz parte do conhecimento enciclopédico que se tem a respeito do sujeito. Nesse sentido, apenas uma parte desse nome pode ser, por meio da configuração de mão, selecionada para conceptualizar uma pessoa em termos de um sinal de nome, por meio do encadeamento metonímico PARTE PELO TODO/PARTE DO NOME PELA PESSOA. Em nossos dados, identificamos 12 sinais de nome motivados unicamente por uma parte do nome do indivíduo que receberá um sinal de nome, contudo, acreditamos que apenas 6 deles são puramente formados por meio desta metonímia (conforme alguns exemplos presentes no Quadro 21) e 6 deles perderam parte de sua motivação (pelo menos pelo ponto de vista do referente).

<sup>169</sup> Esta resposta poderia ser analisada também do ponto de vista metafórico, pois, para o conceptualizador, a letra é “muda” porque não fala, ou seja, não tem som, como é no caso da letra “h” nas palavras hospital e hotel. Ressaltamos que, na Língua Portuguesa, quando precedida de C, formando CH, estamos diante de um dígrafo, caso em que o grafema está associado a um fonema.



**Quadro 21** - Exemplos de sinais de nome formados pela metonímia PARTE DO NOME PELA PESSOA







	
Nome do informante: CLxxx	Nome do informante: Exxx Wxxx
Meu sinal é a abreviação do meu nome em português, portanto, um empréstimo linguístico (I74-SE/M).	Por causa das iniciais do meu nome, a letra E e a letra W (I64-SE/M).
	
Nome da Informante: Kxxx	Nome da Informante: Wxxx
[...] a motivação para o meu sinal é a mais simples: a motivação alfabética. Meu sinal é realizado dessa forma, em função da letra inicial do meu nome (I68-SE/F).	Porque meu sinal significa a primeira letra do meu nome (I111-S/F).

Fonte: Dados da autora (2022).

Observamos que os informantes I64-SE/M e I68-SE/F são filhos de pais surdos, e deles receberam seus nomes civis e seus sinais de nome. O mesmo ocorreu com o informante I62-SE/M. Essa escolha dos pais trazerem para o sinal de nome uma parte do nome civil por meio da(s) CM(s) para seus filhos reforça a nossa tese de que, para além das questões ideológicas, o nome faz parte da identidade daquele que será nomeado e, por consequência, ele pode estar inserido no sinal atribuído.

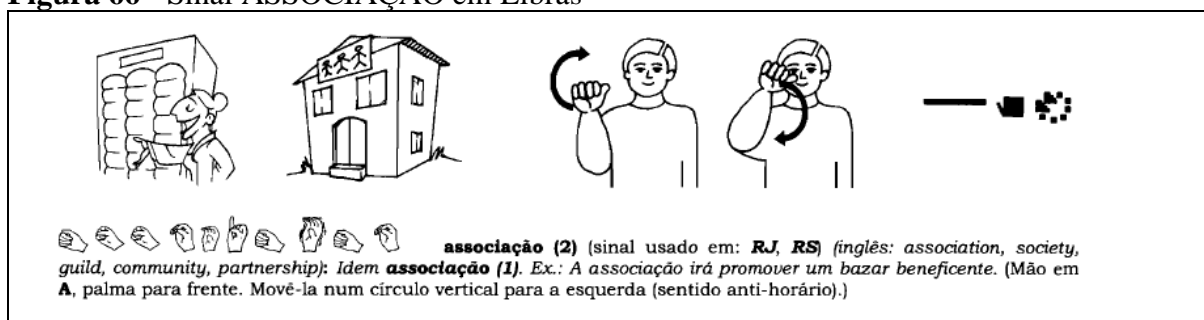
Outros seis informantes, ao responderem a respeito da motivação dos seus sinais de nome, conforme Quadro 22, informaram que apenas seus nomes foram fontes de motivação para seus respectivos sinais de nome.

**Quadro 22** - Exemplos de sinais de nome que foram formados pela metonímia PARTE DO NOME PELA PESSOA com possível perda de parte da motivação

	
<p>Em função das iniciais do meu nome (EL) (I61-CO/F). Nome da informante: <b>EL</b>xxx</p>	<p>Por causa da primeira letra do meu nome (I23/Ne/F). Nome da Informante: <b>V</b>xxx</p>
	
<p>Por conter as letras H e S iniciais do meu nome (I25-N/f). Nome da Informante: <b>H</b>xxx <b>S</b>xxx</p>	<p>A C é realizado porque meu nome é Axx Cxx (I48 N-N/F). Nome da Informante: <b>A</b>xxx <b>C</b>xxx</p>
	
<p>Um surdo achou interessante pois associou meu nome ao alfabeto (I33-NE/M). Nome do informante: <b>AB</b>xxx</p>	<p>A única motivação é a letra inicial do meu nome (I89-S/M). Nome do informante: <b>L</b>xxx</p>

Fonte: Dados da autora (2022).

Estes seis sinais se diferem dos exemplos anteriores, pois o ponto de articulação onde o sinal é realizado não é no espaço neutro, em frente ao corpo, mas em diversos outros pontos localizados no rosto, o que contribui para nossa tese quanto ao papel da cabeça na conceptualização de uma pessoa em termos de um sinal de nome. Aparentemente, pelo ponto de vista do nomeado, uma parte do significado do sinal não pode ser recuperada, visto que, canonicamente, sinais formados unicamente pelo nome na língua oral são realizados no espaço neutro em frente ao corpo, incluindo os sinais que não são nomes próprios, conforme o sinal de ASSOCIAÇÃO, feito pela CM que representa a letra A, extraído do Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais (Libras):

**Figura 66 - Sinal ASSOCIAÇÃO em Libras**

Fonte: Capovilla, Raphael e Mauricio (2015, p. 315).

No entanto, para comprovar nossa arguição, acreditamos que um bom caminho seria realizar uma pesquisa com os surdos que atribuíram esses sinais de nome. Cabe observar que, a depender da experiência vivenciada no momento da nomeação, o próprio nomeador pode não recuperar mais a motivação do sinal de nome atribuído. Por exemplo, nomear um filho pode envolver crenças e atitudes que as pessoas têm com relação aos nomes, o que interfere nas escolhas, assim, a informação pode ser mais facilmente recuperada. Contudo, um sinal de nome atribuído em um momento mais descontraído, sem um vínculo entre o quem dá o sinal e quem o recebe, ou uma nomeação que ocorreu há muito tempo podem ser variáveis que concorrem para que o próprio nomeador não recupere mais a verdadeira motivação. Estas constatações, no entanto, não são foco desta tese, mas carecem de uma pesquisa específica.

**3) CARACTERÍSTICA COMPORTAMENTAL/PSICOLÓGICA PELA PESSOA** – Nossos dados, revelaram que características psicológicas ou comportamentais também foram selecionadas no momento da formação de um sinal de nome. Em outras palavras, o subdomínio características comportamentais/psicológicas é acionado para que se possa conceptualizar uma pessoa em termos e em um sinal de nome. Estas características também são selecionadas para atribuir apelidos. Butkus (2013) chamou essa categoria de “temperamento” e Teixeira (2007), com base nos estudos cognitivistas, denominou “metonímias de base comportamental”. Ainda segundo Teixeira (2007), essas metonímias podem ser baseadas em particularidades permanentes ou baseadas em acontecimentos pontuais como o caso do apelido Papa-orelhas, motivado por uma briga em que o alcunhado arrancou com os dentes metade da orelha de uma pessoa. Nós tratamos casos que envolvem um evento específico de forma separada, conforme já apresentado. Em nossa proposta, uma característica comportamental/psicológica utilizada para conceptualizar uma pessoa em termos de um sinal de nome gera a metonímia **CARACTERÍSTICA COMPORTAMENTAL/PSICOLÓGICA PELA PESSOA**. Esta metonímia é derivada da

metonímia PARTE PELO TODO, uma vez que, dentre tantas características psicológicas/comportamentais que o indivíduo possui, apenas uma foi selecionada. Essas descrições tornaram-se designadores rígidos com referência única (BARCELONA, 2004) e, de certa forma, descrevem os sujeitos. Da mesma forma que na metonímia HÁBITO PELA PESSOA, os sinais formados a partir de características psicológicas/comportamentais sugerem que existiu uma interação maior entre o nomeador e o nomeado, a qual proporcionou que tais características fossem observadas. Entre os sinais de nome que não reportam qualquer traço do nome do nomeado, encontramos as seguintes metonímias:

- a) **POSSUIR TREJEITO PELA PESSOA** – Exemplo: “o professor me observou e viu que eu tinha esse trejeito ao ficar pensando ou nervosa” (I41-S/F).





**Figura 67** - Sinal de nome da Informante I41-S/F



Fonte: Dados da autora (2022).

- b) **SER SORRIDENTE PELA PESSOA** – Ocorreu quando, a partir das interações, o nomeador percebeu que a pessoa era muito sorridente. Nesta categoria, estão elencadas apenas as motivações que fizeram referência a um aspecto comportamental e não apenas ao sorriso, como ocorreu na metonímia BOCA PELA PESSOA, que em um nível mais esquemático poderia ser considerada SORRISO PELA PESSOA. Em nossos dados, encontramos seis sinais de nome motivados por essa característica, no Quadro 23 apresentamos 4 deles:

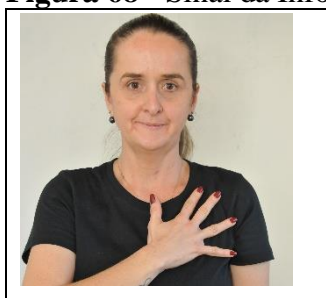
**Quadro 23 - Exemplos de Sinais formados pela metonímia SER SORRIDENTE PELA PESSOA**

			
Sou sorridente (I58-S/F).	Quando eu era pequena tinha um grupo de surdos na igreja, e eles me deram esse sinal porque eu estava sempre sorrindo. O meu sinal precisa fazer e sorrir ao mesmo tempo (I01-SE/F).	Sim tenho, porque eu sempre estou sorrindo (I55-NE/F).	O surdo que me deu esse sinal disse que era porque eu falava sorrindo, então o sinal seria dessa forma (I12-NE/F).

Fonte: Dados da autora (2022).

- c) **SER ALEGRE PELA PESSOA** – A motivação desse sinal, segundo a informante I08-S/F ocorreu porque “chamavam-me de ‘alegre’”<sup>170</sup>.

**Figura 68 - Sinal da Informante I08-S/F**



Fonte: Dados da autora (2022).

- d) **POSSUIR TREMOR NAS MÃOS PELA PESSOA** – Um dos informantes relatou o seguinte: “tenho tremores essenciais, o que afeta principalmente minhas mãos. Então, sempre que sinalizo essa característica fica evidente” (I105-S/M).

<sup>170</sup> Uma vez que o sinal de nome não está exatamente no ponto de articulação em que o sinal ALEGRE é realizado, entramos em contato com a informante no dia 20/04/2022, via *WhatsApp*. Segundo a portadora do sinal, ela não gostava se ser chamada de alegre e solicitou uma troca de sinal. Como já era muito conhecida pelo seu sinal de nome, os surdos optaram por apenas deslocá-lo um pouco para a direita para que a forma não fosse muito alterada. Contudo, para fins desta pesquisa, a motivação continua a mesma.

**Figura 69** - Sinal de nome do Informante I105-S/M

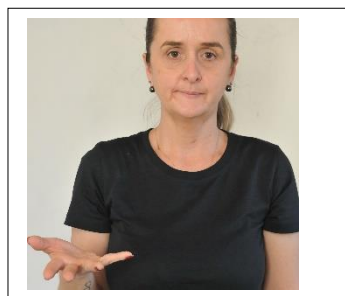


Fonte: Dados da autora (2022).

Três sinais de nome formados pela metonímia **CARACTERÍSTICA PSICOLÓGICA/COMPORTAMENTAL PELA PESSOA**, no ato da formação, incorporaram, por meio da CM, a primeira letra de seus prenomes, ou seja, o processo metonímico **PARTE DO NOME PELO TODO** também está presente em todo o processo de conceptualização de uma pessoa na formação de um sinal de nome.

- e) **SER RÁPIDA PELA PESSOA/PARTE DO NOME PELA PESSOA** – uma informante apresentou o seguinte relato a respeito da motivação do seu sinal de nome: “Porque o sinal original tem a ver com "rapidez" ou com algo feito "muito rápido" e eu sou uma pessoa que fala muito rápido, anda muito rápido, sinaliza muito rápido etc., então o sinal é em N no mesmo ponto de articulação e movimento do sinal original.” (I64-CO/F). Logo, a informante recebeu o sinal de **RÁPID@** (Figura 70), por meio da metonímia **SER RÁPIDA PELA PESSOA**, no entanto, a CM deste sinal foi substituído pela CM em N (Figura 71), a qual corresponde a primeira letra do seu nome.

**Figura 70** - Sinal **RAPID@**



Fonte: Dados da autora (2022).

**Figura 71** - Sinal de nome da Informante I64-CO/F

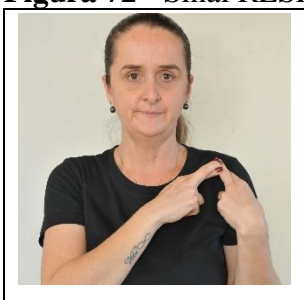


Nome: Nxxx

Fonte: Dados da autora (2022).

- f) **SER RESPONSÁVEL PELA PESSOA/PARTE DO NOME PELA PESSOA** – uma das participantes relatou o seguinte a respeito da motivação do seu sinal de nome: “ele (sinal) é feito com a configuração de mão da letra K e no local do ombro, que é uma das minhas qualidades de ser responsável” (I79-S/F). O sinal, na Libras, para RESPONSÁVEL/RESPONSABILIDADE (Figura 72), ao ser convertido em um nome próprio, recebeu uma alteração, pois a CM original pela K, primeira letra do prenome da informante (Figura 73).

**Figura 72** - Sinal RESPONSÁVEL/RESPONSABILIDADE



Fonte: Dados da autora (2022).

**Figura 73** - Sinal de nome da Informante I79-S/F



Nome: Kxxx

Fonte: Dados da autora (2022).

- g) **SER SORRIDENTE PELA PESSOA/PARTE DO NOME PELA PESSOA** – Exemplo: “Meu sinal faz referência ao meu nome, pois utiliza a letra "m". Também

utiliza algo que eu faço com frequência, que é sorrir, aproximando a mão, que está formando o "m", na direção da boca.” (I115-S/F).

**Figura 74** - Sinal de nome da Informante I115-S/F



Nome: Mxxx

Fonte: Dados da autora (2022).

**4) EVENTOS/SUB-EVENTOS PELA PESSOA** – Teixeira (2007) observou que um pormenor histórico, pontual, pode ser o suficiente para gerar alguma marca identificadora de um sujeito por meio de uma alcunha. Como exemplo, cita uma pessoa que foi alcunhado por “28”, resultado de uma aposta feita na qual comeria 28 sardinhas e saiu vitorioso. Do mesmo modo, encontramos quatro sinais de nome, oriundos de situações específicas, as quais estamos chamando de eventos, em que uma parte delas (sub-evento) foi selecionada para gerar um sinal pessoal, decorrentes da metonímia PARTE PELO TODO. Como exemplo, tomemos o sinal de nome da informante I13-F/NE: “Meu sinal é realizado dessa forma, pois eu participei de um vídeo em Libras. Ao final do vídeo, eu soltei beijos, então esse virou meu sinal”. Podemos pensar no evento “atuação em um vídeo feito em Libras”, o que, de certa forma, em virtude de ser realizado em língua de sinais, o torna relevante para os surdos (ou parte deles, a depender da temática abordada). O sub-evento seria enviar beijos ao final do vídeo, foi parte selecionada para a atribuição de um sinal de nome, realizada na metonímia ENVIAR-BEIJOS PELA PESSOA. Em termos gramaticais, um verbo, metonimicamente, originou um nome próprio<sup>171</sup>. Essa forma de nomear também é decorrente de uma experiência vivenciadas entre o nomeador e nomeado, as quais permitiram que o primeiro selecionasse uma ação específica para conceptualizar um sujeito por meio de um sinal de nome. Hierarquicamente, em um nível mais básico, encontramos a metonímia EVENTOS/SUB-EVENTOS PELA PESSOA nas seguintes metonímias:

<sup>171</sup> As discussões envolvendo nomes e verbos na Libras, conforme demonstrado no capítulo V, são recentes e ainda carecem de mais investigações. Nesse sentido, nesta tese, não aprofundaremos a temática, apenas apontaremos algumas considerações e acreditamos que pesquisas posteriores, mais aprofundadas, devem ser realizadas.



- a) **ENVIAR BEIJO PELA PESSOA** - Ex: “meu sinal é realizado dessa forma, pois eu participei de um vídeo em Libras. Ao final do vídeo eu soltei beijos, então esse virou meu sinal” (I13-NE/F).

**Figura 75-** Sinal de nome da Informante I13-NE/F



Fonte: Dados da autora (2022).

- b) **SACUDIR A MÃO PELA PESSOA** – Exemplo: “Quando eu era pequena, machuquei a mão e, meu tio materno que é surdo, me deu esse sinal” (I61-SE/F). Neste caso, um simples gesto, daqueles feitos pelas crianças quando se machucam, originou um nome próprio na Libras.

**Figura 76 -** Sinal de nome da Informante I61-SE/F



Fonte: Dados da autora (2022).

Dois sinais de nome foram formados pela cadeia EVENTO/SUB-EVENTO PELA PESSOA e a metonímia PARTE DO NOME PELA PESSOA, conforme exemplo abaixo:

- c) **CRIAR TRABALHO RELIGIOSO PELA PESSOA/PARTE DO NOME PELA PESSOA** – Exemplo: “o surdo que me deu este sinal, disse que o deu assim por ser eu

a pessoa responsável pela criação, na época ministério com surdos, na igreja que frequento” (I28-SE/F)

**Figura 77** - Sinal de nome da Informante I28-SE/F

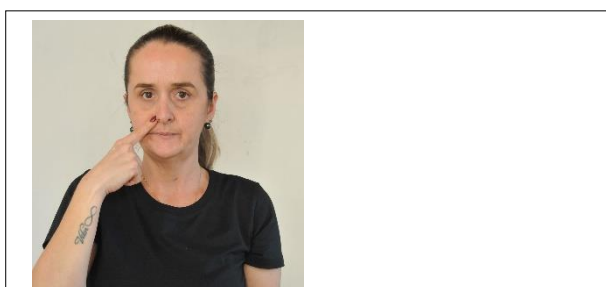


Evento: criar um trabalho religioso  
 Sub-evento: ser a responsável pela criação  
 Nome da informante: **Rxxx**

Fonte: Dados da autora (2022).

- d) **EVANGELIZAR PELA PESSOA** – Exemplo: “Meu sinal foi criado por uma surda em 2007 que conheci na frente da igreja que participo, ela com toda paciência todos os dias me procurava na igreja para me ensinar a libras, depois de quase 1 ano que ela me deu um sinal, pois aprendi de forma bem simples e acabei evangelizando-a, e por ter falado de Jesus para ela ganhei o meu sinal. Referência ao sinal de evangelizador”. (I19-SE/M). Nesse contexto, uma experiência religiosa vivenciada entre nomeador e nomeado proporcionou que uma parte deste evento fosse selecionada para a atribuição de um sinal de nome. Para além da experiência em si, o sinal reflete parte do nome do informante por meio da metonímia PARTE DO NOME PELA PESSOA.

**Figura 78** - Sinal de nome do Informante I19-SE/M



Evento: encontro para ensino de Libras  
 Sub-evento: evangelização da nomeadora  
 Nome do Informante: **Exxx**

Fonte: Dados da autora (2022).

**5) ASPECTO RELEVANTE DA PROFISSÃO PELA PESSOA/PARTE DO NOME PELA PESSOA** – Dois sinais de nome foram motivados a partir de algum aspecto envolvendo as profissões dos informantes. As respostas apresentadas a respeito da motivação dos sinais de nome foram as seguintes: “letra R no coração, por causa da religião”<sup>172</sup> (I31-S/M) e “Porque eu trabalhava com comunidades indígenas e na época do batismo o sinal de "índio" era no mesmo local e com o mesmo movimento do sinal que recebi” (I72-SF). Assim, no primeiro caso, o sinal do substantivo RELIGIÃO originou o nome próprio RELIGIÃO, ou seja, a disciplina lecionada motivou o sinal de nome. No segundo caso, o público-alvo da profissão foi o traço selecionado para a motivação do sinal de nome. No entanto, a CM feita para o sinal foi modificada pela letra que representa o seu nome “B”, originando a metonímia PARTE DO NOME PELA PESSOA.

**Figura 79** – Exemplos de sinais formados a partir da metonímia ASPECTO RELEVANTE DA PROFISSÃO PELA PESSOA/PARTE DO NOME PELA PESSOA



Fonte: Dados da autora (2022).

**6) PARTE DO SINAL MATERNO PELA PESSOA** – Na cultura brasileira, não é incomum encontramos nomes de pessoas os quais foram motivados pelos nomes do pai, da mãe ou de outra pessoa a quem se deseja homenagear. Podemos, por exemplo, citar o caso de alguém que se chama Maria e deu a sua filha o nome de Mariana. Em nossos dados, encontramos o mesmo caso: uma mãe surda deu para sua filha ouvinte um nome que tem semelhança ao seu; do mesmo modo, deu um sinal semelhante ao seu, conforme o relato da informante: “O meu sinal quem meu deu foram meus pais. A minha mãe queria algo parecido com o sinal dela. Então ela mudou a ponto de articulação” (I70-SE/F).

<sup>172</sup> Em conversa realizada, via *WhatsApp*, o informante confirmou que era professor de religião em uma escola de surdos.

**Figura 80** - Sinal da Informante I70-SE/M e de sua mãe



Fonte: Dados da autora (2022).

Cabe observar que esse tipo de nomeação também foi identificado na Língua de sinais Britânica (DAY, SUTTON-SPENCE, 2010) e na Língua de sinais Sueca (BÖRSTEL, 2017), e foram denominados de sinais herdados ou hereditários.







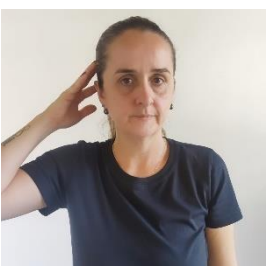
No momento de atribuição de um sinal de nome, o nomeador pode selecionar mais de uma característica pelas quais ele deseja conceptualizar uma pessoa em termos de um sinal de nome. Nestes casos, encontramos outras concatenações metonímicas. A categorização apresentada seguirá a ordem de informação apresentada pelos entrevistados, as quais não necessariamente refletem o que foi conceptualizado pelo falante no momento da formação do sinal de nome. Em nossos dados, identificamos 15 sinais de nome formados por mais de uma metonímia, os quais descreveremos a seguir.

**7) CARACTERÍSTICAS FÍSICAS PELA PESSOA<sup>173</sup>** – Neste conjunto de dados, encontramos mais de uma característica física evocada no momento da atribuição de um sinal de nome, ou seja, mais de um sub-domínio foi selecionado para representar o domínio fonte. Em nossos dados, encontramos 7 sinais de nome formados por essa cadeia metonímica, no Quadro 24 apresentamos 4 deles.

---

<sup>173</sup> Embora a seleção de uma característica física faça parte das metonímias mais prototípicas dos sinais de nome na Libras, em termos de frequência estatística absoluta, critério adotado nesta análise, consideramos que a seleção de mais de uma característica física ou a seleção de uma característica física seguida de outro atributo não constitui uma condição de prototipicidade, dado o número baixo de casos encontrados no *corpus* analisado.

**Quadro 24** - Exemplos de sinais de nome formados a partir da metonímia **CARACTERÍSTICAS SALIENTES PELA PESSOA**

			
			
Porque eu uso óculos e sou baixinha (I27-CO/F).	Devido uma característica física (minha bochecha) e um sinal em meu sorriso (I31-NE/F).	Uso maquiagem nas sobrancelhas e box braids (tranças) nos cabelos (I67-NE/F).	[...] tenho um sinal perto do olho e o cabelo cacheado (I01-N/F).

Fonte: Dados da autora (2022).

**8) CARACTERÍSTICA FÍSICA/PROFISSÃO PELA PESSOA** – Dois sinais de nome foram formados a partir da seleção de uma característica física, resultante da metonímia **CARACTERÍSTICA FÍSICA PELA PESSOA** e da metonímia **PROFISSÃO PELA PESSOA**. Os processos morfológicos para a criação do sinal de nome foram diferentes em cada um dos casos. No caso do sinal de nome atribuído à informante I12-CO/F, conforme exposto no Quadro 25, a CM em P diz respeito a sua profissão, que é ser Professora, e está localizada na região do cabelo (característica física selecionada). No caso do sinal atribuído à informante I54-S/F, ele é feito a partir de dois sinais diferente, o primeiro que evoca a covinha (característica física selecionada), seguido do sinal de exército.

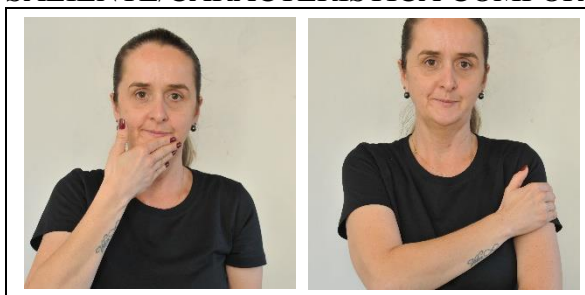
**Quadro 25** - Exemplos de sinais de nome formados a partir da metonímia **CARACTERÍSTICA FÍSICA/PROFISSÃO PELA PESSOA**

			
Porque sou professora e meu cabelo é alisado (I12-CO/F).	Porque quando sorrio aparece minhas covinhas e por trabalhar no Exército Brasileiro (I54-S/F).		

Fonte: Dados da autora (2022).

**9) CARACTERÍSTICA FÍSICA/CARACTERÍSTICA COMPORTAMENTAL-PSICOLÓGICA PELA PESSOA** – Um informante relatou que seu sinal foi motivado devido ao seu porte físico (característica física) e ao fato de ser sorridente (característica comportamental/psicológica), por meio da seguinte resposta: “Tenho esse sinal devido ao meu porte físico e por ser sorridente. (I61-S/F).

**Figura 81** - Sinal de nome formado pela metonímia **CARACTERÍSTICA SALIENTE/CARACTERÍSTICA COMPORTAMENTAL/PSICOLÓGICA PELA PESSOA**



Fonte: Dados da autora (2022).

**10) CARACTERÍSTICA FÍSICA/HÁBITO PELA PESSOA** – Uma pessoa também pode ser conceptualizada por meio de um sinal de nome por meio da seleção de uma característica física e um hábito. Em nossos dados, encontramos dois sinais de nomes formados por meio dessas metonímias concatenadas. Cabe observar que categorizamos como hábito aquelas respostas que apresentaram advérbios como “sempre” seguindo de uma ação, nesse sentido, a resposta apresentada pela informante I100-S/F pode não ser um hábito recorrente da nomeada, mas algo que foi observado sistematicamente pelos surdos.

**Quadro 26** - Exemplos de sinais formados a partir da CARACTERÍSTICA FÍSICA/HÁBITO PELA PESSOA

		
		
Minhas características, meu sorriso, meu <b>hábito</b> de usar arquinho no cabelo (I11-SE/F).		Meu sinal faz referência ao meu cabelo e, segundo os surdos, porque <b>sempre</b> me verem “passeando” por aí... (I100-S/F).

Fonte: Dados da autora

**11) HÁBITO PELA PESSOA/CARACTERÍSTICA FÍSICA/PARTE DO NOME PELO TODO** – Uma das informantes, ao ser questionada a respeito da motivação de seu sinal, apresentou a seguinte resposta: “[...] quando criança fazia com frequência o sinal de “desculpa” (letra Y), meu pai achava engraçado e voltando a comunidade surda precisava de uma identidade, então fazendo o movimento CM com a mão esquerda, faço a letra J e bato no rosto onde tenho uma verruginha”. (I56-SE/F). Esta cadeia metonímia é resultado de um determinado hábito, “o frequente hábito de pedir desculpas”, e uma característica física – a pequena verruga localizada no rosto e a inicial do seu nome representado pela letra J. Observamos que a informante é filha de surdos e, mais uma vez, encontramos os pais surdos, de certa forma, representando o nome civil no sinal de nome.

**Figura 82** - Sinal de nome da Informante I56-SE/F



Fonte: Dados da autora (2022).

**12) HÁBITO/CARACTERÍSTICA COMPORTAMENTAL-PSICOLÓGICA PELA PESSOA** – Uma das informantes apresentou a seguinte resposta: “Porque eu só uso o meu cabelo de lado e riu muito”. (I49-NE/F), revelando que, no momento da atribuição de um sinal de nome, o hábito de usar o cabelo sempre para um lado, evidenciado pela expressão “só uso”, e uma característica comportamental/psicológica referente ao fato de ser sorridente fizeram com que surgisse o sinal de nome da informante.

**Figura 83** - Sinal de nome da Informante I49-NE/F



Fonte: Dados da autora (2022).

**13) CARACTERÍSTICA PSICOLÓGICA-COMPORTAMENTAL/OBJETO PELA PESSOA/PARTE DO NOME PELA PESSOA** – Uma informante apresentou a seguinte motivação referente ao seu sinal de nome: “meu sinal é em P por causa do nome Pxxx, na altura da boca, porque sou sorridente, e faz o movimento do sinal de golfinho, pois quando recebi esse sinal era adolescente e usava muitos acessórios de golfinho.” (I44-CO/F).

**Figura 84** - Sinal de nome da Informante I44-CO/F



Nome: **Pxxx**

Fonte: Dados da autora (2022).

As análises realizadas até o momento demonstram o papel que a metonímia conceptual tem na formação dos sinais de nome na Libras. Delaport (1998), pesquisador francês, do mesmo modo, identificou que os nomes metonímicos são os mais prototípicos na Língua de Sinais Francesa, principalmente aqueles motivados por uma característica física do referente. Contudo, o autor não inclui aqueles sinais que são formados pela configuração



de mão que remete ao nome daquele que será nomeado, os quais chamou de nomes híbridos. Em sua pesquisa, identificou que os sinais de nome híbridos iniciaram na França por volta de 1970 por meio da chegada de surdos americanos. Já Mindess (1990) observa que atribuir um nome híbrido a uma pessoa ouvinte permite que os surdos a reconheçam como tal, sendo um marcador de identidade. Nossos dados revelam que o hábito de usar as CMs que remetem a uma parte do nome foi mais produtiva do que o uso daquelas que não remetem. Contudo, se esse uso é um marcador identitário, como advoga Mindess, apenas uma pesquisa que analise os sinais de nome dos surdos poderá melhor investigar tal fato.

### 7.6.3 Sinais formados por etimologia associativa (ou etimologia popular)

Saussure (1975, p. 202) relata que “às vezes nos acontece estropiar palavras cuja forma e sentido são poucos familiares, e, algumas vezes, o uso consagra essas deformações”. Segundo o autor, essas deformações, embora pareçam bizarras, não são frutos do acaso, mas “tentativas de explicar aproximadamente uma palavra embaraçosa, vinculando-a a algo conhecido” (SAUSSURE, 1975, p. 202). Esse fenômeno foi chamado de etimologia popular. Pereira (2014) comenta que esse termo não é muito apropriado, visto que vários “erros” não foram realmente realizados pelo “povo”, mas por pessoas que são vistas como cultas. Nesse sentido, acredita que o termo “etimologia associativa” (Orr, 1953 *apud* PEREIRA, 2014) seja mais apropriado.

Segundo Saussure (1975), há dois casos típicos de etimologia popular: aquele em que uma palavra recebe uma interpretação nova, sem que sua forma mude, por exemplo, na Idade Média, o alemão emprestou do francês a palavra *aventure*, que se transformou em *abentiure* e, depois, em *Abenteuer*, sem deformar a palavra, ela foi associada a *Abend* (“o que se conta à tarde [*Abend*] durante a vigília”), de tal modo que, no século XVIII, foi escrita *Abendteuer*. O outro caso, mais recorrente, ocorre quando uma palavra é deformada para acomodá-la aos elementos que se acredita reconhecer nela, como *choucroute* (de *Sauerkraut*).

Palavras estrangeiras, segundo Pereira (2014), “estão particularmente expostas à etimologia popular por não serem motivadas, sem raízes no idioma que as acolhe. Por esse motivo, têm campo livre as associações entre o som e o sentido”. Como exemplo, a autora cita *crayfish* ou *crawfish* (camarão), literalmente “peixe que se arrasta”, oriundo do antigo francês *crevice* (francês moderno *écrevisse*). Esta questão nos interessa devido ao fato de que alguns sinais de nome têm base motivacional o nome na Língua Portuguesa, a qual, apesar de não ser considerada uma língua estrangeira para os surdos, é uma língua de modalidade diferente e, nesse sentido, pode fazer associações entre a ortografia da palavra e o sentido.

Tôrres (1960) afirma que o fenômeno da etimologia popular ou etimologia associativa é comum em todas as línguas. Em virtude da data de publicação do trabalho, é razoável pensar que o autor não estava incluindo as línguas de sinais, pois foi nesta época que as línguas sinalizadas começaram a ser compreendidas como línguas naturais, segundo os estudos de Stokoe (1960), conforme já mencionamos no capítulo I. Contudo, é possível acrescentar as línguas de sinais na afirmativa feita pelo autor. Na Libras, esse fenômeno foi denominado por Faria-Nascimento (2009) de empréstimo cruzado, o qual

Constitui-se no emprego de um significante x' decalcado na LSB para denominar um significante y' que mantém como única relação, com o referente que designa, a semelhança visual de seu significante na língua de origem. Esse fenômeno acarreta, normalmente, uma homonímia na LSB, pois dois referentes idênticos designam duas entidades de natureza distintas. Essa homonímia está motivada pela forma visual semelhante do significado dos dois referentes na língua oral (FARIA-NASCIMENTO, 2009, p. 104).

Para a autora, é no contato linguístico, fruto do contexto multicultural em que os surdos estão submersos, que esse tipo de empréstimo é realizado. Alguns dos exemplos apresentados pela autora são os seguintes: o topônimo Sapucaia (SAPO^CAIR), CARNE (para carnê) e SATANÁS (para o carro Santana).

Na amostra analisada nesta tese, encontramos dois sinais de nome oriundos da etimologia associativa ou empréstimo cruzado. O primeiro (Figura 85) diz respeito ao prenome OMAR, realizado por meio dos seguintes sinais: a CM O e o sinal MAR. Segundo o informante, a motivação deu-se “por ter referência com o meu nome” (I96-S/M). Tal construção, ao ser realizada no sinal de nome, transfere todos os elementos presentes no prenome por meio de uma homonímia da Língua Portuguesa.

**Figura 85-** Sinal de nome do Informante I96-S/M



Fonte: Dados da autora (2022).

O outro sinal identificado (Figura 86) foi motivado pelo nome Bárbara, o qual transferiu, por meio de uma homonímia da Língua Portuguesa, uma parte do nome, formando

o sinal BARBA. Nas palavras da informante, a motivação do seu sinal está “relacionada ao meu nome Bárbara” (I54-CO/F).

**Figura 86** - Sinal de nome da Informante I54-CO/F



Fonte: Dados da autora (2022).

Nos exemplos apresentados, evidenciamos que a observação de uma forma, aparentemente sem significado para o nomeador, foi interpretada para uma forma com significado na Libras, em outras palavras, buscou-se fornecer uma motivação semântica a um termo opaco. Essa motivação é mais psicológica do que histórica (PEREIRA, 2014, p. 135) e reflete o conhecimento que o nomeador surdo tem a respeito da Língua Portuguesa e da sua própria língua.

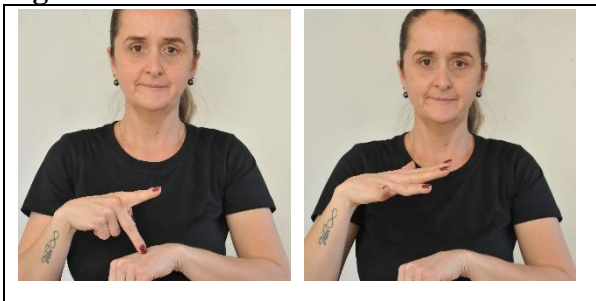
#### 7.6.4 Sinais de nome formados por empréstimos semânticos

O empréstimo semântico, conforme Faria-Nascimento (2009), é aquele que comumente a literatura chama de *decalque*. É uma tradução do empréstimo, ou seja, “identifica-se com um ‘empréstimo disfarçado’ cuja natureza é semântico-cultural, pois, ao ser traduzido, carrega, da língua de origem para a língua que o adota, todo o contingente semântico cultural do lexema ou da expressão decalcada” (FARIA-NASCIMENTO, 2009, p. 68). A autora cita como exemplos algumas expressões idiomáticas na Libras, tais como: *quebrar-a-cara*; *estar-de-cabeça-cheia*, *cair-o-queixo*, dentre outras.

Na amostra analisada, encontramos dois sinais de nome formados a partir de empréstimos semânticos. O primeiro foi atribuído à informante I17-SE/F, a qual possui como prenome PÉROLA. Segundo a resposta da informante, seu sinal de nome tem a seguinte motivação: “por causa do meu nome: Pérola. Meu sinal é composto (PEDRA BRILHANTE)” (I17-SE/F). O sinal conferido é formado pelos sinais PEDRA e BRILHAR, o qual pode ser compreendido como uma tradução literal, ou um empréstimo disfarçado, como proposto por Faria-Nascimento (2009). Neste caso, também identificamos o conhecimento que o nomeador

tem a respeito da Língua Portuguesa e da Libras, evidenciando o ambiente multilinguístico no qual o surdo está exposto e que, de certa forma, pode refletir no sistema de nomeação da comunidade surda.

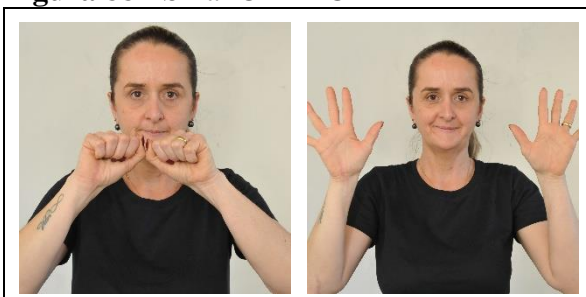
**Figura 87** - Sinal de nome da Informante I17-SE/F



Fonte: Dados da autora (2022).

Identificamos outro sinal de nome formado a partir de um empréstimo semântico, contudo, acrescido de uma característica física da pessoa nomeada, a partir da seguinte resposta: “ele [sinal] mostra a característica do meu nome (Clara) somatizado ao movimento dos meus cabelos cacheados” (I73-SE/F). O sinal do adjetivo claro (Figura 88) é feito em frente ao rosto, com as mãos em A, inicialmente uma ao lado da outra e, logo após, movem-se para os lados. O sinal da informante (Figura 89) possui as mesmas configurações de mão do sinal CLAR@, o mesmo ponto de articulação, contudo, o movimento é diferente, pois, ele é feito para baixo, com movimentos angulares, representando, iconicamente, o cabelo cacheado.

**Figura 88** - Sinal CLAR@



Fonte: Acervo da autora (2022).

**Figura 89** - Sinal de nome da Informante I73-SE/F



Fonte: Dados da autora (2022).

Os sinais formados pelo fenômeno da etimologia popular ou por empréstimo semântico ocorreram em menor número. Esse tipo de formação foi identificado em outras línguas de sinais (DELAPORTE, 1998, PAALES, 2010, 2011; McKEE; McKEE, 2000) também com baixa ocorrência. Acreditamos que essa forma de nomeação reflete a situação bilíngue e bicultural a qual os surdos estão expostos. Transferir o reconhecimento do significado de uma palavra (ou parte dela) para um sinal de nome pode, mesmo que inconscientemente, revelar um certo desejo por parte do surdo de ser reconhecido como um falante da Língua Portuguesa, a língua oficial do país. Contudo, essa questão carece de uma pesquisa específica.

#### 7.6.5 Interações entre as metáforas e metonímias conceptuais subjacentes ao sinal de nome

As metáforas conceptuais estruturam nossas percepções, nossos comportamentos e nossos relacionamentos com as demais pessoas (LAKOFF; JHONSON, 2002 [1980]). Ainda segundo os autores, por meio das metáforas, podemos compreender e experienciar uma coisa em termos de outra.

Teixeira (2007), analisando as alcunhas do Norte de Portugal, identificou que o rendimento da metáfora, em comparação à metonímia, é muito menor. A mesma constatação foi feita com relação aos nossos dados, uma vez que a conceptualização de uma pessoa em termos de um sinal de nome e mapeamentos metafóricos foram pouco frequentes. Para o autor, “a metáfora implica um processamento cognitivo mais complexo que a referencialidade metonímica aqui (nas alcunhas) verificada para isso, para o uso referencial, são privilegiadas metáforas de protótipo, tão diretas como a metonímia”. Em nota de rodapé o autor complementa:

Por “metáfora de protótipo pretendo indicar um processo referencial muito típico das alcunhas que consiste em tomar um elemento como protótipo, no sentido do melhor elemento exemplificador, de uma categoria: a baleia é tido como o melhor exemplo da volumetria corporal, daí “ser gordo como uma baleia”, ser uma “baleia”, a Maria Baleia” (TEIXEIRA, 2007, p. 214).

Em nossos dados, encontramos também alguns exemplos de sinais de nome que podem ser considerados como “metáforas de protótipo”, pois um elemento prototípico do domínio alvo é selecionado para ativar o domínio fonte. Na sequência, apresentaremos os exemplos encontrados.

Uma das informantes apresentou a seguinte resposta para o seu sinal de nome: “Uma amiga me “batizou” com sinal de chocolate, por causa de minha cor de pele”. Dentre os subdomínios que estão disponíveis para conceptualizar a informante por meio de um sinal de nome, a cor da pele foi selecionada, gerando a metonímia CARACTERÍSTICA FÍSICA PELA PESSOA, ou em um nível mais específico COR DA PELE PELA PESSOA. No entanto, outro domínio alvo foi acionado, o chocolate, o qual, possui como uma de suas características ser da cor preta. A integração dessas duas formas de conceptualização gera a metáfora FULANA<sup>174</sup> É CHOCOLATE. Outra motivação metonímica identificada foi a PARTE DO NOME PELA PESSOA, pois o sinal de chocolate, conforme Figura 90, é feito com uma configuração de mão que não tem relação com o nome na Língua Portuguesa, mas, no caso do sinal da informante, essa configuração foi alterada para a que corresponde à letra R, inicial do nome da pessoa nomeada, conforme Figura 91:

**Figura 90** - Sinal de CHOCOLATE



Fonte: Acervo da autora (2022).

<sup>174</sup> Utilizamos o termo FULANA(O) com o intuito de omitir o nome dos informantes.

**Figura 91** - Sinal de nome da Informante I51-CO/F

Fonte: Dados da autora (2022).

Conforme já assinalamos, as interações pessoais permitem que muitos sinais de nome sejam criados. O informante I01-NE/M, ao ser perguntado sobre quem atribuiu o seu sinal de nome, respondeu: “os surdos/fazia capoeira com eles”, desse modo, ele recebeu um sinal de nome correspondente ao sinal de BERIMBAU (Figura 92), instrumento utilizado nas rodas de capoeira. Assim, percebemos que a experiência vivenciada coletivamente, jogar capoeira, está motivando o sinal de nome pela metonímia ATIVIDADE ESPORTIVA PELA PESSOA, no entanto, o berimbau, instrumento típico do esporte, foi selecionado gerando a metáfora FULANO É BERIMBAU.

**Figura 92** - Sinal BERIMBAU

Fonte: Acervo da autora (2022).

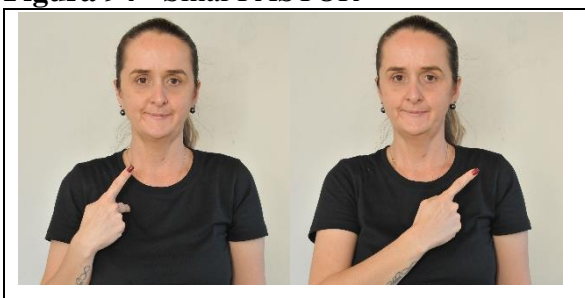
**Figura 93** - Sinal de nome do Informante I01-NE/M

Fonte: Dados da autora (2022).

Ao descrevermos as metonímias relacionadas aos hábitos de uma pessoa, destacamos que elas são frutos de uma sistemática observação. Um dos informantes, esclareceu que seu

sinal de nome apresentava a seguinte motivação: “Porque, na época, usava bastante terno e gravata e, o surdo que me deu o sinal, dizia que eu parecia um pastor.” (I27-SE/M). O uso constante do mesmo tipo de roupa gerou a metonímia ROUPA PELA PESSOA, no entanto, outro domínio alvo selecionado: “pastor”, pois, em nossa sociedade, existe um modelo cognitivo idealizado, oriundo das experiências religiosas visuais, em que todo pastor usa terno e gravata. Como resultado, o sinal de nome advém metáfora FULANO É PASTOR. Observamos que, no momento da criação do sinal de nome, a CM, em forma de P, utilizada para o substantivo PASTOR (Figura 94), foi substituída, pela CM em A, seguida da CM em E (Figura 95), primeira e última letras do prenome do informante, como resultado da metonímia PARTE DO NOME PELA PESSOA.

**Figura 94** - Sinal PASTOR



Fonte: Acervo da autora (2002).

**Figura 95** - Sinal de nome do Informante I27-SE/M



Fonte: Dados da autora

Uma informante possui os cabelos muito claros e encaracolados, os quais foram selecionados como motivação para a atribuição de um sinal de nome, por meio da metonímia CARACTERÍSTICA FÍSICA PELA PESSOA (CABELO PELA PESSOA) acrescido da metonímia PARTE DO NOME PELA PESSOA, conforme a primeira parte da seguinte resposta: “Meu sinal tem relação com meu cabelo. É o sinal de ovelha.” (I78-S/F). A segunda parte da resposta nos mostra que outro domínio foi selecionado: ovelha, um exemplo típico de



um animal que possui características (ou sub-domínio), como ser clara e ter pelos enrolados. Toda essa integração conceptual resulta na metáfora FULANA É OVELHA. A Figura 96 mostra o sinal OVELHA e a Figura 97 demonstra o sinal da informante.

**Figura 96 - Sinal OVELHA**



Fonte: Dados da autora (2002).

**Figura 97 - Sinal de nome da Informante I78-S/F**



Fonte: Dados da autora (2002).

Outro sinal de nome envolvendo uma observação constante do nomeador em relação ao nomeado pode ser verificado por meio da seguinte resposta: “Na época em que comecei a conviver com a comunidade surda, em Pelotas, era escoteira e acampava bastante, fazia barracas nas árvores ou outro tipo de atividade nas árvores, **os surdos sempre me viam dependurada em alguma árvore**, em fotos, ou quando visitaram as atividades escoteiras. Neste contexto surgiu o sinal "Tarzan" ou "Gorila". Eles batiam no peito e chamavam Jujuuuuuuu. Éramos adolescentes, muita brincadeira e o sinal pegou” (I88-S/F – grifo nosso). O hábito de subir em árvores foi selecionado, gerou a metonímia HÁBITO PELA PESSOA (SUBIR EM ÁRVORE POR FULANA). Mesmo que a informante não tenha certeza se o seu sinal representa o sinal de TARZAN ou GORILA, ambos são exemplos prototípicos de personagens ou animais que sobem em árvore. Assim, conforme a proposta de Teixeira (2007), podemos considerar que estamos diante de uma metáfora prototípica.

**Figura 98 - Sinal GORILA**

Fonte: Acervo da autora (2002).

**Figura 99 - Sinal de nome da Informante I88-S/F**

Fonte: Dados da autora (2002).

Conforme apresentado no primeiro capítulo, os intérpretes de Libras que atuam no âmbito religioso realizavam (e ainda realizam) atividades voluntárias. Uma informante relatou que foi neste contexto que o seu sinal de nome foi criado<sup>175</sup>, pois, para ela, a forma do seu sinal “representa o amor e a gratidão dos surdos, pelo trabalho voluntário que eu desenvolvia naquela época da comunidade surda. Mxxx no coração” (I107-S/F). Assim, por meio da metonímia ATIVIDADE VOLUNTÁRIA PELA PESSOA, uma ação realizada com frequência foi selecionada como um traço para caracterizar a informante. Nossa vida em comunidade também nos proporciona conceptualizarmos voluntariado como uma atividade que envolve o amor, o qual metaforicamente é representado pelo coração. Toda essa interação conceptual forma o sinal FULANA É CORAÇÃO, a qual também é realizada pela metonímia PARTE DO NOME PELA PESSOA, representada pela CM que evidencia a letra inicial do prenome.

---

<sup>175</sup> Quando perguntada a respeito do contexto em que o sinal de nome foi criado, a informante respondeu: “Um Surdo, no início dos anos 90. Contexto religioso, atuava como intérprete numa Igreja Evangélica, nessa época havia poucos intérpretes e estavam nas igrejas” (I107-S/F).

**Figura 100** - Sinal de nome da Informante I107-S/F

Fonte: Dados da autora (2002).

A baixa ocorrência de sinais formados a partir de metáforas conceptuais, e não por meio das metonímias com base em esquemas convencionalizados, pode estar relacionada ao que foi proposto por Reszegi (2021). Segundo a autora, a criação de nomes metafóricos “exige criatividade linguística por parte do falante e um afastamento do modelo de tipos de nomes dominantes e normalmente resulta em nomes ostentando um efeito estilístico único”<sup>176</sup> (RESZEGI, 2021, p. 222). Por outro lado, verificamos o importante papel conceptual da metonímia na geração de nomes próprios de pessoas na Libras, uma vez que um aspecto saliente é selecionado para representar o todo (a pessoa). Outrossim, a metonímia pode interagir com a metáfora na formação de um sinal de nome, contudo, do mesmo modo que nas alcunhas (TEIXEIRA, 2007), essa interação ocorre em menor número, dado o uso referencial dos sinais de nome. Tal constatação vai ao encontro do que é sugerido por Barcelona (2012): toda metáfora conceptual é necessariamente motivada por uma ou mais metonímias<sup>177</sup>.

#### 7.6.6 Sinais formados por circunstâncias inusitadas no momento da atribuição

Dois sinais de nome foram formados a partir de uma falha na comunicação entre o nomeador e o nomeado no momento da atribuição do sinal. O informante I12-S/M deu a seguinte explicação a respeito da motivação do seu sinal: “Porque o surdo me deu eu confundi ele me deu boa noite eu já achei que era meu sinal kkkkkkkk aí pegou fiquei com o sinal de noite” (I12-S/M). O erro em si converteu-se em um sinal de nome e, nesse sentido, o substantivo NOITE gerou um nome próprio.

<sup>176</sup> “[...] requires linguistic creativity on the part of the speaker and taking a step away from the model of dominant name types and it typically results in names boasting a unique stylistic effect” (RESZEGI, 2021, p. 222).

<sup>177</sup> Barcelona (2012) reconhece que esta hipótese não é totalmente incontestável.

**Figura 101** - Sinal de nome do Informante I12-S/M



Fonte: Dados da autora (2002).

O segundo exemplo é oriundo da seguinte resposta: “Quando eu tive a minha primeira aula de Libras eu não sabia nada, então eu tive que decorar as letras P-R-I-S-C-I-L-L-A. Eu não sabia o correto LL e fiz como se fosse o azul. E por isso o surdo me deu esse sinal” (I46-S/F). Aqui, uma sinalização errada concorreu para a atribuição de um sinal de nome. Neste caso, o substantivo/adjetivo AZUL foi transformado em um nome próprio.

**Figura 102** - Sinal de nome da Informante I46-S/F



Fonte: Dados da autora (2002).

Observamos nos exemplos apresentados que uma situação específica, relativa ao momento da atribuição, gerou um sinal de nome. O mesmo ocorre nas nomeações em outras línguas. Ainiala; Saarelma e Sjöblom (2016) comentam que na África Ocidental é comum que uma criança receba um nome relativo ao dia da semana em que nasceu, por exemplo, “sexta-feira”. No sistema antroponímico brasileiro, podemos citar o nome Natalino – aquele que nasceu no dia do Natal.

## Considerações finais

Na presente tese, propomos-nos a estudar os nomes próprios de pessoas na Língua Brasileira de Sinais, tecendo um diálogo entre a Linguística Cognitiva e os Estudos Onomásticos, mais especificamente, os Estudos Antroponomásticos.

O objetivo geral traçado para essa pesquisa foi o de identificar as características sócio-antroponomásticas dos sinais de nome na comunidade surda brasileira a partir da hipótese de que as metonímias/metáforas conceituais estruturam o processo de nomeação nesta língua. Para tanto, preconizamos os seguintes objetivos específicos: i) descrever os aspectos sócio-antroponomásticos da atribuição de um sinal de nome, tais como: o contexto da nomeação, quem pode nomear e a possibilidade de alteração de um sinal de nome; ii) identificar quais tipos de metonímia/metáfora subjazem a formação de um sinal de nome; iii) descrever aspectos da categorização e conceptualização envolvidos nesta formação.

A importância desta tese deve-se ao fato de que as pesquisas nesta área são incipientes e que o estudo dos nomes próprios contribui para o conhecimento de aspectos sociais, culturas e linguísticos de uma determinada comunidade. Assim, propomos-nos a observar aspectos sócio-antroponomásticos da nomeação de pessoas na Libras, bem como identificar os processos cognitivos subjacentes à formação de um sinal de nome.

Na introdução da tese, apresentamos a nossa trajetória na comunidade surda e todo o percurso que nos levou a ter interesse por este tema de pesquisa. Nossa longa convivência com a comunidade surda e, conseqüentemente, com o uso constante dos sinais de nome contribuíram para que tivéssemos um olhar muito minimalista a respeito desta nomeação, sem grandes reflexões. Essa realidade mudou a partir do encontro com os Estudos Onomásticos, por meio de uma disciplina ministrada pela professora Dr. Márcia Sipavícius Seide, a qual culminou no interesse em pesquisar mais a respeito do sistema de nomeação de pessoas na Libras e, conseqüentemente, na escrita desta tese.

No primeiro capítulo, procuramos apresentar um apanhado histórico do processo de educação de surdos na Europa, para que introduzíssemos o processo de constituição da Libras e da comunidade surda brasileira, visto que a primeira escola para surdos – INES – foi fundada pelo Imperador D. Pedro II e administrada pelo professor surdo francês D. H. Huet. Ainda neste capítulo, registramos e descrevemos o importante papel que o movimento surdo, as igrejas e a academia tiveram na constituição e reconhecimento da Libras enquanto língua. Na sequência, dedicamo-nos a relatar os primeiros estudos linguísticos da Libras, destacando desde as principais pesquisadoras que inauguraram a área no Brasil, até o registro das pesquisas

realizadas na Libras no âmbito da Unioeste. Ao final do capítulo, com vistas a facilitar a compreensão das nossas análises, apresentamos um breve apanhado acerca da organização gramatical da Libras.

No segundo capítulo, introduzimos a temática da Onomástica, com ênfase nos Estudos Antroponomásticos. Ainda neste capítulo, apresentamos algumas pesquisas que se dedicam aos sinais de nome em diversas línguas de sinais. Tais pesquisas contribuíram para que definíssemos os sinais de nome como *antropônimos nas línguas de sinais, criados para referenciar uma única pessoa no contexto das comunidades surdas, formados e percebidos da mesma forma como as línguas de sinais se organizam: por meio do canal gestual-visual*.

No terceiro capítulo, procuramos apresentar uma caracterização pragmática dos sinais de nome com base nos estudos a respeito dos apelidos (*nicknames*), realizados por Van Langendonck (2007b), Teixeira (2007) e Ainiala, Saarelma e Sjöblom (2016), Brylla (2016), Butkus (1999) e Amaral e Seide (2020). A partir das discussões apresentadas, propomos que, *pragmaticamente, os sinais de nome são signos que foram atribuídos por terceiros, não oficiais, frutos de uma nomeação segunda, funcionalmente primários no interior das comunidades surdas, usados para identificar/referenciar um determinado indivíduo, podendo promover um espírito comunitário e os quais, na grande maioria, não têm finalidade vexatória*.

No quarto capítulo, denominado A Linguística Cognitiva, apresentamos uma breve introdução acerca deste arcabouço teórico e, na sequência, abordamos alguns temas caros a ela, os quais serviram de base para nossas análises: a categorização, a Teoria dos Protótipos e as metáforas e metonímias conceptuais. Nossa maior ênfase foi nas metáforas e, principalmente, nas metonímias conceptuais, apresentando exemplos extraídos de pesquisas realizadas nas línguas orais e nas línguas de sinais, posto que uma das nossas hipóteses investigadas diz respeito ao papel deste mecanismo de conceptualização e na formação de um sinal de nome.

Tendo em vista a importância de se compreender o que seria um nome em uma língua, para que se chegasse à compreensão do que seria um nome próprio, no quinto capítulo, nos dedicamos a esta temática. Apresentamos algumas pesquisas gerativistas, de cunho morfológico, que se propuseram a explicar a diferença entre nomes e verbos na Libras, bem como outras de base funcionalistas e cognitivistas. Esta última teoria nos levou a reflexão a respeito do papel da iconicidade, das metáforas e metonímias conceptuais e a formulação das seguintes hipóteses: 1) Sinais de nome de pessoas, como expressões linguísticas na Libras, possuem graus de iconicidade e são formados, prototipicamente, por metonímias, que, conforme Wilcox, Wilcox e Jarque (2003), são baseadas em respostas fisiológicas ou comportamentais a estímulos externos ou internos; 2) Sinais de nomes também podem ser

formados por metáforas, as quais envolvem um duplo mapeamento conforme Taub (2004). Neste caso, parece existir uma intimidade maior com o ser nomeado, ou uma intenção secundária, como o caso dos apelidos; 3) Os sinais de nome de pessoas são transparentes em sua origem, mas suscetíveis ao processo de opacidade ao longo do tempo e embora, sejam usados principalmente para a individualização, são passíveis de análise na compreensão da forma de significação, contribuindo para o entendimento do seu sistema onomástico.

No sexto capítulo, dedicamo-nos aos procedimentos metodológicos. Registramos que a pesquisa é de natureza descritiva, a qual adotou o método qualitativo com aporte do método quantitativo. A amostra analisada começou a ser constituída no ano de 2018, a partir do Projeto de Pesquisa denominado *Estudos Onomásticos na Língua Brasileira de Sinais*, devidamente registrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. O instrumento de coleta foi um questionário fechado disponível na forma *online*, composto por oito perguntas. Como resultado, chegamos a uma amostra composta por 393 respostas oriundas de pessoas ouvintes.

No sétimo capítulos, analisamos e discutimos os dados coletados, levando-se em consideração, primeiramente, aspectos sócio-antroponomásticos a respeito do sistema de nomeação na Libras e, na segunda parte, identificamos os processos conceptuais subjacentes à formação dos sinais de nome.

Na primeira parte da análise, por meio das respostas apresentadas pelos informantes, pudemos compreender algumas questões relativas ao sistema antroponomástico da comunidade surda brasileira. Em primeiro lugar, identificamos que as pessoas surdas são os principais agentes de nomeação na Libras e, pelo ponto de vista das pessoas ouvintes, elas seriam as únicas que detêm a autoridade para atribuir um sinal de nome. Observamos também a inexistência de um momento específico para a atribuição de um sinal de nome, não obstante, a nomeação de uma pessoa ouvinte não ocorre de forma aleatória, mas é realizada a partir do encontro surdo-ouvinte e o envolvimento da pessoa ouvinte com a comunidade surda. Os principais espaços em que essa nomeação ocorre são: espaços de ensino da Libras, contextos de educação formal, contextos religiosos e familiares. Por fim, identificamos que, a comunidade surda brasileira permite que um sinal de nome seja alterado, caso ele tenha uma conotação negativa, seja igual (ou muito parecido) com o de outro membro da comunidade e, por um viés mais ideológico: pelo uso da Configuração de Mão que remete a uma letra da Língua Portuguesa, ou seja, quando os nomeadores acreditam que utilizar tais configurações remetem conotações hegemônicas e colonialistas da língua oral em relação à língua de sinais.

Quanto aos processos conceptuais subjacentes à formação dos sinais de nome, a partir da análise de 383 sinais que identificam pessoas na Libras, observamos que as metonímias conceptuais têm um papel central no processo de conceptualização na formação destes sinais. Esta consideração está relacionada ao fato de que, dentre todos os sinais analisados, 96,9% (371 sinais de nome) foram formados a partir de processos metonímicos. Os dados também nos levaram a constatar que, prototipicamente, um sinal de nome na Libras é formado pela cadeia metonímica PARTE PELO TODO/CABEÇA PELA PESSOA/CARACTERÍSTICA FÍSICA PELA PESSOA, a qual pode ser seguida da metonímia PARTE DO NOME PELA PESSOA. Esta última metonímia, em nossa proposta, também desempenha um papel na iconicidade. Outros processos metonímicos, os quais consideramos menos prototípicos, também foram identificados em nossa pesquisa: HÁBITO PELA PESSOA, PARTE DO NOME PELA PESSOA, CARACTERÍSTICA PSICOLÓGICA/COMPORTAMENTAL PELA PESSOA, EVENTO/SUB-EVENTO PELA PESSOA, ASPECTO RELEVANTE DA PROFISSÃO PELA PESSOA/PARTE DO NOME PELA PESSOA, PARTE DO SINAL MATERNO PELA PESSOA, CARACTERÍSTICA SALIENTES PELA PESSOA. Todos estes achados confirmam a nossa primeira hipótese delimitada no Capítulo V: “Sinais de nome de pessoas, como expressões linguísticas na Libras, possuem graus de iconicidade e são formados, prototipicamente, por metonímias, que, conforme Wilcox, Wilcox e Jarque (2003), são baseadas em respostas fisiológicas ou comportamentais a estímulos externos ou internos”.

Ainda no quinto capítulo, partimos da hipótese de que os sinais de nome também seriam formados a partir de metáforas. Identificamos alguns poucos sinais formados por metáforas, contudo, também foram associados a processos metonímicos. Nesse sentido, temos mais um reforço do papel das metonímias conceptuais na formação de um nome de pessoa na Libras. Assim, acreditamos na existência de um modelo metonímico de formação de nomes na Libras, o qual, a partir das experiências visuais dos surdos e da própria estrutura desta língua, conceptualiza, prototipicamente, uma pessoa em termos de suas características físicas, as quais são de fácil observação.

A terceira hipótese elencada no capítulo quinto considera que os sinais de nome de pessoas na Libras são transparentes em sua origem, mas suscetíveis ao processo de opacidade ao longo do tempo. Em nossas análises, encontramos sinais que, aparentemente, perderam parte de sua motivação, visto que sinais que são motivados exclusivamente pelas letras do nome são realizados na região neutra em frente ao corpo do sinalizador. Outro ponto que contribui para que a motivação não se perca diz respeito ao fato desta estrutura simbólica representar uma marca de inclusão na comunidade surda, sendo assim, algo muito significativo, além de



representar a identidade deste sujeito dentro desta comunidade. Em menor número, encontramos sinais formados por etimologia associativa e empréstimos semânticos. O intenso contato da comunidade surda com a Língua Portuguesa atravessa também a nomeação de pessoas, o que possibilita que sinais de nomes sejam criados a partir de nomes em que se reconheçam algumas palavras, como oMAR e BARBARa, CLARa, ou até mesmo nomes comuns, que se tornaram nomes próprios, como Pérola. Por fim, identificamos dois sinais formados a partir de alguma circunstância inusitada.

Acreditamos que este trabalho contribui, significativamente, para que se possa ter uma melhor compreensão do sistema de nomeação de pessoas por meio dos Estudos Antroponomásticos, tendo em vista que o estudo dos nomes próprios na Libras é uma área em construção no Brasil. Nossas análises a respeito dos processos cognitivos subjacentes à formação dos sinais de nome também apresentam considerações importantes para o campo da Libras à luz da Linguística Cognitiva, destacando, principalmente, o papel da metonímia e da iconicidade, os quais podem ser considerados em estudos posteriores, inclusive, para outras classes de palavras na Libras.

A despeito do número volumoso de dados analisados, temos ciência de que nossas análises foram feitas a partir da conceptualização que as pessoas ouvintes têm a respeito dos sinais de nome, sendo esta uma limitação do nosso trabalho. Acreditamos que outras pesquisas de cunho antroponomástico devem ser realizadas, considerando respostas apresentadas pelas pessoas surdas, para que se possa ter uma visão mais ampla a respeito dos diversos temas analisados nesta tese e, conseqüentemente, uma caracterização do sistema de nomeação de pessoas na Libras de forma mais abrangente.

Tendo em vista o ineditismo deste trabalho, acreditamos na necessidade de outras pesquisas futuras envolvendo outras temáticas não contempladas, tais como: nomeação e gênero, nomeação por região, as motivações para escolha de um sinal a partir de uma análise diacrônica, nomeação de filhos de surdos, estudos morfológicos, o papel dos classificadores na formação de um sinal de nome, transparência x opacidade, dentre outras.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Antônio Suárez. **Linguística Cognitiva: uma visão geral e aplicada**. Cotia: Ateliê Editorial, 2010.
- AINIALA, Terhi; SAARELMA, Minna; SJÖBLOM, Paula. **Name in focus: an introduction to Finnish Onomastics**. Finlândia: Studia Fennica Editorial Borad, 2016.
- AINIALA, Terhi; ÖSTMAN, Jan-Ola. Introduction. *In*: AINIALA, Terhi; ÖSTMAN, Jan-Ola (ed.). **Socio-onomastics: the pragmatics of names**. Amsterdam: John Benjamins, 2017, p. 2-18.
- ALLAN, Keith. Classifiers. **Language**, Washington, v. 53, n. 2, p. 285-311, jun. 1977.
- ALMEIDA, Maria Antonieta Pereira Tigre. **Aquisição da estrutura frasal na língua brasileira de sinais**. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2013.
- ALMEIDA, Maria Lúcia Leitão; PINHEIRO, Diogo; SOUZA, Janderson Lemos de Souza; NASCIMENTO, Mauro José Rocha do; BERNARDO, Sandra Pereira. Breve introdução à Linguística Cognitiva. *In*: ALMEIDA, Maria Lúcia Leitão; FERREIRA, Rosangela; PINHEIRO, GONÇALVES, Carlos Alexandre; PINHEIRO, Diogo; SOUZA, Janderson. (org.). **Linguística Cognitiva: morfologia e semântica**. Rio de Janeiro: Publit, 2010, p. 15-50.
- AL-SHARAFI, Abdul Gabbar Mohammed. **Textual metonymy: a semiotic Approach**. New York: Palgrave/MacMillan, 2004.
- AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; SEIDE, Márcia Sipavícius. **Nomes próprios de pessoa: introdução à antroponímia brasileira**. São Paulo: Blucher, 2020. Disponível em: <https://www.blucher.com.br/livro/detalhes/nomes-proprios-de-pessoa-introducao-a-antroponimia-brasileira-1614>. Acesso em: 24 ago. 2021.
- ANATER, Gisele Iandra Pessini; RECH, Gabriele Cristine. Tradutor e intérprete de língua de sinais: história, experiências e caminhos de formação. **Cadernos de Tradução**. Pós-graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, v.2, n. 26, p. 207-236. 2010.
- ANJOS-COIMBRA, S.O.P. Antropomorfismo e o espaço metafórico nas narrativas literárias em língua de sinais. **Revista Sinalizar**, Goiânia, v.3, n.1, p.114-135, jan./jun. 2018.
- ARISTÓTELES. **Poética**. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- ASSIS SILVA, César Augusto de. **Cultura surda: agentes religiosos e a construção de uma identidade**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.
- BARCELONA, Sánchez Antonio. Clarifying and metaphor and metonymy. *In*: DIRVEN, René, PORINGS, Ralf (org). **Metaphor and metonymy in comparison and contrast**. Berlin; New York: Mounton de Gruyter, 2003. p. 207-276.

BARCELONA, Sánchez Antonio. La metonimia conceptual. *In*: IBARRETXE-ANTUÑANO, Iraide; VELEZUELA, Javier (org.). **Lingüística Cognitiva**. Barcelona: Anthropos, 2012. p. 123-188.

BARCELONA, Sanches Antonio. Metonymy. *In*: DABROWSKA, Ewa; DIVJAK, Dagmar (ed.). **Handbook of Cognitive Linguistics**. Berlin: De Gruyter Mouton, 2015. p.143-166.

BARROS, Mariângela Estelita. Taxonomia Antroponímica nas Línguas de Sinais: a motivação dos Sinais-nomes. **RE-UNIR**, Rondônia, v. 5, n. 2, p. 40-62, 2018.

BATISMO. *In*: HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss Eletrônico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2009.

BIDERMAN, Maria Tereza. Léxico e vocabulário fundamental. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 40, p. 27-46, 1996.

BÖRSTELL, Carl. Types and trends of name signs in the Swedish Sign Language Community. **SKY Journal of Linguistics**, Finlândia, v. 30, p. 22-54, 2017.

BRANGEL, Larissa Moreira. **O tratamento lexicográfico de vocábulos de cores na perspectiva da Semântica Cognitiva**. 2011. Dissertação (Mestrado em Teorias Linguísticas do Léxico: relações textuais) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

BRASIL. **Lei n.º 10.436**. Presidência da República, dispõe a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, 24 de abril de 2002. Brasília: Senado Federal, 2002.

BRASIL. **Decreto n.º 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei n.º 10.436 de 24 de abril, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Brasília: Senado Federal, 2005.

BRASIL. Senado Federal. Proposta de Emenda à Constituição n.º 12, de 2021. Altera o art. 13 da Constituição Federal para incluir a língua brasileira de sinais como um dos idiomas oficiais da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2019.

BRENTARI, Diani; PADDEN, Carol A., Native and foreign vocabulary in American Sign Language: a lexicon with multiple origins. *In*: Brentari, Diani. (ed.). **Foreign Vocabulary: A Cross-linguistic Investigation of Word Formation**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2001, p. 87–119.

BRITO, Fábio Bezerra de; NEVES, Sylvia Lia Grespan; XAVIER, André Nogueira. O Movimento Surdo e sua luta pelo reconhecimento da Libras e pela construção de uma política linguística no Brasil. *In*: ALBRES, Neiva de Aquino; NEVES, Sylvia Lia Grespan (org.). **Libras em estudo: políticas linguísticas**. São Paulo: FENEIS, 2013. p. 67-104.

BRYLLA, Eva. Bynames and nicknames. *In*: HOUGH, Carole (ed). **The Oxford Handbook of Names and Naming**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p.1-14.

BUSSAB, Wilton O; MORETTIN, Pedro Alberto. **Estatística básica**. São Paulo: Saraiva, 2010.

BUTKUS, Alvydas. Na outline and classification of lithuanian nicknames. **Names: A Journal of Onomastics**, Chico, CA, v.47, n.2, p. 125-138, 1999.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística** - uma introdução crítica. São Paulo: Editora Parábola, 2002.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Editora Parábola: IPOL, 2007.

CAMACHO, Roberto Gomes. O estudo das classes de palavras no português culto falado. *In*: OLIVEIRA, Marilza de (org). **Língua portuguesa em São Paulo: 450 anos**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. p. 183-207.

CAMACHO, Roberto Gomes. **Classes de palavras na perspectiva da Gramática Discurvo-Funcional**: o papel da nominalização no *continuum* categorial. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CAMPELO, Ana Regina e Souza. **Aspectos da visualidade na educação de surdos**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CAMPELO, Ana Regina e Souza. A constituição histórica da Língua de Sinais brasileira: século XVIII a XXI. **Revista Mundo & Letras**, José Bonifácio, v.2, p. 8-25, 2011.

CAMPELO, Ana Regina e Souza; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2, p. 71-92, 2014.

CAPOVILLA, Fernando César; MACEDO, Elizeu C.; RAPHAEL, Walkíria Duarte. **Manual Ilustrado de Sinais e sistema de comunicação em rede para Surdos**. São Paulo: Instituto de Psicologia da USP, 1998.

CAPOVILLA, Fernando César, RAPHAEL, Walkíria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: Edusp SP, 2001. Vol. 1 e 2.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina. **Novo dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da Língua de Sinais Brasileira (Novo Deit-Libras)**. *In*: SENNYEY, Alexa L.; CAPOVILLA, Fernando César; MONTIEL, José M. (org.), **Transtornos de aprendizagem: da avaliação à reabilitação**. São Paulo, SP: Artes Médicas, 2009. p. 165-177.

CAPOVILLA, Fernando César.; RAPHAEL, Walkíria Duarte; TEMÓTEO, Janice Gonçalves; MARTINS, Antonielle Cantarelli. **Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em suas mãos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. Vol. 1 e 2.

CARVALHO, Daniel Junqueira. **Não basta ser surdo para ser professor**: as práticas que constituem o ser professor surdo no espaço da inclusão. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

CARVALINHOS, Patrícia de Jesus. As origens dos nomes de pessoas. **Domínios de Lingu@gem**: Revista Eletrônica de Linguística, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.dominiosdelinguagem.org.br/pdf/8.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

CASTRO JÚNIOR, Gláucio de. **Projeto Varlibras**. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2014.

CASTRO, Nelson Pimenta; VALSECHI, Geisielen Santana; FREITAS, Luiz Carlos Barros de. Os sinais de Letras na Libras: colonização ou línguas em contato? **Revista Letras Raras**, Campina Grande, v.5, n.1, p. 64-78, 2016.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CHAIBUE, Karime. **Universais linguísticos aplicáveis às línguas de sinais**: discussão sobre as categorias lexicais nome e verbo. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

CHARTIER. Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CHIAVEGATTO, Valéria Coelho. Introdução à Linguística Cognitiva. **Matraga**. Rio de Janeiro, v.16, n. 24, p. 77- 96, jan./jun. 2009.

COSTA, Elenice Alves da. **Um estudo cognitivo das metáforas geradas em um corpus jornalístico da economia**. 2007. Dissertação (Mestrado em Filologia) - Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo. São Paulo, 2007.

CUENCA, Maria Josep; HILFERTY, Joseph. **Introducción a la Linguística Cognitiva**. Barcelona, Editora Ariel, 1999.

CUXAC, Christian; SALLANDRE, Marie-Anne. Iconicity and arbitrariness in French sign language: highly iconic structures, degenerated iconicity, and diagrammatic iconicity. *In*: PIZZUTO, Elena; PIETRANDREA, Paolo; SIMONE, Raffaele (ed.). **Verbal and signed languages: comparing structures, constructs and methodologies**, Berlin: Mouton de Gruyter, 2007. p. 13-33.

DAY, Linda; SUTTON-SPENCE, Rachel. British sign name customs. **Sign Language Studies**, Washington, v. 11, n. 1, p. 22-54, 2010.

DELAPORTE, Yves. Des noms silencieux. Le système anthroponymique des sourds français. **L'Homme**, tome 38, p. 7-45, 1998.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

DORNELLES, Ana Cláudia Tenório; ZANELLA, Josiane. A formação do instrutor surdo e o mercado de trabalho: uma inter-relação necessária. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n.31, p. 95-104, 2008.

DUQUE, Paulo Henrique. Teoria dos protótipos, categoria e sentido lexical: primeira parte. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 21, p. 89-98, set./dez. 2001.

ECKERT, Kleber. Quem é quem? Um estudo antroponímico a partir dos sobrenomes do município de Lageado-RS. **Domínios de Linguagem**, v. 7, n.1, p. 139-159, 2013.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

EVANS, Vyvyan; GREEN, Melanie. **Cognitive Linguistics**: an introduction. Edinburgh University Press, 2006.

FARIA, NASCIMENTO, Sandra Patrícia. **A metáfora na LSB e a construção dos sentidos no desenvolvimento da competência comunicativa de alunos surdos**. 2003. (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernáculas, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

FARIA-NASCIMENTO, Sandra Patrícia. **Representações lexicais na Língua de Sinais Brasileira**: uma proposta lexicográfica. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernáculas, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

FAUCONNIER, Gilles. **Mappings in thought and language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FELIPE, Tania. **A relação sintático-semântica dos verbos e seus argumentos na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)**. 1998 Tese (Doutorado em Linguística e Filologia) - Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

FELIPE, Tanya Amara. Os processos de formação de palavra na Libras. **Estudos Linguísticos: Grupos de Estudos e Subjetividade**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 200- 217, jun. 2006.

FERRARI, Lilian. **Introdução à Linguística Cognitiva**. São Paulo: Contexto, 2020.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. Similarities and Differences in Two Sign Languages. **Sign Language Studies**, Silver Spring, v. 42, p. 45-46, 1984.

FERREIRA-BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

FERREIRA-BRITO, Lucinda; LANGEVIN, Remi. Sistema Ferreira Brito-Langevin de transcrição de sinais. *In*: FERREIRA-BRITO, Lucinda. **Por uma gramática de língua de sinais**, 2010. p. 211-259.

FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; SELL, Fabíola Sucupira Ferreira. Algumas notas sobre compostos em português brasileiro e em Libras. *In*: OLIVEIRA, Roberta Pires de;

MIOTO, Carlos (org.). **Percursos em teoria da gramática**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011. p. 17-42.

FILLMORE, Charles. Frames and the semantics of understanding. **Quaderni di Semantica**, Alessandria, v. 6, n. 2, p. 222-254, 1985.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariângela Rios de; MARTELOTTA. **Linguística Funcional: teoria e prática**. São Paulo: Parábola, 2015.

GEERAERTS, Dirk. **Diachronic Prototype Semantics**. A Contribution to Historical Lexicology. Oxford: Clarendon Press, 1997.

GEERAERTS, Dirk. **Cognitive Linguistics: basic readings**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GESSER, Audrei. **O ouvinte e a surdez:** sobre ensinar e aprender a Libras. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

GIVÓN, Talmy. **Mind, code, and context:** essays in Pragmatics. New Jersey, Lawrence Erlbaum, 1989.

GIVÓN, Talmy. **Syntax:** an introduction. Amsterdam: John Benjamins, 2001. Vol. I.

GÓES, Alexandre Morand; CAMPOS, Mariana de Lima Isaac Leandro. Aspectos da Gramática da Libras. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira (org). **Tenho um Aluno Surdo, e agora?** São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 65-80.

GOOSSENS, Louis. Metaphtonymy: the interaction of metaphor and metonymy in expressions for linguistic 'action'. **Cognitive Linguistics**, Walter de Gruyter, 1-3, p. 323-340, 1990.

GREENBERG, Joseph Harold. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In: GREENBERG, Joseph Harold (ed). **Universals of Language**. 2. ed. Cambridge: The MIT Press, 1966. p. 58-90.

GUÉRIOS, Rosário Farani Mansur. **Tabus linguísticos**. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1956.

GUÉRIOS, Rosário Farani Mansur. **Dicionário Etimológico de nomes e sobrenomes**. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Editora Ave Maria, 1973.

HAJDÚ, Mihály. The History of Onomastics. **Onomastica Uralica**, Debrecen, v. 2, p. 7-45, 2002.

HOUGH, Carole. **The Oxford handbooks of Names and Naming**. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press, 2016.

IBARRETXE-ANTUÑANO, Iraide; VELEZUELA, Javier. Lingüística Cognitiva: origen, principios y tendencias. *In*: IBARRETXE-ANTUÑANO, Iraide; VELEZUELA, Javier (org). **Lingüística Cognitiva**. Barcelona: Anthropos, 2012. p. 13-38.

INES. Instituto Nacional de Educação de Surdos. **Portal do Curso de Pedagogia do Ines**, 2020. Disponível em: <https://neoines.com.br/>. Acesso em: 13 jun. 2020).

IPHAN, Brasil. **Guia de pesquisa e documentação para o INDL: patrimônio cultural e diversidade linguística** (v.1). Brasília – DF, 2014.

KARNOPP, Lodenir Becker. **Aquisição do Parâmetro Configuração de Mão dos Sinais da LIBRAS**: estudo sobre quatro crianças surdas filhas de pais surdos. 1994. Dissertação (Mestrado em Letras) - Curso de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

KARNOPP, Lodenir Becker. **Aquisição fonológica na Língua Brasileira de Sinais**: estudo longitudinal de uma criança surda. 1999. Tese (Doutorado em Letras) - Curso de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

KOURBETIS, Vassilis; HOFFMEISTER, Robert J. Name signs in Greek Sign Language. **American Annals of the Deaf**, Washington, v. 147, n. 3, p.35-43, 2002.

KÖVECSES, Zoltán. **Metaphor**. A Practical Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2002.

KÖVECSES, Zoltán. **Metaphor in culture**: universality and variation. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 2005.

KÖVECSES, Zoltán. Universalidade *versus* não universalidade metafórica. Trad. Maitê Gil e Tamara Melo. *In*.SIQUEIRA, Maity (org.). **Cadernos de Tradução**. Porto Alegre, n. 25, p. 257-277, jul./dez. 2009.

LAGARES, Xoán Carlos. **Qual política linguística?** Desafios glotopolíticos contemporâneos. São Paulo: Parábola, 2018.

LAKOFF, George. **Women, fire, and dangerous things**: what categories reveal about the mind. London: The University Chicago Press, 1987.

LAKOFF, George, TURNER, Mark. **More than cool reason**: a field guide to poetic metaphor. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

LAKOFF, George. The contemporary theory of metaphor. *In*: ORTONY, Andrew (ed). **Metaphor and thought**. 2ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 202-251.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Philosophy in the Flesh. The embodied mind and its challenge to western thought**. New York: Basic Books, 1999.



LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana**. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Educ, 2002.

LANE, Harlan. **A máscara da benevolência**: a comunidade surda amordaçada. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

LANGACKER, Ronald Wayne. **Foundations of Cognitive Grammar**. Stanford-CA: University Press. Vol. I: Theoretical Prerequisites, 1987.

LANGACKER, Ronald Wayne. **Cognitive grammar**. In: GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS, Hubert (ed.). **The Oxford handbook of Cognitive Linguistics**. Nova York; Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 421-462.

LANGACKER, Ronald Wayne. **Cognitive Grammar: a basic introduction**. New York: Oxford University Press, 2008.

LEITE, Tarcísio de Arantes; QUADROS, Ronice Müller de. Línguas de sinais do Brasil: Reflexões sobre o seu estatuto de risco e a importância da documentação. In: QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Mariane Rossi; LEITE, Tarcísio de Arantes (org). **Estudos da Língua Brasileira de Sinais II**. Florianópolis: Insular, 2014. p.15-28.

MARCATO, Carla. **Nomi di persona, nomi di luogo**: introduzione all'onomastica italiana. Bologna: in Mulino, 2009.

MARTINS, Andrébio Márcio Silva; SILVA, Denise; CONCIANZA, Fábio; CATÃO, Hemerson Vargas. Antroponímia Kaiowá. In: AGUIAR, Maria Sueli de; CASTRO, Maria Célia Dias; DIAS, Ana Lourdes Cardoso. (org.). **Onomástica e identidade do homem em seu meio**. Santarém-Portugal: Instituto Politécnico de Santarém / Escola Superior de Educação, 2017, p. 267-308.

MARTINS, Tânia Aparecida. **Estudos para especificação e modelagem de estruturas e organização de um dicionário monolíngue de Libras**. 2020. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade do Oeste do Paraná, Cascavel, 2020.

MASSONE, María Ignacia; MARTÍNEZ, Rocío Anabel. Curso de Lengua de Senãs. 2012. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://cultura-sorda.org/wp-content/uploads/2015/03/Massone\\_Martinez\\_curso\\_LSA\\_PARTE\\_I\\_201228129.pdf](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://cultura-sorda.org/wp-content/uploads/2015/03/Massone_Martinez_curso_LSA_PARTE_I_201228129.pdf). Acesso em 30 out. 2021.

McCLEARY, Leland; VIOTTI, Evani. Transcrição de dados de uma língua sinalizada: um estudo piloto da transcrição de narrativas na língua de sinais brasileira (LSB). In: SALLES, H. (org.). **Bilinguismo e surdez: questões linguísticas e educacionais**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2007. p.23-96.

McKEE, Rachel Locker; McKEE, David. Name signs and identity in Deaf communities in New Zealand Sign Language. In: Melaine. Metzger (ed.) **Bilingualism and Identity in Deaf Communities**. Washington: Gallaudet University Press, 2000, p. 3-40.

MEADOW, Kathryn P. Name Signs as Identity Symbols in the Deaf Community. **Sign Language Studies**, Whashington, v. 16, p. 237–246, 1977.

MEILLET, Antonie. **A evolução das formas gramaticais**: seleção, tradução e notas de Marcos Bagno. São Paulo: Editora Parábola, 2020.

MINAS GERAIS. **Lei n.º 10.379, de 10 de janeiro de 1991**. Reconhece oficialmente, no estado de Minas Gerais, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=10379&comp=&ano=1991>. Acesso em: 07 out. 2021.

MINDESS, A. What name signs can tell us about Deaf culture. **Sign Language Studies**, Whashington, 66, p. 1–23, 1990.

MOURA, Maria Cecília de. **O surdo**: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

MOURA, Maria Cecília de; LODI, Ana Cláudia B.; HARRISON, Kathryn M. R. **História e Educação**: o Surdo, a oralidade e o uso de Sinais. Florianópolis: Insular, 2013.

NASCIMENTO, Lilian Cristine Ribeiro. Um pouco mais da história da educação dos surdos, segundo Ferdinand Berthier. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v.7, n.2, p.255-265, 2006.

NETO, Natival Almeida Simões; SOLEDADE, Juliana. Projeções metafóricas e metonímicas na antroponímia brasileira: flutuações entre nomes comuns e nomes próprios em uma abordagem cognitivista. *In*: ANDRADE, Gustavo da Silva (Org.). **Estudos Linguísticos**: do falado ao escrito, do texto ao discurso. Porto Alegre: Editora Fi, p. 108-128, 2021.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Vertente grega da gramática tradicional**: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

NUNES, Valéria Fernandes. **Narrativas em Libras**: análises de processos cognitivos. 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

NUNES, Valéria Fernandes; BERNARDINO, Sandra Pereira. Relações culturais e sinais religiosos em Libras: estudo de metáforas e metonímias. **Linguagem em Foco**, Fortaleza, v.10, n.2, p. 113- 123, 2018.

OLIVEIRA, Paula Helouise. **Metáfora Conceptual e Libras**: uma abordagem cognitiva da surdez. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2011.

PAALES, Liina. On the system of person-denoting signs in Estonian Sign Language. **Sign Language Studies**, Washington, v. 10, n. 3, p. 317-335, 2010.

PAALES, Liina. Name signs for hearing people. **Folklore**, Estônia, n. 47, p. 43-76, 2011.

PEDROZA, Clara Ramos; BALLOCK, Helen Trefzger; GONDIM, Mauro Lucio. **Curso de Libras**. Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul. Campo Grande-MS, 2013.

PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. De Saussure, de outras contribuições de ocorrências linguísticas: a relevância da etimologia popular. **Matagra**, Rio de Janeiro, v.21, n.34, p. 133-147, 2014.

PERLIN, Gládis. **Histórias de vida surda: identidades em questão**. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

PIZZIO, Aline Lemos. **A Tipologia Linguística e a Língua de Sinais Brasileira: elementos que distinguem nomes de verbos**. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

QUADROS, Ronice Müller de. **As categorias vazias pronominais: uma análise alternativa com base na língua de sinais brasileira e reflexos no processo de aquisição**. 1995. Dissertação (Mestrado em Letras) - Curso de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

QUADROS, Ronice Müller de. **Phrase structure of Brazilian sign language**. 1999. Tese (Doutorado em Letras) - Curso de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua Brasileira de Sinais: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de; CRUZ, Carina Rebello. **Língua de Sinais: instrumentos de avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

QUADROS, Ronice Müller de. Contextualização dos estudos linguísticos sobre a Libras no Brasil. *In*: QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne Rossi; LEITE, Tarcísio de Arantes (org). **Estudos da Língua Brasileira de Sinais I**. Florianópolis: Editora Insular, 2013. p. 15-36.

QUADROS, Ronice Müller de (Org). **Letras Libras: ontem, hoje e amanhã**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

QUADROS, Ronice Müller de. **Língua de Herança: Língua Brasileira de Sinais**. Porto Alegre: Editora Penso, 2017.

QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne Rossi. Reconhecimento da língua de sinais e seus desdobramentos. *In*: QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne Rossi (org). **Estudos da Língua Brasileira de Sinais IV**. Florianópolis: Editora Insular, 2018. p. 17-36.

QUADROS, Ronice Müller de. **Libras**. São Paulo: Parábola, 2019.

QUADROS, Ronice Müller de. **Documentação da Língua Brasileira de Sinais. Produção e gestão do conhecimento sobre a diversidade linguística**. Seminário Ibero-americano de

Diversidade Linguística, 2016. Disponibilidade em: [https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/3604/SIDL\\_%20160-177.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/3604/SIDL_%20160-177.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 25 set 2021.

RADDEN, Gunter; KOVECSES, Zoltán. Towards a theory of metonymy. *In: In: PANTHER, Klaus-Uwe; RADDEN, Gunter (org). **Metonymy in Language and Thought** (Human Cognitive Processing). Amsterdam; Philadelphia: Benjamins, 1999. p.17- 60.*

RAMOS, Clélia Regina. **LIBRAS**: a língua de sinais dos surdos brasileiros. Editora Arara Azul, 2003.

RANGEL, Gisele Maciel Monteiro. **História do povo surdo em Porto Alegre**: imagens e sinais de uma trajetória cultural. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

RECH, Gabriele Cristine. A tradução dos nomes das personagens bíblicas para a Língua Brasileira de Sinais: analisando o manual o clamor do silêncio. **Revista Linguística**, Rio de Janeiro, v.16, n.3, p. 404-424, 2020.

RECH, Gabriele Cristine; SELL, Fabíola Sucupira Ferreira. Os sinais de nome na Língua Brasileira de Sinais. **Anais**. I Congresso Internacional de Lexicologia, Lexicografia, Terminologia e Terminografia das Línguas de Sinais e II Fórum Internacional sobre Produção de Glossários e Dicionários em Línguas de Sinais, Brasília, Distrito Federal, Brasil, 2019.

RECH, Gabriele Cristine; SELL, Fabíola Sucupira Ferreira; SEIDE, Márcia Sipavicius. A nomeação de pessoas em diferentes comunidades surdas. **Revista Investigações**, Recife, v. 33, n. 2, p. 1-24, 2020.

RECH, Gabriele Cristine; SELL, Fabíola Sucupira Ferreira. A disciplina de Libras no Ensino superior e seus impactos na visão dos licenciandos em relação à surdez e à Libras. **THE ESPECIALIST**, São Paulo, v. 41, p. 1-13, 2020a.

RECH, Gabriele Cristine; SELL, Fabíola Sucupira Ferreira. Motivações/orientações para o aprendizado de Libras por ouvintes: um estudo de caso. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, Rio de Janeiro, v. 48, p. 33-50, 2020b.

RECH, Gabriele Cristine; SELL, Fabíola Sucupira Ferreira. Os sinais de nome atribuídos no contexto acadêmico: uma abordagem Antroponomástica. *Onomástica desde a América Latina*, Cascavel, n.2, v.1, p. 67-81, 2020c.

REILY, Lucia. O papel da Igreja nos primórdios da educação dos surdos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.12, n.35, p.308-326, maio/ago. 2007.

RESZEGI, Katalin. “Cognitive approach in Onomastics”. In *Kognitív szemléletű névtudományi vizsgálatok. [Onomastic investigations from a cognitive approach]* **A Magyar Névtudományi Kiadványai** 54. Debrecen, Debreceni Egyetemi Kiadó, 2022, p.211-226.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3ª ed. ampliada. São Paulo:Atlas, 2008.

RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

ROCHA, Solange. **O INES e a Educação de Surdos no Brasil**. Aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. 2ª ed. Rio de Janeiro: INES, 2008.

ROCHA, Solange. **Antíteses, díades, dicotomias no jogo entre memória e apagamento presentes nas narrativas da história da educação de surdos**: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856/1961). 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2009.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 49ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

ROSA, Maria Carlota. **Introdução à morfologia**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

ROSCH, Eleanor. Principles of categorization. *In*: ROSCH, Eleanor; LLOYD, Barbara B (Ed.) **Cognition and categorization**. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1978.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes**: uma Jornada pelo Mundo dos Surdos. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

SANTANA, Ediléia Lavras dos Santos. **A questão da categorização morfológica para nome e verbo em Libras**. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual do Sudeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2019.

SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres; ANDRADE, Cristiane Esteves de. Surdez e sociedade: questões sobre conforto linguístico e participação social. *In*: ALBRES, Neiva de Aquino; NEVES, Sylvia Lia Grespan (org.). **Libras em estudo: política linguística**. São Paulo, FENEIS, 2013. p. 145-163.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. Editora Cultrix: São Paulo, 1975.

SCHACHTER, Paul; SHOPEN, Timothy. Parts-of-speech systems. *In*: SCHACHTER, Paul; SHOPEN, Timothy (org.). **Language Typology and Syntactic Description**. Cambridge University Press. 2. ed. 2007, vol. 1: Clause Structure. p. 1-60.

SCHWAGER, Waldemar; ZESHAN, Ulrike. Word class in sign languages: criteria and classifications. **Studies in Language**, John Benjamins Publishing Company, v.32, n. 3, p. 510-545, 2008.

SEIDE, Márcia Sipavicius. **A semântica de Michael Bréal**: recontextualização, fortuna crítica e aplicação. 2006. Tese. (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Toponomástica e Antroponomástica: métodos e paradigmas. *Confluência*, Rio de Janeiro, v.44/45, p. 165-184, 2013.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Libras: de língua natural a língua histórica. *In*: BIDARRA, Jorge, MARTINS, Tânia Aparecida, SEIDE, Márcia Sipavicius (org.). **Entre a Libras e o Português: desafios face ao bilinguismo**. Cascavel, PR: EDUNIOESTE; Londrina: EDUEL, 2016. p. 45-68. (ver página)

SEIDE, Márcia Sipavicius. Antroponímia e migração: os nomes de brasileiros descendentes de lituanos. **Web-Revista SOCIODIALETO**, Campo Grande, v. 7, n. 21, p. 52-81, 2017.

SEIDE, Márcia Sipavicius. **Moda e tradição na antroponímia**. As ciências do Léxico. Vol. III. Campo Grande: Ed. UFMS, p. 161 – 178, 2018.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Proposta de definição de nome próprio. **Onomástica Desde América Latina**, Cascavel, n.4, v.2, p. 70-94, 2021.

SESSA, Glênia Aguiar Bernardino da Silva. **Expressão por emoção**: uma abordagem cognitiva de adjetivos em Língua Brasileira de Sinais. 2018. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SESSA, Glênia Aguiar Bernardino da Silva; BERNARDO, Sandra Pereira. Sinais adjetivos da Libras uma abordagem cognitiva. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v.15, n.32, p. 180-200, 2021.

SILVA, Augusto Soares da. A linguística cognitiva: uma breve Introdução a um novo paradigma em linguística. **Revista Portuguesa de Humanidades**. v. 1. Fasc. 1-2, p. 59-101, 1997.

SILVA, Augusto Soares. O poder cognitivo das metáforas e da metonímia. **Revista Portuguesa de Humanidades**, Braga, v.2, p. 13-75, 2003.

SILVA, Augusto Soares. Significado, conceptualização e experiência: sobre a natureza do significado linguístico. **Revista Portuguesa de Humanidades**, Braga, v.10, n.1-2, p. 13-40, 2006a.

SILVA, Augusto Soares. Os estudos de Linguística Cognitiva do Português. **Revista Portuguesa de Humanidades**, Braga, v. 12, p. 189-221, 2008.

SILVA, Maitê Maus da. O CODA, filhos ouvintes de pais surdos, e a tradução e interpretação de Libras: O que encontramos? **Belas Infiéis**, Brasília, v.8, n.1, p. 37-53, 2019.

SILVA, Vilmar. Educação de Surdos: uma releitura da primeira escola pública para surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880. *In*: QUADROS, Ronice Müller de (org.). **Estudos Surdos I**. Petrópolis: Arara Azul, 2006b. p. 17-37.

SJÖBLOM, Paula. A cognitive approach to the semantics of proper nouns. **Onoma: Journal of the International Council of Onomastic Sciences**, Uppasala, n. 41, p. 63-82, 2006.

SKLIAR, Carlos Bernardo. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Estudos surdos em educação – problematizando a normalidade. Porto Alegre: Mediação, 1998.

- SKLIAR, Carlos Bernardo. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. *In*: SKLIAR, Carlos. (org). **Educação & exclusão**: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação 2001. p. 107-154.
- SORIANO, Salina. La metáfora conceptual. *In*: IBARRETXE-ANTUÑANO, Iraide; VELEZUELA, Javier. **Linguística Cognitiva**. Barcelona: Anthropos, 2012. p. 97-122.
- SOUZA, Isabelle Lima; GEDIEL, Ana Luisa. Os sinais dos surdos: uma análise a partir de uma perspectiva cultural. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v.56, n.1, p. 163-185, 2017.
- SPERANDIO, Natália Elvira. Nos bastidores da cognição: a atuação dos processos metafóricos e metonímicos na categorização humana. *In*: ALVARO, Patrícia Teles; FERRARI, Lilian (org.). **Linguística Cognitiva: da linguagem aos bastidores da mente**. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2016. p.102-117.
- STOKOE, Willian C. **Sign Language Structure**. Silver Spring, Linstok Press, 1960.
- STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.
- SUPALLA, Samuel James. The arbitrary name sign system in American Sign Language. **Sign Language Studies**, Whashington, v. 67, p. 99-126, 1990.
- SUPALLA, Ted; NEWPORT, Elissa Lee. How many seats in a chair? The derivation of nouns and verbs in American Sign Language. *In*: SIPLE, Patricia (ed.). **Understanding language through sign language research**. New York: Academic Press. 1978. p. 91-132.
- TAUB, Sarah F. **Language from the body**: iconicity and metaphor in American Sign Language. United Kingdom: Cambrige University Press, 2004.
- TAYLOR, John R. **Linguistic Categorization**: prototypes in Linguistic Theory. 2nd ed. Oxford: Clarendon Press, 1995.
- TEIXEIRA, José. Metonímias e metáforas no processo de referência por alcunhas do Norte de Portugal. *Diacrítica*, **Série Ciências da Linguagem**, Universidade do Minho, Braga, v.21, n.1, p. 207-239, 2007.
- THOMA, Adriana; KLEIN, Madalena. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 1, p. 107-131, 2010.
- TORRES. Artur de Almeida. **Moderna Gramática Expositiva da Língua Portuguesa**. 11<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1960.
- TUNHAS, Paulo. Particular e universal: aspectos classificatórios, antropológicos, ontológicos e lógico-gramaticais. (2001). **Discursos [Em linha]**: língua, cultura e sociedade. ciclo de colóquios: uma tensão entre o global e o local. Lisboa: Universidade Aberta, p. 332-348, 2001.

ULLMAN, Stephen. **Semântica**: uma introdução à Ciência do Significado. Lisboa: Fundação Calouste Gullbenkian, 1968.

UNGERER, Friedrich; SCHMID, Hans-Jörg. **An introduction to Cognitive Linguistics**. United Kingdom: Pearson Education Limited. 2006.

VALENZUELA, Javier; IBARRETXE-ANTUÑANO, Iraide; HILFERTY, Joseph. La semántica cognitiva. *In*: IBARRETXE-ANTUÑANO, Iraide; VELEZUELA, Javier (org). **Linguística Cognitiva**. Barcelona: Anthropos, 2012. p. 41-68.

VAN LANGENDONCK, Willy. Iconicity. *In*: GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS, Hubert (ed.). **The Oxford handbook of cognitive linguistics**. Nova York; Oxford: Oxford University Press, 2007a. p. 394-420.

VAN LANGENDONCK, Willy. **Theory and typology of proper names**. Berlin: Walter de Gruyter, 2007b.

VAN LANGENDONCK, Willy; VAN DE VELDE, Mark. Names and grammar. *In*: HOUGH, Carole (ed.). **The Oxford Handbook of names and naming**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 1-22.

VEREZA, Solange C. O locus da metáfora: linguagem, pensamento e discurso. **Cadernos de Letras da UFF**. Dossiê: Letras e cognição, Rio de Janeiro, n. 41, p. 199-212, 2010.

WALKOWIAK, Justyna B. Personal Names Policies in Europe in the Context of Globalization. **Uralica Onomástica**, Debrecen, v.10, p. 295-308, 2018.

WILCOX, Sherman; WILCOX, Phyllis Perrin; JARQUE, Maria Josep. Mappings in conceptual space: metonymy, methapor, and iconicity in two signed languages. **Jezikoslovlje**, Osijek, v.4, n.1, p. 139-156, 2003.

WILCOX, Sherman. Cognitive iconicity: conceptual spaces, meaning, and gesture in signed languages. **Cognitive Linguistics**, Walter de Gruyter, 15-2, p. 119-147, 2004.

WILD, Mollie R. **Name signs in American Sign Language**. Monografia, SwarthmoreCollege, Swarthmore, 2017. Disponibilidade em: <https://scholarship.tricolib.brynmawr.edu/handle/10066/19113>. Acesso em: 02 out 2021.

WRIGLEY, Oliver. **Política da surdez**. Washington: Gallaudet University Press, 1996.

YAU, Shun-chiu.; HE, Jingxian. How Deaf children in a Chinese school get their sign names. **Sign Language Studies**, Washington, v. 65, p. 305-322, 1989.



## **ANEXO – Termo de consentimento livre e esclarecido**

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: Estudos Onomásticos da Língua Brasileira de Sinais. O motivo que nos leva a catalogar e estudar os sinais onomásticos da Libras é conhecer de que forma esta língua nomeia pessoas e lugares. A pesquisa justifica-se em virtude da falta de estudos na área, que certamente complementarão os estudos linguísticos a respeito da Língua Brasileira de Sinais. Neste sentido, o objetivo deste projeto é conhecer, registrar e analisar as características linguísticas dos nomes próprios na Língua Brasileira de Sinais. Para a coleta dos dados, realizaremos uma única entrevista pessoalmente ou por uso de software de comunicação pela Internet através de conexões de voz e vídeo, que será filmada. O sinal coletado será posteriormente filmado novamente pela pesquisadora, e as informações adicionais, transcritas em forma de GLOSAS, no caso de respostas em Libras e em Língua Portuguesa no caso de respostas vindas de pessoas ouvintes. Pode existir desconforto/risco quanto a exposição física durante as gravações causando constrangimento, uma vez que é a única forma de coletar os dados de forma mais fiel possível, entretanto, tenha absoluta certeza de que sua imagem não será divulgada em hipótese alguma. Como benefício esta pesquisa contribuirá com os estudos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais e conseqüentemente a valorização e divulgação desta língua visual. Todas as suas dúvidas serão sanadas em qualquer aspecto que desejar. Informamos ainda que em qualquer momento o(a) senhor (a) poderá deixar a pesquisa, se assim desejar, sem qualquer prejuízo. Se depois de consentir a pesquisa em sua participação o (a) senhor (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de dados, independente do motivo sem prejuízo a sua pessoa. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade será sempre mantida em sigilo. A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos.

Ao seguir adiante na avaliação, dou o meu consentimento.

Gabriele Cristine Rech  
(67) 99897-1433 – [gabriele@uems.br](mailto:gabriele@uems.br)

Fabíola Sucupira Ferreira Sell  
(47) 997449898 - [fabiolafsell@gmail.com](mailto:fabiolafsell@gmail.com)

Comitê de Ética com Seres Humanos da UEMS  
3209-2699 ou [cesh@uems.br](mailto:cesh@uems.br).